



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A DIMENSÃO ESPACIAL DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO
DA INDÚSTRIA NO MATO GROSSO DO SUL DE 2000 A 2014**

THAYNÁ NOGUEIRA GOMES

**TRÊS LAGOAS
2016**

THAYNÁ NOGUEIRA GOMES

**A DIMENSÃO ESPACIAL DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO
DA INDÚSTRIA NO MATO GROSSO DO SUL DE 2000 A 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof^a Dr^a Lisandra Pereira Lamoso.

**TRÊS LAGOAS
2016**

A minha mãe Elizete
Mulher guerreira e vitoriosa, que não mediu esforços para me ajudar durante essa
jornada, sempre me incentivando a continuar, esta conquista também é sua.

Aos meus avós Mercedes e João
Que acreditaram que era possível e sempre estiveram ao meu lado.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Penso que quando escrevemos os agradecimentos de um trabalho realizado, estamos elencando instituições e pessoas sem as quais a conclusão dessa pesquisa não teria sido possível, contudo, torna-se uma tarefa difícil na medida em que, podemos cometer o equívoco de nos esquecer de algum nome importante que se fez parte dessa jornada.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me permitido fazer parte deste mundo, no qual hoje, começo a realizar meus sonhos. Agradeço a Ele por estar ao meu lado em todos os momentos, sem o qual nada seria possível. Agradeço também a minha Nossa Senhora Aparecida e a Santa Rita de Cássia, que intercederam por mim nos momentos difíceis e fortaleceram minha fé durante este período.

Agradeço imensamente a minha mãe Elizete por tudo que representa na minha vida. Mulher de fibra, que se ergueu/ergue e ultrapassa os obstáculos da vida como uma verdadeira guerreira. Minha mãe, que não me deixou desistir, que acreditou que era possível, desde o momento em que eu decidi pedir demissão do emprego e me dedicar à trajetória acadêmica, quando passar no mestrado ainda era uma hipótese. Obrigada mãe, pelo apoio e pelo amor dedicado. Eu te amo.

Agradeço aos meus avós Mercedes e João, ou simplesmente, vó Mércia e vô Gomes, que fizeram inúmeras vezes o papel de pai na minha vida. Sabe aquelas pessoas que fazem de tudo por você sem pedir nada em troca? Sim, são eles, meu vô e vó que estão mais para anjos da guarda! Eu agradeço por tudo que fizeram e fazem por mim, pelo apoio, pela dedicação, pelo “- Não, tem que estudar!” que sempre diz meu vô e também pelo “- Minha neta é MESTRANDA!” que minha vó faz questão de espalhar ao mundo. Eu tenho muito orgulho de vocês, obrigada por existirem exatamente como são.

Agradeço ao meu companheiro de vida, geógrafo e meu amor José Antonio, que sempre esteve ao meu lado até mesmo quando eu menos mereci. Que aguentou firme o período de incertezas do início do mestrado, a tensão da qualificação e agora da defesa, eu sei não foi fácil. Quero agradecer por sempre me apoiar, por me mostrar que os momentos ruins são passageiros e que sempre temos uma nova e melhor chance, só tenho que aprender a enxergá-la. Agradeço pelo amor compartilhado, pelos momentos felizes que vivemos e também pelas reflexões

geográficas que tanto realizamos juntos. Obrigada também por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei. Mesmo que eu tente, não existem palavras para mensurar a minha gratidão por tudo que você representa na minha vida e também nessa conquista. Obrigada meu amor.

Agradeço aos meus irmãos, Thais e Tarcísio pelo apoio e incentivo durante esse período, por aguentarem firme o meu mau-humor diário, eu sei quase enlouquecemos, mas enfim, terminei, podem rir, dormir, fazer piadas sem graça, assistir televisão no volume máximo, usar a mesa - essa é para você Tarcísio -, acreditemos que o melhor sempre estará por vir. Obrigada irmãos.

A meu afilhado e sobrinho Gabriel, peço desculpas pelas vezes que não pude brincar, assistir filmes ou ir ver o “mar” com você... saiba que a madrinha te ama muito. Obrigada pela paciência e pelo amor dedicado a sua família e a sua madrinha maluca.

Agradeço a meu pai Marcos, que talvez não leia esses agradecimentos, mas que afinal, foi também por ele que decidi me dedicar aos estudos e alçar melhores condições de vida, a mim e a minha família. Eu te amo.

Agradeço a todos os meus tios e tias, que sempre estiveram ao meu lado, me estimulando com suas palavras de incentivo e amor, Miriam e João Carlos, Sandra e Cleito, Adilson e Helena, vocês não fazem ideia do quanto foi importante ouvir de quem eu amo palavras que muitas vezes foram capazes de mudar o meu dia, de me fazer acreditar. Obrigada pelo apoio e por acreditarem nessa grande família.

Aos meus tios Michelli e Anderson, e Alcir e Rose, obrigada por me receberem mensalmente na casa de vocês em Dourados. Vocês foram fundamentais na realização desse projeto. Obrigada pelo amor dedicado, pelo alimento compartilhado e pelas conversas inspiradoras.

Aos meus primos e primas, de longe ou de perto, que me mandaram boas energias, agradeço por serem amigos nas alegrias e nas dores.

Agradeço ao meu padrasto Daniel, que esteve sempre presente e que se mostrou um amigo. Obrigada pelas conversas e discussões políticas e sociais, que fizeram parte de muitas reflexões presentes neste trabalho.

Agradeço aos meus padrinhos José e Gerônima por fazerem parte da minha vida, por me incentivarem e se preocuparem comigo mesmo quando estou distante.

Agradeço a todos os meus familiares que de alguma forma se fizeram presentes na realização desse trabalho, com um abraço ou uma mensagem de carinho. Obrigada.

Agradeço também aos meus amigos da graduação Martha, Lucas Bocato e Leandro Silveira, pela amizade. Agradeço também a Jaqueline, Maria, Jaiane, Lucas e Dani, vidas que se cruzaram com a minha para trazerem mais luz ao meu caminho. Obrigada.

Aos meus amigos Karoline, Guilherme, Adrielly e Gabriel, obrigada pela amizade, pelos momentos insanos, pela geografia compartilhada. Agradeço pela troca de saberes, pelos momentos vividos, pelos vários artigos escritos juntos.

Ao meu casal de amigos e agora afilhados, Thiago e Priscila, obrigada por cada momento que passamos juntos, obrigada pelo apoio mútuo, pelas conversas sobre a vida, sobre a geografia e mais ainda, sobre ser professor. Agradeço pela amizade.

Agradeço a Luana, Maicon, João, Laura, Tamara e Amauri, pessoas que hoje posso chamar de amigos, pelos momentos que passamos juntos. Obrigada pelas risadas, cervejas, encontros e músicas compartilhadas, que me fizeram parar de pensar na dissertação, mesmo que por alguns dias. Vocês foram e são essenciais na minha vida.

Agradeço aos colegas de laboratório Marcos, Fernando, Geise, Camila, Leandro, Adriano e Juliana, pelas reuniões matinais mais interessantes que eu já tive, pelo café compartilhado e pelas experiências trocadas dentro e fora da universidade. Obrigada.

Agradeço ao colega André Bersani pelas conversas a respeito da teoria de Marx e o materialismo histórico, principalmente na fase final dessa pesquisa, obrigada.

Agradeço a meu amigo e geógrafo Cristovão pela fundamental contribuição com a concretização da presente pesquisa. Quem diria que aquele cara que fazia piadas com a minha exacerbada preocupação com “o social” viria a ser um grande amigo e incentivador do meu trabalho? Tivemos muitos momentos difíceis no início, mas que deram bases para o fortalecimento de uma amizade e uma cumplicidade que se construiu ao longo desse período. Agradeço pela ajuda na parte cartográfica, pelas discussões teóricas que tivemos, por sempre estar disposto a parar o que

estava fazendo para ouvir meus questionamentos ou até mesmo minhas inseguranças. Obrigada pela paciência e pelo conhecimento compartilhado.

A Greisse, professora e amiga, quero agradecer por fazer parte da minha história acadêmica, por ter me incentivado desde a graduação, você acreditou e me fez acreditar no fazer geográfico, no poder transformador da Geografia. Agradeço pelo exemplo profissional e pessoal de luta e superação, obrigada por me ensinar qual a verdadeira função social do professor.

Agradeço aos amigos da pós-graduação Lidiane, Mariana, Cleide, Weslen, Angélica, Rafael, Eduardo (Du) e Paulo, por tudo que vivenciamos nesse período, sem vocês não teria sido uma experiência tão enriquecedora, quanto foi. Obrigada pela solidariedade, tão importante na pós-graduação.

Agradeço aos meus professores de graduação Wallace de Oliveira, Arnaldo Sakamoto, André Luiz Pinto, Patrícia Helena Mirandola, Valéria Pereira, Julio César Ribeiro, Valdeci Luiz Fontoura, Sheila Matoso Silva, Leandro Pansonato Cazula e Luciano Grechia, pelos ensinamentos no que tange a Geografia e a profissão professor.

Agradeço ao professor Francisco José Avelino Junior (China), pelo conhecimento compartilhado, pela dedicação com que exerce a profissão e por sempre nos fazer enxergar a teoria na prática. Obrigada professor.

Aos meus professores Sedeval Nardoque e Rosemeire Aparecida de Almeida, agradeço pela esperança transmitida, por acreditarem nas possibilidades e pela paixão pela profissão. Nunca esquecerei aquele “choque de marxismo” matinal durante as aulas da pós, professora Rose. Vocês foram fundamentais em minha trajetória acadêmica.

Agradeço em especial a professora Edima Aranha Silva, pela oportunidade de fazer parte do grupo PET/GEO nos últimos anos de graduação, que me proporcionou muitas alegrias e também muitos desafios que me ajudaram a chegar até aqui. Agradeço também por me receber junto ao LETUR - Laboratório de Estudos Urbanos e do Território, onde pude desenvolver minha pesquisa de mestrado. Obrigada pelas oportunidades, pelo convívio desde a graduação e pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço ao professor Marçal Rogério Rizzo pelas contribuições realizadas na fase de qualificação desse trabalho.

Agradeço ao colega Anderson de Queiroz Pontes por me apresentar a plataforma de banco de dados do Caged, no âmbito do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) em 2014 e pelo auxílio em operacionalizá-la.

Aos colegas e geógrafos Hermiliano e César, agradeço pelas contribuições no que tange a Geografia física e a utilização do software Spring, necessárias na realização de tarefas de disciplinas da pós-graduação.

Ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGGEO/UFMS/CPTL).

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior – por me conceder bolsa de estudos durante esse período, oportunizando dedicação exclusiva para a realização da pesquisa.

Ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -, pelo auxílio financeiro em alguns dos trabalhos de campo realizados juntamente com o projeto de pesquisa “Parque Industrial - Transporte e Logística em Mato Grosso do Sul”.

Aos funcionários da UFMS que receberam e responderam ao meu “Bom dia” infinitas vezes durante esse período, obrigada.

Agradeço aos sindicalistas entrevistados, pela contribuição empírica à pesquisa.

Quero agradecer imensamente a professora Lisandra Pereira Lamoso, pessoa sem a qual eu não teria conseguido concretizar essa pesquisa. Agradeço pela orientação, pelo carinho, pela perseverança demonstrada nessa jornada. Obrigada professora, por ACREDITAR, por deixar-me seguir minha identidade dentro do fazer geográfico. Obrigada por me guiar, por me entender, por ouvir/ler minhas incertezas e me devolver esperança para que eu pudesse concluir essa pesquisa, tenha certeza que suas palavras me auxiliaram também no entendimento da vida e das contradições do mundo em que vivemos. Obrigada por tudo professora Lisandra.

Muito obrigada a todos e todas que de alguma forma se fizeram presentes nessa jornada, vocês foram essenciais. Obrigada.

RESUMO

O estado de Mato Grosso do Sul por suas condições geográficas, não participou efetivamente do processo de industrialização do Brasil iniciado nos anos de 1930. A costa litorânea do país, principalmente os estados do Sudeste devido a uma aglutinação de fatores, foi responsável pelo desenvolvimento industrial nesse período, o que explica a incipiente tradição industrial sul-mato-grossense. Entretanto, Mato Grosso do Sul participou desse processo dando suporte a economia do Sudeste, seja com o fornecimento de matéria-prima, seja como fronteira-agrícola. Com o início do século XXI, Mato Grosso do Sul experimentou grande crescimento industrial de 2000 a 2014, fomentado pelas políticas industriais federais e leis de incentivos fiscais estaduais; isso tornou o estado atrativo do ponto de vista econômico, que passou a receber investimentos de indústrias exportadoras e empresas oriundas dos estados vizinhos, como São Paulo e Paraná, as quais vieram em busca de competitividade produtiva. Entretanto, os investimentos públicos no setor industrial não refletiram na sociedade local apenas de forma benéfica, principalmente em relação aos trabalhadores da indústria sul-mato-grossense que vivenciam os efeitos desse processo. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a dimensão espacial do processo de reestruturação industrial de Mato Grosso do Sul, buscando ampliar o conhecimento desse processo no estado e, principalmente, alertar sobre as práticas exploratórias relacionadas às relações de trabalho estabelecidas.

Palavras-chave: Indústrias. Mato Grosso do Sul. Trabalhadores.

ABSTRACT

The state of Mato Grosso do Sul because of its geographical features, did not effectively participate of Brazil's industrialization process initiated in the 1930's. The coastal seaboard of the country, mainly the states of Southeast due to an amount of factors, was responsible for the industrial development in this period, which explains the sul-mato-grossense incipient industrial tradition. However, Mato Grosso do Sul took part in this process supporting the Southeast's economy, with the raw material supply, and as agricultural frontier. In the early XXI century, Mato Grosso do Sul experimented great industrial growth from 2000 to 2014, fomented by the federal industry policies and laws of state tax incentive; it made the state attractive from the economic point of view, which has started to receive investments from export industries and companies from neighboring states, as São Paulo and Paraná, these coming in search of competitive production. Although, the public investments in the industrial sector has not reflected on the local society only in benefic way, mainly in relation to workers from the sul-mato-grossense industry that experience the effects of this process. By this mean, the present research has as objective to comprehend the spatial dimension of the industrial restructuring process of Mato Grosso do Sul, seeking to enhance the knowledge of this process in the state and, mainly, to warn about the exploratory practices related to the work relations established.

Key-words: Industries. Mato Grosso do Sul. Workers

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do total de Indústrias em Mato Grosso do Sul.....	94
Figura 2 - Crescimento da Indústria Alimentícia em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.	100
Figura 3- Evolução do setor têxtil em Mato Grosso do Sul: 2000 - 2014.	102
Figura 4 - Evolução do setor de vestuário em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.	109
Figura 5 - Evolução do setor de couro em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014. ...	110
Figura 6 - Evolução das indústrias metalúrgicas de 2000 a 2014.	115
Figura 7 - Casas em fase de construção em Chapadão do Sul.	118
Figura 8 - Implantação de loteamentos urbanos no município.	118
Figura 9 - Evolução do setor de minerais não-metálicos de 2000 a 2014 em Mato Grosso do Sul.....	119
Figura 10 - O setor de minerais metálicos em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.	122
Figura 11 - Crescimento da indústria de construção em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.	125
Figura 12 - Evolução do setor de impressão em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.	128
Figura 13 - Evolução do setor de bebidas em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.	131
Figura 14 - Especialização do setor de móveis e produtos de madeira em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.....	136
Figura 15 - Evolução do setor de produção florestal em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.	143
Figura 16 - Evolução do setor de celulose e papel de 2000 a 2014 no Mato Grosso do Sul.	147
Figura 17 - Evolução dos setores de borracha e materiais plásticos e de máquinas e equipamentos elétricos de 2000 a 2014.....	152
Figura 18 -Evolução do setor de químicos e do setor de fármacos de 2000 a 2014 em Mato Grosso do Sul.....	158
Figura 19 – Evolução do setor de veículos e reboques em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.	161

Figura 20 - Unidades de Planejamento e Gerenciamento adotadas no Plano Estadual de Mato Grosso do Sul.....	167
Figura 21 - Cargas de agrotóxicos geradas pelas Unidades de Planejamento e Gerenciamento de Mato Grosso do Sul.	168
Figura 22 - Evolução do setor de biocombustível em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.	169
Figura 23 - Bloqueio dos dois sentidos da BR 262.....	213
Figura 24 - Congestionamento causado pelo bloqueio da BR 262.	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor adicionado bruto do PIB municipal por setor de atividade a preços correntes (R\$), nos quatro principais municípios do estado em 2012.	88
Tabela 2 - Indústrias do setor de minerais metálicos em Mato Grosso do Sul em 2007 e 2014.	120
Tabela 3 - Municípios que possuíam indústrias do setor de fármacos em 2000 e 2014.	153
Tabela 4 - Municípios que possuíam indústrias do setor de químicos em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.	156
Tabela 5 - Quantidade de trabalhadores admitidos e demitidos em Mato Grosso do Sul de janeiro a dezembro de 2007.....	184
Tabela 6 - Quantidade de trabalhadores admitidos e demitidos em Mato Grosso do Sul em 2014.	187
Tabela 7 - Quantidade de admissões e demissões no setor da construção em Mato Grosso do Sul – 2007.....	203
Tabela 8 - Quantidade de admissões e demissões no setor da construção em Mato Grosso do Sul – 2014.....	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Utilização das terras por mesorregião em Mato Grosso do Sul.	90
Quadro 2 - Efetivo de rebanho de Mato Grosso do Sul.....	92

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Brasil.....	50
Mapa 2: Mesorregiões e municípios do estado de Mato Grosso do Sul	72
Mapa 3 - Espacialização das Indústrias no Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014....	95
Mapa 4 - Espacialização e crescimento da Indústria de Alimentos em 2000 e 2014.	97
Mapa 5 - Indústrias do setor de carnes em Mato Grosso do Sul em 2007 e 2014....	99
Mapa 6 - Espacialização do setor têxtil em Mato Grosso do Sul, nos anos 2000, 2007, 2010 e 2014.	104
Mapa 7 - Indústrias do setor de vestuário em 2007 e 2014.....	106
Mapa 8 - Indústrias do setor de couro em 2007 e 2014, no Mato Grosso do Sul....	108
Mapa 9 - Comparação entre o setor de carnes e o setor de couro em 2014.	112
Mapa 10 - Espacialização do setor metalúrgico em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.	114
Mapa 11 - Espacialização do setor de minerais não metálicos em Mato Grosso do Sul nos anos de 2000 e 2014.....	116
Mapa 12 - Espacialização do setor de minerais metálicos em Mato Grosso do Sul em 2007 e 2014.	121
Mapa 13 - Espacialização do setor de construção no Mato Grosso do Sul em 2007 e 2014.	124
Mapa 14- Espacialização do setor de impressão em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.	127
Mapa 15 - Espacialização do setor de bebidas em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.	129
Mapa 16 - Espacialização do setor moveleiro em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.	133
Mapa 17 - Espacialização do setor de produtos de madeira em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014	134
Mapa 18 - Espacialização do setor de produção florestal em 2007 e 2014.	141
Mapa 19 - Espacialização do setor de celulose e papel em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.	145
Mapa 20 - Espacialização do setor de borracha e materiais plásticos em 2000 e 2014	149

Mapa 21 - Espacialização do setor de máquinas e equipamentos elétricos em 2000 e 2014.	151
Mapa 22 - Espacialização do setor de fármacos em 2000 e 2014.	154
Mapa 23 - Espacialização do setor de Químicos em 2000 e 2014.....	157
Mapa 24- Espacialização do setor de Veículos e reboques em 2000 e 2014.	160
Mapa 25 - Espacialização do setor de Biocombustível em 2007 e 2014.....	163
Mapa 26 - Municípios exportadores de açúcares da cana e municípios participantes do setor de biocombustível em 2014.....	165
Mapa 27 - Quantidade de indústrias oriundas de outros estados brasileiros presentes em Mato Grosso do Sul em 2014.....	178

LISTA DE SIGLAS

ALL – América Latina Logística

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASSOCARNES – Associação de Matadouros, Frigoríficos e Distribuidores de Carne de Mato Grosso do Sul

BNB - Banco do Nordeste

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

BRASIDER – Sociedade Brasileira de Siderurgia

BRF – Brasil Foods S/A

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

COSIMAT – Companhia Siderúrgica Mato-grossense

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional,

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, em 1943

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados

FAMASUL – Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IED – Investimento Externo Direto

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IP – International Paper

JK – Juscelino Kubitschek

METAMAT – Companhia Mato-grossense de Mineração

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
NR – Normas Regulamentadoras
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo
PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Plano de Integração Nacional
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PLAD – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRÓÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni – Programa Universidade para Todos
PSD - Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SFH – Sistema Financeiro de Habitação;
SINTICOP-MS – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins de Mato Grosso do Sul
SINTIESPAV-MS – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil Pesada do Bólsão Sul-matogrossense
SITREL – Siderúrgica Três Lagoas S/A
SOBRAIMOVE – Sociedade Brasileira de Imóveis
SOBRAMIL – Sociedade Brasileira de Mineração

STIA/CG – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Campo Grande e Região

SUDECO – Superintendência do Centro Oeste

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN – União Democrática Nacional

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFN3 – Unidade de Fertilizantes Nitrogenados 3

UPG - Unidades de Planejamento e Gerenciamento

VCP – Votorantim Celulose e Papel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1930	22
1.1 O processo de substituição de importações: uma análise dos governos de Getúlio Vargas (1930-1937 e 1937-1945) e Juscelino Kubitschek	22
1.2 Crise econômica, ditadura militar e década perdida: um esforço de desenvolvimento no Brasil.....	31
1.3 O neoliberalismo no Brasil, desindustrialização e políticas industriais de 2004 – 2014.	42
1.4 A importância da costa litorânea na formação regional brasileira.....	52
1.5 O processo de desconcentração industrial no Brasil	59
2 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE MATO GROSSO DO SUL: DA PECUÁRIA A INDÚSTRIA	71
2.1 A economia sul-mato-grossense.....	71
2.2 A reestruturação dos setores industriais no Mato Grosso do Sul	90
2.3 O crescimento da indústria no Mato Grosso do Sul e os setores industriais.....	93
2.3.1 O setor alimentício	96
2.3.2 O setor têxtil.....	101
2.3.3 O setor de vestuário e o setor de couros	105
2.3.4 Os setores metalúrgico, de minerais não metálicos e de minerais metálicos	113
2.3.5 O setor de construção.....	123
2.3.6 O setor de impressão e o setor de bebidas	126
2.3.7 Os setores de móveis e produtos de madeira.....	131
2.3.8 O setor de produção florestal.....	137
2.3.9 O setor de celulose e papel	143
2.3.10 O setor de borracha e materiais plásticos e o setor de máquinas e equipamentos elétricos	147
2.3.11 O setor de fármacos e químicos	152
2.3.12 O setor de veículos e reboques	159
2.3.13 O setor de biocombustível	162
2.4 Síntese dos setores industriais analisados.....	170

2.5 A atratividade dos incentivos fiscais em Mato Grosso do Sul	176
3 O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA EM MATO GROSSO DO SUL	182
3.1 A geração de emprego nos setores industriais em análise	182
3.2 O trabalhador do setor alimentício	191
3.3 O trabalhador do setor de construção	200
3. 4 O trabalhador do setor de biocombustíveis	214
3.5 A dimensão espacial da reestruturação industrial no estado.....	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS.....	230
ANEXOS.....	234

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa originou-se da união de duas ramificações geográficas diferentes e, ao mesmo tempo, complementares – a geografia urbana e a geografia econômica, que se encontraram no ano de 2014.

Primeiramente, a proposta de pesquisa a ser desenvolvida no programa de Mestrado pautou-se no processo de verticalização de moradias no município de Três Lagoas (MS); os objetivos eram compreender como esse processo influencia a fragmentação e a segregação do espaço urbano e esclarecer as bases das desigualdades sociais na cidade. A ideia inicial baseou-se pela trajetória geográfica, dentro da geografia urbana; a preocupação era investigar o processo de industrialização do município de Três Lagoas, que poderia ser fator determinante do processo de verticalização de moradias.

Essa preocupação em conhecer o desenvolvimento industrial, mesmo que em escala municipal, foi o ponto de partida para a elaboração da atual proposta realizada no curso de mestrado. O que possibilitou a união de duas identidades geográficas, em uma pesquisa, culminando no presente trabalho.

Esta preocupação foi o ponto de partida para ampliar o escopo da pesquisa que, de fato, tomou corpo e ora se apresenta. A análise do desenvolvimento industrial em escala municipal foi alargada, de local para regional e estadual, com o objetivo de compreender, por meio das particularidades da formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul, as características da dimensão espacial do processo de reestruturação produtiva da indústria no estado.

Consideramos que o tema é importante porque esclarece como ocorre o desenvolvimento industrial no estado e evidencia suas características de exploração do trabalho, permitindo um conhecimento ampliado desse processo.

Ao longo do trabalho, surgiam indagações que nortearam sua construção: qual a distribuição espacial da indústria em Mato Grosso do Sul? Qual a origem das novas indústrias que estão se instalando no estado? São indústrias exportadoras importantes para a economia estadual? Em que medida existe a influência de indústrias de estados vizinhos como São Paulo e Paraná neste processo?

Nesta investigação, utilizamos a metodologia estabelecida pela Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE 2.0), selecionando 20 setores industriais que compreendem as indústrias extrativa, de transformação e de construção –

setores alimentício; têxtil; de vestuário; couros; metalúrgico; de minerais metálicos; de minerais não metálicos; de construção; de impressão; de bebidas; de móveis; de produtos de madeira; de produção florestal; de celulose e papel; de borracha e materiais plásticos; de máquinas e equipamentos elétricos; fármacos; químicos; de veículos e reboques; e de biocombustíveis. Estabelecidos os setores, utilizamos o banco de dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE, 2016) sobre a quantidade de unidades industriais dos setores elencados, presentes em cada município do estado, num período de 14 anos.

Assim, definimos o recorte espacial – o estado de Mato Grosso do Sul, com seus 79 municípios – e o recorte temporal – os acontecimentos e transformações que ocorreram entre 2000 e 2014.

Contudo, para identificar a presença de indústrias paulistas e paranaenses no estado, utilizamos o banco de dados da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), o Cadastro Industrial (2014). Após a filtragem dos dados, foram identificadas as empresas que possuem mais de 50 funcionários presentes no estado em 2014, o que possibilitou pesquisar o local da sede dessas indústrias.

Para tecer uma análise qualitativa da condição do trabalhador da indústria em Mato Grosso do Sul, realizamos saídas de campo para entrevistar os representantes sindicais dos três setores industriais que mais se destacaram no processo. As perguntas pautaram-se em questões sobre aumento de emprego e desemprego, melhorias das condições trabalhistas, atuação do sindicato, qualificação profissional, jornada de trabalho e reivindicações da classe trabalhadora. A análise quantitativa pautou-se em dados de admissões e demissões segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) nos anos de 2007 e 2014. Com isso, realizamos algumas considerações sobre as relações de trabalho estabelecidas.

Optamos pela categoria de análise “formação sócio-espacial”, da forma como foi proposta por Santos (1977), uma vez que ela possibilita compreender a realidade de uma dada sociedade considerando suas especificidades locais, ou seja, suas rugosidades (2012) e heranças espaciais. Isso nos permite ampliar o conhecimento do processo de reestruturação industrial do estado, embasado nas transformações globais de acumulação e culturas, mas que também se fundamenta nas características de sua própria formação sócio-espacial.

Traçaremos nossa análise apoiados em autores como Rangel (1983) e sua teoria das dualidades brasileira; Bresser-Pereira (1977), Baer (1988) e Sposito & Santos (2012), que escreveram sobre o processo de industrialização brasileira; Lencioni (1994; 2011) e Sposito (2007), dedicados ao tema do processo de desconcentração industrial paulista; e estudiosos da temática regional em Mato Grosso do Sul, como Bertholi (2006), que pesquisou as características do povoamento do estado; Lamoso (2001; 2012; 2013), por sua contribuição com a temática industrial em Mato Grosso do Sul; Cattanio (1976) e Aranha-Silva (2002; 2011), que contribuíram com a análise das características do desenvolvimento na mesorregião Leste do estado. Além disso, nos pautamos nos estudos de Marx (1982), sobre a lei da queda da taxa de lucro, e de Harvey (1996), que discute as particularidades do modelo de acumulação flexível, no esforço de compreender a dimensão espacial do processo de reestruturação industrial de Mato Grosso do Sul, materializada na exploração do trabalho.

Com isso, no capítulo 1, abordaremos o processo de industrialização brasileira a partir de 1930 – quando se implementa o processo de substituição de importações que caracteriza a primeira política industrial do país –, traçando um panorama do desenvolvimento industrial até os dias atuais. Nesse capítulo, esboçamos, também, como a indústria adentra em Mato Grosso do Sul e quais os desdobramentos do processo de desconcentração industrial no estado.

No capítulo 2, partimos para a análise específica das características do Mato Grosso do Sul: abordamos sua formação sócio-espacial, industrialização e reestruturação industrial. Ademais, consideramos os 20 setores industriais elencados e suas principais características, e identificamos o grau de inserção das indústrias dos estados limítrofes na economia sul-mato-grossense.

No terceiro capítulo, analisamos a visão dos representantes dos trabalhadores – via sindicatos da categoria dos setores alimentício, da construção e de biocombustíveis – a respeito das relações de trabalho estabelecidas com as transformações globais atuais, culminando em uma exploração do trabalho mais acentuada, à luz de dados primários e secundários.

A dissertação está ilustrada com 24 figuras e 27 mapas elaborados, que resultam num trabalho inédito de cartografia sobre a distribuição espacial da indústria no Mato Grosso do Sul; esperamos que este estudo possa subsidiar futuras pesquisas.

1 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1930

Houve quem pretendesse também explicar a história do Brasil como importação de formas e culturas estrangeiras, sem atentar para o fato de que realmente vamos construindo um edifício original e que, se aqui ressurgem institutos de outras eras que a história clássica registra, a única razão disso está em que a história da civilização não é nem milagre nem acaso. (RANGEL, 2012, p. 299)

1.1 O processo de substituição de importações: uma análise dos governos de Getúlio Vargas (1930-1937 e 1937-1945) e Juscelino Kubitschek

A industrialização brasileira teve sua sistematização a partir do final do século XIX, quando de forma secundária economicamente, exercia o papel de suporte as atividades dinâmicas da época como a produção do café para exportação. Segundo Baer (1988) tivemos ainda alguns impulsos à industrialização no Brasil devido a dois fatores: a Abolição dos escravos ocorrida em 1888 e a Proclamação da república em 1889. Entretanto, esses impulsos do final do século XIX não foram suficientes para transformar a estrutura econômica brasileira em uma economia essencialmente industrial.

Nos anos iniciais do século XX os surtos de industrialização no Brasil ocorreram em função de choques externos como o advento da I Guerra Mundial, que forçava o país a produzir seus bens de consumo principalmente não duráveis para suprir demandas interna e externa de produtos industrializados. No decorrer da década de 1920, a indústria brasileira apresentou sinais de diversificação, devido à maturação da II Revolução Industrial nos países do Norte e a chegada de tecnologias dos ramos de cimento e aço no Brasil, que geraram estímulos à entrada de investimentos estrangeiros no país (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Ao findar da I Guerra Mundial, houve o reestabelecimento da competitividade entre as empresas brasileiras e as empresas estrangeiras. Como a importação de

produtos brasileiros tornou-se dispendiosa, não era mais viável para outros países comprarem produtos industrializados do Brasil, principalmente devido a recuperação da indústria europeia e estadunidense, fazendo com que os produtos brasileiros fossem incapazes de competir com os produtos estrangeiros até mesmo no mercado interno.

Além disso, as políticas governamentais do início do século XX estavam voltadas para defender uma economia agrário-exportadora, que tinha no café o grande responsável pelo dinamismo econômico até 1929. A grande depressão de 1930 freou as exportações brasileiras afetando principalmente o setor cafeeiro, fazendo o governo estabelecer políticas protecionistas ao café, que mais tarde culminou em um aspecto positivo para fomentar a industrialização brasileira. “Uma vez que, ao se iniciar a depressão, o café representava 71% das exportações, a principal preocupação do governo era defender o setor cafeeiro. Isto foi feito através da compra dos excedentes e da destruição de grande parte dos mesmos” (BAER, 1988, p. 16).

Rangel (1983) utiliza a teoria dos ciclos médios ou ciclos de Juglar, com duração em média de 10 anos, para obter um panorama do capitalismo industrial brasileiro. O autor também considera em sua análise, os ciclos longos da economia, chamados Ciclos de Kondratieff, representando o cenário econômico externo, tendo a Europa e os Estados Unidos como centro da economia mundial. Já os Ciclos médios ou Juglarianos, próprios da economia brasileira, revelam como o Brasil, em suas particularidades, atua frente às alterações macroeconômicas.

Em nossa análise, sua contribuição a cerca da Terceira Dualidade¹ torna-se *mister* na compreensão do processo de industrialização no Brasil, a partir dos anos 1930 ao início dos anos 1980.

Em 1930, ano em que a grande depressão é sentida em escala mundial, o Brasil passou por um momento de transformação em sua estrutura política com o fim da República Velha e da política do café-com-leite. Neste mesmo ano, por meio do Golpe de 1930, Getúlio Vargas chega ao poder e torna-se presidente, dando início a era Vargas no Brasil. Segundo Bresser-Pereira (1977) a depressão econômica e a

¹ Na Terceira Dualidade Rangeliana, a burguesia industrial (capitalismo industrial) emerge como sócio menor e o fazendeiro comerciante, sócio maior em decorrência da maturação por ele adquirida com a Segunda Dualidade (capitalismo mercantil) formam o pacto de poder. Sobre o assunto, ver mais em Rangel (1983; 1984).

revolução de 1930, oportunizaram iniciar os investimentos no setor industrial brasileiro.

Considerando os anos de 1930 como uma fase de ascensão do Juglariano brasileiro (fase B do Terceiro Kondratieff) e sabendo que as mudanças institucionais, capazes de levar o país a uma nova fase ascendente acontecem em períodos de recessão, temos em 1930 oportunidades alicerçadas nos períodos anteriores, para promover a industrialização no Brasil, que se daria por meio da substituição de importações, processo fundamental da Terceira Dualidade (RANGEL, 1984).

Para Sposito & Santos a revolução de 1930

marca, também, o começo da desvinculação da economia industrial brasileira em relação à atividade cafeeira, o enfraquecimento da aristocracia rural e latifundiária – principalmente a cafeeira – e a ascensão de camadas sociais de cunho nacionalista e desenvolvimentista, culminando em políticas favoráveis à industrialização. É com Vargas que a indústria assume a posição de carro-chefe do crescimento econômico do Brasil e desempenha uma importância fundamental na consolidação do território nacional. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p.146).

A política protecionista do café desdobrou-se positivamente para a indústria brasileira, pois limitando a quantidade de produtos importados e com poucas divisas devido à baixa das exportações do café, a demanda por produtos industrializados no mercado interno aumentou, incentivando a produção interna pelas indústrias brasileiras. A fase inicial da valorização da indústria brasileira dos anos 30 pautou-se na utilização da capacidade ociosa da produção das indústrias já existentes, sendo que somente com essa capacidade produtiva subutilizada até então, foi possível a indústria brasileira aumentar sua produção e fortalecer suas bases (BAER, 1988; SPOSITO & SANTOS, 2012).

Com os recursos obtidos dessa inicial produção industrial foi possível importar máquinas e equipamentos subutilizados dos países do norte já industrializados, aumentando a capacidade produtiva brasileira. De toda forma, a indústria brasileira encontrou internamente, maneiras de passar pelas turbulências do mercado mundial fortalecendo as bases para a nascente indústria do Brasil e também fortalecendo-se enquanto país que iniciava seu processo de industrialização e mudanças em sua base econômica.

O ano de 1930 configurou-se em um marco para a industrialização brasileira, pois a partir desse momento são lançadas as primeiras políticas especificamente industriais no país, estimulando o crescimento desse setor principalmente nas

regiões Sul e Sudeste. Tendo como principal política industrializante a substituição de importações, que estimulou as indústrias brasileiras reduzindo a concorrência dos produtos importados.

A II Guerra Mundial também trouxe consequências ao processo de industrialização brasileira. Nas palavras de Baer,

Além de passarem a ter o mercado interno a seu inteiro dispor, muitas indústrias brasileiras viram-se chamadas a preencher o vácuo deixado em outros países pela perda de contato com seus fornecedores tradicionais de produtos manufaturados. Assim, a exportação de tais artigos tornou-se, pela primeira vez, um item ponderável na pauta exportadora do país. (BAER, 1988, p.24).

O advento da II Guerra Mundial apesar de virtualmente ter sido favorável a produção industrial no Brasil, influenciou na redução do nível de desenvolvimento do país na medida em que durante a guerra os países detentores de tecnologias avançadas em bens de capital ficaram impossibilitados de exportar esses produtos, enquanto o Brasil não conseguia importar máquinas e equipamentos necessários para modernizar a indústria no país e aumentar sua capacidade produtiva. “O limite de sua expansão estava muitas vezes na utilização plena de sua capacidade instalada” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 41). Decorre desses fatores o destaque dado ao setor de bens de consumo não duráveis nesse período, como o setor têxtil e alimentício, que utilizam grande quantidade de mão de obra e são menos capital intensivo.

A instalação da Campanha Siderúrgica Nacional de Volta Redonda em 1942 deu início a novas etapas do desenvolvimento industrial no Brasil, potencializando outros setores industriais, como os de “bens de consumo duráveis, insumos intermediários e, finalmente, indústria pesada, bens de capital e alguns segmentos de tecnologia” (SPOSITO & SANTOS, 2012). Sendo que o fim da guerra marcou também o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas.

Conforme corrobora Rangel (1983, p. 39), o processo de substituição de importações se deu pela “produção de bens de consumo, que pesavam mais decididamente na pauta anterior de importações”, primeiramente desenvolvendo a indústria de bens de consumo não duráveis, posteriormente investindo na produção de bens de consumo duráveis, e quando esses setores já estavam consolidados optou-se em investir no setor de bens de capital, completando o desenvolvimento básico do parque industrial brasileiro.

Sposito & Santos (2012) chamam atenção para o papel desempenhado pelo Estado no processo de industrialização do Brasil. O Estado exerceu a função de regulador na medida em que frente aos constrangimentos externos, que alteravam a normalidade da econômica brasileira, utilizava-se de políticas que primeiramente limitavam as importações, taxando com mais rigor as importações de produtos industrializados que o próprio país já produzia, buscando incentivar a importação de bens de capital que seriam utilizados para modernizar o parque industrial brasileiro.

As medidas utilizadas pelo governo Vargas, que priorizava a importação de bens de capital, estavam alicerçadas nas instruções estabelecidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), instituição criada no ano de 1945, ainda no primeiro mandato de Getúlio Vargas. Essa instituição atuava na regulação de taxas cambiais influenciando nas importações e exportações brasileiras, tendo se transformado “em um poderoso estímulo à industrialização” (BRESSER-PEREIRA, 1977, P. 45). O governo Vargas em seus dois mandatos, foi responsável pela criação de instituições que seriam basilares para o desenvolvimento econômico² brasileiro, entre elas estão: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1941; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942; Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1943; a própria SUMOC, em 1945; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES e o Banco do Nordeste (BNB), ambos em 1952 e a Petrobras fundada em 1953 (BAER, 1988; SPOSITO & SANTOS, 2012).

No início dos anos 1940 novamente a economia enfrenta uma fase recessiva dos Juglarianos brasileiros, desembocando no fim do Estado Novo. Novamente a economia desenvolve na crise, medidas para ultrapassá-la e alcançar novamente a fase ascensão do Ciclo de Juglar, período em que criam-se os principais bancos de financiamento do país e também a Petrobras, sendo uma fase de “expansão econômica” (RANGEL, 1983, p 42).

Sposito & Santos asseveram,

²Compartilhamos da perspectiva de Cano (2012, p. 831-832) acerca da noção de desenvolvimento. Para o autor, “Desenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas do país. Ademais, também se alterarão e modernizarão hábitos e costumes da sociedade”.

O Estado não só financiou a industrialização e criou uma série de mecanismos tarifários e não tarifários, como ainda construiu indústrias estatais em setores pesados extremamente importantes para a economia nacional, nos quais tanto o capital nacional como o multinacional não tinham interesses, devido aos elevados investimentos, à falta de demanda social, aos prazos longos de maturação, aos riscos, à complexidade tecnológica etc. (2012, p. 150).

Dessa forma, a política de substituição de importações foi favorável principalmente para as empresas brasileiras de capital privado, devido ao potencial endógeno de acumulação, ou seja, com a adoção dessa política o Governo Vargas fez a opção por industrializar o país utilizando suas características internas para sanar as consequências dos constrangimentos externos no Brasil; se praticava uma acumulação que partia “de dentro para fora” dando suporte as empresas nacionais. As empresas estrangeiras “estavam subordinadas ao processo interno de acumulação [...]” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 153).

A estratégia utilizada por Vargas, visando proteger a indústria nacional, criar instituições e empresas estatais que fomentassem e acelerassem o processo de industrialização nacional, por meio da substituição de importações, foi denominada de acordo com Bresser-Pereira (2012, p. 32) de “nacional-desenvolvimentismo, sendo Getúlio Vargas nos períodos 1930-1945 e 1950-1954 quem inaugurou essa estratégia na América Latina”. Juscelino Kubitschek a partir de 1955 dá continuidade ao nacional-desenvolvimentismo no Brasil, porém utilizando estratégias opostas as de Vargas.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, Café Filho assume o governo provisoriamente até o momento em que Juscelino Kubitschek (JK) é eleito presidente do Brasil com o apoio dos partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) que formavam um bloco getulista (SPOSITO & SANTOS, 2012), enquanto que a União Democrática Nacional (UDN) exercia oposição ao atual governo, haja vista que representava os interesses dos políticos derrotados pela Revolução de 1930. “Todavia, as bases para o processo de industrialização já haviam sido criadas, entre elas o aparato institucional e técnico, a reforma fiscal para os negócios de energia e petróleo e os projetos siderúrgicos e hidroelétricos iniciados com Vargas e inaugurados com JK” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 153).

O período que antecede o Governo JK é marcado por grandes perturbações político-econômicas, em uma fase recessiva do Juglariano brasileiro, pós 1952.

Bresser-Pereira (1977) ao analisar as ameaças ao período de prosperidade e desenvolvimento brasileiro, pós II Guerra Mundial, salienta para uma crise de infraestrutura econômica do país. Não por acaso, o Governo JK irá centrar suas políticas para esse setor, que se encontrava deficitário até o momento, estimulando o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo duráveis, no qual destacou-se as indústrias automobilísticas, que receberam grande parte dos Investimentos Externos Diretos (IED), possibilitando sua expansão no Brasil.

Nas palavras do autor,

Neste período o fenômeno econômico fundamental é a implantação de uma poderosa indústria automobilística no Brasil. [...] a presença no Brasil das grandes fábricas de automóveis significou não só salários e lucros para seus empregados e acionistas, mas também um imenso crescimento das oportunidades de emprego e investimento para a indústria de autopeças, para a indústria de base, para o setor de comercialização dos veículos produzidos, etc. (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 48).

As políticas adotadas no governo JK estavam calcadas no Plano de Metas lançado em 1956, cujo *slogan* “50 anos em 5” evidenciava as intenções governamentais de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro em um curto período.

Em vias de concretizar as aspirações do Plano de Metas, o governo de Juscelino Kubitschek rompe com as estratégias de Vargas que consistiam em estimular a internalização da acumulação e vai à busca de novas estratégias políticas que visam atrair capitais estrangeiros para investir no Brasil, acreditando que com a associação com o capital internacional o país atingiria os resultados definidos no Plano de Metas.

Fishlow (2013) quando analisa o período em estudo, aponta para a escassez dentro do Plano de Metas, de políticas que mencionem a entrada de capital externo no país, em outras palavras, “é interessante que não havia referência especial a recursos estrangeiros, embora eles tenham chegado a ser parte dominante da expansão industrial, em particular no setor automobilístico” (FISHLOW, 2013, p. 29). Apesar de não ser diretamente mencionados no plano estabelecido pelo governo, a opção de industrialização por substituição de importações atuou em favor da entrada de capital externo no Brasil na medida em que necessitávamos implantar uma indústria de base para fortalecer a economia brasileira, o que só foi possível por meio de importações de bens de produção e bens de capital.

Segundo Sposito & Santos (2012, p. 154) “no governo de Juscelino Kubitschek a opção será por um capitalismo associado, quer dizer, uma associação ou tríplice aliança entre Estado, capital multinacional e capital local”. Nesse processo, a empresa multinacional ganha destaque, e o Brasil mostra-se cada vez mais dependente.

O papel exercido pelo Estado é novamente destacado, na medida em que assume a promoção da indústria pesada e de bens de produção, atuando como instrumento de desenvolvimento no país (SPOSITO & SANTOS, 2012; BRESSER-PEREIRA, 1977). Sendo o investimento nas indústrias de base estratégico para o desenvolvimento industrial brasileiro.

O processo de acumulação marcado pela maciça entrada de IED foi condizente tanto com as aspirações do Estado, quanto das empresas multinacionais, que devido à concentração de capital em escala mundial, buscavam novos espaços de acumulação (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Nesse período a instrução 113 da SUMOC, ganha relevância na medida em que incentiva a entrada de capitais estrangeiros no país. A SUMOC novamente atua em favor da industrialização, entretanto, de forma diferente do período anterior, agora buscando atrair investimentos externos ao Brasil, mesmo que isso custe à falência de empresas brasileiras, que não conseguiam competir com as empresas estrangeiras. Segundo Sposito & Santos,

Diferentemente de décadas anteriores, o líder do processo de crescimento deixa de ser a empresa nacional e passa a ser a empresa multinacional. Esta se torna a principal responsável pela dinâmica de acumulação industrial, enquanto aquela opta, em alguns casos, por ser sócio menor, isto é, pela associação com o capital estrangeiro. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 157).

A associação com o capital estrangeiro no processo de industrialização brasileira gerou um desenvolvimento subordinado ao capital internacional, na medida em que o Brasil tornara-se dependente de empresas cujas lógicas e interesses voltavam-se em atender as necessidades de seu país de origem. Nesse sentido o Brasil abandonou uma política de desenvolvimento autônomo, para adotar políticas que nos levariam a um desenvolvimento subordinado, por meio da internacionalização industrial.

Ademais, no governo JK houve a mudança do setor industrial catalisador de investimentos, passando do setor de bens de consumo não duráveis (prioridade nos

governos de Vargas) para o setor de bens de consumo duráveis. Ou seja, como já havia-se investido anteriormente no setor que mais importava, os bens de consumo não-duráveis, o processo de substituição de importações no Governo JK pode-se voltar para o setor de bens de consumo duráveis, em sua segunda fase, o segundo setor mais dependente de importações no Brasil, evidenciando o escalonamento do processo de industrialização no país.

A indústria de transformação foi de suma importância na atração de IED, sendo que esse setor apresentou grande crescimento, enquanto que as empresas do setor têxtil e alimentício apresentaram queda no valor agregado da indústria no Brasil de 30% em 1950 para 25% após a implantação do Plano de Metas.

Ainda nesse período, observa-se um crescimento das indústrias de construção, devido ao aumento de obras pelo país, inclusive movidos pela construção da capital federal, Brasília, surgindo grandes construtoras como Mendes Junior e Queiroz Galvão, em 1953 (SPOSITO & SANTOS, 2012). Ademais, a construção de Brasília, emerge da necessidade de integração econômica entre as regiões brasileiras.

A entrada de IED, de fato acelerou o processo de industrialização brasileira, na medida em que se pode avançar seu estágio de maturação por meio de importações de produtos de bens de capital e de produção, possibilitando a modernização industrial no Brasil. Entretanto, essa modernização se deu à custa da subordinação do Brasil aos países já industrializados e com seus mercados em franca expansão.

Deste modo, ainda que o aprofundamento do processo de substituição de importações tenha possibilitado o desenvolvimento mais acelerado do país, no seu bojo teve lugar um agravamento das pressões inflacionárias, um aumento dos desequilíbrios regionais decorrentes e uma deterioração das contas correntes com o aumento do endividamento externo. Isso se deu por causa do aumento dos investimentos do setor público sem um adequado mecanismo de financiamento, do agravamento do estrangulamento do setor externo e da enorme concentração da atividade industrial na região mais desenvolvida do país. (TAVARES, 1972 apud SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 158).

O Governo JK que tem início em uma fase de transição entre recessão e ascensão dos Juglarianos brasileiros, mas aproveita o período de crise para estabelecer mudanças institucionais, “centradas na Instrução nº 70 da SUMOC, que reorientava os favores cambiais e a reserva de mercado da indústria leve

para certas áreas da indústria pesada, preparando caminho para um milagre econômico” (RANGEL, 1983, p. 42).

Segundo Fishlow (2013) o FMI havia orientado o Governo a adotar um programa conservador de estabilização, para conter os danos causados por essa política, porém JK decidiu não acatar a orientação do FMI, haja vista, que a adoção desse programa limitaria o crescimento brasileiro naquele período, decidindo-o por utilizar o BNDE e o Banco do Brasil para então continuar seu projeto de desenvolvimento nacional.

Bresser-Pereira (1977) avança para as grandes transformações na estrutura social brasileira, ocorridas entre os anos de 1930 a 1961, como o surgimento da classe operária como um grupo significativo, os empresários industriais, na classe alta e o crescimento da classe média brasileira. E ainda assevera “[...] nesse período não ocorre a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 110), referindo-se a implantação incompleta das indústrias de base.

Contudo, nos anos subsequentes ao governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil viria a enfrentar um período de grandes dificuldades sociais marcadas pela crise econômica então estabelecida, reflexos das políticas adotadas desde meados dos anos de 1950, conforme veremos no item seguinte. Ademais, as crises cíclicas são inerentes ao próprio capitalismo, refletindo na economia e também na política, como por exemplo, a crise pela qual o Brasil passa desde meados do primeiro Governo Lula e que acentuada no Governo Dilma, que será tratada nos itens subsequentes.

1.2 Crise econômica, ditadura militar e década perdida: um esforço de desenvolvimento no Brasil

O Brasil inicia os anos de 1960 com um cenário bem diferente daquele vivenciado no início da década anterior. As políticas implementadas pelo governo de JK levaram o país a uma situação de crise econômica, política e social, na medida em que ocasiona o endividamento nacional, freia os investimentos e

consequentemente reduz a taxa de renda significativamente, gerando descontentamento popular e desemprego (SPOSITO & SANTOS, 2012). O país estava diante de uma fase recessiva do Juglariano brasileiro.

A crise afeta o quadro político de forma mais evidente, sendo que Jânio Quadros em 1960, candidato de oposição, assume a presidência da república frente a um país em fase de recessão, tendo como desafio inverter esse panorama. João Goulart, por outro lado, é eleito para o cargo de vice-presidente, formando um governo em que presidente e vice tinham filiações partidárias e ideológicas opostas.

Segundo Sposito & Santos,

Entre as primeiras medidas de contenção da crise econômica, social e política, Jânio Quadros anunciou um plano ortodoxo baseado no corte dos gastos governamentais, diminuição dos subsídios públicos sobre a importação de trigo e petróleo, redução da emissão monetária e desvalorização cambial a fim de estimular a expansão das exportações brasileiras. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 160).

Entretanto, Jânio não teve tempo hábil para desenvolver seu plano de governo, já que renunciou ao cargo em agosto de 1961, sete meses após ser empossado. João Goulart assume a presidência da república, porém seu governo teria suas ações limitadas, condição *mister* negociada com militares e congressistas para que assumisse o cargo. Instaura-se o parlamentarismo no Brasil, modelo em que o governo tem seu poder e autonomia enfraquecida, perante o Congresso (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Com João Goulart na presidência (1962 – 1964), houve o retorno de aspirações das políticas getulistas, acreditando em uma continuação do projeto brasileiro de Vargas, visando realizar as reformas de base fortemente solicitadas pela sociedade na época (SADER, 2010). João Goulart ao elaborar o Plano Trienal, entende que para combater a inflação seria necessária a contenção de créditos aos capitalistas industriais e que as reformas de base eram necessárias para combater as desigualdades no Brasil.

Em vias de se estabelecer no país um “retrocesso” (do ponto de vista da burguesia nacional) na forma de políticas voltadas para as questões sociais em detrimento das políticas econômicas, que por ventura prejudicariam o capital

internacional que havia se lastrado no Brasil, crescem entre os anos de 1963 e 1964 aspirações golpistas principalmente estimuladas pela UDN³.

As medidas adotadas pelo governo Jango ocasionaram diminuição do crescimento econômico, haja vista, a restrição de créditos aos investidores internacionais. Sob pressão dos investidores estrangeiros e da burguesia nacional, o governo aliviou essas medidas, o que acabou por gerar uma maior elevação da inflação (SPOSITO & SANTOS, 2012).

A essa altura, estava claro que ou se adotava uma política de contenção monetária por meio dos mecanismos de mercados ou se controlava a oferta e distribuiria a renda por meio de um maior planejamento e interferência estatal sobre a liberdade econômica dos capitalistas. (SINGER, 1985 *apud* SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 161).

Soma-se a essas tensões, o reestabelecimento da autoridade presidencial de João Goulart (FISHLOW, 2013) e a ascensão do movimento popular no Brasil - movimentos sindicais, estudantis, artísticos, movimentos pela reforma agrária, pela luta por moradias, entre outros – que acreditavam no governo de Jango e na diminuição das disparidades sociais (SADER, 2010).

O resultado desse embate culminou na instauração da ditadura militar no país, quando com o golpe de 1964 o então presidente João Goulart é deposto. Sader (2010) analisa esse processo como um grande retrocesso para a construção de um país mais igualitário. Nas palavras de Sader,

O golpe de 1964 abateu, de forma brutal e direta, todas as manifestações populares e democráticas acumuladas no país. O golpe de 1964 revelou que a grande burguesia brasileira preferia apoiar a ruptura da democracia para consolidar sua aliança com o grande capital internacional e o latifúndio, ao contrário de se aliar ao movimento popular. [...] foi uma das maiores rupturas vividas pela história brasileira, pois teve um caráter claramente regressivo. (SADER, 2010, p. 19).

O processo de ditadura no Brasil se concretiza devido à aliança estabelecida entre burguesia e militares, consolidando a dependência brasileira ao capital internacional. Contudo, o caráter recessivo o qual trata o autor, consistiu em perdas no âmbito democrático, político e social, retrocessos estes, que foram características da ditadura militar no país. Em 2015, novamente a instabilidade política nos faz temer que se instaurasse um novo período de retrocesso no Brasil, haja vista, as

³ A União Democrática Nacional – UDN, contrária ao Governo Vargas e à instauração do Estado Novo.

manifestações burguesas que pedem o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a retomada de um Governo Militar no país.

Ademais, a afirmação do modelo autocrático ganhou força, na medida em que ocorreu um rompimento entre esquerda e direita, haja vista, que a esquerda possuía uma ideologia reformista e a direita uma ideologia conservadora, o que se desdobrava em embates devido à radicalização política de ambas as partes. Essa radicalização que começara por volta de 1963 devido à possibilidade de concretude das mudanças propostas por João Goulart, assumiu relevância na formação das alianças, as quais a ditadura militar brasileira estiveram alicerçadas (BRESSER-PEREIRA, 1977).

De toda forma o Governo Jango, empenhou-se na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, concedendo créditos, aumentando o poder de consumo da população e desenvolvendo programas de assistência popular, medidas estas que apesar de aumentar o consumo de produtos nacionais, acabou por desagradar outros segmentos da população brasileira, levando a implantação da ditadura no país.

No período de ditadura no Brasil, com Marechal Castello Branco na presidência, lança-se um novo projeto de desenvolvimento para o país, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), pautado em medidas de aceleração do desenvolvimento econômico, diminuição da inflação, visando maiores investimentos do capital internacional.

O PAEG objetivou reformas conjunturais e estruturais para dar continuidade ao desenvolvimento brasileiro. Dentro das reformas conjunturais, estavam medidas que pretendiam diminuir a inflação por meio do controle da demanda, que consistiram em reduzir o *déficit* de caixa, com corte de despesas governamentais que desdobraram-se em consequências no aumento de impostos e reajustes tarifários de serviços públicos; assim como limitações creditícias e controle salarial, para diminuir o consumo (BRESSER-PEREIRA, 1977; SPOSITO & SANTOS, 2012).

As medidas adotadas para controlar a inflação, atuaram de forma negativa ao crescimento econômico do país, mas “possibilitaram uma diminuição da inflação de 90% em 1964 para 19% ao término da década” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 162). Entretanto, devido ao risco de um novo período recessivo, o governo lança “mecanismos compensatórios, que deveriam contrabalancear os efeitos negativos das medidas desinflacionárias. [...] seguintes: o plano habitacional, o aumento de

obras públicas, o aumento das exportações e a entrada de investimentos estrangeiros” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 157).

A diminuição da produção industrial de bens de consumo duráveis, devido a queda das vendas nesse setor e a consequente perda de lucro, gerou um agravamento do desemprego no país, já que as empresas reduziram sua produção. Essas empresas como medidas de contenção de gastos despediram grande parte dos trabalhadores da indústria e/ou reduziram a jornada de trabalho, agravando a crise econômica brasileira. Com a procura reduzida, elevou-se a capacidade ociosa das empresas, o que desestimulou as importações tanto de matérias primas, quanto de equipamentos.

Por outro lado, as empresas exportadoras passaram a receber incentivos do governo, que reestruturou a dívida externa e passou a estimular novamente a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil (SPOSITO & SANTOS, 2012). Esse fato derivou-se de medidas defensivas que as empresas que tiveram sua produção reduzida adotaram frente à crise econômica, pressionando o governo a continuar comprando do setor privado e aumentando os preços de seus produtos, o que foi possível devido aos grandes oligopólios presentes na indústria brasileira e a alta concentração de renda. Ademais, ao exercerem pressão para terem o crédito aumentado, o governo utilizou-se de financiamentos concedidos por meio do BNDE para a indústria de transformação (SUZIGAN, 1988).

Essas medidas beneficiaram as empresas de bens de consumo duráveis (estatais e multinacionais) aumentando o consumo desses produtos, principalmente pela classe média. Torna-se ímpar ressaltar que as empresas que vivenciavam esse crescimento econômico, eram dotadas de capital intensivo, ou seja, possuíam tecnologia avançada, importadas, com objetivo de diminuir gastos com mão de obra, gerando também um grande contingente de trabalhadores desempregados (BRESSER-PEREIRA, 1977).

De acordo com Sader,

Apoiada na repressão política e econômica, na abertura da economia e na atração de capitais estrangeiros, a ditadura lograva retomar a expansão econômica, embora com forte contenção do consumo popular, concentrando a realização no consumo das elites e na exportação. (SADER, 2010, p. 21).

As medidas adotadas por Castello Branco agem de forma negativa às empresas nacionais de capital privado. Devido às dificuldades de se manterem

competitivas “empresas nacionais dos ramos farmacêutico, automobilístico, eletrodoméstico, química fina e têxteis faliram ou pediram concordata e, em muitos casos, foram adquiridas por multinacionais com maiores possibilidades de créditos” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 162). Contribuindo para a desnacionalização das empresas brasileiras.

Bresser-Pereira ao analisar politicamente o governo de Castello Branco, corrobora,

[...] no campo interno, era conservador, na medida em que visava a preservar o status quo; moralista, enquanto via na honestidade dos políticos a solução para os problemas do Brasil, e anticomunista com tal violência que chegava as raias da paranoia. No campo internacional, essa era um Governo politicamente colonialista, na medida em que colocava o país sob o total domínio e dependência de uma potência estrangeira, da qual se tornava mais do que caudatário, um instrumento para a cobertura política das demais ações internacionais dessa potência. Colonialista porque acreditava que o desenvolvimento do Brasil só poderia ser realizado com auxílio do exterior, não havendo quaisquer condições para um desenvolvimento autônomo. [...] Foi um Governo, em que operários, camponeses, estudantes e empresários estavam ausentes. (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 165).

Com a adoção de estratégias elitistas em suas políticas econômicas, o governo Castello Branco agravou as desigualdades sociais, recaindo principalmente na classe trabalhadora. Todavia, o Estado logrou avanços no fortalecimento das indústrias de base no Brasil e “realizou pesados investimentos em infraestruturas econômicas (energia e transporte), em parte “financiadas” por políticas monetária e fiscal francamente expansionistas”. (SUZIGAN, 1988, p. 7).

As transformações implementadas por Castello Branco, até o ano de 1967, serviram de base para impulsionar o crescimento econômico brasileiro a partir de 1968, com o governo Costa e Silva. Entretanto, não podemos perder de vista o caráter cíclico da economia brasileira, em que Ciclos Juglarianos se revezam em fases de ascensão e recessão (RANGEL, 1983; 1984), que deixam suas marcas no território.

Cano ressalta, que no final dos anos 1960 e início da década de 1970, “os efeitos do elevado crescimento econômico da economia nacional e os decorrentes das políticas de desenvolvimento regional fazem que a produção, em particular a industrial, inicie um processo de desconcentração *relativa* em termos regionais” (CANO, 2008, p. 36, grifo do autor), que irá ser espraiada inclusive na direção da região metropolitana de São Paulo para o interior do estado, devido às estratégias políticas e aos investimentos em infraestrutura do período.

Podemos destacar entre as mudanças estabelecidas no governo Costa e Silva, o posicionamento quanto ao combate à inflação. Com Castello Branco a inflação foi tratada como inflação de demanda, adotando políticas desfavoráveis ao consumo de produtos industrializados, o que foi decisivo para a diminuição da inflação naquele período, ao passo que continha o crescimento econômico e agravava a crise. Costa e Silva, com o apoio do Ministério da Fazenda e de especialistas tecnocratas que compreendiam os governos militares, diagnosticaram a inflação com natureza de custos e não de demanda, o que possibilitou alteração em suas políticas econômicas e logrou a aceleração do crescimento econômico.

Costa e Silva passou a estimular a procura, ao contrário de seu antecessor. Entre as medidas adotadas figuram a reformulação salarial, que aumenta o poder de compra e conseqüentemente a procura por produtos industrializados, estimulando o aumento da produção industrial. As empresas, nessa fase ascendente, aumenta a contratação de empregados, reestabelecendo os níveis de emprego (BRESSER-PEREIRA, 1977).

Segundo Sposito & Santos,

A partir de 1968, o relativo controle da inflação, a situação consolidada das finanças e da economia, o aumento da capacidade das estatais investirem, no plano interno, e a retomada dos investimentos estrangeiros e a situação favorável para empréstimos a países periféricos, no plano externo, foram os ingredientes do *milagre econômico brasileiro*, marcado por crescimento anual de mais de 10% entre os anos de 1968 e 1973. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 163, grifo nosso).

Ademais, no Governo Costa e Silva houve também aumentos nos impostos, contudo, o período de ascensão, possibilitou a elevação da arrecadação pelo Estado, reduzindo o *déficit* governamental.

Graças às reformas fiscal, financeira e do setor externo, realizadas no governo anterior, foi possível adotar políticas de créditos mais flexíveis. As indústrias de construção civil foram alvo dos primeiros investimentos governamentais, haja vista, que os aparelhos financiadores desse setor já haviam sido criados, como o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), estimulando a procura por imóveis principalmente pela classe média (SPOSITO & SANTOS, 2012). As indústrias de bens de consumo duráveis também foram beneficiadas pelas políticas governamentais, principalmente no que se refere à flexibilidade e por que não dizer facilidade, no fornecimento de crédito responsável

também pelo aumento do consumo e, segundo favorecendo as indústrias de automóveis e eletrodomésticos SUZIGAN (1988).

Vale ressaltar, que em pleno período de crescimento econômico, observou-se a elevação das desigualdades sociais, na medida em que grande parte da população não participou dos benefícios das políticas creditícias, excluindo-os a possibilidade de adquirir bens de consumo duráveis essenciais, como a moradia com condições mínimas de se viver. Principalmente os extratos mais pobres da população, não foram beneficiados pelo crescimento econômico (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Ademais, as indústrias de bens de consumo não duráveis mesmo apresentando crescimento inferior se comparada com as indústrias de bens de consumo duráveis, se faziam presentes na pauta das exportações de produtos manufaturados, devido às medidas governamentais de incentivo às exportações e também devido ao panorama favorável em nível internacional. (SPOSITO & SANTOS, 2012; SUZIGAN, 1988).

O dinamismo econômico vivenciado pelo Brasil de 1968 a 1973 seria interrompido pelo início do período de crise internacional, a fase B do 4º Kondratieff que se deu concomitantemente a fase recessiva (B) do Ciclo de Juglar no Brasil, resultando em um extenso período de recessão e grandes dificuldades para contornar a crise (RANGEL, 1983). Era a primeira vez no capitalismo industrial brasileiro, que as duas fases recessivas se encontravam, ao passo que “nossa industrialização – não obstante seu caráter substitutivo de importações – prosseguiu ao longo de toda “fase a” do subsequente Kondratieff (O quarto)” (RANGEL, 1983, p. 36).

Suzigan (1988, p. 9) alude que “Após o choque do petróleo e a elevação dos preços das matérias-primas no mercado internacional (1973-1974), o Estado aumentou ainda mais sua influência sobre os rumos do desenvolvimento industrial”. E corrobora,

Embora a política macroeconômica tivesse sido mantida moderadamente expansionista, à custa de maior endividamento externo, o ritmo de crescimento da produção industrial e os níveis de consumo caíram na segunda metade dos anos 70. O déficit da balança comercial fez com que fossem mantidos e ampliados os incentivos e subsídios à exportação de manufaturados, e aumentadas as barreiras não-tarifárias às importações. Entretanto, os níveis de investimento no setor industrial permaneceram elevados, o que se deve à ação estruturadora do Estado sobre o setor

industrial na segunda metade dos anos 70, de forma semelhante ao que ocorrera na década de 50.(SUZIGAN, 1988, p. 9).

O autor refere-se ao fato do governo voltar-se para a produção de bens de produção e de capital, como ocorrera em 1950, agora visando manter o nível de acumulação e dinamismo, frente à nova crise que se instaura.

Em 1974 Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil. Seu governo “mesmo diante da conjuntura econômica desfavorável, optou pela manutenção de políticas direcionadas à expansão econômica e ao endividamento externo” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 165).

Ernesto Geisel lança como plano de governo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), tendo três objetivos basilares:

i) alcançar autonomia em relação à economia internacional, com fortes investimentos no intuito de substituir importações de bens de capital e bens intermediários e prover insumos básicos (setor petroquímico) e infraestrutura (transportes, telecomunicações, energia); ii) fortalecer a base enfraquecida do tripé, as empresas nacionais; iii) enquadrar as empresas multinacionais aos interesses de desenvolvimento nacional. (SAWAYA apud SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 165).

Segundo Suzigan “O objetivo foi completar a estrutura industrial brasileira e criar capacidade de exportação de alguns insumos básicos” (SUZIGAN, 1988, p. 9). Dessa forma o país havia consolidado a implantação das indústrias de base. Entretanto, as metas estabelecidas no II PND, resultaram no fortalecimento das empresas estatais, ao invés das empresas nacionais, e ainda no agravamento da dívida externa, haja vista, os financiamentos externos que se fizeram necessários para induzir a formação do complexo de base para indústria brasileira.

É fato que os governos militares utilizaram as empresas estatais como “[...] uma estratégia coerente de centralização do poder econômico e político”, fazendo com que esse tipo de empresa aumentasse no país, durante o período ditatorial. Os autores apontam, que nesse período houve a criação de empresas importantes como “a Embratel (1965) a Embraer(1969), a Telebrás (1972) e a Siderbrás (1973)”(SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 165).

Com o advento do segundo choque do petróleo em 1979, houve o agravamento do período recessivo no Brasil que duraria até 1983, devido ao estrangulamento e a elevação da taxa de juros no mercado internacional (SUZIGAN, 1988).

Para Suzigan,

O resultado foi a pior recessão da história da industrialização brasileira. Em Três anos (1981-1983), a produção industrial caiu cerca de 17%, os níveis de investimentos foram reduzidos à metade, o nível de emprego na indústria caiu 20% (com perda de 940 000 empregos), e a indústria passou a operar com uma capacidade ociosa de, em média, 25%. O mais grave porém, foi a ampliação do hiato tecnológico em relação à indústria mundial, devido ao adiamento ou abandono de programas de pesquisa e desenvolvimento e atraso de investimentos em setores de tecnologia de ponta e na modernização de indústrias tradicionais. (SUZIGAN, 1988, p. 12).

Ou seja, as empresas brasileiras se mostravam pouco competitivas devido à baixa aderência tecnológica no processo produtivo. Ademais, no final dos anos 1970, observou-se a quebra com o modelo de substituição de importações, que já não se sustentava devido às transformações macro e microeconômicas.

Para Sposito & Santos, diferentemente do início da década anterior, nos anos de 1980,

O aumento dos juros internacionais agravou o serviço da dívida e impôs um severo ajustamento interno da economia, marcado pelas restrições fiscais e monetárias e pelo arrocho dos salários. Com isso, o novo cenário emergente assumiu a forma não só de estagnação econômica, como ainda de agravamento da inflação e das desigualdades sociais. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 170).

No período de estagnação econômica, “os esforços de modernização foram reduzidos às agências de desenvolvimento regional que fracassaram, já que não atingiram o núcleo duro dos problemas do Estado, associados ao clientelismo e ao patrimonialismo político” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 168), estes que em outrora marcaram os entraves ao desenvolvimento do país, ainda se fazem presentes na estrutura política brasileira, impregnada pela corrupção.

Esse período ficou conhecido como “década perdida”, em que o Estado não estabeleceu um projeto de desenvolvimento para o país, apresentando uma estagnação econômica e elevando as desigualdades sociais.

Contudo a partir de 1984 o país logrou um crescimento econômico, em virtude do aumento das exportações, possibilitado pela desvalorização cambial e pela recuperação no comércio exterior. Foi notória a expressividade adquirida pelo setor de processamento de recursos naturais, dentre os setores que apresentaram aumento nas exportações, na balança comercial brasileira, da década. Dessa forma, observou-se mudanças na participação dos setores industriais na econômica brasileira.

Segundo Suzigan (1988) tornara-se indispensável à adoção de um novo projeto de desenvolvimento para o país, principalmente retomando o papel do Estado como garantidor do desenvolvimento brasileiro. Sendo que “a partir dos anos 80, o Estado não apenas deixou de orientar como retardou o desenvolvimento industrial” (SUZIGAN, 1988, p. 15).

Rangel (1983), perante a crise que assolou a economia mundial e brasileira⁴ nos anos iniciais de 1980, sinaliza para a eminência da Quarta Dualidade da economia brasileira, a partir da fase B do Quarto Kondratieff que possivelmente teria a ascensão do capitalismo financeiro, entretanto não podemos afirmar integralmente a existência da Quarta Dualidade, na medida em que seriam necessários estudos mais aprofundados sobre o tema.

Dada à insatisfação popular e as mobilizações que vieram à tona, e o panorama econômico nacional, tem fim o período ditatorial no Brasil em 1985, quando por eleição indireta Tancredo Neves é eleito a Presidência da República. Porém, devido às alianças que se formaram para eleger Tancredo, inclusive a aliança com José Sarney, é discutível o caráter democrático então estabelecido, haja vista, que Sarney “[...] até pouco tempo presidia o partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena)”. Nessa perspectiva, Sader (2010, p. 23) assevera, “Configurou-se desse modo a natureza da democracia nascente: um híbrido entre o novo e o velho”.

Tancredo Neves não chegou a tomar posse da presidência da república devido ao agravamento de seus problemas de saúde que o levaram a óbito. Sarney, como vice-presidente, assume a presidência de república e estabelece uma democratização apenas político-institucional, entretanto, “[...] a democratização não assumiu caráter econômico, social e cultural” (SADER, 2010, p. 23). Em seu Governo (1985 – 1990), Sarney convocou e instituiu a Constituição brasileira de 1988, ainda em vigência após 27 anos, e ainda voltou-se a legalização de partidos considerados na ditadura como ilegais.

⁴Vale ressaltar que a teoria Rangeliana, abrange também os problemas agrários que a revolução técnico-científica acarreta no campo, principalmente quanto à liberação de mão de obra à cidade, na medida em que essa população vem sendo expulsa do campo, haja vista, a utilização cada vez maior de capital intensivo na produção agropecuária. Entretanto, enquanto ainda não havíamos completado o processo de industrialização, a mão de obra vinda do campo, era absorvida pelos setores que estavam em desenvolvimento. Quando esse estágio se completa, há um agravamento desse processo, na medida em que a indústria não consegue absorver toda a mão de obra excedente, entrando em voga a discussão sobre a necessidade da Reforma agrária no Brasil. Ver Rangel (1989).

Contudo, seu governo foi bastante criticado por não ter rompido totalmente com as práticas e ideais do Governo militar, sendo que em 1989 foi eleito democraticamente Fernando Collor de Melo para o cargo de presidente (1990-1992), aproveitando-se dessa insatisfação popular como estratégia eleitoral, prometendo um governo popular. Eleito e empossado, Fernando Collor foi responsável pela implementação das primeiras políticas neoliberais no Brasil, que trataremos no item seguinte.

1.3 O neoliberalismo no Brasil, desindustrialização e políticas industriais de 2004 – 2014.

O neoliberalismo no Brasil, começa a ser implementado, no mandato do então presidente, Fernando Collor de Mello, que mesmo tendo iniciado sua candidatura com pouca aceitação social, ganha destaque, devido ao receio da elite conservadora frente à popularidade que vinha adquirindo o também candidato a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, que entrava na disputa pelo cargo pela primeira vez, ameaçando as aspirações da direita conservadora, por ser um representante da esquerda com ideais tidos como “comunistas”. (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Collor lançou em 1990 o “Plano Collor I” como política de combate a inflação, visando diminuir o déficit público, mas que resultou em restrições econômicas a maior parte da população brasileira, que teve que elaborar estratégias de convivência com a diminuição da renda familiar, devido ao arrocho salarial e ao confisco da poupança; por outro lado, o Plano Collor I afrouxou as tarifas de importação e apostou na privatização de estatais, fortalecendo a entrada de capitais externos no Brasil, priorizando o capital privado (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Em 1991, a fim de combater a aceleração da inflação, agravadas pelas políticas anteriormente adotadas, temos o lançamento do “Plano Collor II” (SPOSITO & SANTOS, 2012), que não logrou sucesso, haja vista, que estava calcado nas mesmas diretrizes do plano anterior, gerando um período de recessão e agravamento das desigualdades sociais no país.

Sposito & Santos (2012, p. 175) asseveram, que essas políticas adotadas pelo governo “demonstram, claramente, a redefinição da função do Estado, cabendo

ao capital privado (nacional e multinacional) o papel de condutor do desenvolvimento econômico. Essa redefinição marcou a opção do governo pelo neoliberalismo [...]”.

A adoção do neoliberalismo, com sua crença no desenvolvimento econômico e na ideologia da reprodução da acumulação capitalista por meio do livre mercado, foi facilmente estabelecida e aceita na sociedade brasileira, devido a utilização do momento de crise vivenciado desde meados dos anos de 1980, quando o Estado tinha poder de intervenção na economia do país como pretexto, sendo que “na verdade, o problema era a restrição externa (crise do petróleo e alta dos juros sobre a dívida) que forçou, num curto espaço de tempo, o ajustamento estrutural da economia brasileira” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 177).

O projeto de modernização objetivado por Collor ficou marcado com um período de integração subordinada. Sposito & Santos (2012, p. 178) corroboram “Os frutos dessa política desastrosa foram a destruição do parque produtivo nacional, o empobrecimento da população, o desemprego, etc”.

Após o *impeachment* de Collor em 1992, devido a denúncias de corrupção de seu governo, Itamar Franco assume a presidência da república, dando continuidade às privatizações de empresas estatais iniciadas por Collor, devido à pressão do empresariado e do Congresso Nacional. Entretanto, é no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que o neoliberalismo se consolida na economia brasileira.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) que fora ministro da fazenda no governo de Itamar, assume a presidência da república em 1994, adotando uma política de controle do déficit público, por meio do aprofundamento da abertura econômica brasileira (SPOSITO & SANTOS, 2012).

No Governo FHC, houve uma racionalidade aplicada à tentativa de inserção do Brasil na economia mundial, mesmo que de maneira subordinada. FHC focou na privatização de empresas e serviços públicos, bancos e exploração petrolífera e implementou uma série de regulamentações para realizar-se a compra das empresas estatais, que não eram exigidas no Governo Collor.

Com o discurso de “dinossauros”, que geravam mais despesa do que lucro ao Governo, FHC privatizou, segundo Sposito & Santos (2012, P. 184) “80 empresas” estatais em seus dois mandatos (1995 – 1998 e 1999 - 2002). Porém essa prática não foi capaz de estimular um desenvolvimento para o país, na medida em que o dinheiro extraído da venda das estatais foi utilizado para sanar despesas

anteriormente assumidas pelo Estado (SPOSITO & SANTOS, 2012), assim como a entrada de IED que ocorrera no país nesse período, na forma de fusões e aquisições, concentrou alguns setores industriais e ainda contribui para a desnacionalização da economia. Ademais, a pouca drenagem dos IED para o setor industrial não estimulou as exportações brasileiras.

Os autores analisam o período e as políticas adotadas no Governo FHC, entre elas o Plano Real⁵, da seguinte maneira: “De um lado, a política de valorização real frente ao dólar e as outras moedas ajudou no combate à inflação e, de outro lado, aumentou as importações e o déficit comercial e culminou na substituição de alguns produtos e componentes locais por importados” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 187).

As empresas multinacionais foram as maiores beneficiadas das políticas neoliberais no Brasil, sendo o capital privado nacional, obrigado a estabelecer estratégias de sobrevivência à competição das multinacionais, quando não, abriam falência e vendiam suas empresas para o capital internacional.

Devido à discrepância tecnológica entre as empresas de capital privado nacional e as multinacionais, as últimas investiam em setores mais intensivos em tecnologias, ou seja, em produtos de maior valor agregado, enquanto que as empresas nacionais de capital privado, não conseguindo competir com as multinacionais, adotaram como estratégia o investimento no setor de processamento de recursos naturais, as chamadas *commodities*, “ou para a privatização e concessão de serviços de utilidade pública” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 190).

Brandão (2010, p. 60), acredita que a perda do controle do Estado sobre a economia com a implementação do modelo neoliberal nos anos 1990, marca um processo de “integração subordinada na mundialização financeirizada, promovendo o ajuste passivo e a modernização defensiva e a não diversificação do aparelho produtivo”, culminando em maiores investimentos ao setor de processamento contínuo de recursos naturais. E corrobora, “Assim ocorreu regressão no dinamismo industrial, com o reforço do agronegócio, dos segmentos ancorados na exploração de recursos naturais, extração e beneficiamento de petróleo e outros minerais”(BRANDÃO, 2010, p. 61).

⁵ Criado por Fernando Henrique Cardoso no Governo de Itamar, quando ainda era Ministro da Fazenda, entretanto, suas consequências foram sentidas de forma mais expressiva no Governo FHC.

Para Paulani, FHC pretendia adotando as políticas neoliberais, que o Brasil entrasse na economia mundial por meio do comércio exterior, contudo, essa estratégia não obteve êxito, na medida em que

O Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Esse seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia absoluta (afinal de contas, o custo irrisório da mão-de-obra é nossa verdadeira “vantagem comparativa!”), completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo.(PAULANI, 2008, p. 131-132).

As palavras de Paulani (2008) evidenciam que as consequências do neoliberalismo no Brasil, nos levaram a uma participação subalterna na divisão internacional do trabalho, devido à função de produzir bens de baixo valor agregado. Ademais, a abertura econômica brasileira, possibilitou a valorização ao capital internacional, que ao retornar os lucros aos seus países de origem, deixam o ônus ao Brasil.

O aumento da produção de *commodities* e a diminuição da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro trouxe à tona a discussão a cerca da ocorrência do processo de desindustrialização no Brasil.

Lamoso (2013) alude a inexistência de um consenso sobre o processo de desindustrialização brasileiro, sinalizando a formação de duas correntes analíticas. A primeira seria aquela associada à chamada “Doença Holandesa”, termo usado para caracterizar ocasiões em que “há uma associação da fartura de recursos naturais a um processo negativo” (LAMOSO, 2013, p. 7). O termo deriva da ocorrência da diminuição da participação da indústria “no PIB Holandês muito rapidamente entre 1974 (22 %) e 1981-1983 (16%), mas a partir daí, recuperou-se ligeiramente até o fim dos anos 1980 (18%) para novamente perder peso até 2010 (12%) [...]” (BONELLI, PESSOA & MATOS, 2013, p. 56), enquanto houve um crescimento nas exportações de gás no país, produto de baixo valor agregado, que seria a causa do atravancamento do desenvolvimento econômico. O fenômeno da “Doença Holandesa” em geral está associado ao processo de reprimarização da economia, que ocorre “[...] quando há um retorno à produção de bens primários em prejuízo dos industrializados [...]” (LAMOSO, 2013, p. 23).

Para a autora,

no curso do desenvolvimento econômico há uma corrente (predominantemente estruturalista) que confere protagonismo ao setor industrial ao considera-lo, dentre os setores da economia, o mais dinâmico, com maior potencial de difundir inovações, acelerar os ganhos de produtividade e impactar, com isso, o aumento da renda per capita.(LAMOSO, 2013, p. 5-6).

Entendemos que a partir de uma abordagem estruturalista emergem os argumentos negativos que permeiam o processo de desindustrialização. Entretanto, Lamoso levanta questionamentos importantes acerca do tema,

A importância que a indústria tem no processo de desenvolvimento econômico estimula a observação sobre qualquer alteração no curso do processo de modernização, elevação da produtividade, crescimento do setor de serviços. Por isso, a redução da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) tem feito parte de uma pauta (nem tão recente) na literatura econômica. Se considerarmos que o desenvolvimento econômico pressupõe que a indústria se torne cada vez mais capital intensiva, aumentando sua produtividade e liberando mão-de-obra para o setor de serviços, até que ponto isso é considerado negativo? Seria esse processo parte da desindustrialização? [...]. (LAMOSO, 2013, p. 6).

Nakahodo & Jank *apud* Lamoso (2013, p. 8) acreditam que “a economia brasileira não passa por um processo de reprimarização”, haja vista, que a medida que há o predomínio da produção de *commodities* agropecuárias, desenvolve-se em conjunto, atividade industriais e de serviços que fornecem suporte à essa produção e dinamizam a economia.

Em uma perspectiva que refuta a desindustrialização no Brasil, Barros e Pereira *apud* Lamoso (2013, p. 14, 15) “defendem a tese de que a indústria passa por um processo de reestruturação. [...] Quantificada pela mudança relativa do peso de cada atividade no valor adicionado industrial, [...] que frequentemente é associada ao fenômeno de reprimarização”.

De toda forma, Lamoso (2013) salienta que “um mesmo fenômeno de desindustrialização pode apresentar resultados diferentes quando ocorre em territórios diferentes, pois cada país em uma capacidade de resposta aos desafios que lhe são postos pelo curso do desenvolvimento econômico”.

Almeida (2013) faz algumas considerações acerca das políticas industriais brasileiras, a saber: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2004, Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008 e Plano Brasil Maior implantada em 2011; e contribui com a análise do aumento do peso das *commodities* na balança comercial brasileira.

Principalmente a partir de 2008, segundo Almeida (2013, p. 283), as políticas industriais brasileiras estão relacionadas “[...] à forma de atuação do BNDES”. Entre os principais aspectos que caracterizam esse fato, está a mudança

no padrão do comércio exterior mundial neste início de século XXI, puxado pela maior inserção da China no comércio mundial como consumidor de alimentos e matérias-primas, favorece e consolida atual estrutura produtiva brasileira, concentrada na exportação de *commodities* agrícolas e minerais. A política industrial, em vez de contrabalancear esse efeito-demanda, na verdade o fortalece ao estimular a concentração e internalização das empresas brasileiras produtoras de *commodities*. (Ibid., p. 283).

Essa afirmação é confirmada quando olhamos os dados da balança comercial brasileira, onde a China aparece na primeira posição entre os principais países compradores de produtos brasileiros, com 40.616 milhões de dólares, representando 18% de participação em 2014 (DEAEX/MDIC, 2015).

Para o autor, o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as empresas grandes de setores já consolidados, assim como o investimento voltado principalmente as empresas nacionais, não possibilita a diversificação produtiva e o incentivo à inovação e não consegue sanar problemas específicos empresariais. Por outro lado, o fortalecimento do BNDES se dá concomitante ao processo de endividamento público, devido à concessão de empréstimos do Tesouro Nacional, para viabilizar essa prática (ALMEIDA, 2013).

Para Almeida (2013) o problema não consiste em uma economia baseada em *commodities*, mas sim “aos métodos de produção tradicionais” desses produtos, logo, deve-se trazer as inovações para a estrutura produtiva existente, visando estimular a economia do país como um todo e não somente priorizar com as políticas industriais, a ascensão de grandes empresas nacionais, que não irão lograr alterações mais abrangentes para o país.

É certo que a implantação de políticas industriais a partir de meados dos anos 2000, alterou o posicionamento do Estado frente à economia brasileira.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república (2003 – 2006) o país sentiu uma “possibilidade de mudança econômica” (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 190), haja vista, a chegada ao poder de um representante da esquerda, cujas preocupações sociais eram pauta destaque em sua campanha eleitoral.

Entretanto, cabe lembrar que Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, disputou duas eleições presidenciais antes de chegar ao poder (em sua

terceira tentativa) e somente após mudanças em sua estratégia política conseguiu ser eleito à presidência do Brasil. Como marca desse processo, temos a publicação da “Carta ao Povo Brasileiro”, quando o ainda presidenciável Lula, se compromete a manter a mesma política econômica e os contratos já estabelecidos (SPOSITO & SANTOS, 2012), assegurando os interesses da classe empresarial, mas não abrindo a economia totalmente ao capital internacional como havia ocorrido nos anos 1990 com a adoção das políticas neoliberais.

Segundo, Sposito & Santos, não houve uma total ruptura e tão pouco uma plena continuidade do modelo neoliberal no Brasil, no Governo Lula. Para os autores,

tem ocorrido a elaboração e execução de um projeto nacional de desenvolvimento econômico à luz da economia real, não da economia de *textbooks*. Num cenário internacional favorável e com o crescimento econômico, tivemos a ampliação das reservas em moedas estrangeiras, a aplicação destas em ativos para fins de rendimento, a diversificação dos mercados geográficos de intercâmbio comercial, a independência financeira do FMI, a economia de gastos públicos visando a formação de um fundo soberano, a maior autonomia com relação às instituições multilaterais como o FMI, por exemplo, e um maior alinhamento em torno do G20 e das economias BRIC etc. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 193).

Sposito & Santos (2012, p. 197), diferentemente de Almeida (2013), acreditam que as políticas adotadas durante os dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010), possuíam quatro objetivos principais que estavam por trás da “promoção de grandes conglomerados [...]”.

Primeiro, evitar o movimento de desnacionalização vigente desde meados dos anos 1990 em setores estratégicos. Segundo, assegurar o controle nacional de setores que ajudam substancialmente com a pauta exportadora (alimentos, papel e celulose, açúcar e álcool). Terceiro, promover uma maior internacionalização de empresas e grupos nacionais, visando assegurar a manutenção ou ampliação das exportações nos principais mercados, bem como criar as condições para que haja a remessa de lucros ao país e a redução do *déficit* na conta da balança de pagamentos. Quarto, reduzir as importações de insumos e gastos com direitos de propriedade (*royalties*) destinados ao exterior. (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 197).

Dessa forma, concordamos que as políticas adotadas no Governo Lula (PITCE e PDP), agiram de forma positiva, convergindo para “um alargamento dos parceiros (independentemente de seus regimes políticos), da saída do alinhamento de Washington para uma multipolaridade e maior peso às relações com economias do Sul, por exemplo” (SPOSITO & SANTOS, 2012).

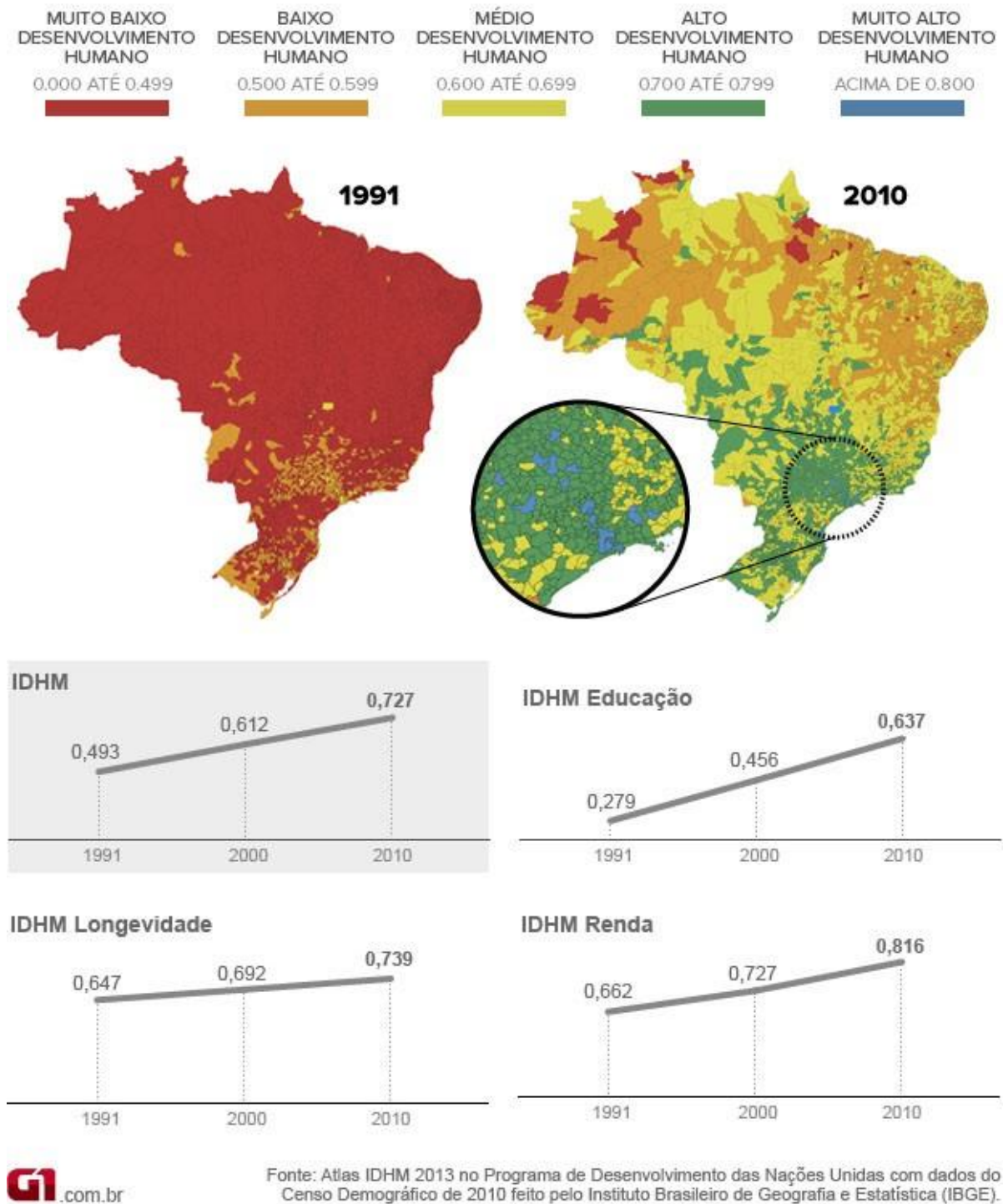
A crise que afligiu a economia mundial em 2008 agiu de forma a desmoralizar o modelo neoliberal, na medida em que as empresas tiveram que buscar ajuda do Estado para passar pela crise, segundo Lamoso (2012, p. 395, grifo da autora) “O receituário neoliberal saiu “desmoralizado” frente a dependência do socorro dos Estados para salvar seu sistema financeiro”.

Vale ressaltar que assim como Almeida (2013), Sposito & Santos (2012), mencionam os efeitos negativos, que tais políticas industriais causam em decorrência da utilização massiva de recursos do BNDES, para o fortalecimento de grandes conglomerados.

Com o término do segundo mandato de Lula, Dilma Rousseff assume a presidência do Brasil, em seu primeiro mandato (2011-2014), sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo no país. Devido à mesma filiação partidária e o apoio declarado do presidente anterior, acreditava-se que Dilma daria continuidade as aspirações do Governo Lula, no entanto, os dois presidentes herdaram diferentes cenários socioeconômicos, o que refletiu nas diferenças de posturas dos dois governos.

Contudo, concordamos que os Governos brasileiros, pós-FHC, lograram grandes mudanças sociais, possibilitadas pela estabilização econômica resultante da implementação do Plano Real, com suas políticas de redistribuição de renda, que aumentaram o poder de consumo da população, principalmente no que diz respeito ao segundo mandato do Governo Lula, mas sem deixar os interesses econômicos à sua própria sorte, caracterizando-os como governos de cunho neodesenvolvimentistas. Entre os programas criados afim de diminuir as desigualdades no país, por esses governos, podemos citar: Minha Casa, Minha Vida; o programa Fome Zero; o programa Primeiro Emprego; e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Vejamos o mapa 1, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil que explicita esses ganhos sociais.

No primeiro Governo Dilma, houve a implantação do Plano de Ação Brasil Maior, já mencionado, tendo “como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho” (BRASIL MAIOR/MDIC, 2015).



Mapa 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Brasil.

Entre as medidas adotadas para alcançar tais objetivos, estão “a desoneração da folha de pagamento e eliminação da contribuição patronal do INSS com compensação parcial de nova alíquota sobre o faturamento bruto, excluída receita bruta de exportações” (GUARDADO & BOLLE, 2013, p. 395). Essas medidas resultaram em um alívio em curto prazo às determinados setores intensivos em mão

de obra. Todavia, para resolver os problemas da indústria brasileira, Guardado & Bolle (2013) acreditam que sejam necessárias reformas tributárias que realizassem mudanças estruturais.

O caráter anticíclico adquirido pelo sistema tributário brasileiro com as desonerações fiscais, funcionam como “estabilizadores automáticos”, suavizando “o impacto sobre as empresas e sobre o trabalhador das oscilações no ciclo econômico” (GUARDADO & BOLLE, 2013, p. 396). Entretanto, essas medidas agem de forma negativa aos cofres públicos, na medida em que, em situação de choque econômico sobre as receitas, as empresas diminuem o valor dos impostos pagos ao governo.

O Governo Dilma também procurou reduzir os juros, sendo que “a redução da taxa Selic, caso seja sustentada pela permanência de um quadro inflacionário benigno, reduzirá também o custo de financiamento do governo” (GUARDADO & BOLLE, 2013, p. 405), essa redução possibilita ao Governo adotar medidas como essas de desoneração fiscal.

Para os autores, as medidas contempladas no Plano Brasil Maior, resolvem problemas específicos em curto prazo, mas

não são suficientes para gerar ganhos duradouros para a indústria. [...] é preciso criar um ambiente favorável às empresas que compõe a indústria de transformação, investindo em infraestrutura, em programas de qualificação de mão de obra e reduzindo os custos de energia, tão elevados no País. É necessário também expandir os mercados para essas empresas, derrubando as fronteiras que hoje limitam suas operações apenas ao mercado doméstico. (GUARDADO & BOLLE, 2013, p. 407).

Desse modo, apesar do cenário recessivo economicamente, da pressão política da oposição e das manifestações sociais que eclodiram a nível nacional em junho de 2013 e permanecem de forma isolada, é correto afirmar que o Governo Dilma, em seu primeiro mandato logrou sucesso, mesmo em curto prazo, em suas estratégias acerca de política industrial.

Com a continuidade de seu Governo no segundo mandato, ainda no início, aguardamos os futuros desdobramentos para o setor industrial e para o país, no decorrer dos próximos anos.

Após esse panorama das principais ocorrências no desenvolvimento econômico brasileiro, com ênfase no processo de industrialização, faremos a seguir uma análise da formação regional brasileira a fim de compreender a importância da

região litorânea no processo de industrialização do país e como o Mato Grosso do Sul se insere nesse processo.

1.4 A importância da costa litorânea na formação regional brasileira

Devido a necessidade de contextualizar a formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul e identificar como ocorreu a entrada da indústria no estado, retornaremos a análise da formação regional do Brasil, a fim de compreender como se deu essa participação em uma economia que, desde o período colonial, enfatizou seus estados litorâneos.

Desde o início da colonização europeia, a costa leste do Brasil, fora a porção do território que logrou maior interação com a economia-mundo. Os colonizadores europeus buscaram conhecer o litoral brasileiro a fim de encontrar possíveis riquezas exploráveis de alto valor comercializável. Ademais o litoral brasileiro funcionou como ponto de suporte as expedições às Índias e as expedições que visavam encontrar caminhos para a Ásia (BECKER & EGLER, 2011).

O fator natural também contribuiu com a importância econômica litorânea, na medida em que encontrava-se nessa porção do território a presença da Mata Atlântica, floresta úmida e de solos férteis que propiciou em um período posterior a exploração do pau-brasil, a produção açucareira atividade esta que em um primeiro momento também utilizou-se de mão-de-obra escrava indígena, assim como o pau-brasil, e ficou conhecida como *plantation* (BECKER & EGLER, 2011).

Nas palavras dos autores,

A grande lavoura escravista, eu foi a espinha dorsal da economia colonial, sempre esteve presa às vizinhanças do litoral, seja pelos custos de transporte, que inviabilizava a produção a longas distâncias dos portos exportadores, seja por sua visceral dependência dos férteis solos da floresta tropical. Com base nesse sistema produtivo, a grande lavoura escravista foi implantada em diversos pontos da costa Atlântica. (BECKER & EGLER, 2011, p. 94).

Essa porção do território brasileiro no período colonial foi chamada de *Marinha*, lugar do “engenho” (BECKER & EGLER, 2011), onde se desenvolveram as grandes lavouras de cana-de-açúcar e concentrou-se a maior parte da população.

No mesmo período os autores chamam a atenção para as outras porções do território chamadas de *Sertão* e de *Minas*, que exerceram funções específicas na economia brasileira.

O sertão, que a princípio serviu como rota de fuga para os indígenas e negros que fugiam do regime escravista açucareiro, posteriormente assumiu papel importante na atividade pecuária. Os bandeirantes que partiam em busca dos escravos fugidos do engenho, estimularam a ocupação dessa porção do território. “[...] Uma extensa rede fluvial voltada para o interior permitiu que sertanistas vicentinos se espalhassem em várias direções, apresando índios, buscando ouro e pedras preciosas e criando fazendas de gado” (BECKER & EGLER, 2011, p. 97). A pecuária se desenvolveu junto com a produção açucareira, primeiramente nos arredores da grande lavoura e em um segundo momento devido ao estreitamento da lavoura, adentrando o interior brasileiro, sempre dando suporte a atividade açucareira. O sertão foi o território do “curral” (BECKER & EGLER, 2011, p. 97).

Becker & Egler (2011) asseveram que a atividade pecuária, contribuiu na ocupação territorial do Brasil, sendo de suma importância no desenvolvimento da atividade açucareira e também na estruturação econômica do Nordeste, consolidando o regime latifundiário que havia sido inaugurado pela lavoura da cana-de-açúcar.

O descobrimento do ouro em Minas Gerais no início do século XVIII, foi responsável por diferenciar a atividade econômica dessa porção do território, que ficou conhecido como *Minas*. A mineração diferenciava-se da lavoura, devido à possibilidade do “ouro de aluvião” de forma artesanal e em escalas maiores, não ficando restrita somente aos possuidores de recursos financeiros que pudessem investir nessa atividade, como era o caso da produção de açúcar. Dessa forma, a mineração foi responsável por grande fluxo emigratório português para a região. Devido ao aumento populacional e ao surgimento de novas demandas, desenvolveu-se “a vida urbana e formou-se um mercado de alimentos, que veio a somar-se ao ainda mais importante mercado de animais de tração destinado ao extenso sistema de transportes que articulava a vasta região aurífera ao porto do Rio de Janeiro” (BECKER & EGLER, 2011, p. 99).

Nesse sentido, o ciclo minerador, foi responsável pelos primeiros ensaios de integração das diversas regiões brasileiras, mas ainda concentrando-se nas porções litorâneas e em suas proximidades, sendo o Rio de Janeiro o intermediador das

atividades econômicas, principalmente a mineração, papel que lhe garantiu força mesmo após a inserção do império mercantil e a decadência do minério.

Segundo Becker & Egler (2011, p. 102) “O império mercantil escravista foi a forma de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho resultante da Revolução Industrial”. Utilizando as potencialidades históricas e naturais de cada porção do território para se integrar a chamada economia-mundo como produtor de mercadorias, com o café, por exemplo. As regiões litorâneas novamente tiveram destaque, na medida em que as trocas comerciais realizavam-se de cidades portuárias, como o Rio de Janeiro, nesse período o maior produtor de café do Brasil, diretamente com o mercado mundial.

Apesar de todas as regiões litorâneas estabelecerem relação com a economia-mundo, a economia cafeeira logo trouxe destaque a região Sudeste, sobressaltada devido ao papel político e econômico herdado desde o período colonial. A produção do café se iniciara no Rio de Janeiro, devido “[...] aos capitais acumulados com a intermediação comercial com a zona mineradora, que financiaram o surgimento da atividade econômica que se transformou na marca registrada do Império do Brasil [...]” (BECKER & EGLER, 2011, p. 107).

A economia cafeeira torna-se relevante em nosso estudo, devido sua influencia no processo de industrialização do Brasil. A nascente indústria brasileira conforme já vimos, iniciara como subsidiária a uma economia agrário-exportadora, expoente na exportação de café. A economia cafeeira, foi responsável por implementar no estado de São Paulo, as condições técnicas necessárias as futuras instalações industriais, com o advento do capitalismo industrial no Brasil.

Segundo Becker & Egler,

No Brasil, em 1889, a população aumentara para 14 milhões de habitantes, ainda concentrados na faixa costeira; o intercambio comercial alcançou os 50 milhões de libras; e 9.000 km de ferrovias e 1.000 km de linhas telegráficas conectaram a região costeira, fortalecendo a estrutura espacial em “arquipélago”, com uma grande concentração de infra-estrutura na “ilha” da região cafeeira. Aparelhada comercial e financeiramente, a lavoura do café se constituiu num complexo agroexportador, gerando uma burguesia cafeeira. O mercado interno ampliou-se com a emergência da classe média urbana e com a substituição dos escravos por trabalhadores livres, solucionando o problema de mão de obra e liberando capitais para outros investimentos. Em suma, criaram-se as condições para o surgimento da indústria. (BECKER & EGLER, 2011, p. 68).

Muito embora a produção cafeeira tenha se iniciado no Recôncavo da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, foi em São Paulo que essa cultura

encontrou condições altamente favoráveis de desenvolvimento e expansão ainda no final do século XIX, quando devido as limitações expansivas no Rio de Janeiro, desdobrou-se duas frentes de expansão do café de forma paralelas, a primeira em direção a parte oriental do Vale do Paraíba, chegando aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e a segunda em direção do chamado “Oeste paulista”, região onde encontrava-se uma vasta quantidade de terras, que viriam a ser preenchidas com o cultivo do café (CANO, 1981).

São Paulo diferenciou-se das outras regiões costeiras do Brasil, devido suas particularidades econômicas e até mesmo geográficas. Essas diferenças eram percebidas na medida em que São Paulo aglutinava outras atividades que possibilitaram o desenvolvimento da atividade cafeeira, apresentando “[...] avançadas relações capitalistas de produção” (CANO, 1981, p. 15). Além de possuir características naturais favoráveis com relação ao clima, topografia e solo, com a implantação do complexo cafeeiro desenvolveu-se concomitantemente atividades subjacentes como uma agricultura mercantil; a atividade industrial que dava suporte ao café, como as beneficiadoras e indústrias de embalagens para o café; um sistema bancário; investimentos em infraestrutura e crescimento da urbanização devido a formação de um mercado consumidor; assim como a implantação do sistema ferroviário paulista (CANO, 1981).

Embora já houvesse implantado no Vale do Paraíba um sistema ferroviário, este não surtiu efeitos progressistas como ocorreu em São Paulo. No Vale do Paraíba, a expansão da ferrovia ocorreu em grande parte após o amadurecimento da atividade cafeeira, o que não possibilitou uma atuação com caráter de “criadora de terras” (CANO, 1981, p. 29) como representou em São Paulo, e com a crise dos anos de 1880 entrou em declínio, baixando seu grau de lucratividade, passando a ser administrada pelo Estado, tornando-se inviáveis ao capital privado (CANO, 1981).

A implantação do sistema ferroviário em São Paulo surgiu como forma de mitigar os problemas que limitavam a expansão cafeeira para o anterior, haja vista, que o distanciamento da fronteira agrícola aumentava os custos com a produção e o transporte até seu embarque, resultando em menores taxas de acumulação. Para Cano (1981, p. 33) “A superação desse obstáculo se daria pela implantação do sistema ferroviário”, contribuindo, com isso, para a diminuição de custos com o transporte e consequentemente aumentando a acumulação de capital.

Segundo Cano,

Cabe lembrar, ainda, mais um efeito positivo. Como as ferrovias requerem um grande aparato em termos de construção e reparos mecânicos, é fácil compreender sua importância, nos primórdios de nossa industrialização, quando instalaram grandes oficinas de reparo, construção e montagem, promovendo, inclusive, treinamento e habilitação da mão-de-obra. (CANO, 1981, p. 53).

Outro fato que se mostra importante, é a instituição do trabalho livre como já mencionado por Baer (1988) e que Cano (1981, p. 42) assevera ao dizer: “desempenhou papel fundamental, tanto para a acumulação cafeeira quanto para a industrial”, liberando força de trabalho para o complexo cafeeiro. Entretanto, grande parte da força de trabalho absorvida para a fase da colheita era formada por mão de obra imigrante (nacional e estrangeira), que além de possibilitar o aumento dos lucros com a atividade cafeeira, facilitou a transição para o sistema de trabalho assalariado (CANO, 1981). Com a instituição do trabalho assalariado, cria-se mercado interno para a indústria, na medida em que o trabalho assalariado confere um poder de consumo à esses trabalhadores, o que não era possível no regime escravocrata.

Ressaltemos, contudo, que existiam nas regiões Amazônia, Nordeste e no Extremo Sul, situadas na costa brasileira, atividades que se desenvolviam paralelas ao café em São Paulo. Entretanto, devido as suas especificidades não lograram um processo de industrialização denso capaz de desbancar São Paulo, haja vista que as atividades antecessoras estabeleciam outras relações com a indústria, limitando seu caráter expansivo.

Na Amazônia, a produção da borracha não desenvolveu um complexo econômico diversificador de sua estrutura produtiva, ficando factível às crises e ao sistema de concessão de créditos, então chamado de *economia do aviamento*.

No Nordeste, foram condicionantes as condições depressivas do mercado internacional de seus principais produtos, açúcar e algodão e ainda sua estrutura produtiva tradicional, que passou por um período de transição lenta para o trabalho assalariado. Soma-se ainda, à pecuária que consolidou uma estrutura latifundiária de propriedade de terra e a formação da chamada “reserva de mão-de-obra”, e a agricultura de subsistência (CANO, 1981).

No Extremo Sul sua estrutura fundiária desconcentrada, em pequenas e médias propriedades, conseqüentemente formou pequenas e médias empresas

industriais, principalmente do setor alimentício, ou seja, agroindústrias do setor de carnes que se utilizavam da pecuária desenvolvida na região e produziam para o mercado do Sudeste, gerando o que Goldenstein & Seabra (1980) chamaram de economias complementares. Essas agroindústrias, acompanhando as mudanças do mercado, tornaram-se complexos alimentícios como Seara, Perdigão e Sadia, na atualidade controlada por Grupos de atuação global.

O Centro-oeste, assim como o Norte, era tido como um vasto vazio. Segundo Goldenstein & Seabra (1980, p. 29) “No Centro-Oeste existia uma pecuária extremamente extensiva com vínculos externos pouco expressivos com a área cafeeira”, o que viria a mudar após a Segunda Guerra Mundial.

O surgimento do mercado nacional, muito impulsionado pela economia cafeeira, “[...] quebrou a estrutura em “arquipélago” herdada do passado agrário exportador em que parte expressiva da demanda por produtos industrializados era atendida pela importação” (BECKER & EGLER, 2011, p.111, grifo do autor), pois criou-se relações entre as diversas regiões do país para suprir essa nova demanda.

Becker & Egler corroboram,

A reorganização espacial da economia brasileira acompanhou as modificações substanciais do modo de inserção do Brasil na economia-mundo. A formidável expansão do sistema capitalista mundial no pós-guerra foi acompanhada pelo Brasil, já não somente como exportador de mercadorias, mas, devido à marcante presença do Estado na oferta de infra-estrutura, como campo de investimentos produtivos de empresas nacionais e multinacionais. (BECKER & EGLER, 2011, p.112)

Superada a condição de uma economia em “arquipélago”, o Brasil encontrou na industrialização uma forma de suprir as necessidades das novas demandas do mercado nacional, responder aos estrangulamentos externos e concomitantemente integrar o território brasileiro.

Entretanto, essa integração não gerou espaços homogêneos, mas logrou diferenciações regionais na medida em que São Paulo concentrava o maior parque industrial do país. Para Becker & Egler

No início da década de sessenta, a configuração do Brasil exibia uma estrutura articulada, porém desigual, com o Sudeste centralizando maior parcela da renda nacional, devido à expressiva concentração da produção industrial, principalmente no Estado de São Paulo. As outras regiões brasileiras se organizaram em uma vasta periferia em que cada parcela desempenhava funções peculiares na nova divisão territorial do trabalho resultante da industrialização do país. (BECKER & EGLER, 2011, p. 90).

O estado de São Paulo caracterizou-se como a região mais dinâmica do país, concentrando principalmente na metrópole paulistana até 1970 a maior parte da indústria brasileira.

No caso do Centro-Oeste brasileiro, o qual pertence Mato Grosso do Sul, “[...] após a segunda guerra começa a configurar-se como extensão da agricultura do Sudeste nas áreas que lhe são contíguas” (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1980, p. 32).

Nesse sentido, os autores corroboram,

O caráter de extensão do Sudeste é dado também pelas próprias formas de valorização do capital, favorecidas pela atuação do Estado na expansão das atividades agrárias, através de financiamento e facilidades do escoamento da produção; pela penetração de grandes lavouras industriais como soja-trigo, que na década de 70 vieram a somar às tradicionais culturas de oleaginosas e de arroz; pelo avanço renovado da pecuária nas áreas dos cerrados centrais e do Pantanal e pelo extravasamento das áreas de invernadas (engorda) de São Paulo e do Triângulo Mineiro para o sul de Goiás e sudeste de Mato Grosso do Sul. (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1980, p. 39).

Com isso, evidenciamos como Mato Grosso do Sul se inseriu no contexto das novas dinâmicas externa e interna, não desenvolvendo um parque industrial como ocorreu em São Paulo, haja vista, sua própria formação sócio-espacial que será detalhada do capítulo dois, mas participou como extensão do mercado do Sudeste, fornecendo matéria-prima e produtos semielaborados, e também como fronteira agrícola.

Pelo exposto, consideramos que devido as suas características geográficas, políticas e econômicas, as regiões litorâneas, desde o período do Brasil Colônia concentraram a maior parte da população brasileira. A região Sudeste com a economia cafeeira e o advento da indústria viria a ser a grande concentradora de imigrantes, trabalhadores que serviram de mão-de-obra para o café e posteriormente para a indústria nascente, formando um parque industrial diversificado, com ênfase a cidade de São Paulo, que dinamizou toda a região. Vejamos agora, como as indústrias adentraram novos territórios.

1.5 O processo de desconcentração industrial no Brasil

Becker & Egler (2011) aventam que nos anos de 1970, ocorrem mudanças substanciais no mundo que alteram o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, assumindo a categoria de “potencia regional”. No bojo desse processo encontram-se as mudanças nos padrões de acumulação, que passa de fordismo e taylorismo a um regime de acumulação flexível, e as transformações tecnológicas, que possibilitaram novas relações econômicas e espaciais.

Os avanços tecnológicos ocorridos a partir de 1970 ocasionaram profundas transformações no espaço industrial brasileiro, pois tornou-se possível a separação das unidades de produção de seu centro gestor, que na maior parte das vezes estava localizado na metrópole de São Paulo, estimulando a dispersão industrial para o interior do país.

Para Santos & Silveira (2011) os avanços no campo das técnicas, da ciência e da informação, alicerçaram as transformações que entra em voga na sociedade brasileira, com o aprofundamento do processo de globalização, a partir de 1970. Em suas palavras “resultado de um trabalho permanente e, sobretudo, da progressiva incorporação de capitais fixos e constantes, com ênfase em certos pontos, o território brasileiro metamorfoseia-se em meio técnico-científico-informacional” (SANTOS & SILVEIRA, 2011, p. 93).

Entretanto, cada lugar irá absorver de forma diferenciada essas alterações tecnológicas, ou seja, o avanço das técnicas, da ciência e da informação que deveria contribuir com o desenvolvimento do país, sendo absorvido de forma distinta pelas diversas regiões brasileiras acabam intensificando as desigualdades regionais (BECKER & EGLER, 2011; SANTOS & SILVEIRA, 2011). Podemos identificar esse processo nas palavras de Cano (1981, p. 194), “São Paulo modernizara e diversificara seu parque industrial, não ocorrendo o mesmo com a indústria do resto do país”.

Segundo Santos & Silveira,

Num movimento desigual e combinado, cria-se uma nova geografia do Brasil, caracterizada, quanto à nova tecnosfera, por uma Região Concentrada e por manchas e pontos, enquanto há uma tendência à generalização da nova psicosfera, característica do presente período histórico. (SANTOS & SILVEIRA, 2011, p. 95).

Soma-se aos avanços tecnológicos às novas demandas da economia global, acompanhada da alteração dos modos de acumulação anteriores, para um modelo de acumulação flexível, que visa alçar maiores taxas de lucratividade, diminuindo de riscos para a empresa. O modelo de acumulação flexível exige que os trabalhadores sejam versáteis e multifuncionais, trabalhando em jornadas de trabalho flexíveis, permitindo, devido aos novos imperativos globais, uma produção conforme a demanda.

A mudança do modelo de acumulação global e os avanços tecnológicos recentes com destaque ao desenvolvimento das telecomunicações, que possibilitaram a transmissão de informações instantaneamente ou em “tempo real” (SANTOS & SILVEIRA, 2011), permitiram a dispersão das unidades produtivas pelo território, admitindo que as empresas pudessem distanciar a produção do seu centro de gestão, em busca de lugares mais viáveis economicamente, haja vista que a concentração industrial em São Paulo, já esboçava situações desfavoráveis à permanência da indústria, as chamadas “deseconomias de aglomeração”, que juntamente com a saturação espacial da metrópole, deram início ao processo de desconcentração industrial no Brasil a partir de 1970.

Entre os principais autores que trataram essa temática, encontra-se Azzoni (1986) que ganhou destaque devido aos estudos realizados sobre o processo de reversão da polarização da indústria no Brasil. Azzoni (1986) discute a aplicação da noção de reversão da polarização, muito utilizado para explicar a realidade de países desenvolvidos, aplicada para a realidade brasileira.

Considerando os estudos realizados por Richardson (1980), um dos autores em que se embasa a argumentação do autor, o processo de reversão da polarização ocorreria em um “ponto de mudança quando as tendências de polarização espacial na economia nacional dão lugar a um processo de dispersão espacial para fora da região central, em direção a outras regiões do sistema” (RICHARDSON apud AZZONI, 1986, p. 25). Nesse processo, a região central perderia importância para os novos centros regionais, posteriormente o processo se reiniciaria.

Para Azzoni (1986), o crescimento mais lento na Capital ocorre em concomitância com o crescimento elevado em suas proximidades, como a região metropolitana. Entretanto, o autor questiona se esse fato evidencia “uma desconcentração generalizada da economia nacional, em seu aspecto espacial, ou

apenas um processo de acomodação das empresas a variações de custos locais devidas a um crescimento urbano/industrial [...], com amplitude espacial limitada” (AZZONI, 1986, p. 29).

O autor sinaliza para a segunda linha de pensamento e alude para a incipiente liberdade encontrada na produção industrial, na medida em que, visando lograr maior lucratividade, se instalam em outros lugares do território dentro do que chama de “campo aglomerativo” (AZZONI, 1986), que seria um potencial atrativo regional e não somente urbano como os fatores que constituem o conceito de “economias de aglomeração”.

Ademais o autor menciona a relação estabelecida entre a Capital e seu entorno, haja vista, que mesmo com a unidade produtiva fora da cidade de São Paulo, as indústrias ainda dependem de atividades localizadas na área central, com destaque ao setor serviços e de gestão empresarial. Dessa forma, Azzoni assevera,

[...] as evidências indicam que, longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria *dentro da área mais industrializada do País*, em um processo do tipo “desconcentração concentrada”. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial. (AZZONI, 1986, p. 126, grifo do autor)

As ideias trabalhadas por Azzoni (1986) despertaram críticas no campo da análise espacial da indústria no país. Diniz (1993), que tece críticas à interpretação da noção de reversão da polarização interpretada por Azzoni (1986), utiliza a noção de “desenvolvimento poligonal” para explicar as mudanças espaciais da indústria brasileira, ocorridas a partir de 1970.

Diniz (1993, p. 35) propõe considerarmos “o Brasil como um caso de desenvolvimento poligonal, onde um limitado número de novos polos de crescimento ou regiões têm capturado a maior parte das novas atividades econômicas”. Para o autor como a dispersão ocorre dentro do próprio estado de São Paulo ou em suas proximidades, não podemos considerar o processo como uma desconcentração (AZZONI, 1986).

Diniz destaca cinco fatores que devem ser considerados na compreensão da dinâmica espacial da indústria:

a) deseconomias de aglomeração na Área Metropolitana de São Paulo e sua criação em outros centros urbanos ou regiões; b) o papel do Estado, seja através de políticas regionais explícitas, seja pela consequência espacial de outras decisões de importância; c) disponibilidades diferenciadas de recursos naturais; d) unificações do mercado e mudanças de estrutura produtiva; e f) concentração da pesquisa e da renda.(DINIZ, 1986, p. 39).

Os fatores elencados, segundo o autor, seriam decisivos para a dispersão industrial a partir nos anos de 1970.

Contudo Diniz (1993), ao contrário de Azzoni (1986), acredita que o processo de reversão da polarização no Brasil se concretiza entre as décadas de 1960 e 1970, abrangendo a Área Metropolitana de São Paulo. “[...]Esta começou a apresentar deseconomias de urbanização. [...]Em contrapartida outros elementos agiram no sentido de levar ou atrair atividades industriais para outras regiões” (DINIZ, 1986, p. 47).

Em um primeiro momento os investimentos industriais experimentaram um espraiamento para diversas regiões do Brasil, com o auxílio das agências de desenvolvimento regional. Em contrapartida, o governo do estado de São Paulo “orientou seus investimentos para o interior, especialmente com construção de uma rede de transportes ligando o litoral e a Área Metropolitana com o Interior. [...] Reduzindo o seu transbordamento para outros estados ou regiões do país” (DINIZ, 1986, p. 50).

Diniz (1993, p. 53) faz a crítica a Azzoni, ponderando que o autor mesmo considerando um “campo aglomerativo”, abrangendo um espaço regional atrativo para a indústria, peca ao delimitar “a área dentro de um raio de 150 km de sua área metropolitana”. Segundo Diniz (1993, p. 53), a dispersão da indústria brasileira, não se limitou somente dentro dessa área, “mas sim na ampla região que vai do Centro de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul [...]”.

Nas palavras de Diniz,

[...] podemos concluir que um processo de polarização na área Metropolitana de São Paulo, e mesmo no Estado de São Paulo, foi revertido no período pós-1970. Entretanto, não parece que esta tendência de reversão continuará até o final do século. Ao contrário, a grande ênfase em indústrias de alta tecnologia e o relativo declínio e fracasso das políticas regionais e do investimento estatal, abrem uma terceira possibilidade. Nesta o processo de desconcentração será enfraquecido e o crescimento tenderá a se circunscrever ao Estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele. Estamos chamando esse processo de aglomeração poligonal.(DINIZ, 1993, p. 54).

Para o autor, com o desenvolvimento de novas tecnologias nas indústrias e devido a menor dependência de recursos naturais no processo produtivo, o desenvolvimento industrial se daria em lugares tecnologicamente mais desenvolvidos, ou seja, na região do polígono⁶ por ele delimitado.

Lencioni (1994) aventa, o processo de dispersão industrial causou uma reestruturação da metrópole de São Paulo, na medida em que com a expansão da indústria para o interior paulista, a capital assume nova função na divisão inter-regional do trabalho, atuando como centro de gestão e decisão.

À luz de dados sobre o valor de transformação industrial e de número de empregos, a autora corrobora que “todos os dados a respeito da distribuição espacial das atividades industriais indicam a expansão econômica do Interior, que se fez acompanhar de um aspecto muito significativo, dizendo respeito a uma nova fisionomia industrial do Interior [...]” (LENCIONI, 1994, p. 55).

Contudo, não se pode dizer que a expansão da indústria para o interior paulista configurou um processo de descentralização.

Segundo Lencioni (1994) a dispersão industrial pelo Interior de São Paulo deveu-se muito mais a orientação do governo estadual ao passo que aumentavam as pressões ambientalistas na Região Metropolitana, do que a política federal de descentralização industrial, que utilizando de incentivos fiscais e outros mecanismos compensatórios, buscavam atrair indústrias para outras regiões brasileiras.

Nesse ponto, Lencioni (1994) atenta para equívocos cometidos a cerca da descentralização, que passa pela não compreensão dos processos de centralização e concentração tomados como sinônimos, mas que representam processos distintos.

Quando a empresa amplia sua base de acumulação – pelo número de equipamentos e máquinas, por exemplo, está-se diante de um processo de concentração. Quando se trata de associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob um mesmo controle, está-se diante de um processo de centralização de capital[...]. A centralização é, portanto, uma reorganização da distribuição da propriedade dos capitais, do seu controle. (LENCIONI, 1994, p. 57-58).

Ademais, “o que importa não é a proximidade física entre os vários segmentos da produção, [...]mas sim a capacidade de controle dos distintos ciclos de valorização submetidos a um mesmo ciclo” (LENCIONI, 1994, p. 58). Em geral,

⁶O polígono traçado por Diniz (1993) abrange: Belo-Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte.

são as grandes corporações capazes de localizarem em diversas partes do território. Mas esse processo não implicaria em uma descentralização industrial devido à afirmação da metrópole paulista como centro de gestão, ou seja, estaria ocorrendo um processo de centralização do capital na metrópole.

É nesse sentido, que Lencioni (1994) concorda com os argumentos de Azzoni (1986), quando diz que apesar da dispersão da indústria para o interior de São Paulo, o poder de comando, decisório, administrativo, o setor de serviços e a gestão da indústria permanecem na Capital, reafirmando a importância desse centro para a economia nacional. Utilizar o termo descentralização ofusca o real valor da metrópole paulista, frente ao processo de dispersão industrial. De acordo com Lencioni (1994, p. 59) “A metrópole de São Paulo se desconcentra como negação dos mecanismos de concentração e afirma a sua centralidade”. Lê-se, dessa forma, um processo de desconcentração espacial das atividades produtivas e concomitante a um processo de centralização do capital na metrópole paulista.

Reolon (2012) também chama a atenção para a necessidade de estabelecermos distinções entre o processo de concentração/desconcentração e centralização/descentralização industrial, a fim de desfazer equívocos de interpretação, no que tange a essas definições.

Concordando com as ideias de Lencioni (1994), o autor acredita que o processo de desconcentração industrial está pautado em uma natureza espacial, ou seja, relacionado com a dispersão das atividades produtivas pelo território, enquanto que o processo de centralização estaria relacionado com o fortalecimento de corporações, que por meio de associações, fusões e absorções de empresas, reorganizam o poder de comando sobre a atividade produtiva.

Reolon esclarece,

Em tese, a desconcentração admite um par dialético supostamente factível, que seria a concentração espacial, ou seja, um movimento de expansão industrial que privilegie, ao invés do interior do território, as áreas industriais tradicionais [...]. Contudo, bem menos provável, nessa era do capitalismo monopolístico e financeiro, seria se deparar com um processo contrário ao de centralização espacial, ou seja, de descentralização espacial, o que implicaria na atomização das grandes empresas oligopolistas e conglomerados econômicos [...]. (REOLON, 2012, p. 9-10).

O autor ressalta ainda que na geografia francesa, o termo descentralização foi usado para definir ações governamentais de ordenamento territorial, que “visavam a redistribuição das atividades industriais, da metrópole para o interior” (REOLON,

2012, p. 9), possuindo neste caso uma dimensão espacial, assemelhando-se ao caso brasileiro, no que tange as políticas federais de descentralização industrial, que não lograram muita expressividade regional, mas sim formaram-se pólos com grande potencial tecnológico, como é o caso de Manaus-AM.

Reolon (2011) exemplifica em escala nacional que o projeto Brasil Grande, lançado no período da ditadura brasileira, juntamente com o II PND, estabeleciam metas de redistribuição das unidades produtivas por todo o território brasileiro, visando um equilíbrio entre as regiões do país, daí surge a política de descentralização industrial alicerçada na concessão de incentivos fiscais e doação de terrenos às indústrias.

Em discordância com a perspectiva de Lencioni (1994), que trabalha o processo de desconcentração industrial partindo da Capital para o interior do estado de São Paulo, Reolon (2012, p. 10) partilha de “uma perspectiva escalar mais abrangente, em que o processo de desconcentração espacial como mencionado, não se limitaria a um movimento cujos vetores se definem exclusivamente da metrópole, [...] em direção ao interior do território”.

E assevera,

Portanto, o processo de concentração/desconcentração espacial trata da redistribuição das indústrias pelo *território*, já que, até recentemente, estavam muito concentrados, sobretudo, nas capitais e regiões metropolitanas dos estados da Grande Região Sudeste e à área que Milton Santos denominou da Região Concentrada, que abrange os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (SANTOS & SILVEIRA apud REOLON, 2012, p. 10, grifo nosso).

Todavia, não podemos perder de vista, os diferentes períodos em que cada autor realizou sua análise sobre os mesmos processos e as transformações socioeconômicas que ocorreram nesse ínterim, o que pode ocasionar juntamente com as diferenças teórico-metodológicas adotadas, distinções na leitura de um mesmo processo. Ressaltamos ainda, que as contribuições dos autores são de grande valia para a compreensão do processo de desconcentração industrial no Brasil e de estudos que priorizam a dimensão espacial, principalmente no campo da geografia.

Lencioni desde a década de 1990 ressaltava que o processo de desconcentração industrial havia ocorrido de forma areolar, enfatizando importância da aglomeração metropolitana de São Paulo, como podemos observar em suas

palavras, “o processo de dispersão industrial reestruturou a aglomeração metropolitana homogeneizando espaços, mas também criou diferenças” (LENCIONI, 1994, p. 60). Contudo, naquele período, a autora já sinalizava para a importância dos eixos rodoviários no processo de desconcentração industrial (Dutra, Anhanguera e Castelo Branco), devido ao crescente número de empregos na indústria “nas regiões servidas por essas rodovias”, indicando o “efeito econômico destas”; mas priorizando uma análise regional em que os eixos rodoviários somavam-se as potencialidades do campo aglomerativo.

Em estudo recente, a autora novamente salienta o papel dos eixos rodoviários, quando corrobora que “os municípios de maior peso industrial situam-se, em geral, próximos aos principais eixos de circulação viária que permitem melhor acesso à cidade de São Paulo. Trata-se, portanto, de um padrão de localização industrial muito mais linear que areolar” (LENCIONI, 2011, p. 138).

Nessa perspectiva Sposito (2007) avança para a importância da noção de eixos de desenvolvimento, para explicar o processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo. O autor compartilha das ideias de Lencioni (1994), no que tange a afirmação que o processo de desconcentração industrial ocorreu juntamente com o processo de centralização de capital na metrópole paulista, sendo que na medida em que as unidades produtivas iam se interiorizando, a metrópole paulista se reafirmava como centro gestão industrial do país (SPOSITO, 2007).

Entretanto, segundo Sposito,

Novos padrões de localização industrial denotam a formação de eixos de transporte e comunicações que são escolhidos pelas empresas, constituindo territórios que se diferenciam por sua densidade de investimentos e de implantação de estabelecimentos industriais com fortes componentes tecnológicas. (SPOSITO, 2007, p. 2)

Nesse argumento, as empresas que estão sempre inovando em tecnologias a serem posteriormente aplicadas ao processo produtivo, em um processo contínuo, configura no território, novas lógicas de localização industrial.

Ademais, Sposito corrobora,

No plano teórico, o conceito abrange as mudanças que se dão na territorialização de novas dinâmicas direcionadas pelo paradigma dos eixos que se sobrepõe ao modelo do paradigma das áreas ou das manchas de disseminação de novas tecnologias e de unidades de produção. A tese defendida neste momento é de que o paradigma das áreas, sem a inter-relação de trocas, fluxos e movimento de pessoas e mercadorias não explica mais as dinâmicas territoriais. (SPOSITO, 2007, p. 2)

Nesse sentido, o autor acredita que em uma compreensão mais acertada a cerca do processo de desconcentração industrial, é necessário compreender o papel desempenhado pelos eixos de desenvolvimento.

As vias de transporte de trânsito rápido, associadas à infraestrutura logística de comunicação por *internet* e fibras óticas, que proporcionam condições mais favoráveis para a localização industrial e a dinâmica interna das cidades em sua organização em forma de redes, recebem a denominação de eixos de desenvolvimento. (SPOSITO, 2007, p. 5)

Sposito (2007, p. 8, grifo do autor) relaciona dentre os principais fatores que influenciaram o processo de desconcentração industrial para o interior paulista: “1) A modernização da agricultura [...].2) As políticas de “descentralização” industrial e os investimentos estatais.3) A elevação dos custos de aglomeração na Grande São Paulo.4) A política estadual de construção de uma malha viária ampla e moderna [...]”.

Dentre os fatores relacionados, a política estadual do governo de São Paulo, de investimento em infraestrutura de transporte, atuou melhorando a qualidade das rodovias, ativando fluxos maiores do interior à Capital, seja de pessoas, produtos ou capitais, possibilitando novas lógicas de localização à indústria, advindas do capital transnacional (SPOSITO, 2007).

As novas lógicas de localização industrial, adentrou o estado de Mato Grosso do Sul, principalmente por municípios que estão localizados nos chamados eixos de desenvolvimento proposto por Sposito (2007), como o caso de Três Lagoas que faz divisa com o município paulista de Castilho, haja vista, o fornecimento de benefícios fiscais que juntamente a seu potencial logístico, funcionam como atrativo as indústrias paulistas.

Para o autor, isso reconfigura o papel da metrópole paulista na medida em que “consolida-se como o maior centro de serviços e comércio especializados em âmbito nacional e essas atividades, [...] fazem da metrópole um centro privilegiado nos trabalhos de concepção, inovação, criação, pesquisa e desenvolvimento” (SPOSITO, 2007, p. 9). Reconfigura-se também o papel das cidades médias, que assumem importância na rede urbana e definem uma nova divisão regional do trabalho, principalmente daquelas localizadas ao longo dos eixos de desenvolvimento, por serem palco das realizações das ações das novas lógicas industriais (SPOSITO, 2007).

Concordamos com os autores (LENCIONI, 1994, 2011; SPOSITO, 2007), quando definem o processo de desconcentração industrial como uma dispersão/redistribuição das unidades produtivas pelo território brasileiro, sendo o estado de São Paulo, o primeiro a ser reconfigurado, haja vista sua proximidade e interdependência mais arraigada à metrópole paulista.

Concordamos ainda, que as desecomias de aglomeração, como o aumento dos custos de produção, elevação do custo de vida na metrópole, a crescente pressão sindical e ambientalistas, neste trabalho já citadas, estimularam a ocorrência desse processo no estado de São Paulo. Ademais, o posicionamento do governo estadual, em drenar investimentos a melhoria de infraestrutura, agiu de forma mais contundente do que as políticas de incentivos fiscais, que apoiavam a política de descentralização industrial a nível federal, atraindo assim, indústrias principalmente para o estado de São Paulo.

Contudo, partilhamos da máxima, de que o processo de desconcentração industrial em andamento ativou o processo de centralização do capital na metrópole paulista, concentrando o setor de serviços e o centro de gestão industrial brasileiro.

Firkowski (2005) salienta a necessidade mudanças nos elementos de análise utilizados na compreensão do processo de desconcentração industrial atualmente, na medida em que as teorias utilizadas no início do processo em meados dos anos 1970, não conseguem explicar completamente as mudanças locacionais da indústria no Brasil.

Segundo Firkowski (2005), devido às mudanças ocorridas por volta dos anos 1990, devemos adotar outras escalas espaciais de análise a respeito do processo de desconcentração industrial no Brasil. Desde os anos de 1970 até o início dos anos de 1990, o estado de São Paulo estava no centro do processo, quando a desconcentração industrial ocorria da metrópole paulista para o aglomerado metropolitano e também para o interior do estado, ficando evidente a inter-relação entre o interior e a Capital, que garantia a viabilidade produtiva das mudanças de localização da indústria.

Em meados dos anos de 1990, surgem novos locais caracterizados como sendo

Atraentes para o grande capital transnacional”, mesmo fora da região metropolitana de São Paulo e do interior paulista[...]. O que permite pensar numa ampliação da base de desconcentração e da própria discussão

teórica sobre a questão - antes limitada ao caso paulista -, emergindo uma nova escala de análise. (FIRKOWSKI, 2005, p. 70).

Para Firkowski (2005), as alterações da realidade exigem mudanças também nos elementos de sua compreensão. Para tanto, a autora aponta duas dimensões de análise que podem ser usadas para explicar os aspectos do processo na atualidade.

A primeira seria a perspectiva de superação dos *brownfields*, entendidos aqui como locais de “construções desocupadas, vagas, principalmente plantas industriais. Nessa perspectiva, a prioridade é a proposição de novos usos através de programas de revitalização para as áreas industriais abandonadas no interior da malha urbana” (FIRKOWSKI, 2005, p. 76). Uma análise da indústria em escala urbana ou intra-urbana, ou seja, não se refere ao processo de deslocamento das unidades industriais para outros estados.

A segunda perspectiva diz respeito a uma escala regional ou inter-urbana. São as chamadas “*greenfields regions*, ou seja, regiões cujas características principais são: inexistência de tradição industrial; fraca atuação sindical; baixos salários e governos interessados em atrair investimentos estrangeiros [...]” (FIRKOWSKI, 2005, p. 76).

Os *greenfields* estão comumente associados às políticas de incentivos fiscais, ou a dita “guerra fiscal” (FIRKOWSKI, 2005), atraindo indústrias para lugares distantes da metrópole de São Paulo, mas que oferecem vantagens competitivas que pesam na escolha locacional da indústria, que opta por se instalar em um lugar com pouca tradição industrial, mas que oferece melhores condições de competitividade ao seu produto.

FIRKOWSKI (2005, p. 76-77) corrobora, “Parece ser esse o processo predominante no Brasil dos anos de 1990, posto que a acirrada guerra fiscal entre os Estados federados, foi um dos fatores chave para o movimento de desconcentração da indústria brasileira”.

Pelo exposto, pode-se vislumbrar em diferentes análises, no que consistiu o processo de desconcentração industrial no Brasil, desde os anos de 1970. Ademais, é necessário compreender que com o passar dos anos, alterou-se a realidade industrial brasileira que acompanhou os imperativos globais, sendo necessária também realizarmos mudanças na escala de análise do que representa hoje, o

processo de desconcentração industrial no Brasil e como Mato Grosso do Sul participa desse processo.

Dessa forma, buscamos compreender como ocorre o processo de reestruturação espacial da indústria no estado de Mato Grosso do Sul, haja vista, que sua economia possui pouca tradição industrial. Seria a industrialização sul-mato-grossense uma extensão da economia dos estados limítrofes, São Paulo e Paraná? A esse respeito, analisaremos no próximo capítulo.

2 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE MATO GROSSO DO SUL: DA PECUÁRIA A INDÚSTRIA

Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. (SANTOS, 2012, p. 339)

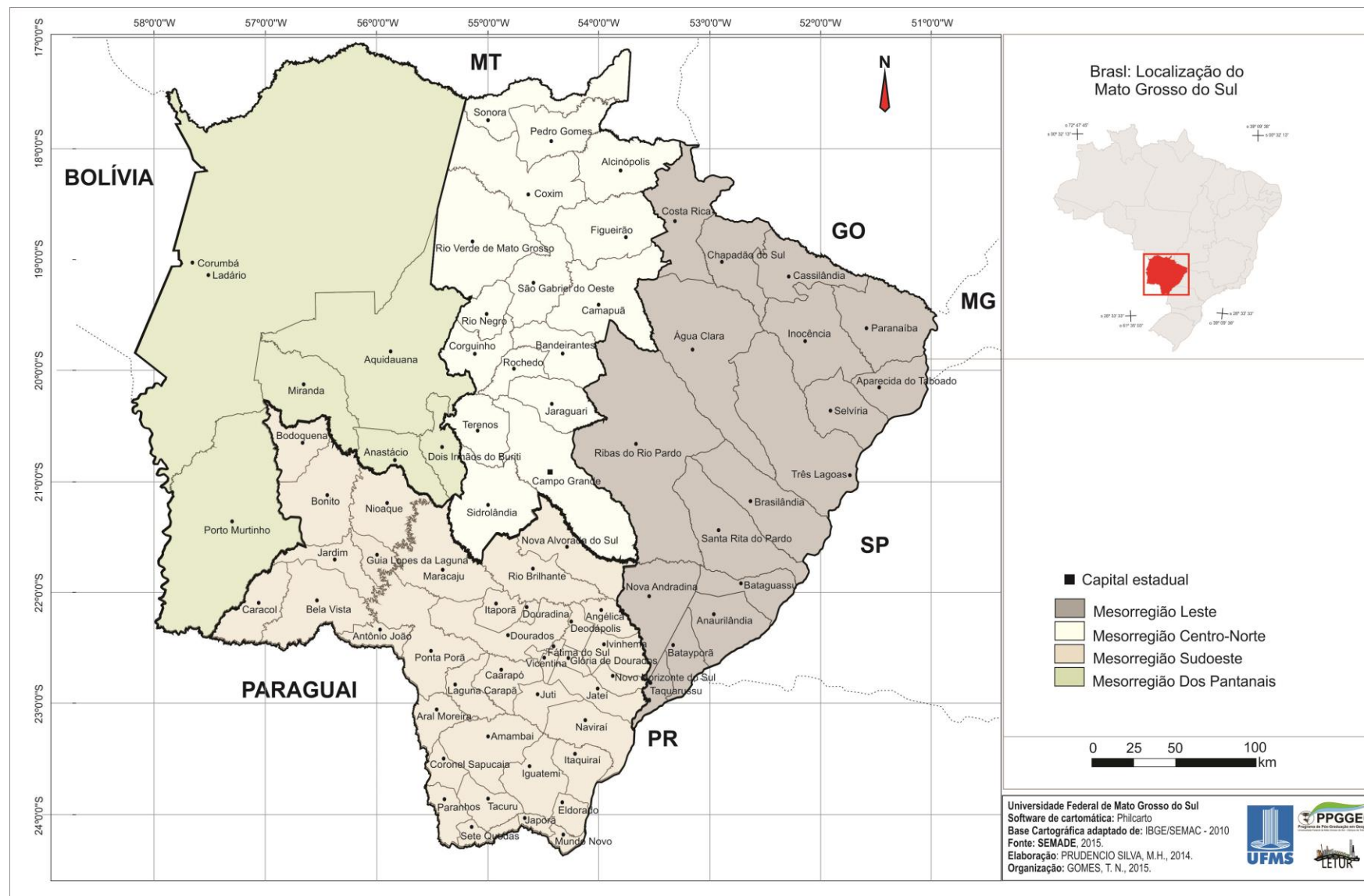
2.1 A economia sul-mato-grossense

O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, faz fronteira com cinco estados brasileiros, a saber: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e também com os países Paraguai e Bolívia.

Como vimos no capítulo anterior, Mato Grosso do Sul não possui tradição industrial (nos referimos aqui à indústria da transformação), diferentemente dos estados do Sudeste. O estado, que até 1977⁷ pertencia a Mato Grosso, manteve sua economia predominantemente apoiada na pecuária extensiva, haja vista, sua formação sócio-espacial sempre acompanhando os acontecimentos externos e as mudanças em escala nacional, e devido a suas especificidades naturais favoráveis ao desenvolvimento de atividades voltadas para o aproveitamento dos recursos naturais, sejam as extensas pastagens do cerrado, seja as condições edafoclimáticas favoráveis à agricultura intensiva, que se utiliza de meios de produção e tecnologia para produzir em grande escala.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado subdivide-se em quatro mesorregiões: a mesorregião dos Pantanaís, a mesorregião Sudoeste, a mesorregião Centro-Norte e a mesorregião Leste, que abrangem seus 79 municípios (ver mapa 2).

⁷ Em 1977 é promulgada a Lei Complementar nº 31/1977 pelo Governo Federal, em que é criado o estado de Mato Grosso do Sul, resultante da divisão do estado de Mato Grosso. Os motivos da divisão do território perpassam as alegações de dificuldades de administração de um território muito extenso, às diferenças das vegetações existentes (ao norte Floresta Amazônica e ao Sul área de Cerrado) e ainda de diferenças econômicas e políticas, que surgiram no então Sul de Mato Grosso, que experimentava um dinamismo econômico pós 1930, este último, teve um peso maior para a concretização da criação do estado.



Mapa 2 - Mesorregiões e municípios do estado de Mato Grosso do Sul⁸

⁸ Na base cartográfica disponibilizada pelo IBGE (2015) não aparece o município de Paraíso das Águas, devido a sua recente criação – em 2013. O município faz parte da mesorregião Leste e localiza-se entre os municípios de Costa Rica, Chapadão do Sul, Água Clara e Camapuã.

A mesorregião dos Pantanaís composta pelos municípios: Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Corumbá, Ladário e Porto Murtinho foi a primeira a ser explorada pelos espanhóis, entre os séculos XVI e XVII entrando pelo rio Paraguai, lembrando que antes da chegada dos espanhóis o território era povoado por tribos indígenas de diversas etnias. Segundo Bertholi (2006), os indígenas que habitavam o pantanal, domesticaram o gado introduzido em território pantaneiro pelos espanhóis, ainda soba vigência do Tratado de Tordesilhas, e tornaram-se os primeiros fazendeiros da época. Contudo, os espanhóis que estavam mais interessados em descobrir regiões de minas para exploração, não estabeleceram raízes no Pantanal, que tão logo, não logrou dinamismo econômico.

No século XVIII, a busca por escravos indígenas, estimulou a entrada de bandeirantes pelo norte do Pantanal, por um caminho fluvial de difícil tráfego.

Por esse caminho, denominado via das monções, surge o varadouro de Camapuã como ponto de transposição entre as micro-bacias do Taquari (ao Norte) e do Pardo (ao Sul), além de posto para reabastecimento (açúcar, fumo de rolo, aguardente, carnes, etc) e descanso, constituindo uma das primeiras localidades a serem efetivamente ocupadas no Sul de Mato Grosso. (BERTHOLI, 2006, p. 36).

O mesmo autor salienta a resistência indígena, que por muito tempo funcionou como obstáculo a entrada dos bandeirantes no estado, ainda tido como Sul de Mato Grosso, mantendo-o como um espaço de baixa demografia, até o estabelecimento de redutos militares na região, já sob a vigência do Tratado de Madrid, em que Portugal neutralizou a resistência indígena e promoveu de fato, a ocupação desse território surgindo suas primeiras fazendas. Ademais, a instituição das sesmarias como forma de povoamento e defesa do território, contribui para a conformação da estrutura latifundiária da região e também do restante do estado (BERTHOLI, 2006).

O dinamismo regional, principalmente centrado em Corumbá, estava também relacionado com relações supranacionais, estabelecidas com outros países platinos pelo rio Paraguai, culminando no desenvolvimento do comércio regional. A eminência da Guerra do Paraguai levou a região a uma estagnação temporária, até a “abertura do Porto de Corumbá em 1869 e incentivos fiscais” (BERTHOLI, 2006, p. 42), trazendo novamente imigrantes a região e um novo período dinâmico para a economia pantaneira.

O fato de Mato Grosso do Sul, possuir grandes extensões de pastagens naturais e vegetação de cerrado, contribuiu para a difusão da pecuária extensiva no estado. Sendo que no período da Guerra do Paraguai, o gado servia de alimentos aos soldados e ainda devido ao seu grande contingente que se reproduziram (BERTHOLI, 2006), aumentava ainda mais a quantidade de cabeças de gado no Pantanal. Nas palavras do autor, formou-se “um rebanho que, posteriormente contribuiria com a efetivação da pecuária como atividade central, em âmbito regional, superando o seu caráter secundário durante o ciclo do ouro em Cuiabá”. (BERTHOLI, 2006, p. 42).

Além da pecuária extensiva, a mesorregião dos Pantanaís tem uma economia mineradora importante para o estado. Segundo Lamoso (2001, p. 215), “a exploração mineral só vai aparecer no final do século XIX, de forma precária e pouco sistemática, numa sequência de concessões que não se transformaram em exploração efetiva até meados dos anos quarenta”, apesar de ser constatada a ocorrência de minério de ferro e manganês desde a Guerra do Paraguai.

As jazidas encontradas no Morro do Urucum, em uma economia pautada no comércio e na pecuária extensiva, só tornaram atrativas por volta dos anos 1900 em que suscitou interesses externos a então província de Mato Grosso, sendo a concessão dada a uma empresa Belga (LAMOSO, 2001) que iniciou o processo de exploração.

Devido às dificuldades principalmente de infraestrutura para escoar a produção e devido às mudanças de posicionamento do Governo Federal, que buscava lograr um desenvolvimento endógeno do país, criou-se entre outras instituições já mencionadas, o Código de Minas em 1934, que impedia a exploração das jazidas por empresas estrangeiras, retomando a concessão da lavra do Morro do Urucum ao próprio Governo, que por falta de aparatos técnicos e financeiros não levou adiante a exploração das jazidas, abrindo caminho para as empresas nacionais investirem em mineração (LAMOSO, 2001).

Em 1943 o Governo, que já havia elaborado um estudo amplo a respeito das jazidas de Corumbá, atraindo interesses de empresas nacionais de capital privado e empresas estrangeiras, “firmou um contrato de exploração do minério de ferro e manganês do morro do Urucum com a Sociedade Brasileira de Mineração, a SOBRAMIL” (PÓVOAS, 1977 *apud* LAMOSO, 2001).

A esse respeito, a autora chama a atenção para o papel do Grupo Chamma (detentor da SOBRAMIL), indutor de um dinamismo no comércio regional, na medida em que funda também em Corumbá a Sociedade Brasileira de Siderurgia (BRASIDER) para a produção de ferro-gusa e a Sociedade Brasileira de Imóveis (SOBRAIMOVE) visando à obtenção de madeira para produzir carvão vegetal, fundamental combustível do alto-forno da siderúrgica, responsável pela produção de ferro-gusa.(LAMOSO, 2001).

Com a crescente demanda por minério durante a Segunda Guerra mundial, cresce o interesse da empresa estadunidense representada pela Companhia Meridional, pelas jazidas de minério. Com a ocasião de alterações do Código de Minas, em meio à pressão da empresa estadunidense, surge a oportunidade de participação de empresas estrangeiras na exploração dessas jazidas, resultando em um contrato firmado em 1953, entre o Estado e as empresas SOBRAMIL (com 59% da participação) e Companhia Meridional, associadas no final dos anos 1940 (LAMOSO, 2001).

Entretanto, durante os anos 1950 o Governo Federal, com sua política de industrialização por substituição de importação, volta-se às indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital, sendo que nesse período são descobertas novas jazidas de minério em diversas porções do território brasileiro, aumentando a concorrência do minério de Corumbá com outras regiões mineradoras como Minas Gerais.

Nesse período, a SOBRAMIL aproveitou-se da estratégia política dos Estados Unidos de estocagem de minério de manganês como mercado consumidor, aumentando a exportação de minério durante o período do conflito mundial (LAMOSO, 2001).

Lamoso (2001) salienta que o Grupo Chamma, tem papel importante na formação sócio-espacial da região mineradora de Mato Grosso do Sul, haja vista que além traz dinamismo à economia local, devido à migração de trabalhadores para a siderúrgica, aumentando a demanda do comércio local. A exportação de ferro-gusa pelo modal ferroviário ao mercado consumidor de São Paulo, contudo, encarecia o produto que não conseguia manter a competitividade frente ao Quadrilátero Ferrífero, este que já abastecia São Paulo. Entretanto, não podemos desconsiderar a tentativa de agregar valor ao produto estadual, pleiteado pelo Grupo.

Dada a qualidade do minério das jazidas do Morro do Urucum e a negligência do Governo, quanto as limitações em infraestrutura que prejudicava a competitividade do produto, houve a tentativa de implementar uma Companhia Siderúrgica Mato-grossense em Corumbá em 1962, a chamada COSIMAT, que não se concretizou. Dez anos depois a SOBRAMIL para de explorar o minério e em 1974 o contrato entre ela e a Companhia Meridional é anulado, devido à perda do interesse da estadunidense na exploração da jazida, frente a outras possibilidades de exploração (LAMOSO, 2001).

Segundo Lamoso,

Essa estreita dependência do interesse de companhias internacionais encerrou um ciclo para a mineração mato-grossense. Desde 1964, os governos militares estavam empreendendo um modelo de desenvolvimento econômico com forte participação e incentivo às empresas estatais: investimentos em infraestrutura, os Planos Nacionais de Desenvolvimento e aumento das exportações, inclusive de minério de ferro. De certa forma, abriu-se um espaço para a atuação de grupos privados nacionais. Na década de setenta, a situação regional foi influenciada diretamente pela situação nacional e menos por fatores e investidores externos [...].(LAMOSO, 2001, p. 241).

É nesse contexto, que em 1975 o Governador, concede o direito de lavra a Companhia Mato-grossense de Mineração, a METAMAT, que associou-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ainda estatal, que dava suporte à empresas menores, resultando na criação da empresa Urucum Mineração S/A (LAMOSO, 2001). Com a divisão do estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 1977, cabendo o Morro do Urucum ao território Sul-mato-grossense, o governo de Mato Grosso vende a parte que lhe cabe à CVRD, que passa a controlar a Urucum Mineração (LAMOSO, 2001).

Em 1994, com os imperativos das políticas neoliberais, a Urucum Mineração S/A passou a ser controlada unicamente pela CVRD, que adquiriu as ações dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além das ações que pertenciam à CONVAP, também adquiridas pela CVRD. Embora tenham surgido incertezas quanto ao valor pago pela CVRD pelas ações da Urucum Mineração, o processo foi concretizado (LAMOSO, 2001).

Lamoso (2001, p. 245) ao tratar da privatização da Urucum Mineração S/A e também da própria Vale, acredita que “há muita discrepância entre avaliações[...]”. Isso nos deixa a convicção de um empobrecimento deliberado do Estado, do bem público, que ficará registrado na história econômica do País [...]”.

A mineração Corumbaense Reunida é outra empresa de grande porte na lavra minério de ferro e manganês em Corumbá e Ladário, uma empresa do grupo RTZ, voltada a exploração de minério de ferro. Enquanto a Urucum Mineração investe em minério de ferro e manganês, sendo o último, utilizado para o abastecimento da empresa Ferro-Ligas, a partir de 2000. Ademais, a empresa Companhia Siderúrgica Belga-Mineira, emerge nessa tentativa de criação do Polo Minero-Siderúrgico em Corumbá, interessada “no mercado de aços longos no Mercosul” (LAMOSO, 2001, p. 255).

Entretanto, para viabilizar o Pólo-Mínero-Siderúrgico havia a necessidade de investimento em infraestrutura de transporte (hidrovia e ferrovias) e energia, esta última amenizada pelo gasoduto Bolívia-Brasil (LAMOSO, 2001).

Para a autora, a existência das jazidas do Morro do Urucum, não foi suficiente para desenvolver a industrialização na região, já que, o projeto não logrou apoio da classe de comerciantes e fazendeiros, nem mesmo do poder público que não aplicou os capitais existentes nessa atividade, só ganhando destaque com as demandas das duas Grandes Guerras (LAMOSO, 2001). Segundo a mesma autora, esse cenário começa a mudar com as políticas federais dos anos 1970, que visava dar suporte a grupos de capital privado nacional, inclusive com a tentativa de criação do Pólo-Mínero-Siderúrgico em Corumbá, não concretizado, entretanto “a retomada do desenvolvimento econômico da atividade de exploração mineral em Corumbá será mais dinâmica a partir do rompimento dos nós de estrangulamento na questão da infraestrutura” (LAMOSO, 2001, p. 275).

Apesar dos esforços do governo federal e estadual em meados dos anos 2000, a implantação do Pólo em Corumbá ainda não foi consolidada, seja devido às dificuldades de transporte pela dificuldade de navegação no Rio Paraguai em época de estiagem e pelo alto custo do transporte do produto pela ferrovia da Malha Oeste da América Latina Logística - ALL (antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Ferrovia Novoeste S/A) desde 2006; seja pela deficiência energética, haja vista a impossibilidade de extrair matéria-prima para o carvão vegetal na região, utilizado para a produção de ferro-gusa, já que o Pantanal é protegido por leis ambientais e devido a burocrática relação de incorporação de gás natural na geração de energia, para essa produção.

Entretanto, as empresas interessadas na exploração do minério de ferro e manganês, utilizando de capital intensivo na produção e estratégias de associações,

moldam o território aos interesses do capital, como por exemplo, a criação da Vetria Mineração S/A em 2012, formada pelos grupos ALL – América Latina Logística S/A, Vetorial Participações LTDA e Triunfo Participações e Investimentos S/A, que arrendou até o ano de 2014 os direitos de exploração da empresa MMX Corumbá Mineração LTDA.

Essa associação buscou formar um sistema integrado de produção e transporte até o porto para exportação e assim viabilizar o custo do transporte pelo modal ferroviário. Ademais, mesmo com o contrato de associação rompido, com a redução do preço da *commodity* no mercado externo, ficando o arrendamento para a Vetorial Siderurgia S/A, pudemos observar uma tentativa de estratégias logísticas de alguns grupos empresariais para mitigar os estrangulamentos e fortalecer seus interesses.

Contudo, é sabido que as políticas federais e estaduais que marcaram a última década visam incentivar o desenvolvimento produtivo no país e se tratando de Mato Grosso do Sul, agregar valor ao produto final é pauta em destaque e norteia as políticas de incentivos fiscais, que em Corumbá funciona como atrativo para empresas voltadas ao setor de mineração, como a MMX Corumbá Mineração LTDA (2005) na extração de minério de ferro e da MMX Metálicos Corumbá LTDA na produção de ferro-gusa (2006) e Vetorial Mineração LTDA (2005) e Vetorial Siderurgia LTDA (2009), atuando respectivamente na extração de minério de ferro e na produção de ferro-gusa.

Corumbá atualmente destaca-se na exportação de minério de ferro e minério de manganês. De toda forma, os setores de extração mineral e minerais metálicos serão detalhados mais à frente.

Ademais, a mesorregião dos Pantanaís conta com grande potencial turístico devido ao ecossistema pantaneiro, que movimenta o comércio regional e já altera a finalidade de algumas fazendas da região que antes voltavam-se somente para a pecuária extensiva e hoje dedicam-se as atividades do ecoturismo local. Vale lembrar que principalmente Corumbá, movimenta um comércio fronteiriço com a Bolívia, devido sua proximidade com Puerto Suarez. Sendo o setor de serviços o mais representativo quanto ao Produto Interno Bruto Municipal (Ver Tabela 1), R\$ 2.187.772.165 em 2012 (SEMAC/IBGE, 2012, p. 41).

Quanto à entrada pelo Planalto, hoje compreendidas entre as mesorregiões Centro-Norte e Leste de Mato Grosso do Sul, “tem-se as primeiras penetrações do

gado já nos fins do século XVIII, com a marcha dos geralistas para oeste” (BERTHOLI, 2006, p. 46).

Segundo Bertholi (2006) o povoamento pelo Planalto, tem início com o estabelecimento de um monçoeiro em Sant’Anna do Paranaíba, atual município de Paranaíba na primeira metade do século XVII e se consolida com a migração mineira já no século XVIII, devido aos conflitos e à decadência do ciclo do ouro no estado. Os mineiros entraram no então Sul de Mato Grosso pela fronteira com Paranaíba, “trazendo consigo um grande rebanho e dezenas de escravos”, o que dinamizou já no século seguinte o município limítrofe aos estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, tornando-o por esse motivo rota de passagem de boiadas, que esses estados demandavam e de comunicação entre os militares da Guerra do Paraguai e o sudeste (BERTHOLI, 2006, p. 48).

No século de XIX, a pecuária torna-se predominante na economia regional. Segundo Bertholi (2006, p. 51) a aplicação dos capitais da mineração na criação de gado, “conduziu a formação da estrutura produtiva baseada na pecuária, enquanto que na segunda metade de 1830 se concluiu a reordenação das forças produtivas, contribuindo para o caráter da indústria pastoril do estado”.

No início do século XX, a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), torna-se elemento de suma importância para a formação sócio-espacial do Sul de Mato Grosso atual Mato Grosso do Sul, na medida em que sua construção atrai grande população de migrantes para a região, desenvolvendo outros centros urbanos que se encontravam na rota da ferrovia ou que de alguma maneira se beneficiaram com sua implantação, com destaque à Campo Grande e Três Lagoas, além de Corumbá e Dourados (BERTHOLI, 2006).

Com o término da Guerra do Paraguai e devido aos relatos que os militares espalharam no Sudeste, o Planalto desperta interesses de migrantes. Em uma dessas investidas em busca de terras a serem apropriadas, migrantes mineiros adentraram o Planalto sul-mato-grossense até as terras da Serra de Maracaju, que viria a ser a capital de Mato Grosso do Sul Campo Grande, onde acamparam e deram continuidade a atividade agrícola na região, já praticada por posseiros. Os migrantes mineiros reconheceram as potencialidades do solo fértil, do clima ameno, pastagens e recursos hídricos abundantes, capazes de viabilizar a ocupação local e a economia regional. Por esses motivos os migrantes mineiros se estabeleceram na região juntamente com os outros posseiros; os migrantes ainda buscariam suas

famílias para morar em Campo Grande, aumento o adensamento populacional da região em crescente desenvolvimento (IBGE, 2015).

Segundo a ARCA (2015) o dinamismo do povoado chegou ao conhecimento inclusive dos fazendeiros de gado, “transformando o arraial em entreposto comercial de gado entre o Triângulo Mineiro e todo o Sul de Mato Grosso. [...] Campo Grande revela-se no Sul de Mato Grosso no mais ativo centro de comércio de gado”.

Devido a importância regional para o Sul de Mato Grosso e a sua localização geográfica ao centro-sul do estado exercendo um papel de integração entre as diversas regiões, Campo Grande foi rota da passagem dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil escolhida para sediar “uma Diretoria Regional que atenderia todo o Sul de Mato Grosso” (ARCA, 2015), tendo a NOB alterado seu traçado de Cuiabá para Corumbá, em 1907, por motivos políticos e econômicos, tanto devido a recente exploração mineral quanto para fins de defesa nacional (CATTANIO, 1976). A instalação da ferrovia novamente dinamizou Campo Grande, devido à grande imigração e migração de trabalhadores, tendo, alguns desses funcionários, estabelecido residência na cidade após o término da instalação da ferrovia.

Com a regularização das viagens pela ferrovia, há um melhor transporte de gado para exportação e também abre-se a possibilidade para efetivar as importações de produtos industrializados. Campo Grande já em 1930 concentra as discussões acerca da divisão do estado de Mato Grosso, haja vista sua importância política (acentuada pela mudança das forças militares que estavam instaladas na região fronteira de Corumbá, na ocasião da Guerra do Paraguai, para o município de Campo Grande) e socioeconômica, sendo que, com a concretização da divisão do estado, Campo Grande torna-se capital do recém-criado Mato Grosso do Sul (IBGE, 2015).

Atualmente Campo Grande concentra a maior contingente populacional do estado, apresentando 843.120 mil habitantes em 2014. A capital concentra o maior PIB no setor de comércio e serviços do estado (Ver Tabela 1), ademais, devido a seu papel político-econômico, Campo Grande possui um setor de serviços bastante desenvolvido. Quanto ao setor industrial chama atenção o setor de carnes e couro, haja vista a grande quantidade em exportação somando 66,01% das exportações do município, sendo que somente o setor de carnes atuou em 2014 com 49,80% da participação (DEAEX/MDIC, 2015). Todavia, veremos com o aprofundamento da

análise dos setores industriais, que Campo Grande apresenta a economia industrial mais diversificada do estado, atuando em diversos setores.

No caso de Três Lagoas, sua formação sócio-espacial tem tanta relação com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que Cattanio (1976) corrobora que sua ocupação ocorreu em dois momentos: o primeiro anterior à construção da NOB e o segundo após a chegada da ferrovia.

Segundo Cattanio

Toda a região, incluindo os municípios de Três Lagoas, Água Clara, Aparecida do Taboado e Brasilândia, começou a ser ocupada no início do Século XIX, por criadores de gado, os quais, partindo de Sant'Ana do Paranaíba, buscavam terras novas e campos naturais para pastagens. (CATTANIO, 1976, p. 10-11)

Entretanto a existência de fazendas na região apesar de exigir a conformação de um núcleo urbano, isso só veio a se consolidar com a construção da NOB.

A ferrovia que inicialmente previa chegar a Cuiabá, com a mudança de trajeto em 1906 para Itapura-Corumbá, faz de Três Lagoas rota do traçado ferroviário, haja vista sua localização limítrofe com o estado de São Paulo, separados pelo rio Paraná, essa travessia foi viabilizada pela existência das “corredeiras de Jupiá, onde o canal é mais estreito” (CATTANIO, 1976, p. 12), sendo construída neste local a Ponte da estrada de ferro “Francisco de Sá”.

A construção dessa parte da ferrovia, também trouxe um considerável contingente de trabalhadores migrantes para o município. Segundo Cattanio (1976) esses trabalhadores estabeleceram residência nos arredores das lagoas, lugar bem distante ao rio Paraná devido ao medo da malária, acreditavam que a região das lagoas era mais salubre que as proximidades do rio, local este, que ficou conhecido como Formigueiro.

Já na primeira década do século XX, com a inauguração da estação ferroviária, distante do acampamento dos trabalhadores já minimamente estruturado, há “a transferência do equipamento urbano, que havia se organizado sumariamente ao redor do acampamento dos trabalhadores” para o local próximo a estação recém-inaugurada (CATTANIO, 1976, p. 13). Essa nova concentração de equipamentos urbanos em frente à estação ferroviária, norteou a expansão urbana na região central da cidade.

Além disso, a autora faz menção à conformação do comércio e hotelaria, que logo se desabrocharam devido às pessoas que passavam a noite no município antes de cruzar o rio, ou seja, a vila abrigava também essa população flutuante sobretudo antes do término da construção da ponte Francisco de Sá, na medida em que com o término de sua construção perdeu-se a função de dormitório a então população flutuante, diminuindo sua importância regional (CATTANIO, 1976).

Cattanio (1976) já menciona a estratégica localização de Três Lagoas às margens do rio Paraná e também de sua proximidade com o estado de São Paulo.

[...] Três Lagoas surgiu apenas em razão de seu sítio estar próximo ao local mais indicado à construção da ponte sobre o rio Paraná. A situação limítrofe de Três Lagoas, firmada entre São Paulo e Mato Grosso, constitui vantagem inegável para sua fixação e posterior manutenção como núcleo, possibilitando à região ser sempre um ponto obrigatório de passagem (CATTANIO, 1976, p. 17-18).

Ademais, a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Usina de Jupiá) que durou quase dez anos, torna-se outro elemento importante para a formação sócio-espacial de Três Lagoas.

Segundo Leal (2013, p. 50) a usina foi “construída entre os anos de 1961 e 1969, e se insere no contexto obras infraestruturais de grande porte no Brasil das décadas de 1950 e 1960. Sua construção influenciou significativamente o crescimento urbano três-lagoense”.

Milani (2012, 48) corrobora, “para a construção da usina, instalaram-se em Três Lagoas centenas de trabalhadores, que, assim como no período de instalação da ferrovia, necessitavam de alguns serviços na cidade, que passou por novo processo de estruturação para atender a essa nova demanda”.

A construção da Usina Eng. Souza Dias demandou um grande contingente de trabalhadores que migraram para o município de Três Lagoas no início da década de 1960. Nesse período, foi construído em um local próximo ao local onde estava se construindo a usina, a chamada Vila Piloto, com capacidade para alojar em torno de 15 mil trabalhadores.

Devido ao distanciamento da Vila com o centro principal (próximo à estação ferroviária) e logo, dos equipamentos urbanos, houve o imperativo de construir juntamente com as moradias, equipamentos urbanos essenciais, desenvolvendo o setor de comércio e serviços nessa localidade, vindo a ser considerado como um subcentro comercial décadas mais tarde (MILANI, 2012). Essa Vila possui a

particularidade de ser disposta em forma de disco, as ruas possuem um formato circular e não em xadrez como a maior parte do restante da cidade, seu formato circular partiu da intencionalidade de proporcionar a possibilidade de integração entre os moradores.

Ademais, com a construção da Vila Piloto, além de aumentar a procura no setor de comércio e serviços municipal, caracterizou a expansão urbana a sentido nordeste da planta urbana, que após o término da construção da Usina e ao regresso dos trabalhadores migrantes, foram utilizadas como moradias populares (LEAL, 2012).

A construção de Usina Hidrelétrica Eng. Souza Dias entre Três Lagoas-MS e Castilho-SP, faz parte do Complexo de Urubupungá juntamente com as hidrelétricas de Ilha Solteira e Três Irmãos, sendo a última localizada no rio Tietê, viabilizando parte da utilização da hidrovia Tietê-Paraná. A construção da usina, também atua como atrativo para a instalação de indústrias no município e seu entorno, devido à proximidade e disponibilidade de geração de energia. Ademais, a barragem possui uma ponte rodoviária interligando a BR-262 - que atravessa o Mato Grosso do Sul de oeste a leste, ao estado de São Paulo, tendo a SP-300 como eixo principal de transporte até o porto de Santos.

A Usina de Jupiá por possuir eclusa e viabilizar o funcionamento da hidrovia Tietê-Paraná, soma-se ao potencial logístico do município que apresenta como vimos, os modais ferroviário, rodoviário e hidroviário e mais recentemente o modal aeroviário, haja vista, a inauguração do Aeroporto Regional “Plínio Alarcon” em 2013, que apesar de não fazer transporte de cargas, atua no transporte de passageiros, facilitando o deslocamento ao município de empresários e investidores do setor industrial.

O setor industrial ainda incipiente no município na década de 1970, já sinalizava para um possível desenvolvimento nas décadas que viriam, sendo que Cattanio em sua perspicaz análise ainda em 1976 alude: “a possibilidade de Três Lagoas vir a se tornar um centro industrial é grande: isso condicionará uma nova função, e sustentará o seu desenvolvimento”(CATTANIO, 1976, p. 66).

A industrialização no município de Três Lagoas, iniciada em meados dos anos 1970, deriva de políticas federais de planejamento pautadas na teoria dos pólos de desenvolvimento de François Perroux, que ganham destaque mundial após a Segunda Grande Guerra; ademais, Souza (2005) aventa que a intensificação

dessa tendência no Brasil tenha ocorrido após a implantação do II PND, a partir de 1975.

Segundo Souza,

Foi nesse contexto que se originou a teoria dos pólos de desenvolvimento. A concepção vigente era a de que com a aplicação da polarização se promoveria a eficiência econômica e a equidade regional, as regiões atrasadas se desenvolveriam e os fluxos de pessoas, bens e capitais, que de outro modo se dirigiriam para as áreas metropolitanas congestionadas, desviariam até seletivos centros regionais. Esse discurso da importância do planejamento do desenvolvimento vem acompanhado da criação de um extenso aparato de intervenção pública na sociedade e no espaço: a criação de pólos de desenvolvimento, da instalação de distritos industriais assumem papel preponderante. (SOUZA, 2005, p. 15238)

Vale lembrar, que a partir da década de 1970 temos o início do processo de desconcentração industrial no Brasil, que irá se espalhar ao Mato Grosso do Sul somente no final dos anos 1990. Entretanto, o estabelecimento de pólos de desenvolvimento no estado se insere na tentativa de se concretizar o processo de descentralização da indústria, em vias de estabelecer um desenvolvimento mais abrangente no país.

Nesse contexto, Três Lagoas, Campo Grande, Dourados e Corumbá são escolhidos como pólos de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul, haja vista, serem os principais centros urbanos do então Sul de Mato Grosso, na época. “Isto implicou em dar prioridade à implantação de seus distritos industriais”(SOUZA, 2005, p. 15240). A importância desses municípios para a formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul os fizeram elementos deste item (1.1), haja vista, que mesmo antes de se tornarem pólos de desenvolvimento estadual, já apresentavam especificidades relevantes frente aos demais municípios de suas respectivas mesorregiões. Atualmente apesar de emergirem outros municípios importantes para a economia regional, esses quatro ainda se mantêm à dianteira.

Três Lagoas possui atualmente três distritos industriais, diferenciados quanto aos setores industriais implantados em cada distrito, localização e período que fora instalado, revelando as particularidades regionais e de mercado em cada época.

O Distrito Industrial localizado na região nordeste da cidade, nas proximidades do bairro Vila Piloto, concentra indústrias dos setores de construção civil, olarias, carvoaria e ainda metalúrgicas, sendo o distrito mais antigo e com menos capital intensivo aplicado às unidades produtivas (ARANHA-SILVA, et al., 2011).

O Distrito Industrial II foi implantado em 1998, com a instalação da indústria do setor alimentício Mabel S/A, hoje controlada pelo Grupo Pepsico. Ribeiro-Silva, corrobora que o Distrito Industrial II,

em outra conjuntura histórica tem atraído diversas unidades industriais, tecnologicamente modernas e de grande porte, principalmente do Estado de São Paulo. [...] com perspectiva de se redefinir o papel de Três Lagoas na economia estadual, diversificando sua estrutura produtiva, uma vez que, o município tradicionalmente apresenta base pecuária. (RIBEIRO-SILVA, 2012, p. 176).

Esse distrito é tecnologicamente mais desenvolvido que o Distrito Industrial I, tanto devido às diferenças dos setores produtivos instalados, como: têxtil, alimentício, metalúrgico, calçadista, petroquímico e de energia, entre outros; quanto devido a conformação do meio técnico-científico no território e a instituição de leis de incentivos fiscais (ARANHA-SILVA, et, al., 2011). Ademais, nota-se nesse distrito, a predominância de indústrias com sede em municípios do estado de São Paulo, localizados próximos a Três Lagoas, principalmente nos setores têxtil e calçadista, o que Ribeiro-Silva (2012) denominou de "desconcentração industrial correlata".

O Distrito Industrial III situado na BR-158, que abriga empresas transnacionais como a Fibria S/A empresa do setor de celulose e papel, e a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobrás, estando à última com as obras paralisadas desde 2014, é o distrito do município que mais utiliza do capital intensivo. As “megaindústrias” (RIBEIRO-SILVA, 2012) ali instaladas, possuem tecnologia avançada, que aliada ao potencial logístico do município, produzem um produto competitivo no mercado interno e externo.

O setor de celulose e papel tornou-se um dos mais expressivos do estado, haja vista, que além da instalação da Fibria, outra gigante do setor, a empresa Eldorado Brasil S/A, se instalou no município no ano de 2012, fazendo da pasta química da madeira o segundo produto mais exportado no estado em 2014, com 18,29% da participação nas exportações estadual e o principal produto exportado de Três Lagoas, representando 89,88% das exportações em 2014 (DEAEX/MDIC, 2015).

A implantação dos três distritos industriais em Três Lagoas imprimiram marcas no espaço e atuou como fator determinante tanto para a mudança da estrutura econômica, quanto da expansão do espaço urbano três-lagoense.

Sobretudo, o município possui o parque industrial mais desenvolvido da mesorregião Leste, apresentando o segundo maior PIB industrial do estado, ficando atrás somente da capital, Campo Grande (Ver Tabela 1).

Dourados é outro município que se destaca na economia estadual e tem fundamental importância na formação sócio-espacial da mesorregião Sudoeste. Essa porção do território possuía extensos ervais nativos, que já no final do século XIX suscitou interesse de exploração da Empresa Mate Laranjeira S/A, que monopolizou a exploração da erva-mate na região de 1882 e 1924 (PREFEITURA DE DOURADOS, 2012).

Para Bertholi (2006, p. 57) o monopólio concedido à empresa por aproximadamente quarenta anos com o apoio do Governo estadual, sendo os últimos quatorze anos de exploração sob o controle do capital argentino, são elementos que evidenciam o “[...] latifúndio como opção política e econômica do sul de MT [...]”

O mesmo autor corrobora que a monopolização da exploração da erva-mate, além de expropriar pequenos produtores que trabalhavam nos ervais anteriormente, também age como obstáculo a expansão dos núcleos urbanos formados devido à exploração dos ervais, ou seja, “[...] têm sua expansão territorial cerceada pelos contratos de arrendamento [...]” (BERTHOLI, 2006, p. 60).

A migração gaúcha irá trazer outra dinamicidade à região, haja vista, que os gaúchos ao formar uma classe de fazendeiros-comerciantes, se dedicam principalmente à pecuária desenvolvida no entorno dos ervais, em meio a uma relação de conflitos com a empresa monopolista de erva-mate, e a uma relação colaborativa entre os migrantes gaúchos (BERTHOLI, 2006); além dos conflitos com os povos indígenas, que já habitavam aquelas terras antes da chegada dos povos brancos. Houve também uma corrente expressiva de mineiros, formando tradicionais fazendas de pecuária extensiva.

Com o advento do Estado Novo, Vargas colocou em prática políticas voltadas para ocupação e integração do país, sendo criada em 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que em tese consolidaria o povoamento regional e cercearia o monopólio da terra. Entretanto, a implantação do projeto de colonização na região, acabou fortaleceu a pecuária intensiva de engorda e o poder de mando político-econômico dos fazendeiros (BERTHOLI, 2006).

Por anos, Mato Grosso do Sul, com a utilização da ferrovia Bauru-Corumbá, abasteceu as demandas interna e externa por carne fresca, consolidando-se na atividade pecuária, mais intensiva no Planalto e no Sul.

Contudo, a região de Dourados reconhecida pela fertilidade do solo, foi posteriormente territorializada em suas áreas de cerrado, tidas como “fronteira agrícola”, primeiramente pelo cultivo da soja e depois pela entrada da cana-de-açúcar, em meados dos anos 1970, ou seja, essas terras foram inseridas nas dinâmicas de mercado de grupos empresariais, voltando-se a atender a economia do Sudeste. A introdução dessas culturas no estado, deriva das políticas dos Governos militares de modernização agrícola pós Revolução Verde e devido aos imperativos por combustíveis renováveis, criados pelas crises do petróleo.

A consolidação das monoculturas de grãos e cana na região e a utilização de equipamentos modernos nos processos produtivos colaboraram para a expropriação dos trabalhadores rurais e consequentemente para um adensamento das cidades, fomentando o processo de urbanização e fortalecendo o movimento divisionista do estado (BERTHOLI, 2006).

Com o desenvolvimento do processo de industrialização no país, o estado que já possuía indústrias frigoríficas e destilarias (BERTHOLI, 2006), enseja a possibilidade de industrializar sua produção e agregar valor ao produto do estado.

Desse modo, as indústrias que se instalaram aqui, acompanharam as especificidades de cada mesorregião: siderúrgica e mineradoras em Corumbá, devido à capacidade de exploração das jazidas de minério de ferro e manganês no Morro do Urucum; indústrias de construção civil em Três Lagoas, que se instalaram no município para atender o aumento da demanda por moradias no período de construção da ferrovia, mas principalmente para suprir a demanda da construção da usina hidrelétrica Eng. Souza Dias - Jupiá; frigoríficos em Campo Grande, aproveitando-se da atividade pecuária característica de região e ainda de suas características logística e político-econômica, gerando um parque industrial diversificado com um mercado consumidor em potencial; e em Dourados temos a inserção das processadoras de grãos, que se instalaram próximas a produção da matéria-prima como a soja e muitas vezes exportada de forma primária, como é o caso do milho.

Segundo Bertholi

A implantação de agroindústrias da soja em Mato Grosso do Sul está inserida no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (plantas esmagadoras refletem o comportamento do circuito produtivo da soja em escala mundial, refletindo a posição do Brasil como produtor e exportador de farelo e óleo de soja e frágil exportador de grãos). (BERTHOLI, 2006, p. 129).

Atualmente a pauta de exportação do município de Dourados, consiste em produtos processados advindos de sua economia anterior, como a soja, mesmo triturada, produto mais exportado no município representando 84,64% das exportações em 2014, seguido de açúcares da cana, com 6,73% das exportações. Os restantes 8,63% consiste em exportação de milho, ração animal, adubo e produtos comestíveis de carne e miudezas (DEAEX/MDIC, 2015). Suas importações estão voltadas para adubos, fertilizantes e produtos utilizados para correção do solo, haja vista, a importância da agropecuária para a economia regional.

O setor agropecuário, que fora destaque no município de Dourados até meados do século XX, hoje representa o menor valor adicionado ao PIB municipal, com R\$ 328.675.112,00 (IBGE/SEMAG, 2014), mas ainda no panorama estadual ocupa a terceira posição no *ranking* dos 79 municípios (Ver Tabela 1). Ademais, o setor agropecuário também contribui com o dinamismo do setor de comércio e serviços, pois a elevada demanda da produção agropecuária exigiu a formação de um comércio local abastecido de produtos agrícolas, como máquinas e equipamentos, adubo e consultorias agrícolas para melhorar a produtividade da terra.

Além disso, sua escolha como um dos pólos de desenvolvimento do estado refletiu na polarização regional de atividades como saúde e educação, que atraem pessoas de diversas regiões do país ao município e conseqüentemente ajuda a movimentar o setor de comércio e serviços, sendo o segundo maior PIB do setor no estado com o valor de R\$ 2.917.971.031,00 em 2012 (IBGE/SEMAG, 2014).

Tabela 1 - Valor adicionado bruto do PIB municipal por setor de atividade a preços correntes (R\$), nos quatro principais municípios do estado em 2012.

Município	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	TOTAL
Campo Grande	140.986.346	2.970.292.022	11.036.465.115	14.147.743.483
Corumbá	242.416.640	587.148.093	2.187.772.165	3.017.336.898
Dourados	328.675.112	957.131.391	2.917.971.031	4.203.777.534
Três Lagoas	114.941.181	1.442.561.335	1.421.458.455	2.978.960.971

Fonte: IBGE/SEMAG, 2014. Mato Grosso do Sul - PIB Municipal.
Organizada pela autora.

O município também possui um PIB industrial muito importante para a economia sul-mato-grossense, R\$ 957.131.391 (IBGE/SEMAG, 2014), o terceiro maior PIB industrial do estado. Como já mencionado, Dourados também fez parte da pauta de criação de distritos industriais no estado, em meados dos anos 1970. Seu Distrito Industrial abriga parte das indústrias do município, entre as mais expoentes estão a BUNGE Alimentos S/A de processamento de soja e a BRF - Brasil Foods S/A (associação entre a Sadia e a Perdigão) do setor de carnes.

Vale ressaltar, que o Distrito Industrial de Dourados, carece de investimentos em infraestrutura, como pavimentação asfáltica de qualidade e iluminação, para melhorar as condições às indústrias já estabelecidas no local e também para atrair novas plantas industriais. No ano de 2014, foi anunciado o projeto de duplicação da MS-156 que dá acesso ao distrito industrial, buscando melhorar a via de escoamento das produções e diminuir o número de acidentes nesse local, sendo que a duplicação da rodovia encontra-se em fase final.

Contudo, algumas empresas optaram por se instalarem em outras localidades do município, que não na área do Distrito Industrial, como é o caso da empresa Seara Alimentos S/A controlada pelo Grupo JBS desde 2013, localizando-se na BR-163 que corta do estado de Norte a Sul e ainda os estados de Paraná e Mato Grosso.

Com o exposto, buscamos resgatar a formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul para nos ajudar a compreender como a indústria se insere em um estado, cuja herança fundamentou-se na atividade agropecuária.

A análise das mesorregiões do estado, com destaque aos quatro municípios principais: Corumbá, Campo Grande, Três Lagoas e Dourados, torna-se *mister* na compreensão das relações que hoje se inserem no território com novas lógicas de acumulação, reflexo das mudanças das temporalidades vigentes em cada período.

Ademais, realizamos essa tarefa, na busca de possíveis explicações, para as considerações que traçaremos acerca da dimensão espacial dos setores industriais em Mato Grosso do Sul nos últimos quatorze anos, assunto do próximo item.

2.2 A reestruturação dos setores industriais no Mato Grosso do Sul

No item anterior, vimos como se deu a formação sócio-espacial do estado com o apoio da historiografia e do resgate realizado por geógrafos que se dedicaram a temática anteriormente à nossa pesquisa.

Buscamos agora, pautados em dados secundários, tecer considerações a respeito da dimensão espacial do processo de reestruturação da indústria no Mato Grosso do Sul. Inicialmente vejamos alguns dados que refletem como está se configurando a ocupação da terra, no estado, por meio dos dados do Censo Agropecuário de 1996 e 2006⁹ (IBGE, 2015).

Vimos que a pecuária extensiva foi elemento fundamental para o povoamento da região e para a conformação atual da economia do estado. Essa atividade necessitava de grandes extensões de pastagens para se desenvolver, por esse motivo, vejamos como se configura a pastagem no território. Os dados do Censo Agropecuário de 1996 revelam que 21.810.707 hectares de terras estavam ocupados por pastagens, sendo que a maior parte delas, localizadas na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul (Ver quadro 1), que possuía 6.264.574 hectares de pastagens em 1996, seguida da mesorregião dos Pantanaís com 5.985.666 hectares (IBGE, 2015), embora essa atividade espalhava-se por todo o território estadual.

Quadro 1 - Utilização das terras por mesorregião em Mato Grosso do Sul.

Mesorregião Sul-mato-grossense	Área total (há)	Utilização das terras em 31/12/1995 (há)			
		Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
Totais	30 942 772	1 383 711	21 810 707	5 877 739	522 128
Centro-norte	6 248 149	296 423	4 405 477	1 204 582	87 635
Leste	8 572 185	310 288	6 264 574	1 667 300	109 268
Dos Pantanaís	8 824 907	23 636	5 985 666	1 978 060	187 857
Sudoeste	7 297 531	753 364	5 154 990	1 027 797	137 368

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1996, 2015. Adaptado.

Contudo, devido às mudanças metodológicas aplicadas no censo agropecuário de 2006, ficamos impossibilitados de realizar uma comparação mais

⁹ Utilizaremos os dados dos censos agropecuários de 1996 e 2006, devido à proximidade com nosso recorte temporal, a saber: 2000 – 2014, sendo o censo de 2006 o último realizado até o momento pelo IBGE.

precisa entre as mesorregiões, mas se observarmos o total estadual de área de pastagem, chegamos à 21.055.122 hectares de terras (IBGE, 2015), sinalizando uma sensível diminuição da área de pastagem no estado em dez anos.

As lavouras, que também fizeram parte desse processo, ocupavam em 1996, 1.383.711 hectares de terras no estado, passando a ocupar 2.051.256 de hectares em 2006, aumentando em aproximadamente 660.000 hectares de pastagem em dez anos. Quando observamos os dados publicados pelo IBGE (2015) das lavouras temporária e permanente em 2013, a diferença nos valores se acentua ainda mais. Em 2013, as lavouras ocupavam 4.323.406 hectares de terras, sendo 4.318.120 hectares destinados à lavoura temporária, com destaque para o cultivo de soja, cana-de-açúcar, milho e algodão, produtos que figuram nas exportações do estado.

Como o IBGE (2015) não disponibilizou os dados referentes à pastagem no estado em 2013, não pudemos estabelecer uma comparação ou uma relação causa/efeito com o aumento da lavoura, principalmente temporária. Nesse sentido, nos surgem indagações a respeito da área que está sendo apropriada pela lavoura, seriam essas áreas anteriormente de pastagem?

Com o intuito de investigar o tema, trazemos para a análise os dados da pecuária de 1996 a 2014, que contém informações dos rebanhos (Ver quadro 2). Em 1996, o estado continha um rebanho total de 31.971.345 cabeças, sendo que o rebanho de bovinos bovinos, bubalinos, equinos, asininos, muares, caprinos e ovinos continha 20.491.532, com 19.754.356 cabeças somente de bovinos. Nos anos de 2006 e 2010, o rebanho do estado continuou a crescer, chegando a 2010 com um total de 50.066.732 cabeças, entretanto, já no ano de 2006 os rebanhos de suínos e aves ultrapassam em quantidade o rebanho de bovinos no estado.

Em 2006 o rebanho de bovinos, bubalinos, equinos, asininos, muares, caprinos e ovinos representam 21.327.003 cabeças, que em 2010 aumenta para 23.244.295 cabeças, apresentando um tímido crescimento, mas em 2014 esse número diminui para 21.894.237 cabeças estado.

Quando observamos os rebanhos de suínos e aves, o crescimento torna-se muito mais elevado; o rebanho de suínos em 1996 que era de 508.813 cabeças, em 2006 passa a ser 864.317 cabeças e em 2014 fecha com 1.217.651cabeças. O rebanho que considera o número de aves no estado representava 10.971.000 em 1996, cresceu para 26.529.316 cabeças em 2014, sendo que em 2010 esse rebanho chegou ao número de 25.760.402 cabeças em todo o estado, caracterizando-se

como o rebanho que mais apresentou crescimento em Mato Grosso do Sul, em um período de dezoito anos (IBGE, 2015).

Quadro 2 - Efetivo de rebanho de Mato Grosso do Sul.

Efetivo de rebanhos em Mato Grosso do Sul (cabeças)				
Ano	1996	2006	2010	2014
Bovinos	19.754.356	20.634.817	22.354.077	21.003.830
Bubalinos	10.799	8.896	16.811	14.445
Equinos	318.140	249.242	344.589	337.185
Asininos	3.319	1.738	-	-
Muare	38.184	27.442	-	-
Caprinos	20.303	20.550	31.716	36.099
Ovinos	346.431	384.318	497.102	502.678
Total parcial	20.491.532	21.327.003	23.244.295	21.894.237
Suínos	508.813	864.317	1.062.035	1.217.651
Aves	10.971.000	24.768.000	25.760.402	25.311.665
Total parcial	11.479.813	25.632.317	26.822.437	26.529.316
Total Geral	31.971.345	46.959.320	50.066.732	48.423.553

Fonte: IBGE, 2015. Banco de dados: SIDRA. Adaptado pela autora.

Como o crescimento do rebanho de bovinos, suínos e aves, explicaria a diminuição de pastagem no estado? Esse crescimento não deveria refletir em um crescimento também da área de pastagem?

A resposta dessas indagações perpassa pelas mudanças no processo produtivo e das relações de produção, haja vista, que com a inserção do novo pacote tecnológico no campo, pode-se modernizar a produção, passando a pecuária a ser uma atividade intensiva, ou seja, utilizando a tecnologia foi possível produzir mais em menor espaço e em menor tempo, com o rebanho em confinamento. Ademais, a integração entre pequenos produtores e empresas do setor de carnes, possibilitou principalmente no que diz respeito ao rebanho de aves, aumentar sensivelmente o contingente do rebanho.

A necessidade de se compreender a configuração do uso e ocupação da terra no estado está relacionada com a importância desses usos e/ou recursos naturais para a reestruturação da indústria no Mato Grosso do Sul.

A balança comercial do estado, de certa forma refletindo a tendência nacional, pauta-se na exportação de *commodities* como soja e milho e em processamento de recursos naturais, como açúcares da cana e pasta química da madeira, o que de certa forma justificaria o crescimento da área de lavouras e silvicultura (que será trabalhada mais a frente), nos casos da soja, cana e eucalipto. Assim como o setor de carnes, que representou em 2014 aproximadamente 18% de participação nas

exportações e o setor de mineração com menos de 10% das exportações do estado (DEAEX/MDIC, 2015).

A produção agrícola e o produto da silvicultura não são exportados de forma bruta, haja vista, as políticas federais e principalmente estaduais que buscam a agregar valor ao produto do estado, para auferir maior lucro com as exportações. É nesse contexto que emerge as chamadas agroindústrias em Mato Grosso do Sul, aquecendo a produção de sua matéria-prima, os recursos naturais ou produtos primários. Em escala federal, a lei de incentivos fiscais intitulada Lei Kandir (nº 87/1996), desonera a indústria exportadora do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), diminuindo os custos principalmente com o transporte de carga dentro do território nacional, visando melhorar a competitividade do produto brasileiro.

Em escala regional, no período de nosso recorte temporal, de 2000 a 2014, temos a implantação da Lei nº 93/2001 – MS EMPREENDEDOR, ainda no Governo Zeca (1999 – 2003 e 2003 - 2007), que fora continuada pelo governo de André Puccinelli de 2007 até 2015, em seus dois mandatos. Os governadores de Mato Grosso do Sul, desde meados dos anos 2000 têm se empenhado em atrair indústrias e agregar valor ao produto estadual, o fazendo por meio da concessão de incentivos fiscais, juntamente com o auxílio dos governos municipais, com a doação de terrenos, e outros benefícios que são concedidos à indústria pelo fato de se instalarem no território, sob a justificativa da geração de empregos.

Vejamos então como a indústria está se reestruturando espacialmente, em meio a esse cenário de incentivos à industrialização em Mato Grosso do Sul.

2.3 O crescimento da indústria no Mato Grosso do Sul e os setores industriais

O setor industrial em Mato Grosso do Sul passou por um período de crescimento entre os anos de 2000 a 2014. Em 2000 tínhamos 2.882 plantas industriais enquanto que em 2014 esse número se elevou para 7.419 (Ver Anexo: Tabela 1), crescendo 38,8% em quatorze anos (Figura 1).

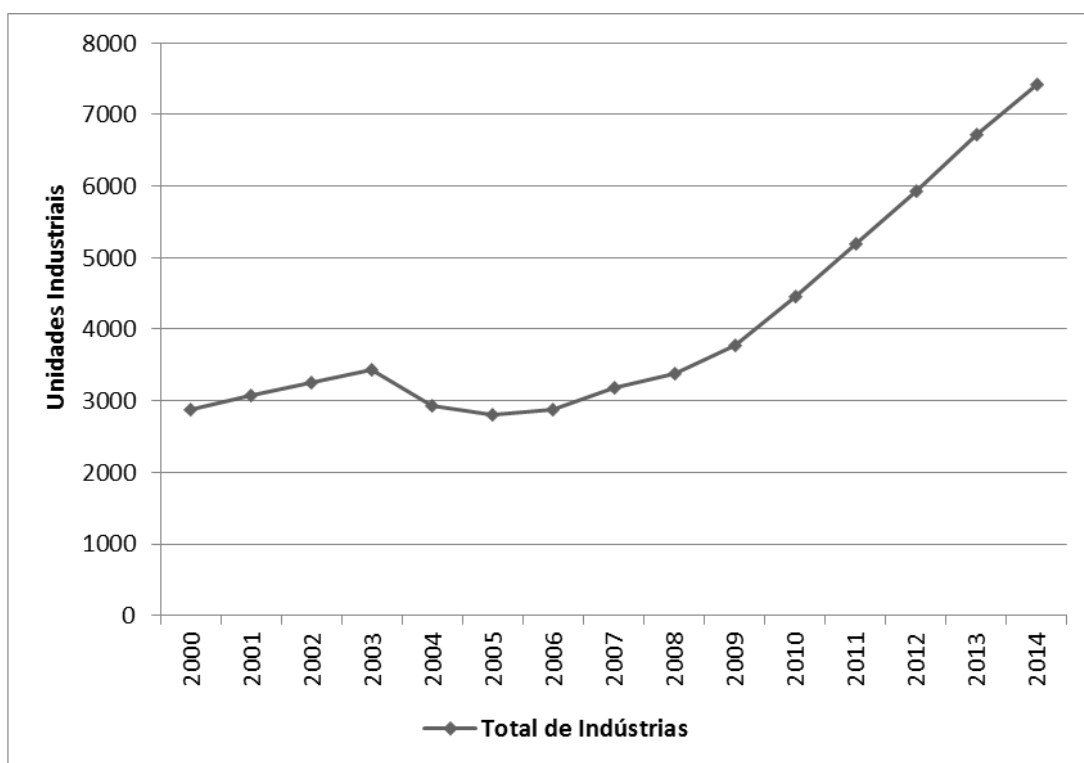
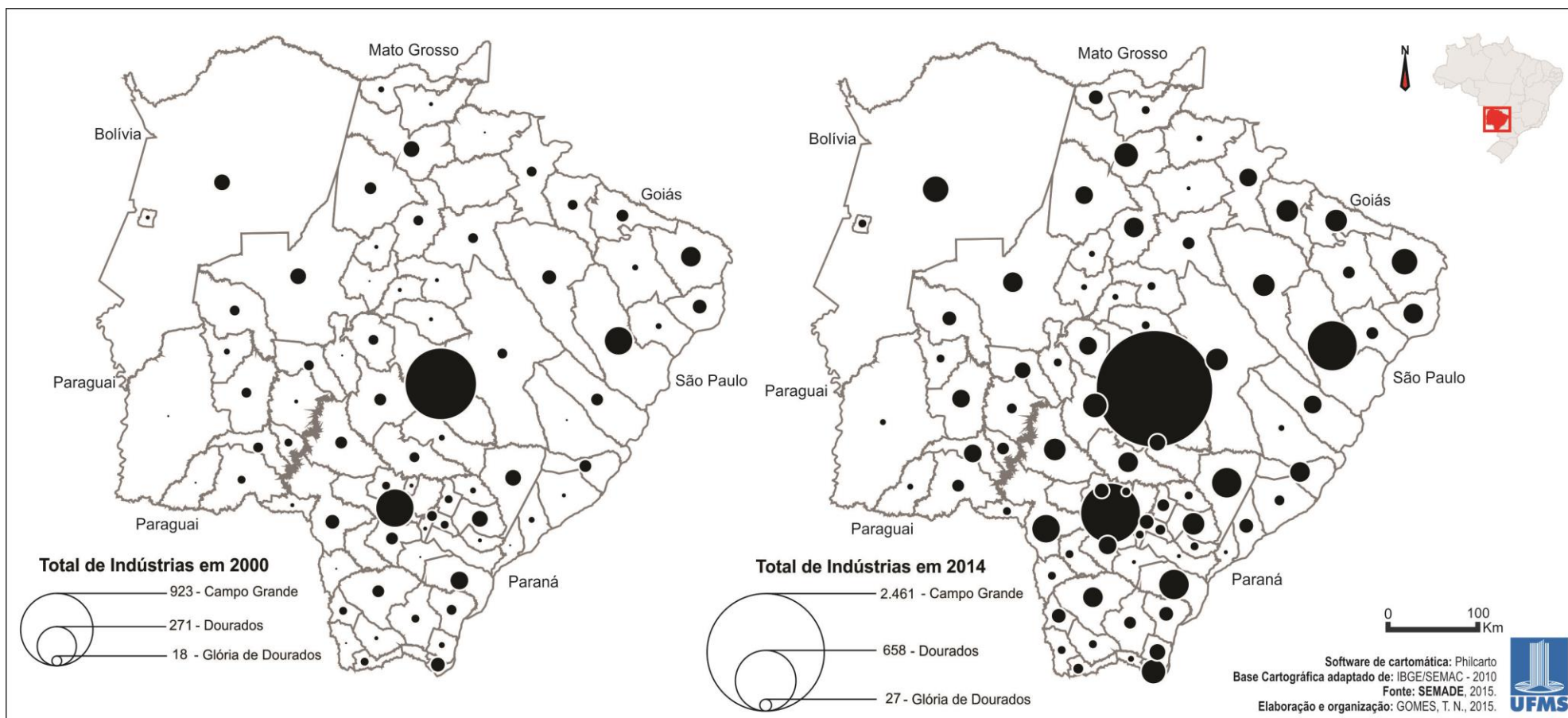


Figura 1 - Evolução do total de Indústrias em Mato Grosso do Sul.
Fonte: SEMADE, 2015.

Podemos observar no gráfico o crescimento das plantas industriais a princípio de 2001 a 2003, período em que temos os primeiros reflexos da implantação da Lei nº 93/2001 – MS EMPREENDEDOR, após 2003 passamos por um período de decréscimo das unidades industriais, voltando a crescer somente em 2007, primeiro ano do Governo Puccinelli no estado.

No que diz respeito à espacialização dessas indústrias, analisando a Figura 1, vemos que em 2000 localizavam-se em maior número nos quatro municípios principais do estado, escolhidos como “pólos de desenvolvimento” na década de 1970, na medida em que já possuíam uma economia mais organizada que os outros municípios e recebiam maiores investimentos públicos naquele período.

Em 2014 percebemos que a indústria, apesar de manter-se em maior quantidade nos quatros municípios já mencionados, adensa também em municípios sem tradição industrial, fora dos pólos de desenvolvimento, na busca por novos espaços atrativos para a indústria.



Mapa 3 - Espacialização das Indústrias no Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.

O mapa 3 nos confirma o crescimento acelerado da indústria no estado em pouco mais de dez anos, antes polarizada agora dispersa por todo o território, mesmo que ainda de maneira desigual. Para melhor compreender essas alterações analisaremos os setores industriais presentes no Mato Grosso do Sul, na tentativa de desnudar esse processo de reestruturação, iniciando pela indústria do setor alimentício.

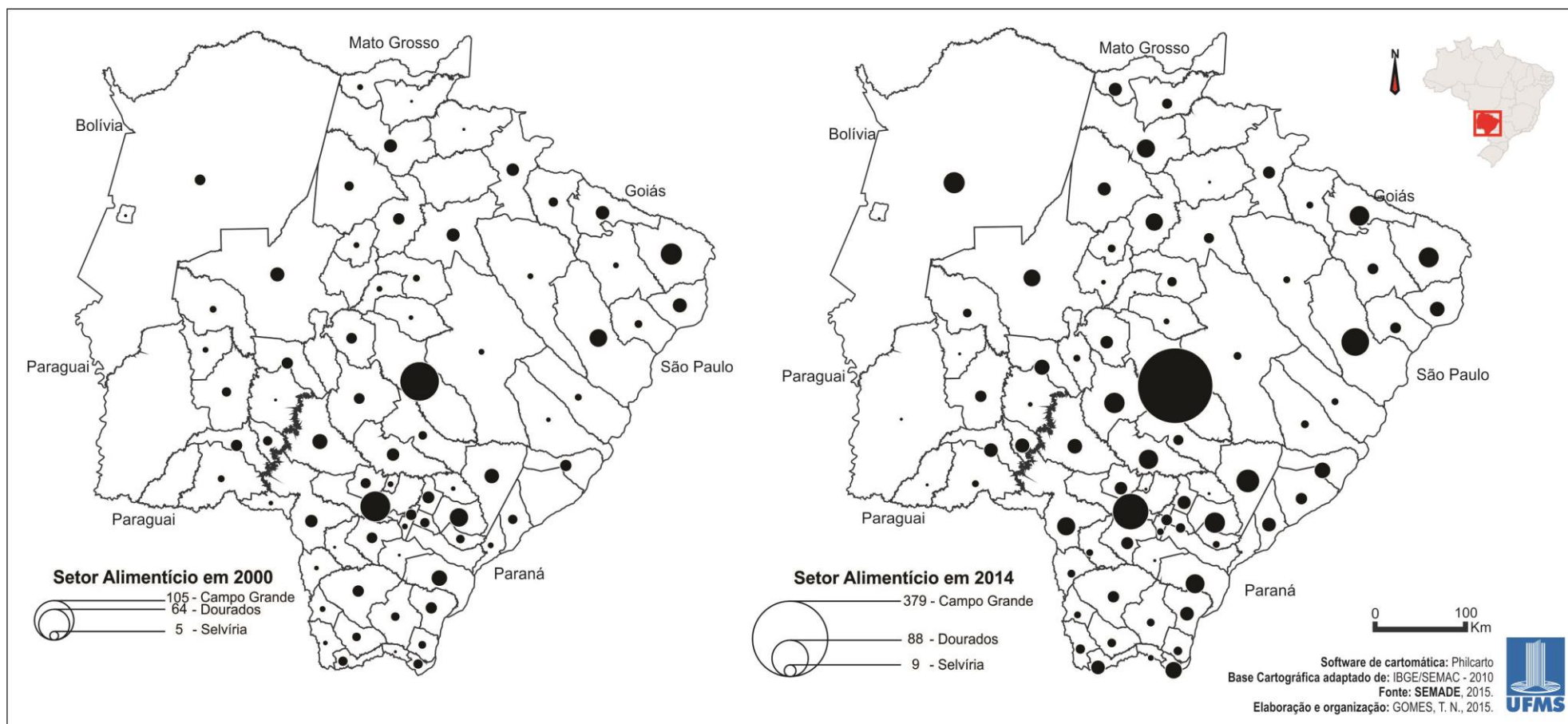
2.3.1 O setor alimentício

Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0¹⁰ (2015) o setor alimentício consiste nos seguintes grupos: Abate e fabricação de produtos de carne; Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado; Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais; Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais; Laticínios; Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais; Fabricação e refino de açúcar; Torrefação e moagem de café; e Fabricação de outros produtos alimentícios.

Devido o agrupamento desses dez ramos industriais em um só setor, o alimentício, e também pela grande quantidade de indústrias alimentícias, torna-se bem abrangente no estado, estando presente em quase todos os 79 municípios, mais especificamente em 75 deles (Ver mapa 4 e tabela 2 em anexo).

Temos na capital, Campo Grande, a maior quantidade de indústrias desse setor, com 379 em 2014, mais do que triplicando o número de indústrias alimentícias no município durante o período em análise, haja vista que em 2000 o município contava com 105 indústrias do setor de alimentos. Dourados também se destaca nesse setor, com 88 indústrias alimentícias em 2014, seguido de Três Lagoas, que contém 54 indústrias do mesmo setor (SEMADE, 2015).

¹⁰ A CNAE 2.0, órgão controlado pelo IBGE, subdivide as atividades econômicas de acordo com suas características, agrupando as atividades com a mesma finalidade. No caso o setor alimentício, encontra-se na subdivisão da Indústria de Transformação, e agrupa os setores citados acima.



Mapa 4 - Espacialização e crescimento da Indústria de Alimentos em 2000 e 2014.

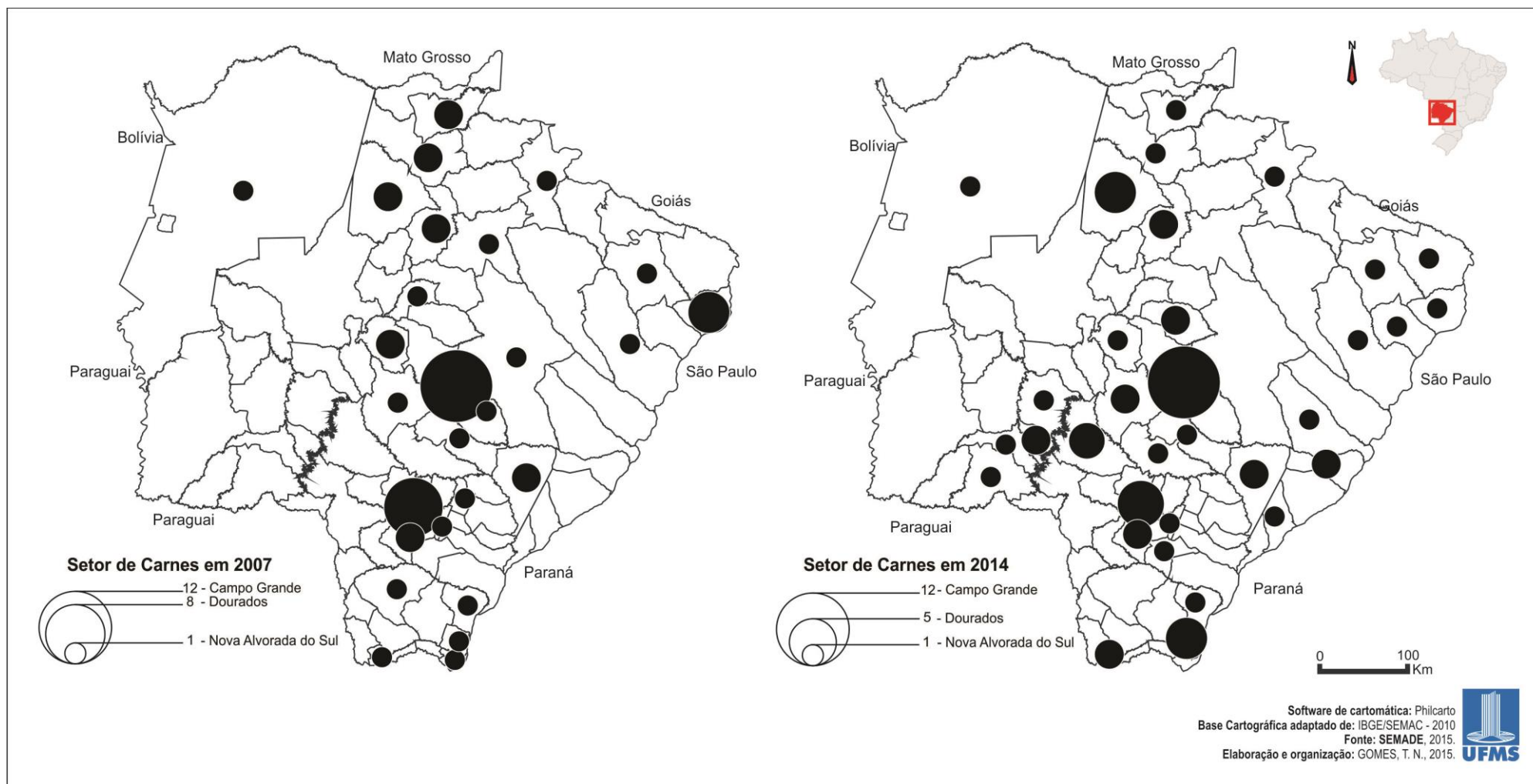
Os municípios de Sidrolândia, Rio Brillhante, Nova Andradina, Mundo Novo, Ponta Porã, Cassilândia, Coxim e São Gabriel do Oeste, também apresentam crescimento no setor alimentício, todos possuindo acima de 20 unidades fabris voltadas para o segmento. Sendo que Nova Andradina com o número de 37 unidades, ultrapassou inclusive Corumbá, que contava com 32 indústrias alimentícias em 2014 (SEMADE, 2015).

Anaurilândia e Dois Irmãos do Buriti, que em 2000 não contavam com nenhuma indústria do setor, em 2014 chegaram à quantidade de dez e quatro indústrias alimentícias, respectivamente (SEMADE, 2015). Entre as indústrias que se instalaram nesses municípios, encontram-se os setores de laticínios e o setor de carnes, com indústrias frigoríficas, o que nos remete à sua formação sócio-espacial baseada na criação de animais, como vimos anteriormente.

Ademais, uma das razões do grande crescimento do setor alimentício em cidades que antes não eram alvos primordiais dos investimentos industriais passa pela grande quantidade de ramos do grupo alimentício serem alvo das políticas de incentivos fiscais do estado, entre eles o setor de carnes e laticínios.

No que diz respeito às grandes empresas, como por exemplo, no setor de carnes, em Dourados onde se instalaram duas empresas de alcance mundial do setor, as já mencionadas JBS S/A e a BRF - Brasil Foods S/A, não dependem dos incentivos fiscais para se manterem atuando e nem mesmo se utilizaram da Lei 93/2001, no período em que se instalaram. Essas corporações se utilizam das particularidades do lugar onde se instalam para facilitação/ampliação da reprodução do capital, como as heranças deixadas pela pecuária (proximidade do rebanho gera menor custo produtivo), entretanto, esses elementos não são rigorosamente determinantes, para definir o local da planta industrial. As grandes corporações tem o poder de conduzir mudanças nos lugares em que se pretendem instalar, caso seja necessário, impondo sua própria racionalidade ao lugar. Vejamos no Mapa 5 como se comportou o setor de carnes nesse período.

Observamos no Mapa 5, que o setor de carnes está especializado principalmente no eixo norte-sul do estado, adensando-se principalmente entre Dourados e Campo Grande, onde a JBS S/A também possui planta industrial, no mais, também segue a tendência de espraiamento para municípios que antes não possuíam indústrias do setor.



Mapa 5 - Indústrias do setor de carnes em Mato Grosso do Sul em 2007¹¹ e 2014.

¹¹ No setor de carnes iremos utilizar os dados do ano de 2007 como referência mais antiga, haja vista, que até o ano de 2006 os dados do setor de carnes encontrava-se agrupado com os dados de todo o setor alimentício, impossibilitando uma análise individual dos setores antes de 2007. Em 2007, com as mudanças metodológicas do banco de dados da CNAE 2.0, foram disponibilizados dados desagregados dos setores que compõe as indústrias de alimentos.

Observando a Figura 2, do setor de alimentos em Mato Grosso do Sul, podemos perceber que a linha do gráfico se assemelha a linha da Figura 1 de total industrial no estado.

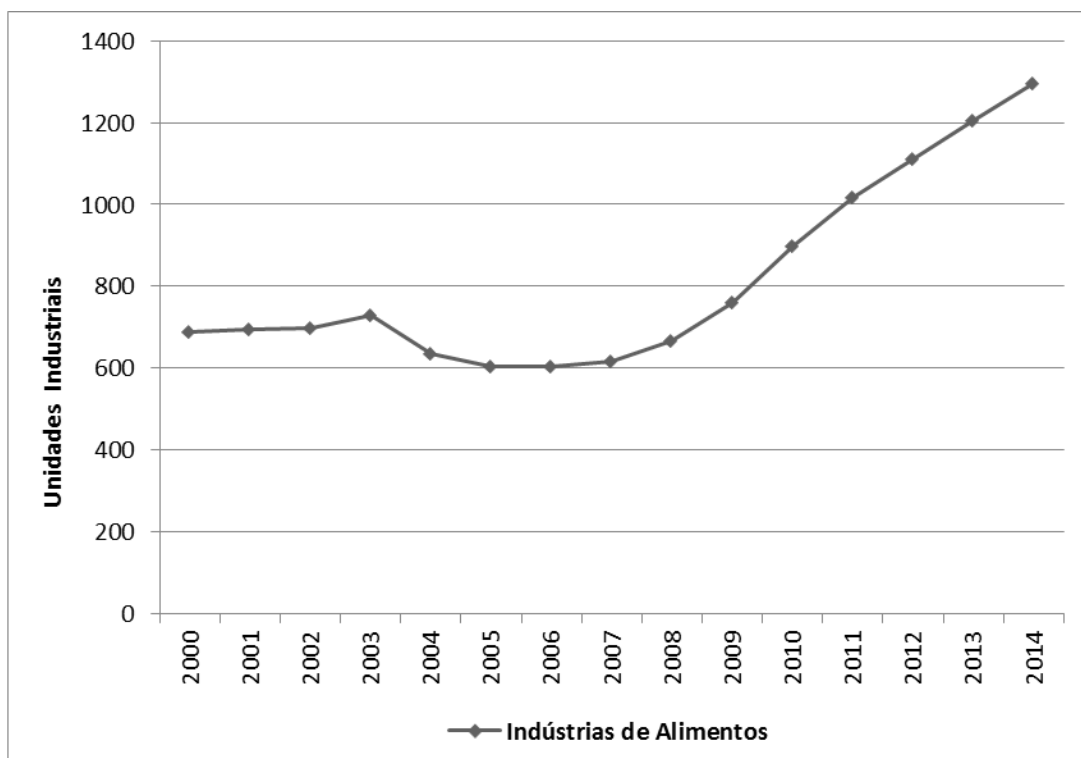


Figura 2 - Crescimento da Indústria Alimentícia em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

O setor Alimentício a partir de 2003 apresenta queda, experimentando um crescimento mais acentuado a partir de 2008, não voltando a apresentar decréscimo até o último ano em análise.

O crescimento do setor de Alimentos está relacionado com o aumento do poder de consumo da população brasileira em geral desde meados dos anos 2000, em que os governos que assumiram o país, adotaram políticas que visaram uma melhor distribuição de renda e a melhoria da qualidade de vida da população pobre no Brasil. Essa estratégia de aumentar o poder de consumo da população desdobrou-se em uma incentivo a indústria brasileira, como podemos observar no setor alimentício em Mato Grosso do Sul, resultando em um crescimento de 53,2%.

Contudo, os investimentos em pesquisa no setor alimentício em Mato Grosso do Sul, ainda é incipiente. Diferente de estados como São Paulo e Paraná, Mato Grosso do Sul não possui nenhum centro de pesquisa na área alimentícia. O estado conta apenas com um curso de graduação em Engenharia de Alimentos pela

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), inaugurado em 2006 e dois cursos superiores de Tecnologia em Alimentos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Naviraí; e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Campo Grande, criados respectivamente em 2002 e 2010.

Nota-se que a criação desses cursos são datadas no início dos anos 2000, período em que a indústria alimentícia apresenta crescimento. Ademais, as cidades em que localizam-se os cursos do setor, possuem destaque em quantidade de unidades industriais no estado, como o caso de Dourados e Campo Grande, assim como Naviraí, que contava com 26 unidades industriais no ano de 2014, atende a demanda local e regional de qualificação técnica de trabalhadores do setor alimentício.

2.3.2 O setor têxtil

O setor de têxtil, assim como o setor alimentício, está presente em grande parte dos municípios do estado. Esse setor é composto de segmentos: Preparação e fiação de fibras têxteis; Tecelagem, exceto malha; Fabricação de tecidos de malha; Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis; e Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário (CNAE 2.0, 2015).

Entretanto, diferentemente do setor alimentício, as indústrias têxteis nos anos 2000 eram muito incipientes no estado, que possuía somente 23 plantas industriais desse setor (Ver Mapa 6).

Em 2000 o setor têxtil apresentava espacialmente limitado a oito municípios, são eles: Campo Grande, Chapadão do Sul, Coxim, Fátima do Sul, Maracaju, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas. Sendo que o município de Três Lagoas, concentrava a maior quantidade de indústrias nesse período, nove unidades industriais. Em 2007, ano em que houve a transição entre os Governos Zeca do Partido dos Trabalhadores (PT) e Puccinelli do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dezessete municípios passaram a possuir plantas industriais desse setor, sendo que Campo Grande e Aparecida do Taboado apresentaram maiores crescimentos no setor no período de sete anos, a primeira de três unidades

passou a ter sete indústrias e a segunda que não possuía nenhuma indústria do setor em 2000, passou a ter quatro unidades industriais têxteis (Ver Tabela 3 em anexo). Apesar do crescimento apresentado, o setor têxtil ainda estava espacialmente disperso e pouco abrangente, desenvolvendo-se em alguns polos como Campo Grande e Dourados.

O ano de 2010 a indústria têxtil já alcançava 29 municípios do estado, já adentrando todas as mesorregiões do estado. Em 2010 o município de Campo Grande ultrapassou Três Lagoas em quantidade de indústrias têxteis, possuindo 16 unidades industriais, enquanto Três Lagoas permanecia com nove.

Entretanto, foi nos últimos anos do segundo mandato do Governo Puccinelli, que esse setor apresenta maior crescimento (Ver Figura 3), em quatro anos o setor cresceu 41,5%, taxa maior do que apresentou durante um período de dez anos 31 %. Em 2014, o estado passou a ter 178 unidades industriais abrangendo 41 municípios.

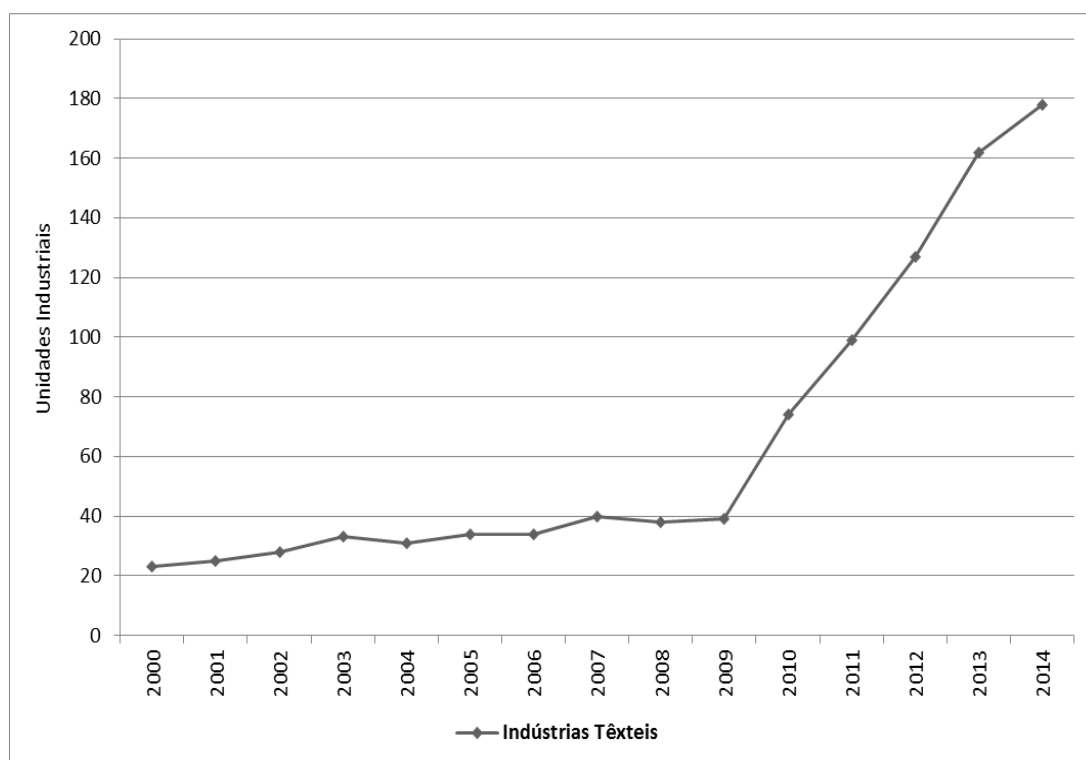


Figura 3 - Evolução do setor têxtil em Mato Grosso do Sul: 2000 - 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

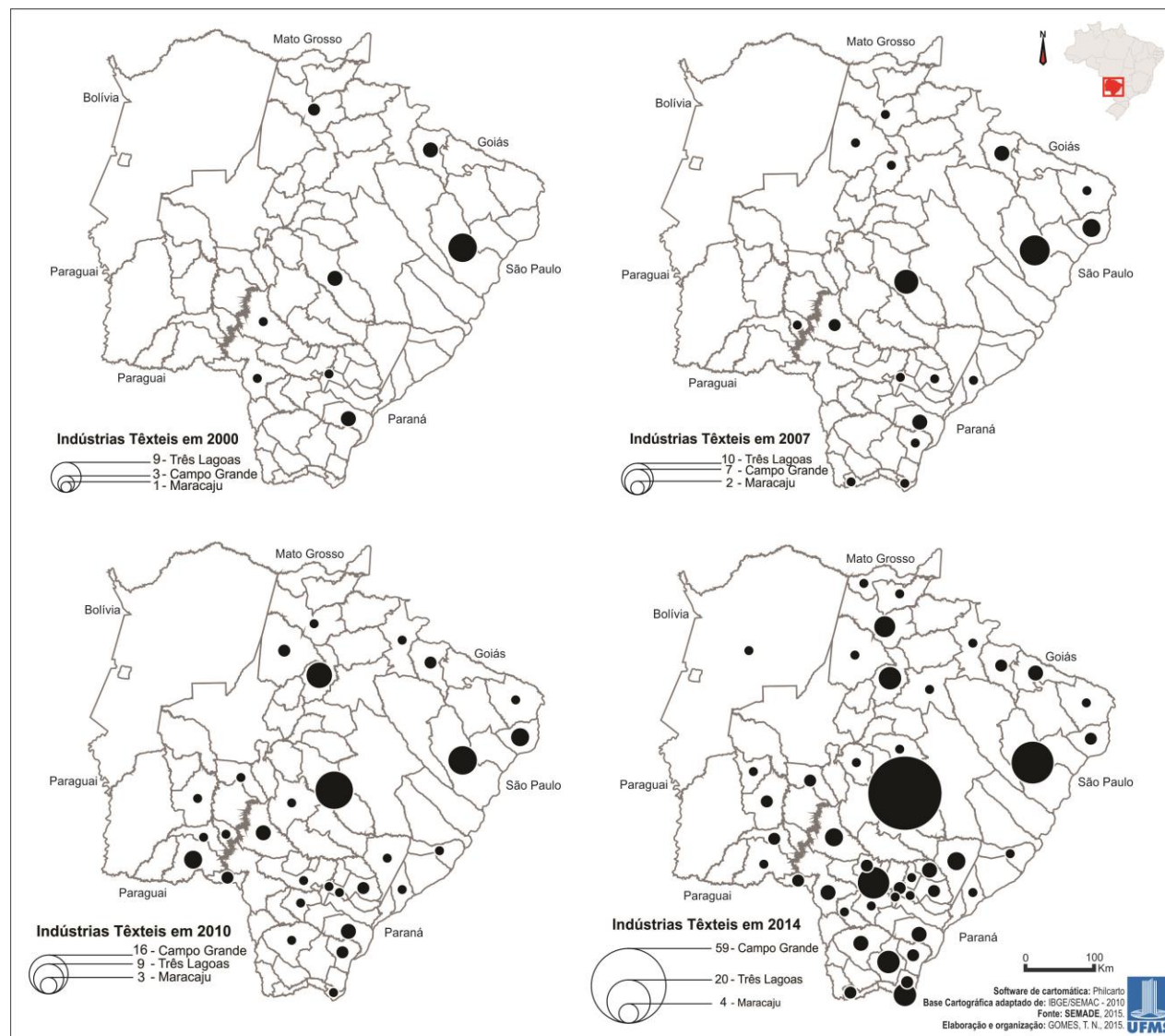
Ressaltamos que o setor têxtil encontra-se entre os setores industriais que mais se utilizam de incentivos fiscais no estado, haja vista, que a indústria de transformação é uma atividade relativamente recente no estado, não possui vínculos

sócio-espaciais como o caso do setor de carnes ou de processamento de soja, por isso e instala em lugares que com os incentivos fiscais tornam-se vantajosos para a produção.

Analisando as indústrias do setor, os municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Dourados se destacam em 2014 em quantidade, mas isso não é nenhuma novidade, já que sabemos que esses municípios foram escolhidos pelo planejamento estadual para receber maiores investimentos, entretanto, a formação sócio-espacial desses municípios, suas características naturais, econômica político e social, revela a importância da dimensão espacial nesse processo.

O que se apresenta como novo, são municípios Coxim, Iguatemi e Mundo Novo, contendo acima de cinco unidades do setor têxtil, cada, sendo que em alguns casos no ano 2000 esses municípios não continham nenhuma indústria do setor.

Ademais, chama atenção para as indústrias têxteis localizadas em Três Lagoas, divisa com São Paulo, haja vista que algumas são oriundas do estado e se instalaram em Três Lagoas justamente devido à vantagem dos incentivos fiscais, que diminuiu o custo da produção, de um estado para o outro, trataremos desse assunto nos próximos itens.



Mapa 6 - Espacialização do setor têxtil em Mato Grosso do Sul, nos anos 2000, 2007, 2010 e 2014¹².

¹² A escolha dos anos pautou-se em grau de importância para a análise. O ano 2000 representa o dado mais antigo do recorte temporal da pesquisa a ser considerado; 2007 torna-se importante para não perdermos a possibilidade comparativa com outros setores que não possui dados anteriores a esse ano, devido a mudança metodológica da CNAE 2.0; Em 2010 temos o início de uma nova década; e 2014 marca o dado mais recente da pesquisa.

2.3.3 O setor de vestuário e o setor de couros

O setor de vestuário e o setor de couros, apesar de suas particularidades serão analisados em conjunto, buscando uma melhor compreensão de sua dimensão espacial e também para que não seja negligenciado nenhum desses setores, em nossa análise. Entendamos o “Por quê?”.

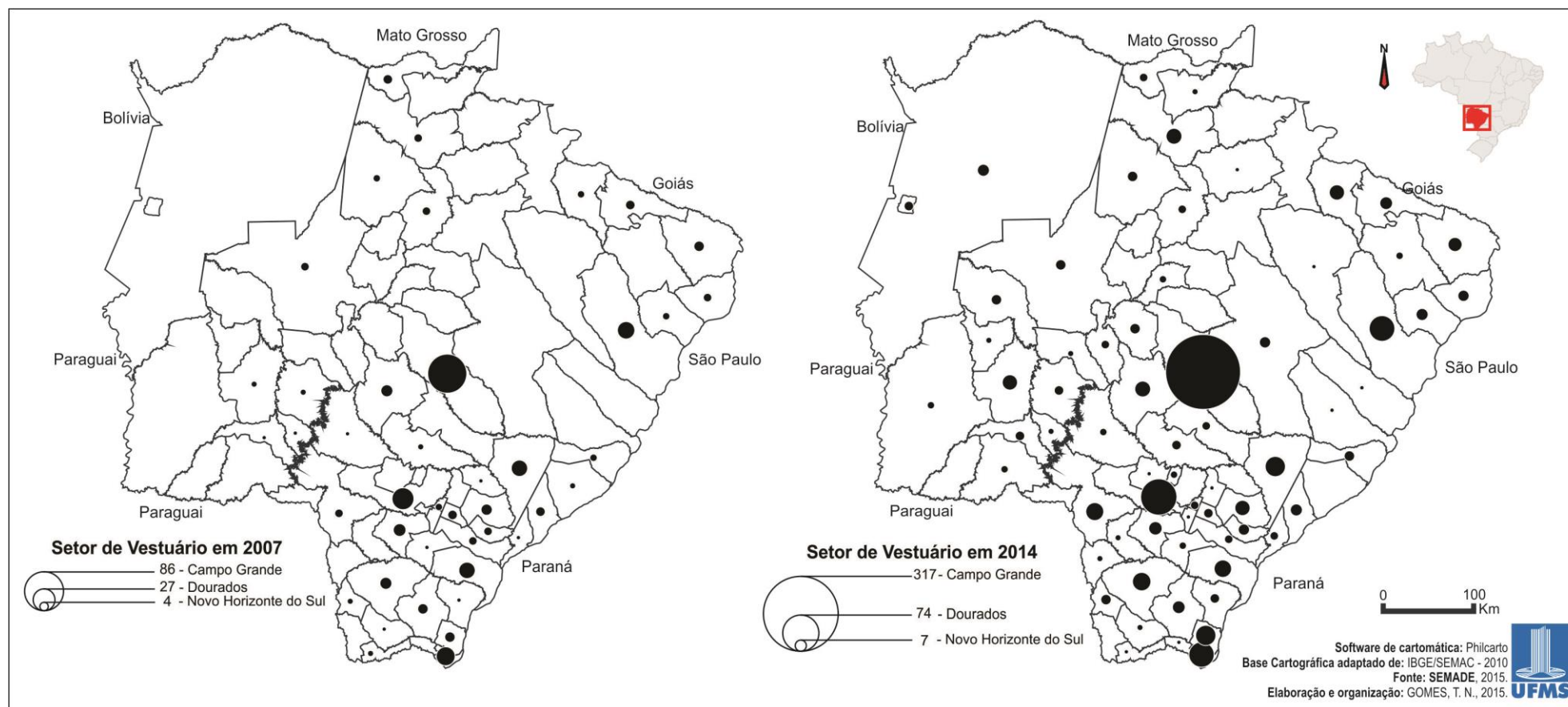
O setor de vestuário e calçados, ou “confeção de artigos do vestuário e acessórios” que contempla os ramos de: Confeção de artigos do vestuário e acessórios; e Fabricação de artigos de malharia e tricotagem, antes da mudança metodológica da CNAE, ocorrida em 2006, também abrangia o segmento calçadista. Já o setor de couros que não contemplava setor de calçados, a partir de 2007 passa a consistir nos seguintes segmentos: Curtimento e outras preparações de couro; Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro; *Fabricação de calçados*; e Fabricação de partes para calçados, de qualquer material.

A assertiva de inserir o segmento calçadista no setor de couro ocorreu no sentido de melhor adequar o enquadramento de indústrias calçadistas que fabricavam tanto calçados de materiais sintéticos, quanto calçados de couro, na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

Optamos por analisar os setores de vestuário e o setor de couros em sua dimensão espacial somente a partir de 2007, onde os dados de cada setor estão devidamente consolidados e separados.

O setor de vestuário, como pode-se observar no Mapa 7, está presente em quase todo o estado, sendo que somente 12 municípios não possuíam indústrias desse setor, em 2014 (SEMADE, 2015).

Observamos também que esse setor irá adentrar novos espaços, que até 2007 não possuíam indústrias de vestuário, como o caso dos municípios de Corumbá, Ladário, Miranda, Bodoquena, Porto Murtinho e Anastácio, na porção oeste do estado, além de municípios das outras regiões como Água Clara, Brasilândia e Douradina, que também não possuíam indústrias de vestuário.



Mapa 7 - Indústrias do setor de vestuário em 2007 e 2014.

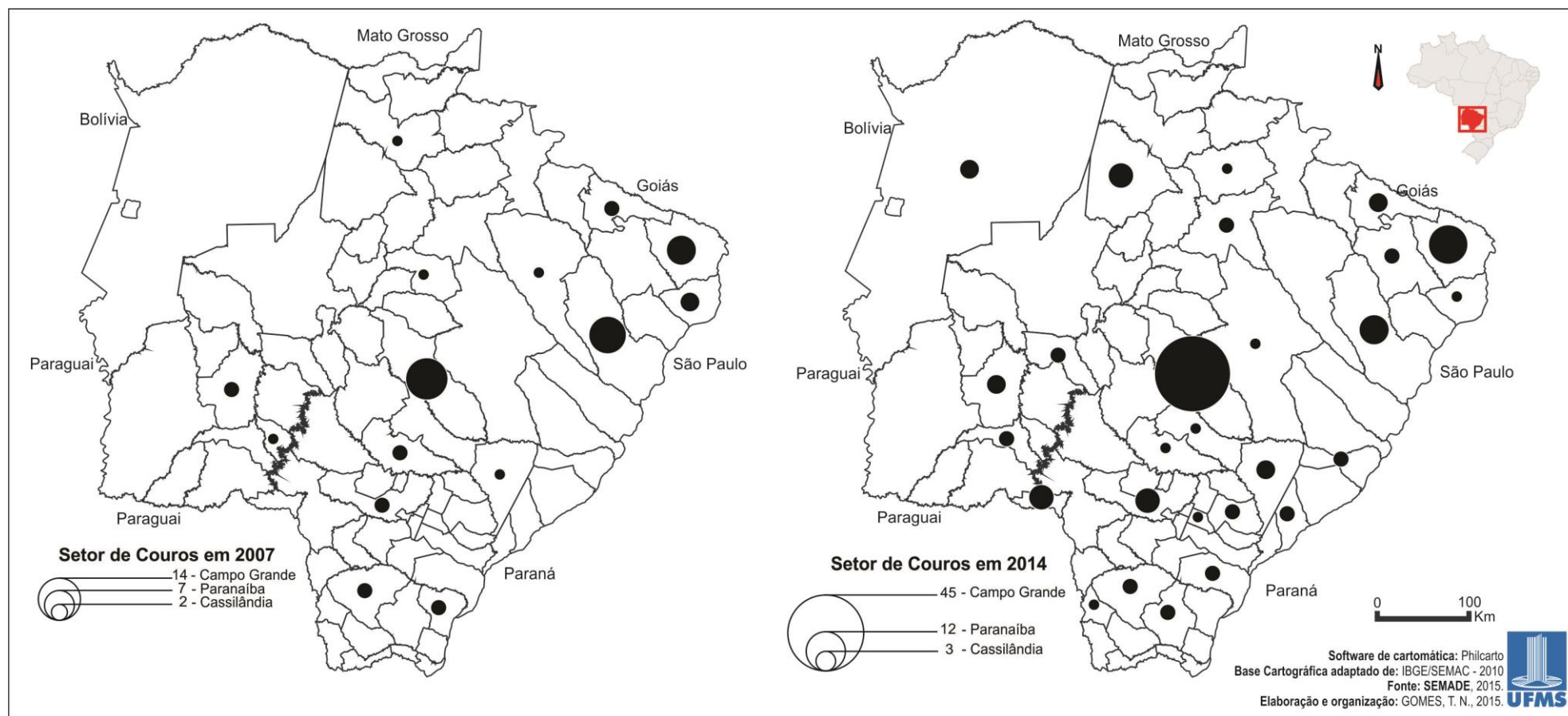
Ademais, o setor de vestuário irá concentrar-se em maiores quantidades nos municípios mais populosos e desenvolvidos economicamente, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, buscando proximidade com seu mercado consumidor. Sendo o município de Campo Grande, capital do estado e contendo o maior contingente populacional de Mato Grosso do Sul e logo, maior mercado consumidor, é natural que esse setor esteja instalado nesse local em maiores quantidades que nos outros municípios.

Mundo Novo e Eldorado no extremo sul do estado chamam atenção por apresentarem grande elevação de unidades industriais do setor, durante o período; Mundo Novo que tinha 20 indústrias em 2007 passou a ter 36 indústrias de vestuário em 2014 e Eldorado que possuía apenas seis unidades industriais, alcança o número de 23 indústrias do setor em 2014 (Ver Tabela 4). A localização desses municípios, limítrofes com o estado do Paraná, nos faz questionar se às indústrias do Paraná, estariam buscando no Mato Grosso do Sul, espaços com custo de produção menor, devido às políticas de incentivos fiscais? Contudo ainda estamos buscando respostas para esse questionamento.

O setor de couro, inversamente ao setor de vestuário, além de localizar-se em apenas 35 municípios do estado (Ver Mapa8), apresentou decréscimo em alguns municípios entre os anos de 2007 e 2014, haja vista, que essa indústria ainda é bem primária e nesse período, aumentaram-se os incentivos para agregar valor ao produto industrial no estado; foram eles: Água Clara, Aparecida do Taboado, Bandeirantes, Coxim, Guia Lopes da Lacuna, Itaquiraí, Rio Brilhante e Três Lagoas, sendo o decréscimo maior apresentado pelos municípios da mesorregião leste, principalmente Três Lagoas, que em 2007 possuía 11 unidades industriais do setor e em 2014 passou a ter apenas sete, como pode-se observar na Tabela 5 em anexo (SEMADE, 2015).

O setor de couros se destaca em Campo Grande, que possuía com 45 unidades industriais desse setor em 2014, sendo que é no município que está instalada uma das filiais da empresa BMZ Couros LTDA desde 2002, importante no setor de couro.

No Mapa 8, podemos observar que apesar de em alguns municípios diminuir as plantas industriais do setor, por outro lado, temos outros municípios que começam a aparecer na indústria do couro, principalmente nas mesorregiões Sudoeste e Centro-Norte do estado(Ver Tabela 6 em anexo).



Mapa 8 - Indústrias do setor de couro em 2007 e 2014, no Mato Grosso do Sul.

Ademais, os setores de vestuário e couro evoluíram de forma semelhante durante esses sete anos (Figuras 4 e 5), sendo que o setor de vestuário apresentou crescimento de 38,8% e o setor de couros obteve crescimento de 44,06%.

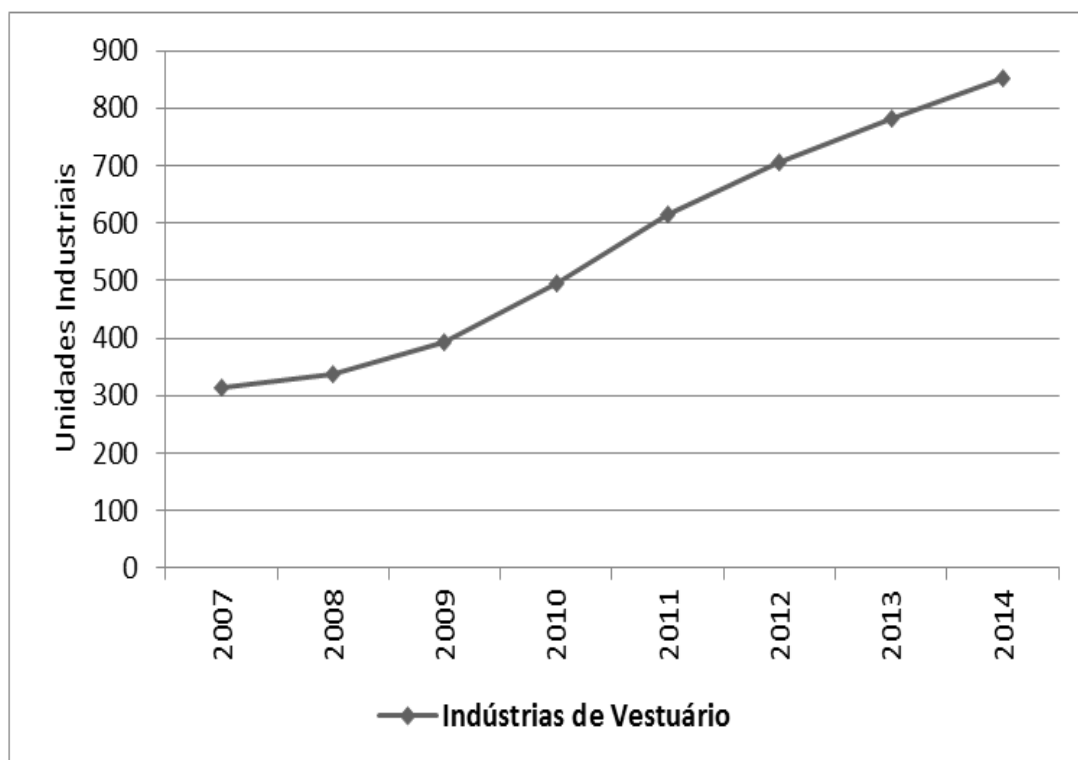


Figura 4 - Evolução do setor de vestuário em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

Observando atentamente o Mapa 8, vemos que os municípios que possuem indústrias do setor de couro em 2014, estão espacialmente localizados próximos aos municípios que formam o setor de carnes no estado.

A indústria de preparação de couro, quando localizada próxima à matéria-prima (rebanho), abre possibilidades de redução de custos com a produção.

Sem considerarmos a localização das indústrias dos dois setores, veremos que o setor de couro está disposto nas proximidades do setor de carnes, ou seja, existe uma relação de complementariedade do setor de carnes para com o setor de couro, haja vista que o primeiro entra com a matéria-prima a ser preparada pelo segundo.

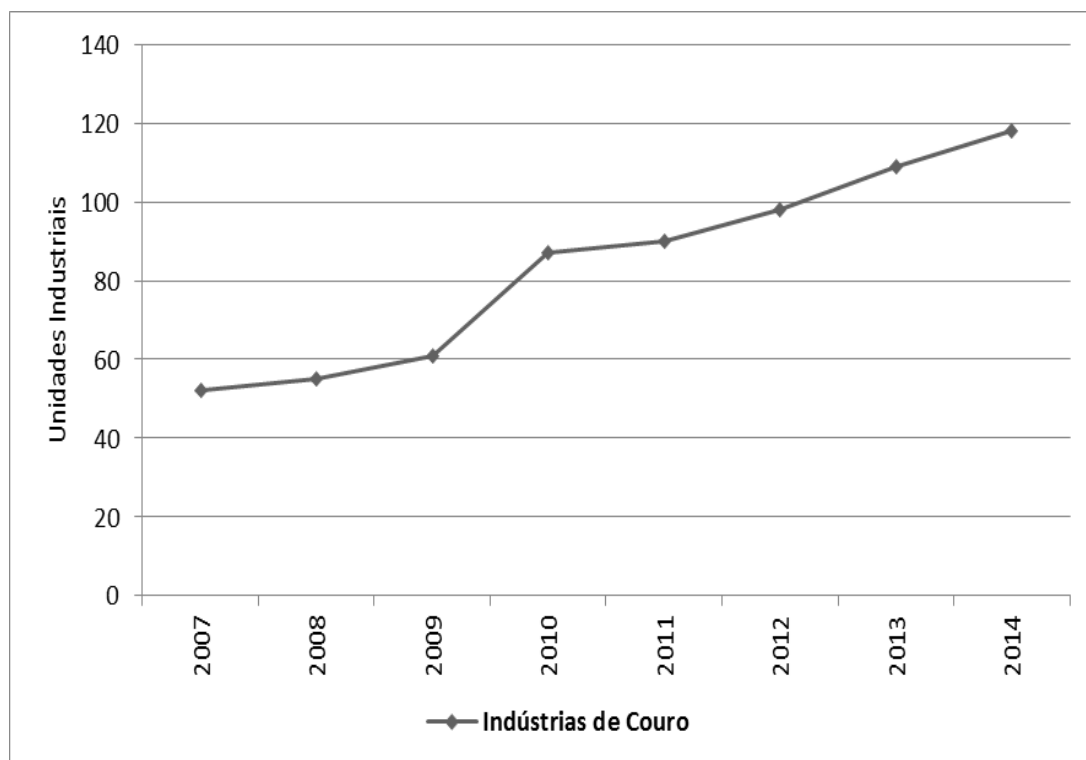


Figura 5 - Evolução do setor de couro em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

E se tratando de vínculos com o lugar, podemos considerar que o setor de couros também possuiu esse vínculo, na medida em que se utiliza das especificidades regionais, sejam as heranças da pecuária, seja da reestruturação da indústria de carnes, para estabelecer sua própria reestruturação.

Ademais a indústria de couro, se beneficia da branda legislação ambiental brasileira que facilita o desenvolvimento dessa atividade no país, diferentemente da legislação dos países desenvolvidos, haja vista que a indústria coureira é considerada uma das atividades industriais mais poluidoras.

Segundo Rodrigues; Souza; Sousa (2010) o processo produtivo do couro, tem capacidade poluente do solo, por meio de resíduos sólidos oriundos do tratamento de efluentes; do ar, que com a eliminação de gases na atmosfera causa um mau-cheiro nas proximidades do curtume; e principalmente da água (subterrânea e superficial) devido a grande quantidade de resíduos líquidos gerados no processo produtivo da indústria coureira.

Em pesquisa realizada a respeito da indústria de couro no Centro-oeste, Rodrigues, Souza; Sousa (2010) ressaltam que o utilização do metal cromo na etapa de curtimento do couro, comumente realizado pelas empresas desse setor, é bastante preocupante devido ao seu potencial poluidor. Sendo a maior parte dos

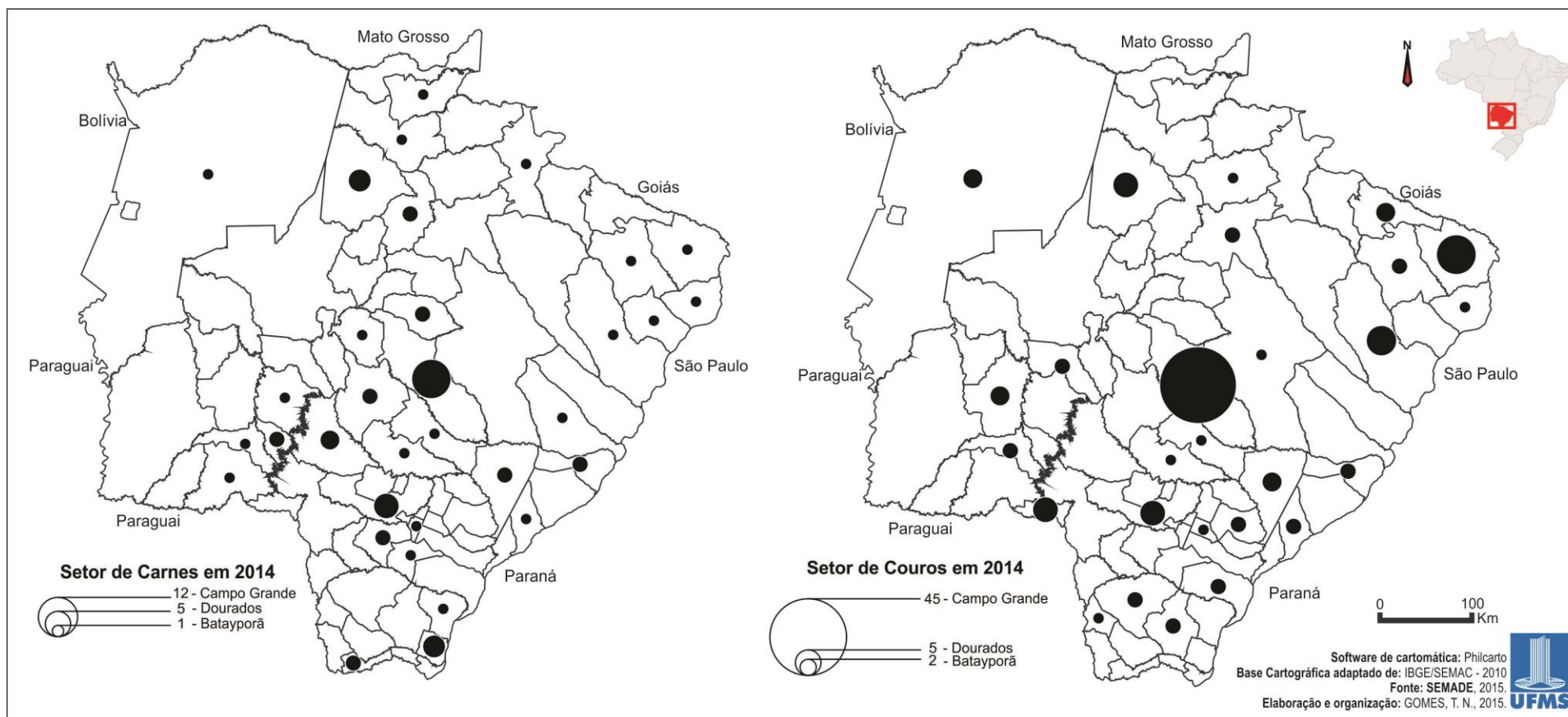
resíduos gerados no processo produtivo, efluentes líquidos, mesmo com a aplicação do tratamento dos efluentes antes de retornar a água utilizada no processo produtivo aos cursos dos rios, ainda existe a possibilidade dessas substâncias químicas entrar em contato com o meio, causando um desequilíbrio ambiental.

Em contrapartida, o setor de couros no Mato Grosso do Sul vivencia um período de prosperidade. Em 2014 a participação nas exportações do setor no estado foi de 55%, considerando que a exportação nacional do produto representou 1,18%, Mato Grosso do Sul logrou destaque nas exportações do setor de couros, sendo responsável por 46,6% das exportações brasileiras da indústria coureira (DEAEX/MDIC, 2015). Temos um setor importante na economia estadual, mas de grande impacto socioambiental.

No Mato Grosso do Sul, a legislação ambiental age como fator facilitador para a instalação desse tipo de indústria no território, mas mesmo dentro do estado, a indústria coureira procura se instalar em municípios potencialmente propícios ao desenvolvimento do setor. Um exemplo em didático é a pequena quantidade de indústrias do setor de couros instaladas na mesorregião dos Pantanaís, que em grande parte são áreas de preservação protegida por leis ambientais rígidas.

Certamente a obrigatoriedade da empresa em elaborar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), auxilia no reconhecimento dos problemas ambientais gerados por cada empresa do setor, que além de cumprir as normas estabelecidas por lei, ajuda a estabelecer metas e medidas mitigadoras dos danos que essas indústrias estão causando. Entretanto, reconhecemos que essas metas, planos e medidas de mudanças no processo produtivo do couro para diminuição dos impactos ambientais, são pouco aplicados na prática. Todavia a ineficiência na fiscalização é fator determinante para a continuação dessas práticas e consequentemente para a continuidade dos impactos ambientais.

De toda forma, a legislação ambiental do estado facilita a instalação de novas indústrias do setor de couros no Mato Grosso do Sul, reafirmando a teoria de que essa indústria se aproveita das rugosidades do lugar para se estabelecer em determinadas localidades, ou seja, se utiliza das especificidades da formação sócio-espacial para se desenvolver.



Mapa 9 - Comparação entre o setor de carnes e o setor de couro em 2014.

2.3.4 Os setores metalúrgico, de minerais não metálicos e de minerais metálicos

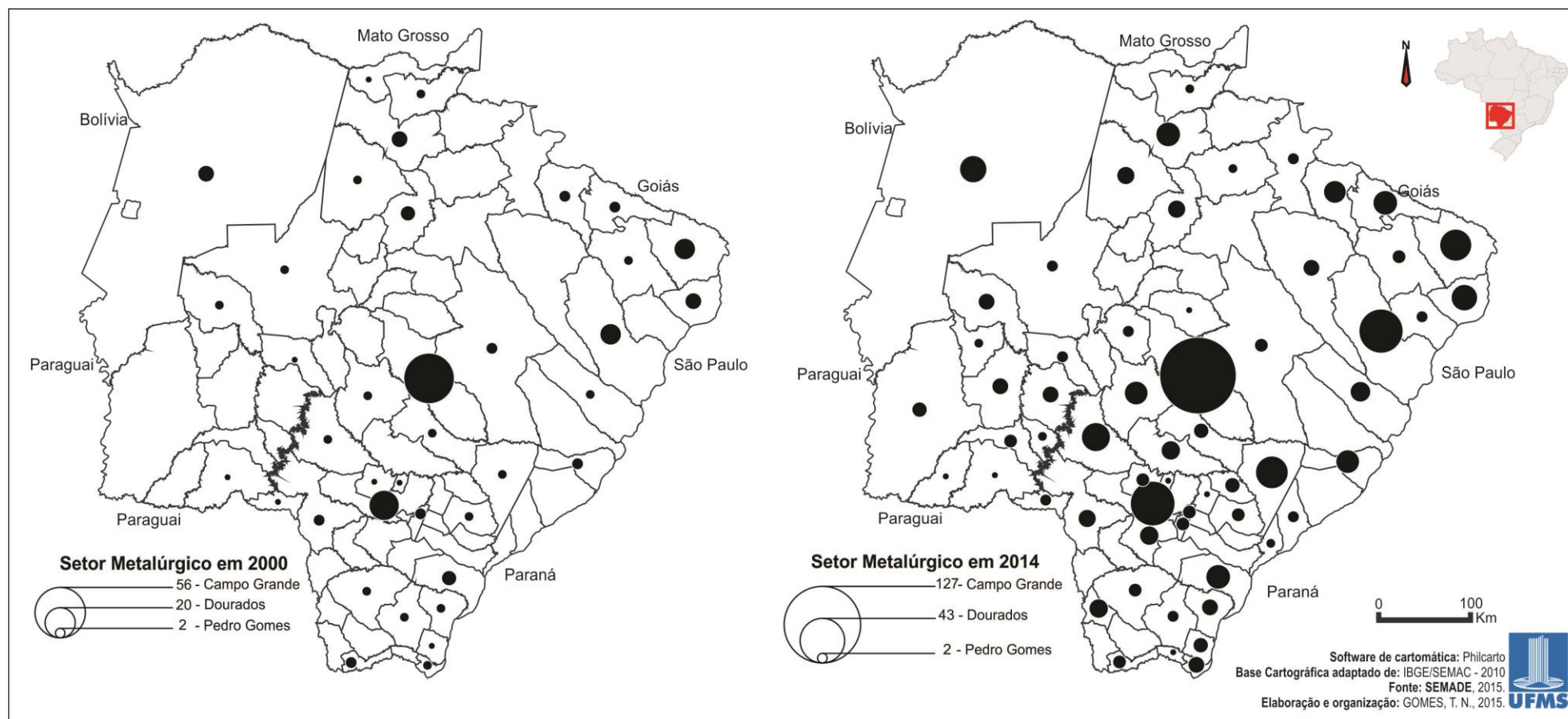
O setor metalúrgico é composto pelos segmentos: Produção de ferro-gusa e de ferroligas; Siderurgia; Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura; Metalurgia dos metais não ferrosos; e Fundição. Esse setor localiza-se em grande parte do estado, como podemos observar no Mapa 10 e na Tabela 6 (em anexo), com destaque para os municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Corumbá, onde localizam-se empresas como a Vetorial Siderurgia S/A e SITREL – Siderúrgica Três Lagoas S/A.

A Vetorial Siderurgia, localizada em Corumbá e com sede em Campo Grande, utiliza-se de sua cadeia produtiva verticalizada para viabilizar a produção de ferro gusa no estado, haja vista que Corumbá, como já apresentamos, possui jazidas de minério, já exploradas pelo Grupo Vetorial.

No caso de Três Lagoas, onde se instalou a SITREL, o material necessário para a produção é trazido de outras indústrias também do Grupo Votorantim, localizadas no Sudeste do Brasil, como a Votorantim Siderurgia, em Resende-RJ. Essa empresa não se instalou em Mato Grosso do Sul somente pelos incentivos fiscais ou pela proximidade com a matéria-prima, mas também interessou-se pela proximidade com o mercado consumidor.

Os pontos menores no Mapa 10 e espacialmente dispersos pelo estado são indústrias metalúrgicas menores, de cadeia produtiva não verticalizada, que em grande parte se utilizaram das leis de incentivos fiscais para se instalarem nesse território buscando também redução de custos produtivos. O setor de metalurgia, também faz parte da pauta de setores beneficiados pelas leis de incentivos fiscais no estado, que assim como o setor têxtil, se utiliza bastante desse benefício.

Ademais, o potencial logístico do estado, principalmente em sua ligação com São Paulo, age como fator *mister* para atrair empresas que não possuem rugosidades (SANTOS, 2012) com a economia local, como o caso das metalúrgicas, mas que buscam em novas localidades vantagens econômicas, que refletiram no lucro auferido pela indústria com seu produto final.



Mapa 10 - Espacialização do setor metalúrgico em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.

O setor metalúrgico apresentou crescimento de 32,15% de 2000 a 2014 (Ver Figura 6). De 2000 a 2003 o setor passou por um tímido processo de crescimento, passando de 182 para 231 unidades industriais, passando por um decréscimo em 2004 e voltando a crescer em 2006. O setor experimentou de 2007 a 2014 uma taxa de crescimento de 40,3% (Ver Tabela 6 em anexo).

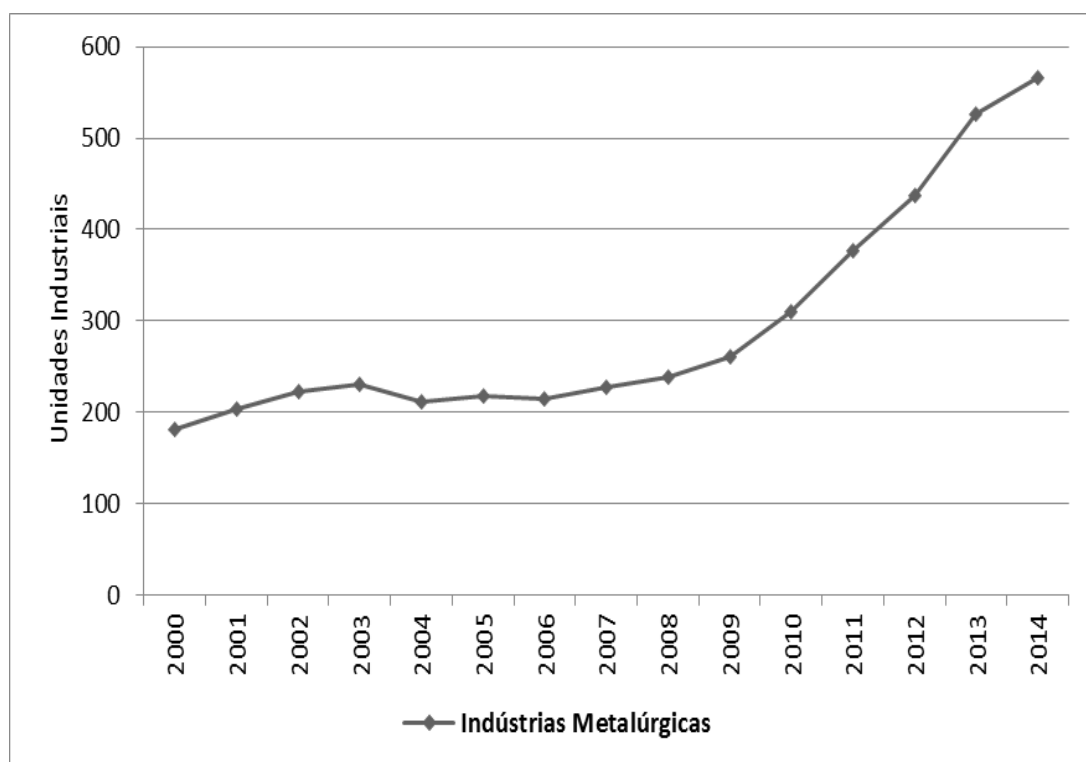
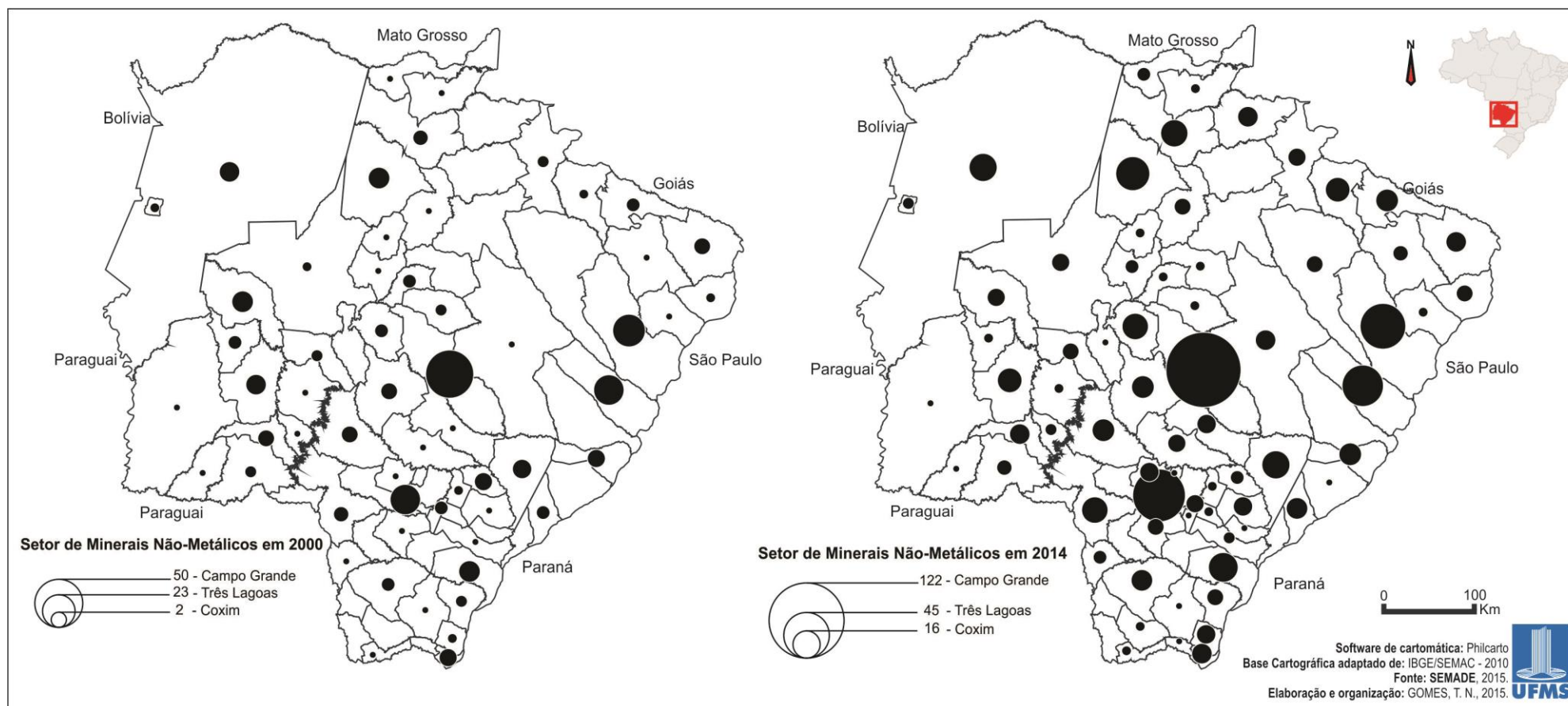


Figura 6 - Evolução das indústrias metalúrgicas de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

O setor de minerais não metálicos, composto pelos segmentos: Fabricação de vidro e de produtos do vidro; Fabricação de cimento; Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes; Fabricação de produtos cerâmicos; e Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos, também está especializado em quase todos os municípios do estado (Ver Mapa 11), sendo que somente não possui unidade industriais do setor, nove municípios a saber: Antônio João, Camapuã, Coronel Sapucaia, Figueirão, Juti, Laguna Carapã, Paranhos, Santa Rita do Pardo e Taquarussu.



Mapa 11 - Espacialização do setor de minerais não metálicos em Mato Grosso do Sul nos anos de 2000 e 2014.

Apesar de não possuíram indústrias do setor de minerais não metálicos, esses nove municípios citados localizam-se próximos a outros municípios que possuem indústrias do setor, o que garante o abastecimento dos produtos em todos os municípios do estado, haja vista, ser um setor com mercado consumidor de certa forma cativo, pois a produção dessas indústrias estão sempre sendo solicitadas por grande parte da população, na realização de obras e reparos, juntamente com as indústrias de construção.

Percebemos que as indústrias desse setor estão se adensando principalmente nos polos do estado, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, que possuem respectivamente 122, 60 e 45 plantas industriais voltadas para minerais não metálicos (SEMADE, 2015), ou seja, municípios mais dinâmicos economicamente e com maiores contingentes populacionais.

Entretanto, dois municípios chamam a atenção no mapa pelo crescimento apresentado em 2014, são eles: Terenos e Chapadão do Sul (Ver Tabela 7 em anexo).

Terenos que possuía em 2000, quatro indústrias do setor, passou a ter 15 em 2014 (SEMADE, 2015), registrando um crescimento de 26,6% em um período de 14 anos. Essas indústrias não poderiam estar interessadas no mercado consumir local, haja vista, que o município possuía um contingente populacional de pouco mais de 12.000 habitantes, segundo dados de 2014 (IBGE, 2015).

Contudo, não podemos esquecer que o estado vivenciou um período de crescimento também populacional, devido ao processo de reestruturação industrial partir dos anos 2000, o que aumentou a demanda também por produtos desse setor, principalmente devido à expansão urbana, ocorrida em muitos municípios do estado, como Campo Grande.

Desse modo, sinalizamos para uma possível relação de complementariedade entre Terenos e Campo Grande, haja vista, à facilidade de acesso a rodovia e a proximidade entre os municípios, que viabiliza a instalação de indústrias do setor em Terenos, onde os terrenos para implantação da planta industrial são mais baratos, para ajudar a suprir a demanda da capital. Ressaltamos também que como veremos mais adiante, a indústria da construção também se destaca em Campo Grande, outro fator condicionante desse processo.

O município de Chapadão do Sul, criado em 1987 e povoado em meados dos anos 1970 pelos migrantes sulistas, que introduziram o cultivo de grãos e cereais, na

região, hoje sendo um dos principais exportadores de soja e algodão do estado, passa por um processo de expansão urbana e aumento populacional, devido às demandas criadas pelo agronegócio, como o comércio de maquinários, e a implantação dos cursos de agronomia e engenharia florestal (UFMS), que fomenta uma ainda tímida migração.

Em saída de campo à Chapadão do Sul em 2011 (Ver Figuras 7 e 8), pudemos notar que a cidade passa por um processo de ampliação da malha urbana, movimentando tanto a construção de moradias populares, quanto à construção de moradias de alto padrão que consequentemente demanda mais produtos das indústrias de minerais não metálicos.



Figura 7 - Casas em fase de construção em Chapadão do Sul.
Fonte: OBAL, K. K., 2011.



Figura 8 - Implantação de loteamentos urbanos no município de Chapadão do Sul.
Fonte: OBAL, K. K., 2011.

Não devemos confundir os setores de minerais não metálicos e o setor de construção, entretanto, os dois se inter-relacionam na medida em que o setor industrial de minerais não metálicos fornece ao setor de construção, materiais como produtos de cerâmicas, azulejos e pisos, gesso, vidros, entre outros, que serão utilizados pelo próprio setor de construção.

O setor de minerais não-metálicos, seguiu a tendência de crescimento acentuado após 2007, mantendo-se em crescente até 2014 (Ver Figura 9).

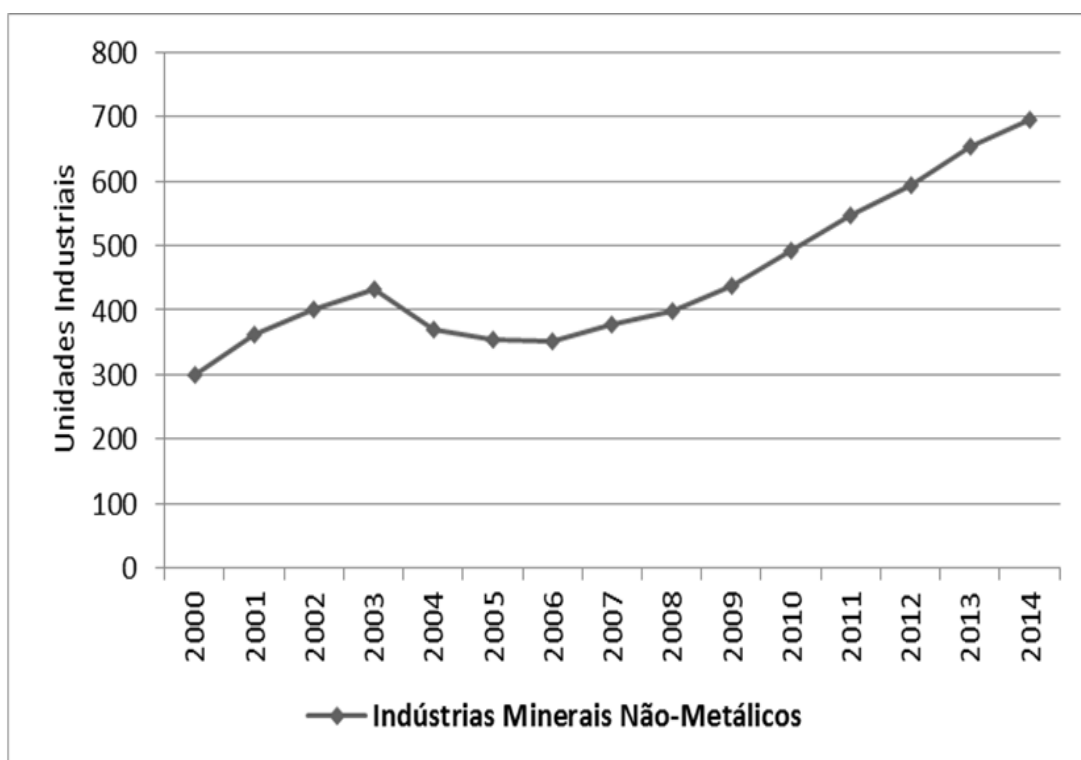


Figura 9 - Evolução do setor de minerais não-metálicos de 2000 a 2014 em Mato Grosso do Sul.
Fonte: SEMADE, 2015.

Esse setor logrou crescimento de 43,2% no período de quatorze anos, apresentando ligeira queda entre os anos de 2004 a 2006 e retomando crescimento em 2007. Vejamos agora, como está espacialmente distribuída à indústria de minerais metálicos.

O setor de minerais metálicos faz parte da indústria extrativa e está agrupado desde 2007 (CNAE, 2015) com os segmentos de Extração de minério de ferro e Extração de minerais metálicos não ferrosos. Esse setor industrial geralmente localiza-se próximo às jazidas a serem exploradas, no Mato Grosso do Sul em Corumbá e Ladário. Dessa forma, o setor de minerais metálicos não sofre grandes alterações de 2000 a 2014, localizando-se somente em três municípios do estado,

Corumbá, Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, como podemos observar no Mapa 12 e na tabela 2.

Tabela 2 - Indústrias do setor de minerais metálicos em Mato Grosso do Sul em 2007 e 2014.

Mesorregião	Município	2007	2014
Leste	Ribas do Rio Pardo	1	1
Total (por mesorregião)		1	1
Centro-Norte	Campo Grande	0	2
Total (por mesorregião)		0	2
Dos Pantaneais	Corumbá	4	6
Total (por mesorregião)		4	6
TOTAL GERAL (unidades)		5	9

Fonte: IBGE/SEMADE, 2015.
Organizada pela autora.

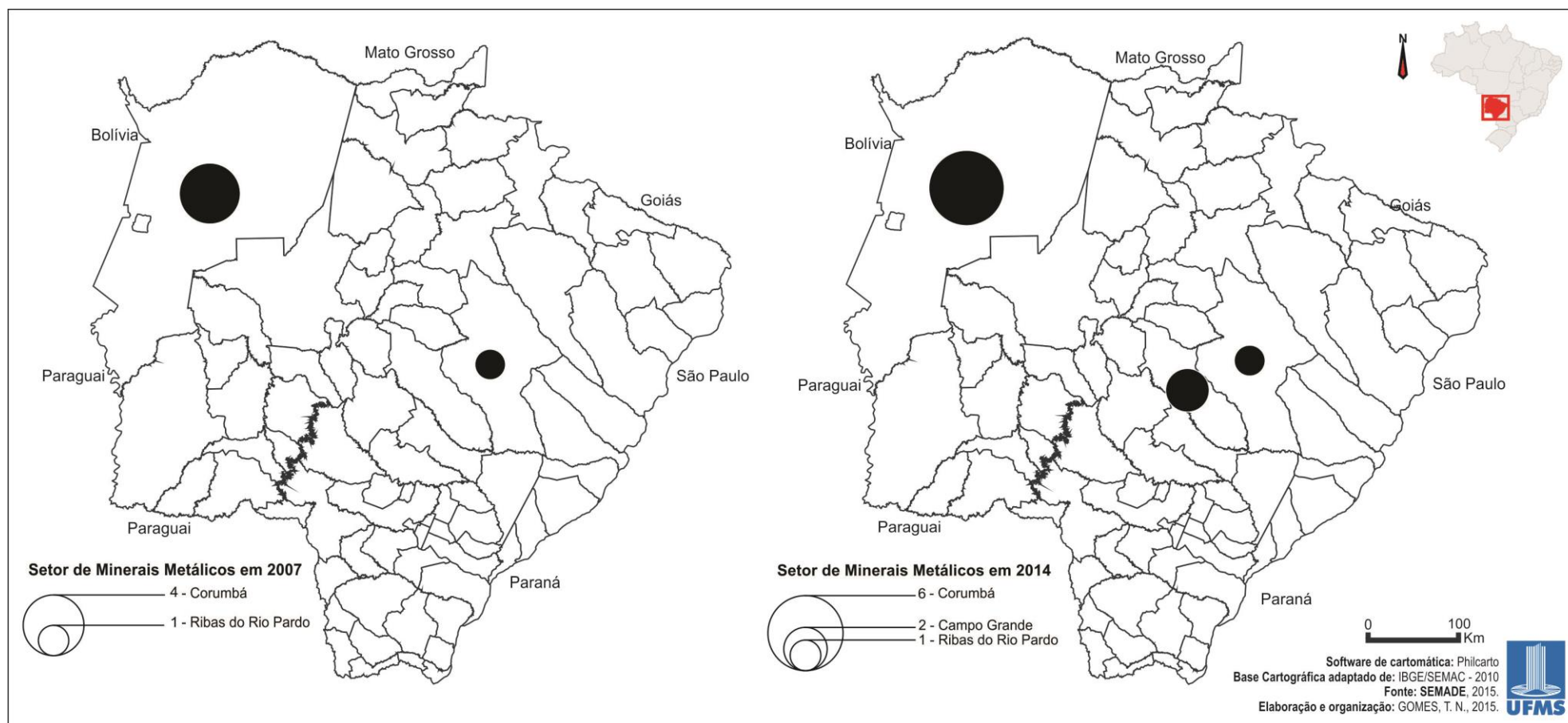
Esse setor está basicamente formado pelos grupos Vale S/A, Vetorial Mineração S/A e Vetria Mineração S/A, que controlam as empresa Corumbá Mineração LTDA, Mineração Corumbaense Reunida S/A e MMX Corumbá Mineração LTDA, na extração de minério de ferro e manganês. Sendo que 90% das exportações do município em 2014 foram de minério, o que representou 9,01 % das exportações de Mato Grosso do Sul, principalmente para a Argentina.

Como vimos anteriormente, o escoamento da produção ocorre de duas maneiras, pelo rio Paraguai, principalmente na exportação, e pela ferrovia, para o mercado do Sudeste e outras exportações que saem do porto de Santos. Esses grupos de cadeia verticalizada, apesar de se instalarem em Corumbá devido à presença de minério no Morro do Urucum, impõem ao território suas próprias lógicas de acumulação, alterando as necessidades locais, estimulando, por exemplo, um comércio voltado para o setor de mineração, o mercado de trabalho qualificado para atender a demanda do setor, assim como acarreta aumento da demanda por infraestrutura urbana, assim como outras grandes corporações do estado.

Em Ribas do Rio Pardo¹³ e Campo Grande, as indústrias desse setor que estão presentes nos municípios voltam-se para a exploração também de minério, em menores proporções, e para tratamento de resíduos industriais do setor. Contudo, a produção desses municípios é reduzida e partem de indústrias menores.

Resta saber até que quando essa exploração se sustentará, nesses moldes.

¹³ A empresa Vetorial Siderúrgica que estava presente no município de Ribas do Rio Pardo anunciou o encerramento de suas atividades em Janeiro de 2015, deixando aproximadamente 200 funcionários diretos desempregados.



Mapa 12 - Espacialização do setor de minerais metálicos em Mato Grosso do Sul em 2007¹⁴ e 2014.

¹⁴Os dados que estão disponíveis desse setor são de 2007, de acordo com a CNAE 2.0 (IBGE, 2015).

Ademais, o setor da indústria de minerais metálicos apresentou maior crescimento entre os anos de 2009 e 2010, ano em que estabilizou sua taxa de crescimento. Esse setor obteve um crescimento de 55% de 2007 a 2010, vejamos a Figura 10.

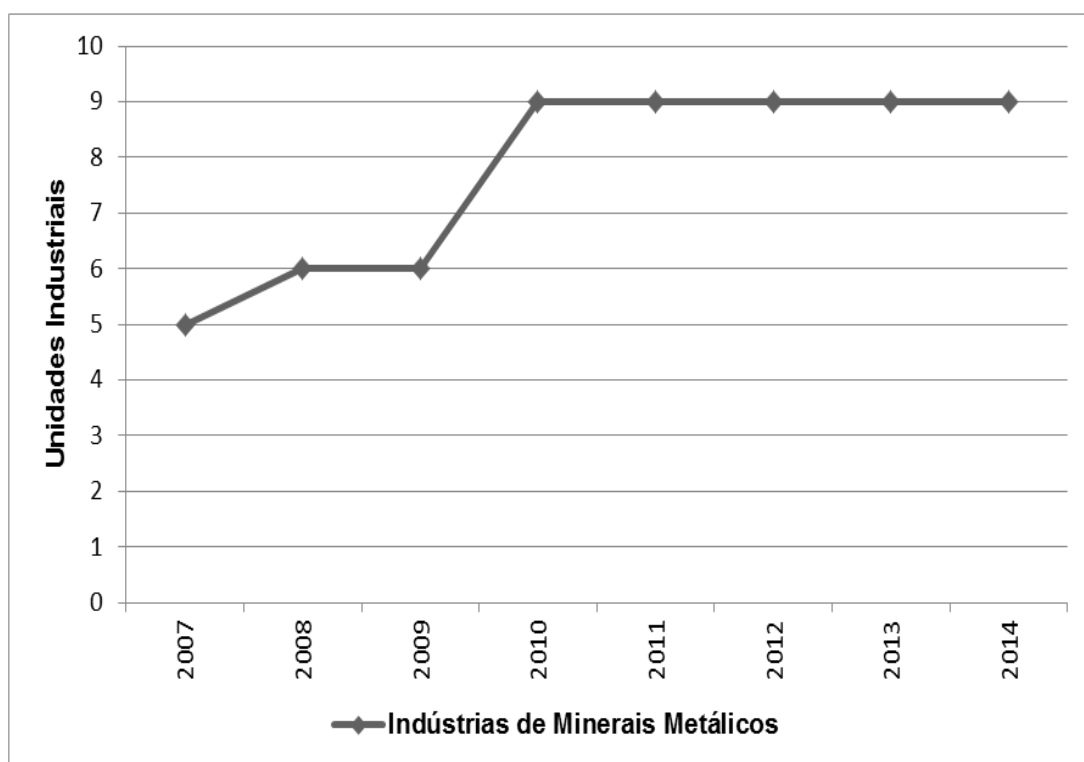


Figura 10 - O setor de minerais metálicos em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

O setor de minerais metálicos não apresentou grande evolução no período em análise, haja vista, que o setor está concentrado em poucos grupos empresariais no estado e as empresas que compõe esse setor são capital-intensivas, ou seja, utilizam tecnologia em equipamentos em seu processo produtivo e dependem da localização da jazida a ser explorada para viabilizar a produção minero-siderúrgica, o que faz com que não tenham alta mobilidade locacional, quando se comparada com outros setores industriais. Ademais, sua característica capital-intensiva dificulta a ampliação de mão de obra no processo produtivo.

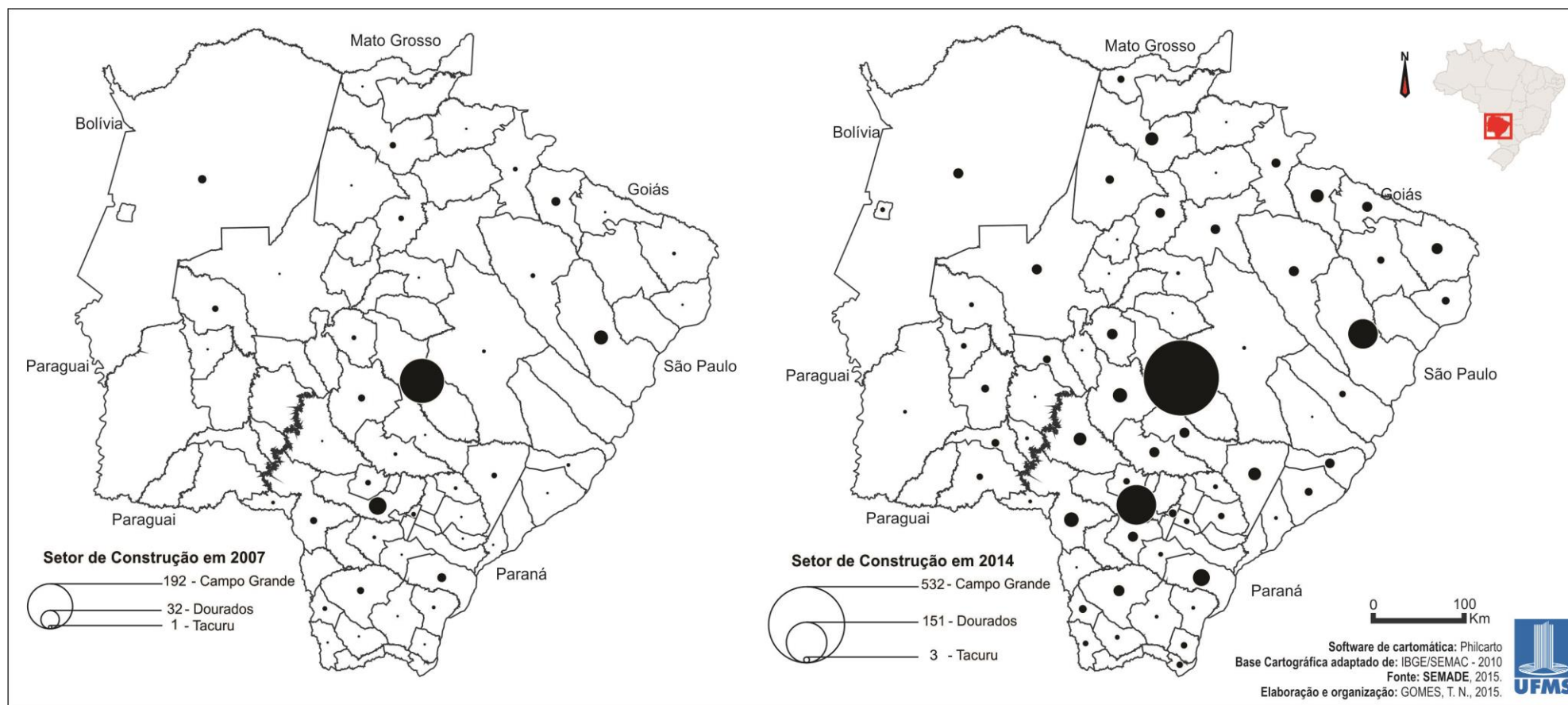
2.3.5 O setor de construção

O setor de construção é formado por indústrias dos segmentos de: Construção de edifícios; Obras de infraestrutura e Serviços especializados para construção; estando presente em grande parte do estado (Ver Mapa 13).

A indústria da construção assim como a indústria de minerais não metálicos, faz-se presente na maioria dos municípios, mas destaca-se em cidades mais dinâmicas, a exemplo de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, onde o mercado é mais atrativo.

Campo Grande, como capital do estado, adensa esse setor industrial com 532 unidades industriais do setor em 2014 (Ver Tabela 8 em anexo). Além dos fatores já mencionados, como o crescimento populacional e a expansão urbana, o crescimento do setor industrial também movimenta a indústria da construção no estado, haja vista que as a própria construção dessas novas plantas industriais demandam o setor, contudo, vale ressaltar que alguns empreendimentos que se instalam no estado utilizam-se de construtoras de outros estados.

Ademais, o próprio processo de industrialização, por necessitar de mão de obra abundante acarreta um processo migratório, que se desdobra em novas demandas nos setores de saúde, educação e infraestrutura, que passam por reformas e ampliações, que fomentam a indústria da construção.



Mapa 13 - Espacialização do setor de construção no Mato Grosso do Sul em 2007¹⁵ e 2014.

¹⁵ Na análise do setor de construção iremos utilizar os dados do ano de 2007 como referência mais antiga, haja vista, as mudanças da metodologia da CNAE 2.0 no agrupamento das atividades econômicas.

O setor de construção logrou um crescimento de 29,7% em Mato Grosso do Sul durante os sete anos em análise. Em 2007 o setor contava com 362 unidades industriais, já em 2014, passou a ter 1.218 unidades industriais, vejamos na Figura 11.



Figura 11 - Crescimento da indústria de construção em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

Esse setor também é contemplado entre os setores beneficiados pelas leis de incentivos fiscais do estado, outro fator que permite o maior espraiamento por todo o território. Vale ressaltar que o crescimento do setor de construção em Mato Grosso do Sul e no Brasil está vinculado os planos do Governo de incentivo ao financiamento de habitação popular, como por exemplo, o programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Nota-se que o setor da construção de 2011 a 2014 dobrou em quantidade de unidades industriais. Em 2011, temos o início do segundo Governo Puccinelli, e também do lançamento do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial “MS Forte-Indústria”, que complementou a Lei nº 93/2001, o que pode ter incentivado o crescimento do setor de construção.

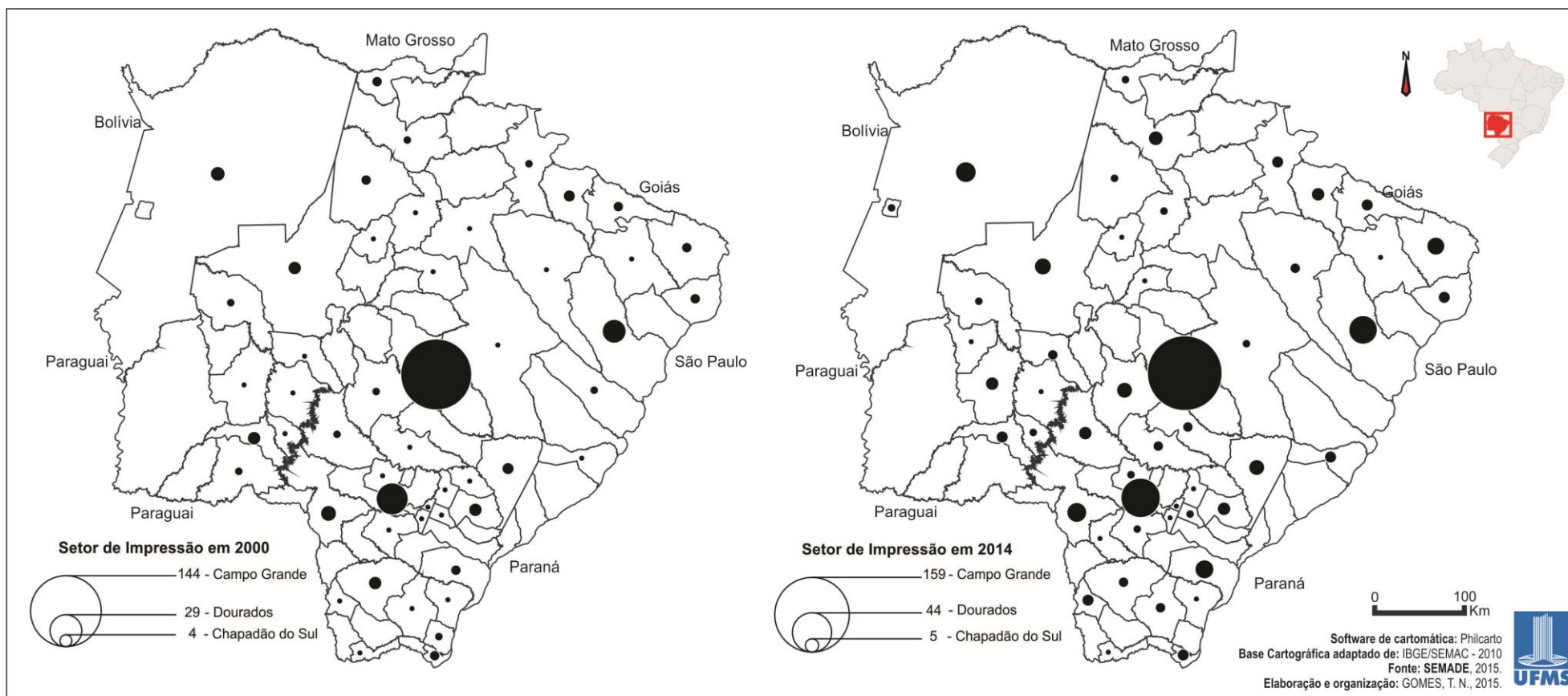
2.3.6 O setor de impressão e o setor de bebidas

O setor de impressão e o setor de bebidas serão analisados em conjunto, haja vista que os dois setores não são priorizados pelas leis de incentivos fiscais, logo não são os que mais geram emprego e nem mesmo são tidos como capazes de dinamizar a economia local e regional. Vejamos como esses setores se comportam no estado.

O setor de impressão é composto pelos segmentos: Atividade de impressão; Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos; e Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte e abrange boa parte do estado (Ver Anexo: Tabela 9).

Está presente em 47 municípios, sendo mais abrangente que o setor de bebidas, localizado em apenas 17 municípios (Ver Mapa 14 e 15).

Esse setor não logrou grande reestruturação espacial. A indústria de impressão fechou unidades industriais em três municípios e instalou novas plantas em outros quatro municípios: Bodoquena, Ladário, Laguna Carapã e Nova Alvorada do Sul, municípios próximos à Campo Grande, Dourados e Corumbá, que possuem uma economia dinâmica.



Mapa 14- Espacialização do setor de impressão em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.

O setor de impressão, apesar do crescimento apresentado, sofreu variações durante esse período. No início dos anos 2000 o setor passava por um tímido crescimento, chegando a atingir o número de 316 indústrias de impressão no estado, vindo a cair em 2003 e voltando a crescer somente em 2006/2007 (ano de transição do Governo estadual), quando o setor apresenta em torno de 240 unidades industriais. O setor de impressão fecha o ano de 2014 com 393 indústrias, ou seja, 102 indústrias a mais do que apresentava em 2000, sendo que em sete anos seu crescimento ficou em torno de 61%, uma média de 14 novas indústrias por ano (Ver Figura12).

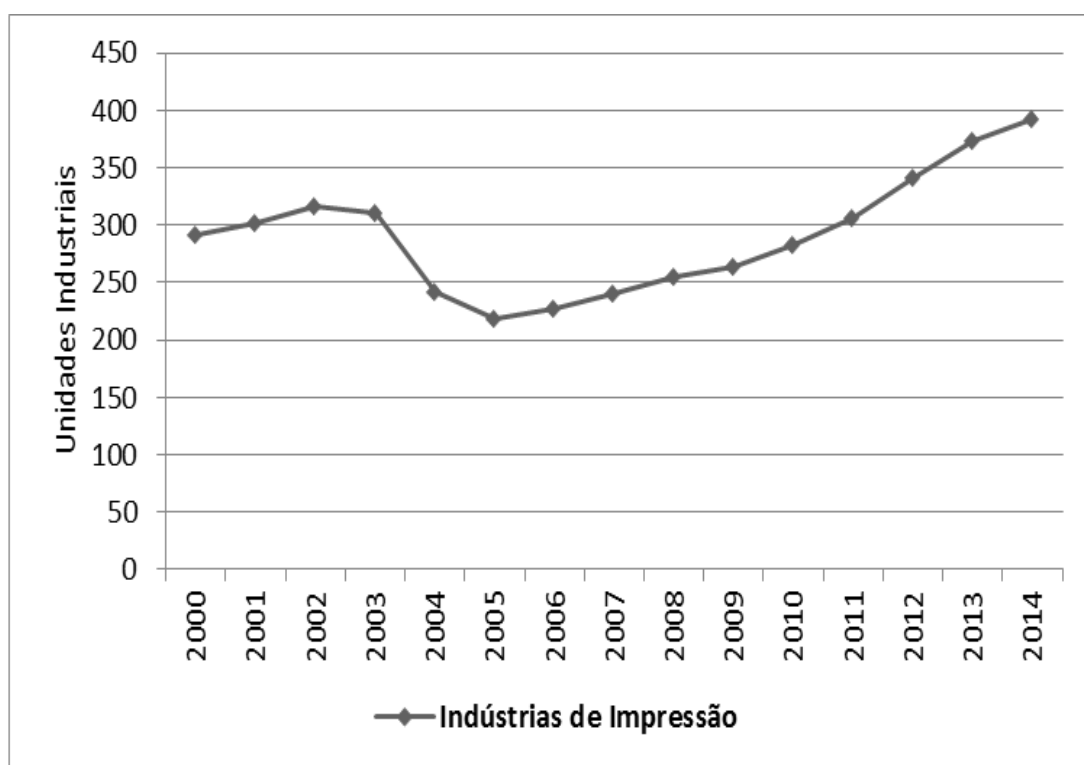
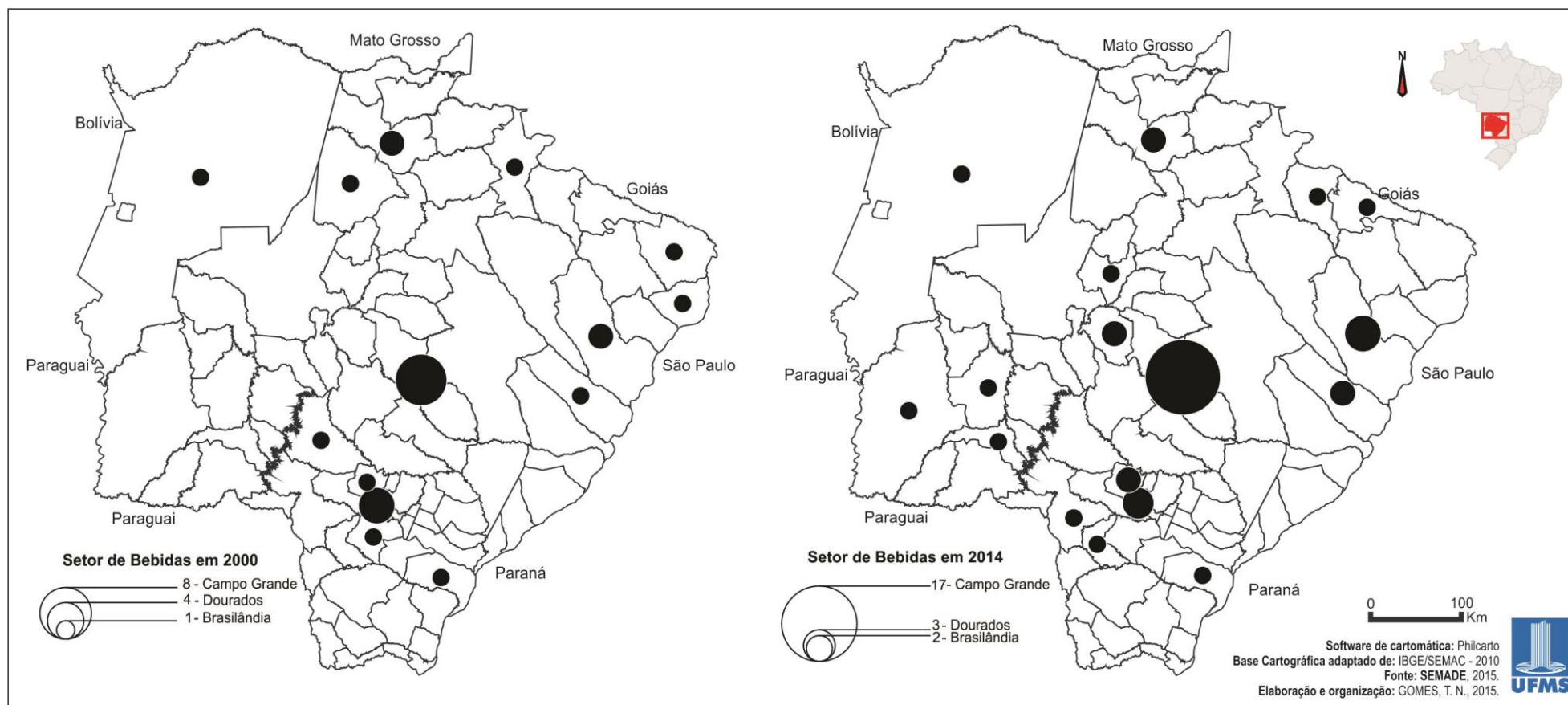


Figura 12 - Evolução do setor de impressão em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

Ademais o setor de impressão manteve-se concentrado nos principais municípios do estado.

O setor de bebidas, que compreende os segmentos: Fabricação de bebidas alcoólicas; e Fabricação de bebidas não alcoólicas, como já foi dito, não localiza-se em grande parte do estado; o setor está concentrado principalmente na capital Campo Grande, com 17 unidades industriais; e espacialmente disperso pelos municípios de Três Lagoas e Dourados e também em seus entornos (Ver Mapa 15).



Mapa 15 - Espacialização do setor de bebidas em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.

Em Campo Grande as indústrias variam na produção de refrigerantes, cerveja e Chopp, e aguardente, sendo um setor que segmentos diversificados em um mesmo município. Entre as empresas do setor no município estão: Industria e Com. de Bebidas Funada LTDA e a Nevada Com. de Bebidas LTDA (FIEMS, 2014).

Já em Três Lagoas, que possui quatro indústrias do setor, temos a presença de indústrias de águas envasadas e refrigerantes, que apesar de não serem atividades baseadas nas heranças de antigas temporalidades do lugar, utiliza da abundância de recursos hídricos do município, principalmente em água subterrânea. Entre essas empresas estão: Agua Mineral Aquarela, Água Mineral Labor e Donizeth Claudino de Queiroz – ME.

O setor de bebidas também procura se beneficiar principalmente da proximidade com o mercado consumidor, já que em geral, as indústrias desse setor instaladas no estado possuem alcance regional.

Espacialmente o setor de bebidas adentrou nove municípios: Bonito, Chapadão do Sul, Cassilândia, Corguinho, Jardim, Laguna Carapã, Ponta Porã, Porto Murtinho e Terenos (Ver Tabela 10 em anexo).

Ademais, se comparado quantitativamente ao setor de impressão, vemos que o setor de bebidas é menos expressivo no estado, somando somente 42 indústrias em 2014, no entanto em termos relativos obteve uma taxa de crescimento um praticamente igual ao setor de impressão, 61% (SEMADE, 2015).

Quanto à evolução do setor, houve algumas variações durante o período em análise. O setor de bebidas apresenta crescimento até o ano de 2004, quando atinge o número de 36 unidades industriais e novamente cai, chegando ao ano de 2008, com 23 indústrias de bebidas, número inferior ao que começou em 2000, quando apresentava 26 unidades industriais (Ver Figura 13), voltando a crescer em 2009.

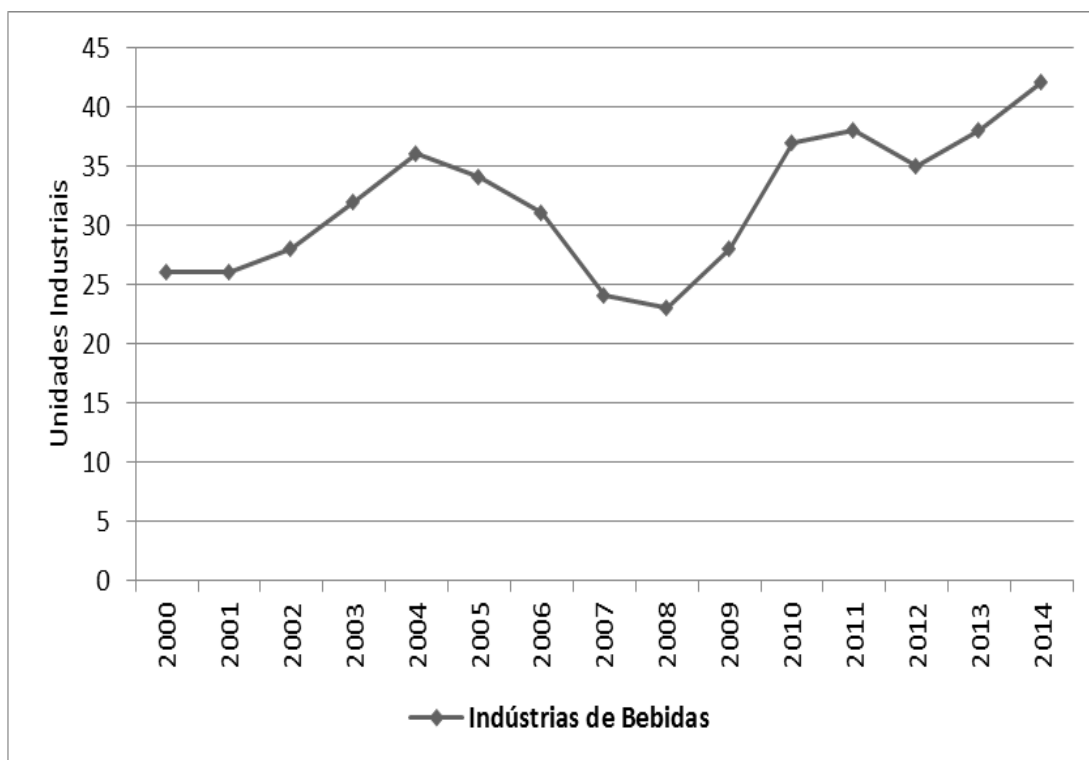


Figura 13 - Evolução do setor de bebidas em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

O setor de bebidas em 2011 chegou ao número de 38 unidades industriais, diminuindo sutilmente em 2012, e logo voltando a crescer em 2013 e 2014, para fechar o período com 42 unidades industriais.

O setor de impressão e o setor de bebidas, além de suas diferenças produtivas, apresentam também diferenças quanto ao processo de reestruturação e localização industrial, entretanto, em comum, podemos verificar nas linhas evolutivas dos setores, a inconstância, que até agora não havíamos visto nos setores analisados anteriormente. Seria a ausência de incentivos fiscais o elemento causador dessa inconstância? Ainda não podemos afirmar tal motivo, mas deixamos o questionamento.

2.3.7 Os setores de móveis e produtos de madeira

O setor moveleiro compreende os segmentos: Fabricação de móveis com predominância de madeira; Fabricação de móveis com predominância de metal; Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal; e Fabricação de

colchões. Esse setor está presente em 56 municípios do estado, ou seja, mesmo que não possua indústrias em todos os municípios é um setor abrangente (Ver Mapa 16).

O setor de móveis se destaca em Campo Grande, com 158 unidades industriais em 2014, sendo que em 2000 o setor apresentava apenas 32 indústrias, um crescimento de 33% em quatorze anos.

As indústrias do setor moveleiro se adensam no Mato Grosso do Sul, nos municípios principais, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, embora de 2000 a 2014 tenha adentrado outros 22 municípios que ainda não possuíam indústrias do setor (Ver Tabela 11 em anexo).

Ademais observamos a predominância desse setor no eixo norte-sul do estado, que além de Campo Grande e Dourados, principais mercados consumidores, aparecem municípios como Jardim, Deodápolis, Laguna Carapã, Chapadão do Sul, Taquarussu, Bonito, entre outros, atendendo as demandas que surgem com a intensificação da urbanização.

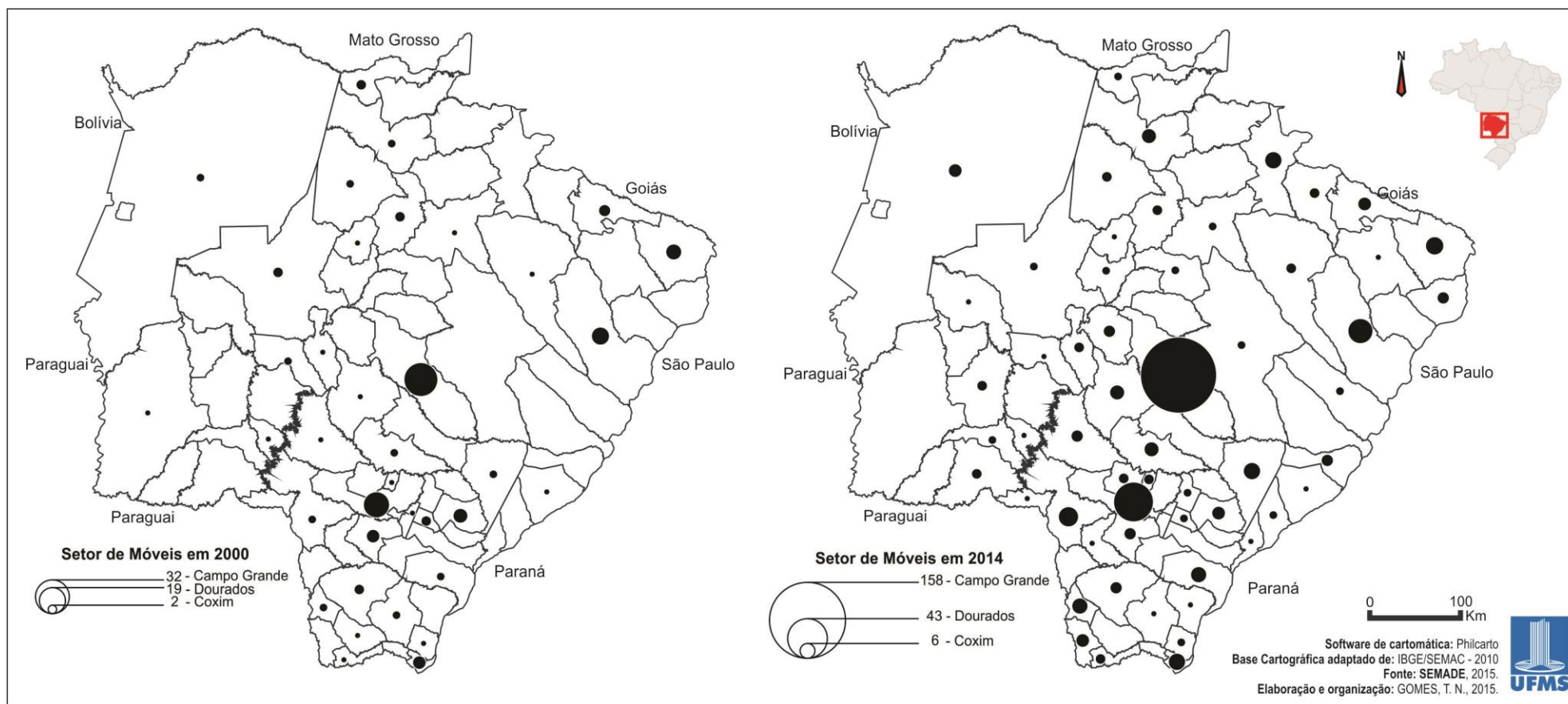
O setor moveleiro instala-se ainda, próxima a lugares que possuam sua matéria-prima principal, a madeira.

Observando o setor de produtos de madeira (Ver Mapa 17), vemos que os dois setores especializam-se de forma parecida no estado, sendo que o setor de produtos de madeira está presente em 50 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul.

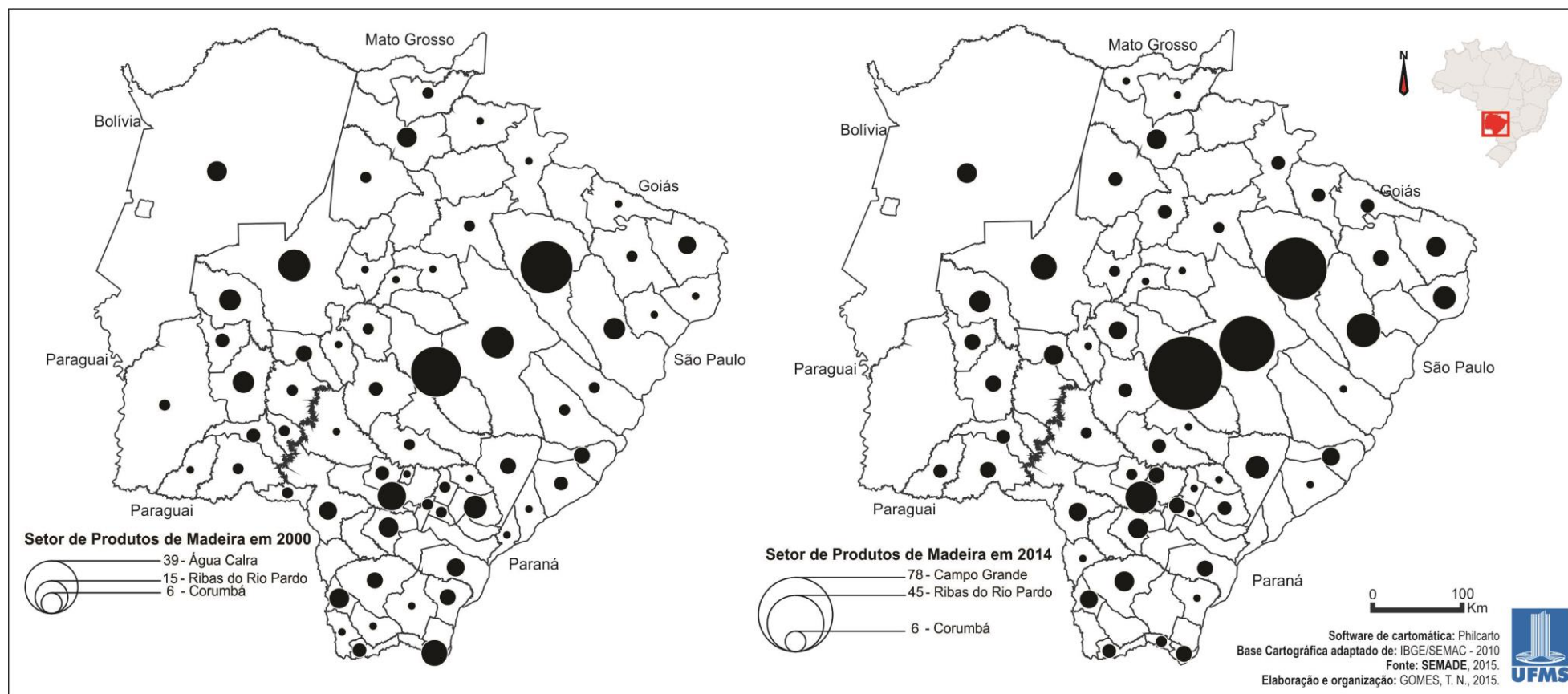
O setor de produtos de madeira tem maior ocorrência na mesorregião Leste do estado, onde o povoamento começou com “a entrada pelo Planalto” (BERTHOLI, 2006), local de pastagem e de matas de cerrado.

O adensamento desse setor na mesorregião leste deve-se a uma formação sócio-espacial diferenciada. Segundo Aranha-Silva (2002), essa região foi alvo de incentivos fiscais federais ao setor agropecuário já na década de 1970, a fim de incentivar investimentos na implantação de hortos florestais, fazendo parte de uma estratégia de ocupação e dinamização da economia do então Sul de Mato Grosso. Entretanto, devido as crises do petróleo na mesma década, a produção florestal entrou em declínio e os investimentos cessaram, deixando uma grande área de hortos florestais em desuso, o que levou o Governo a traçar novas estratégias para realizar o aproveitamento dessas “florestas plantadas”.¹⁶

¹⁶Aprofundaremos essa análise no item seguinte, quando trabalharemos o setor de produção florestal.



Mapa 16 - Espacialização do setor moveleiro em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.



Mapa 17 - Espacialização do setor de produtos de madeira em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014

Os incentivos fiscais voltaram ao setor industrial, incentivando setores capazes de utilizar a produção florestal existente como matéria-prima, o que refletiu diretamente no direcionamento do setor de produtos de madeira para essa região, em que instalaram-se grande quantidade de serrarias, principalmente no município de Água Clara, onde se formou o Distrito Industrial Madeireiro (ARANHA-SILVA, 2002).

Desse forma, compreendemos que a espacialização do setor de produtos de madeira na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul mantém relações intrínsecas com as heranças de sua formação sócio-espacial e os recursos naturais existentes.

No Mapa 17, podemos observar que o setor de produtos de madeira, não logrou grandes alterações de 2000 a 2014, sendo um setor estável, que conseguiu manter um crescimento mesmo que de forma diminuta.

Enquanto o setor de móveis se insere em lugares com mercado consumidor promissor, o setor de produtos de madeira buscam lugares com matéria-prima disponível, entretanto, os dois setores acabam se complementando.

As linhas evolutivas do setor moveleiro e do setor de produtos de madeira também possui alguma semelhança.

O setor de móveis apresenta mais variações, no período em análise, muito embora esse setor obteve maiores mudanças locacionais e também quantitativas, enquanto que o setor de produtos de madeira teve um acréscimo de 105 indústrias, o setor moveleiro aumentou 267 unidades industriais em quatorze anos (Ver Figura 14).

O setor de móveis apresentou um tímido crescimento até o ano de 2003 em que começou a diminuir; a queda das indústrias do setor de móveis só é reduzida a partir de 2007 quando o setor retoma o crescimento. Esse setor em estados como Paraná e São Paulo, conta com cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entretanto, em Mato Grosso do Sul o mesmo não acontece, haja vista, que o SENAI não oferece cursos para esse setor.

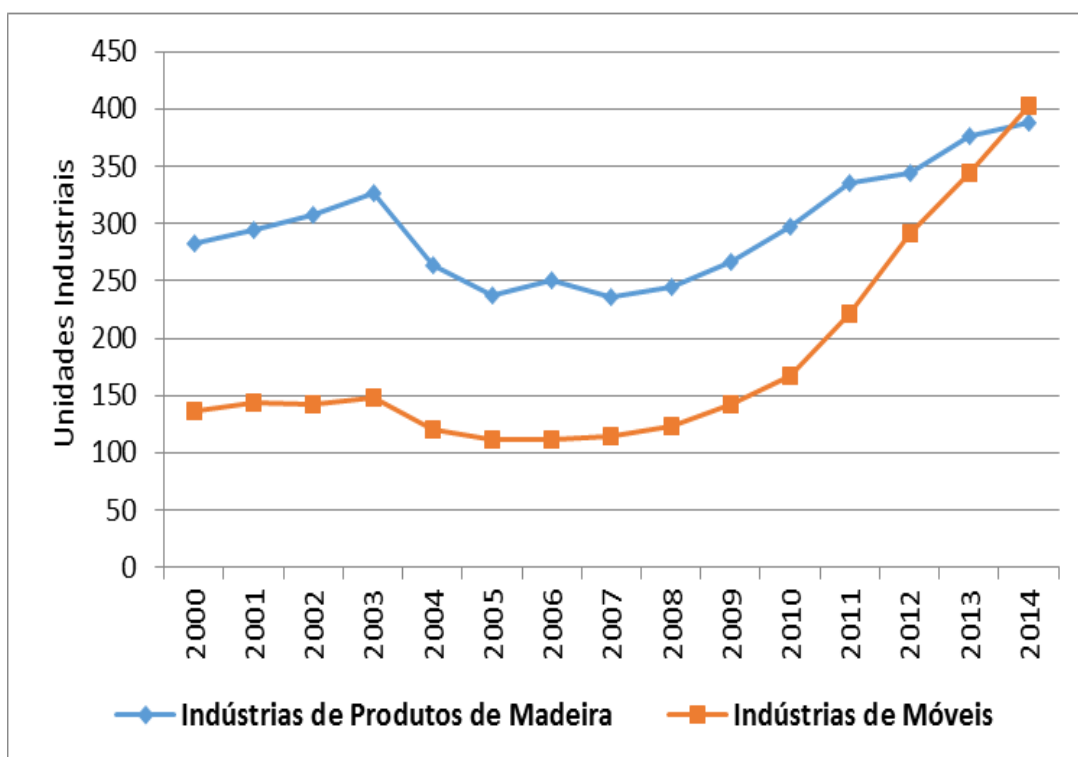


Figura 14 - Espacialização do setor de móveis e produtos de madeira em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.

Fonte: SEMADE, 2015.

O setor de produtos de madeira já iniciam os anos 2000 com uma boa quantidade de indústrias do setor (Ver Tabela 12), haja vista, que a atividade econômica exercida por essas indústrias seja mais antiga no estado, do que a produção de móveis. O mercado de produtos de madeira já havia se formado na década de 1990.

Entretanto, esse setor que está presente na pauta das leis de incentivos fiscais, experimenta uma diminuição a partir de 2003 e começa a se recuperar definitivamente em 2007.

Apesar da lei 93/2001, ser anterior a 2007, esse ano devido à mudança do governo estadual e devido às estratégias massivas do Governo Puccinelli em atrair indústrias para o estado, em geral vemos um crescimento industrial maior, como pudemos perceber nos setores de móveis e produtos de madeira.

2.3.8 O setor de produção florestal

O setor de Produção Florestal, composto pelos segmentos: Produção florestal - florestas plantadas; Produção florestal - florestas nativas; e Atividades de apoio à produção florestal; está presente em 27 municípios de Mato Grosso do Sul, entretanto o setor se adensa principalmente na mesorregião Leste (Ver Mapa 18).

O setor de produção florestal guarda relações com o lugar onde se instala, haja vista, que a sustentação do setor depende da grande disponibilidade de árvores, que podem ser nativas ou plantadas e que sejam passíveis de exploração.

Este setor reflete claramente os acúmulos das transformações ocorridas nas mesorregiões do estado, pautadas inclusive em seu processo de formação sócio-espacial.

Segundo Aranha-Silva (2002) o processo de formação socioeconômica de Mato Grosso do Sul, está relacionado com as políticas federais de incentivos fiscais a agropecuária da década de 1970, juntamente com a implementação de projetos nacionais e regionais de desenvolvimento, que visavam ocupar essa nova fronteira agrícola. Nas palavras da autora,

Nesse contexto, ocorreram o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o PIN (Plano de Integração Nacional), o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que tinha o objetivo de incorporar áreas de cerrado ao processo produtivo. Além disso, sob o comando da SUDECO (Superintendência do Centro Oeste), criou-se o PLAD (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste). (ARANHA-SILVA, 2002, p. 48).

Para a autora, esse processo de ocupação incentivado pelo Estado com o incentivo à agricultura, foi responsável pela formação de uma estrutura fundiária altamente concentrada, com o predomínio de grandes estabelecimentos rurais utilizando maquinários mais sofisticados, e consequentemente expropriando o pequeno produtor do campo e gerando uma migração do trabalhador para a cidade (ARANHA-SILVA, 2002).

Aranha-Silva (2002, p. 58, grifo da autora) considera essa como sendo a primeira fase da produção de carvão vegetal em Mato Grosso do Sul, quando já na década de 1970 se produzia carvão “com a utilização da madeira do cerrado, que

era cortada tanto para dar lugar às formações de pastagens com *bachiaria*, quanto para a inserção do eucalipto”.

O processo de concessão de incentivos fiscais por meio do chamado Fundo 157 (Aranha-Silva, 2002) fornecidas a empresas ou proprietários de terras que investissem em florestamento e reflorestamento, fortaleceu a produção florestal no estado, principalmente no que se refere ao eucalipto.

A autora destaca que, nesse contexto, em 1974 foi criado o Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul, abrangendo os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Campo Grande, Três Lagoas, Camapuã, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Selvíria, conforme o previsto no Programa Nacional de Papel e Celulose (ARANHA-SILVA, 2002).

Isso influenciou diretamente na concentração do setor de produção florestal na porção leste do estado, principalmente nos municípios de Ribas do Rio Pardo (11 unidades industriais), Três Lagoas (06) e Água Clara (05), além da capital do estado Campo Grande (04), mesmo com as indústrias desse setor estando espacialmente espalhadas por 27 municípios do estado (SEMADE, 2015). Ademais, Ribas do Rio Pardo que em 2014 foi o município com mais unidades industriais no setor de produção florestal, já na década de 1980, “chegou a ter 22% de seu território coberto com florestas de eucalipto” (ARANHA-SILVA, 2002, p. 71), o que reafirma o aproveitamento da estrutura criada em outro momento do desenvolvimento do estado, pela atual indústria Sul-mato-grossense.

Vale lembrar que a instauração da crise do petróleo, freou os investimentos no setor de produção florestal, optando por inclusive paralisar a produção a fim de mitigar os prejuízos, deixando uma ampla quantidade de hortos florestais intactos. “Foi o início da decadência vertiginosa do Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul [...]” (ARANHA-SILVA, 2002, p. 72).

A fim de aproveitar a produção florestal existente, o estado lançou mão de incentivos fiscais à industriais que se interessassem em se instalar na região e utilizar a produção já existente como matéria-prima, no entanto, somente em 1990 a primeira indústria de celulose e papel chega ao estado, mas antes mesmo de construir sua fábrica, acaba vendendo suas terras a empresa International Paper do Brasil LTDA, a qual iniciaria de fato a formação de um polo de celulose e papel em Mato Grosso do Sul e mais precisamente em Três Lagoas.

Em Água Clara, formou-se um Distrito Industrial Madeireiro, com a instalação de diversas serrarias no município, principalmente com o aproveitamento da madeira de pinus. Ademais, a solução encontrada para Ribas do Rio Pardo, foi a utilização da madeira do eucalipto para a produção de carvão vegetal que seria utilizada como energia no processo produtivo do setor siderúrgico, levando uma indústria do setor a se instalar no município (ARANHA-SILVA, 2002).

Dessa forma, podemos observar a importância do setor de produção florestal na economia do estado de Mato Grosso do Sul, haja vista, que esse setor mantém relações com outros setores industriais importantes na economia do estado, como o setor de celulose e papel, o setor de madeira, o setor moveleiro e o setor metalúrgico.

Entretanto, a espacialização do setor de produção florestal, não ocorreu da mesma forma nas outras mesorregiões do estado.

Na mesorregião dos Pantanaís, onde a pecuária adentrou primeiramente o estado, esse setor é pouco expressivo, até mesmo porque a maior parte dessa região é de proteção ambiental, o que impede que a exploração se realize. Hipoteticamente falando, caso a produção florestal fosse implantada nessa mesorregião, encontraria dificuldades principalmente em realizar a extração no período das cheias, por exemplo, no Pantanal sul-mato-grossense, devido a seu regime hidrológico. A mesorregião dos Pantanaís em geral não apresentou crescimento desse setor, o que podemos observar com o predomínio dos pontos pequenos no Mapa 18.

A mesorregião Centro-norte, também não logrou destaque nesse setor, sendo que a própria capital, Campo Grande, sempre concentrando grande quantidade de indústrias de setores variados, apresentou somente quatro unidades industriais de produção florestal em 2014 (SEMADE, 2015) e mesmo assim foi o município que mais contempla o setor em sua mesorregião.

A mesorregião Sudoeste se destacou por ser a que menos possui unidades industriais do setor de produção florestal (Ver Tabela 13 em anexo). Essa porção do território sul-mato-grossense, como já sabemos, teve uma ocupação diferenciada, primeiramente com a exploração da erva-mate, desenvolvendo uma pecuária intensiva com os migrantes gaúchos e posteriormente investindo na agricultura intensiva, principalmente com grãos, pecuária e cana, aproveitando a fertilidade do solo. A mesorregião sudoeste, se comparada as outras mesorregiões do estado tem

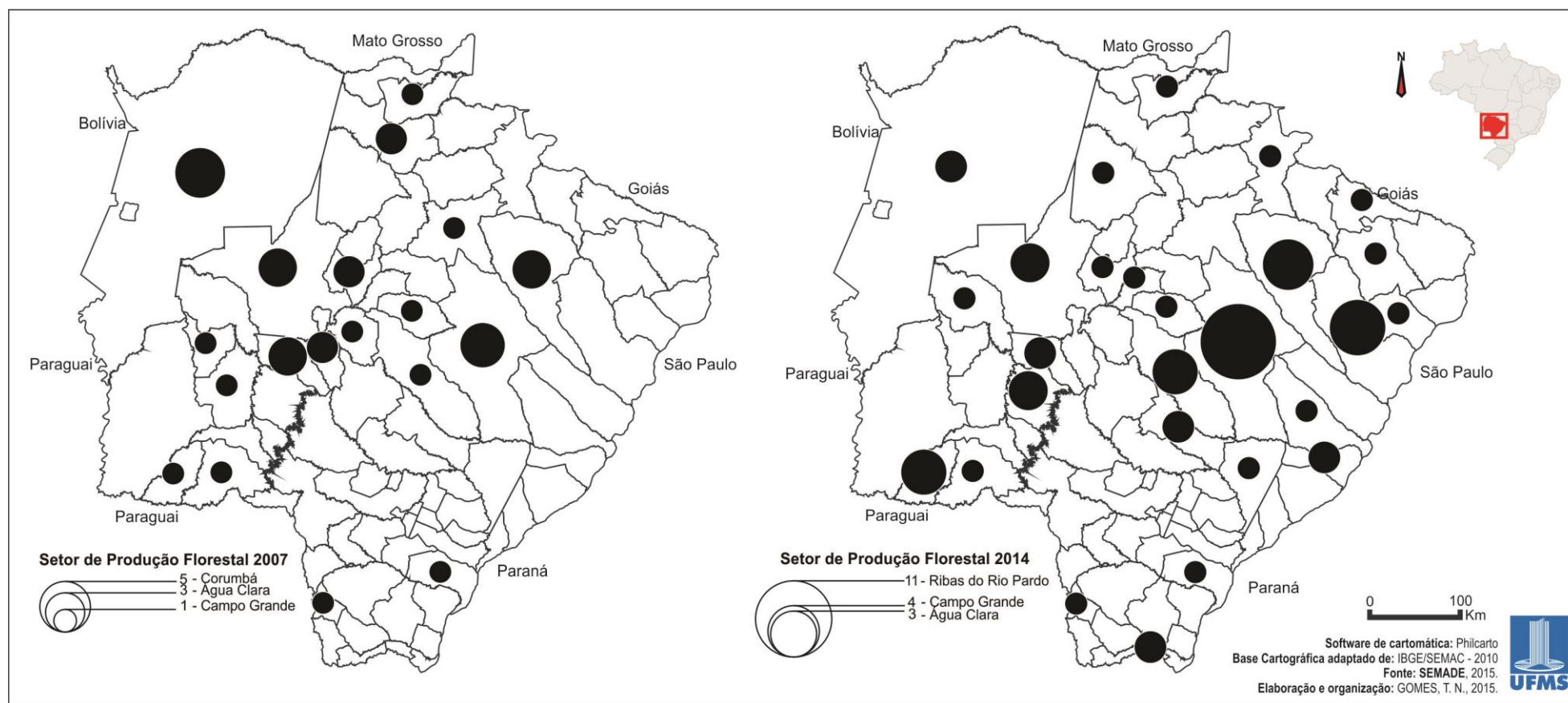
uma área muito diminuta, para investir nesse setor, que necessita de grandes extensões de terras. Essa combinação de fatores, juntamente com elementos econômicos e políticos, faz com que essa mesorregião não desenvolva a atividade de produção florestal.

No caso da mesorregião Leste, a própria estrutura latifundiária, permitiu a adensamento desse setor. Essa região que fora historicamente, território da pecuária extensiva, possui espaço suficiente para desenvolver o setor. Entretanto, pensamos que a inserção de grandes corporações do setor de celulose e papel e de siderurgia (agrupado no setor de metalurgia), sejam elementos *sine qua non* para explicar a espacialização do setor nessa mesorregião, atualmente.

A indústria de produção florestal é responsável pela produção de carvão vegetal, combustível para indústrias que adentraram a região principalmente em meados dos anos 2000. Em Ribas do Rio Pardo, o adensamento do setor de produção florestal, é também desdobramento da implantação da indústria Vetorial Siderurgia S/A, haja vista, que o carvão vegetal é utilizado no processo produtivo do aço, no município. Essa grande indústria, com cadeia produtiva verticalizada, utiliza-se de indústrias do setor de produção florestal menores, para viabilizar a reprodução do capital e baratear os custos no processo produtivo.

Em Três Lagoas, o segundo município com mais indústrias de produção florestal, o setor de celulose e papel é o indutor desse adensamento, na medida em que, a produção de florestas plantadas, principalmente eucalipto é matéria-prima para sua produção. A instalação de duas empresas de alcance mundial do setor de celulose e papel no município aumentou a demanda por produtos florestais, logo fazendo crescer o número de indústrias do setor no município.

A produção florestal, desencadeada pelo complexo de celulose e papel, espalha-se cada vez mais pelos municípios no entorno de Três Lagoas, como Selvíria, Brasilândia, Água Clara e também Ribas do Rio Pardo, evidenciando o papel das grandes corporações no processo de reestruturação da indústria no estado.



Mapa 18 - Espacialização do setor de produção florestal em 2007¹⁷ e 2014.

¹⁷ No setor de produção florestal utilizaremos os dados do ano de 2007 como referência mais antiga, devido às mudanças metodológicas da CNAE 2.0.

Ademais, Mato Grosso do Sul ganhou notoriedade recente com a implantação do Complexo da Borracha no município de Cassilândia, pleiteado pela empresa Cautex Florestal, lançado em 2012. Com o apoio da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), o estado promoveu o programa Mais Floresta entre 2011 e 2012, a fim de incentivar o investimento no setor de produção florestal, principalmente no que tange ao eucalipto e a seringueira (SENAR – MS, 2016).

Segundo a SENAR – MS (2016) a estrutura do Complexo da Borracha contará com “a construção de uma agrovila operária para acomodar os trabalhadores do complexo, um centro de treinamento de mão de obra, parque industrial para beneficiamento da borracha extraída dos seringais e indústrias de transformação da borracha”. O que promete dinamizar a economia do município de Cassilândia, assim como do estado.

Entretanto, Mato Grosso do Sul não logrou grande crescimento na plantação da seringa, já que em 2007 a lavoura permanente da borracha contava com 842 hectares chegando somente a 854 hectares em 2014. Além de Cassilândia, os municípios de Paraíso das Águas e Bataguassu se destacam na plantação da seringueira, com respectivamente 500 hectares e 150 hectares de área plantada. Vale ressaltar que o município de Água Clara que continha 468 hectares de área plantada com seringueira, em 2014 teve esse número diminuído para zero (IBGE, 2016), porém essa redução se deve a criação do município de Paraíso das Águas, que ficou com parte dos municípios de Água Clara, Chapadão do Sul e Costa Rica.

De toda forma, o Complexo da borracha vem a somar no setor de produção florestal, que assim como os setores mencionados anteriormente, exerce complementariedade com o setor de borracha e materiais plásticos no estado.

Quanto a seu quadro evolutivo, o setor de Produção Florestal apresenta crescimento contínuo desde 2007, como podemos observar na Figura 15; o que confirma as considerações anteriores acerca da relação que estabelece com setores como o de celulose e papel. O setor apresentou uma taxa de crescimento de 57%.

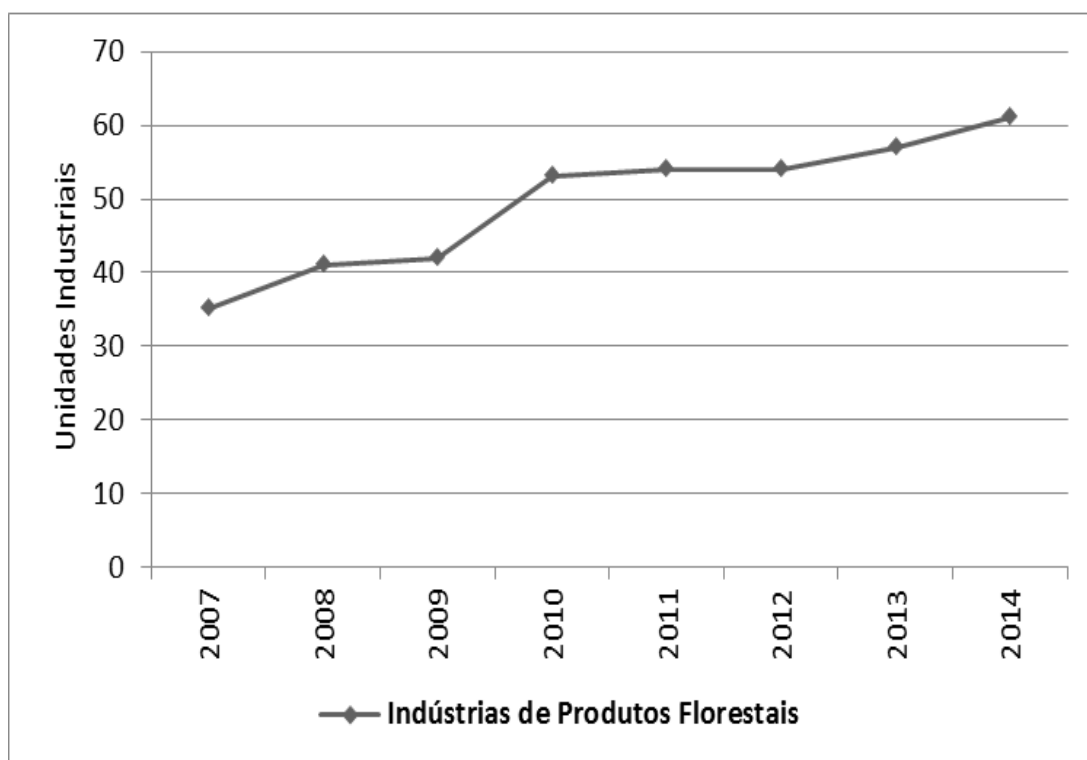


Figura 15 - Evolução do setor de produção florestal em Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015.

2.3.9 O setor de celulose e papel

O setor de celulose e papel compreende os segmentos de: Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel; Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão; Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado; e Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado.

Este setor está presente, somente em 23 municípios do estado com destaque para Três Lagoas e Campo Grande, com 13 e 11 unidades industriais, respectivamente (Ver Mapa 19).

O setor de celulose e papel configura-se de maneira diferenciada, em Três Lagoas e Campo Grande e nos demais municípios.

Como vimos no item anterior (2.3.8. O setor de Produção Florestal), a espacialização do setor de celulose e papel sofreu influências de políticas federais de incentivos fiscais à agricultura na década de 1970, com o florestamento e reflorestamento de eucalipto e *pinus*, na porção leste do estado. Ademais, o

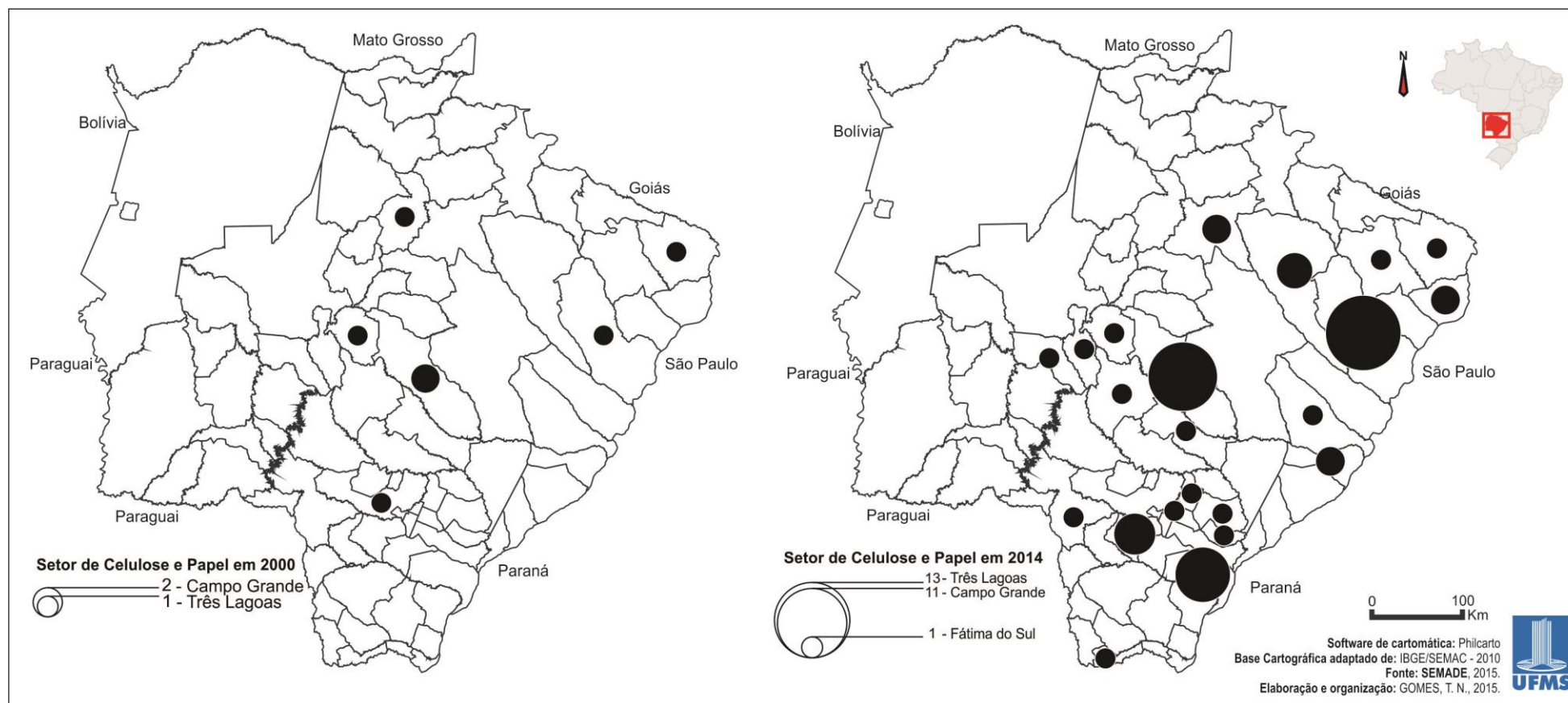
Programa Nacional de Papel e Celulose e a criação do Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul, já sinalizava para futuros investimentos nesse setor, desde a década de 1970/80 (ARANHA-SILVA, 2002). Entretanto, devido aos fatores já mencionados anteriormente, os investimentos de fato se concretizaram no final dos anos 1990 e principalmente em meados dos anos 2000, quando o município de Três Lagoas inicia a formação de um complexo de celulose e papel.

Em Três Lagoas, o setor de celulose e papel está alicerçado nas empresas Fibria S/A e Eldorado Brasil S/A. A primeira faz parte do “Projeto Horizonte” implementado em 2005/06 pela International Paper (IP), que após troca de ativos, passa a ser controlado pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), já em 2006. Em 2009, com a incorporação da Aracruz Celulose S/A, cria-se a empresa Fibria e tem início a operação da fábrica de celulose e papel.

O “Projeto Eldorado Brasil” tem sua pedra fundamental lançada em 2010, iniciando a construção da planta industrial em 2011 e começando as operações fabris já em 2012. A Eldorado Brasil é uma empresa do Grupo J&F, que atua em setores como alimentos e produtos de limpeza, além da celulose, e possui participação de 80,90% na empresa, juntamente com os grupos PETROS, FUNCEF e FIP Florestal e acionistas minoritários (ELDORADO, 2015). A atuação da *holding*, J&F no setor de celulose, desnuda a estratégia de diversificação da produção, realizada por grandes grupos, sendo uma alternativa para driblar as oscilações do mercado e assim sempre garantir o lucro.

A instalação dessas empresas em Três Lagoas desencadeou grandes alterações no espaço urbano e rural do município, seja pela grande migração de trabalhadores, principalmente na fase de construção das fábricas, seja com a expansão da monocultura de eucalipto, que adentrou o território da pecuária e concomitantemente expropria moradores do campo.

A instalação dessas indústrias no município trouxe novas lógicas ao território, inclusive mudando sua base econômica, tornando-se o setor mais expressivo em exportações do município e o segundo no estado, com a exportação da pasta química da madeira. Mesmo sem receber incentivos estaduais até o ano de 2013.



Mapa 19 - Espacialização do setor de celulose e papel em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.

A instalação do setor de celulose e papel em Três Lagoas está arraigada às forças políticas municipais e estaduais, atuando em conjunto para que o município fosse escolhido como polo do setor. Apesar de não se beneficiarem com os incentivos fiscais, até 2013, as empresas contaram com os benefícios concedidos pelo poder municipal, como doação de terrenos e isenção de impostos, prática comum ofertada as industriais.

Ademais, além do potencial logístico existente, com os diversos modais de transporte, passaram ainda por reformas infra estruturais para melhor atender o fluxo de caminhões que transportam eucalipto da “floresta” à planta industrial, a exemplo da reforma da BR-158 no trecho entre as duas empresas e a retirada dos trilhos do centro da cidade de Três Lagoas, que sob o motivo de beneficiar a fluidez do trânsito urbano, diminuiu o distanciamento da ferrovia com a empresa Fibria facilitando a carga da celulose e o escoamento da produção, que conta com um ramal em sua planta industrial, que faz o transporte até o estado de São Paulo, até chegar ao porto de Santos para exportação. Vale lembrar que a empresa Eldorado possui seu próprio terminal ferroviário, localizado em Aparecida do Taboado.

Essas corporações mantêm forte relação com a esfera política regional, tendo o poder de alterar as relações econômico-sociais do lugar em que se territorilizaram. Para Santos,

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de distinção entre escala de realização das ações e escala de seu comando. Muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto da superfície da Terra.(SANTOS, 2012, p. 80)

É exatamente o que temos em Três Lagoas, a inserção de lógicas exógenas, que desconsideram a formação sócio-espacial anterior e implanta novas racionalidades ao lugar, que passa a receber demandas criadas pelo setor de celulose e papel, necessitando se adaptar a essas novas ações.

O setor de celulose e papel também presente em outros municípios como Campo Grande (Ver Tabela 14 em anexo), consiste em empresas cujas atividades relacionam-se com a produção de papel diversos, não voltando-se para a produção da pasta química da madeira propriamente dita. Por isso são indústrias com possibilidade de mobilidade maior, haja vista, que não necessitam a implantação de um complexo tão abrangente, quanto às outras.

O setor de celulose e papel, em poucos anos ganhou destaque na economia estadual, tornando-se um dos setores mais importantes na pauta de exportação de Mato Grosso do Sul com 34,02% de participação em 2014 (DEAEX/MDIC, 2015). O estado exporta a matéria-prima (pasta química de madeira) para ser produzido o papel em outros países do globo como a China, uma economia em ascensão em escala mundial.

Ademais, a taxa de crescimento do setor ficou em torno de 12%, entretanto, o setor apresentou oscilações durante esse período (Ver Figura 16).

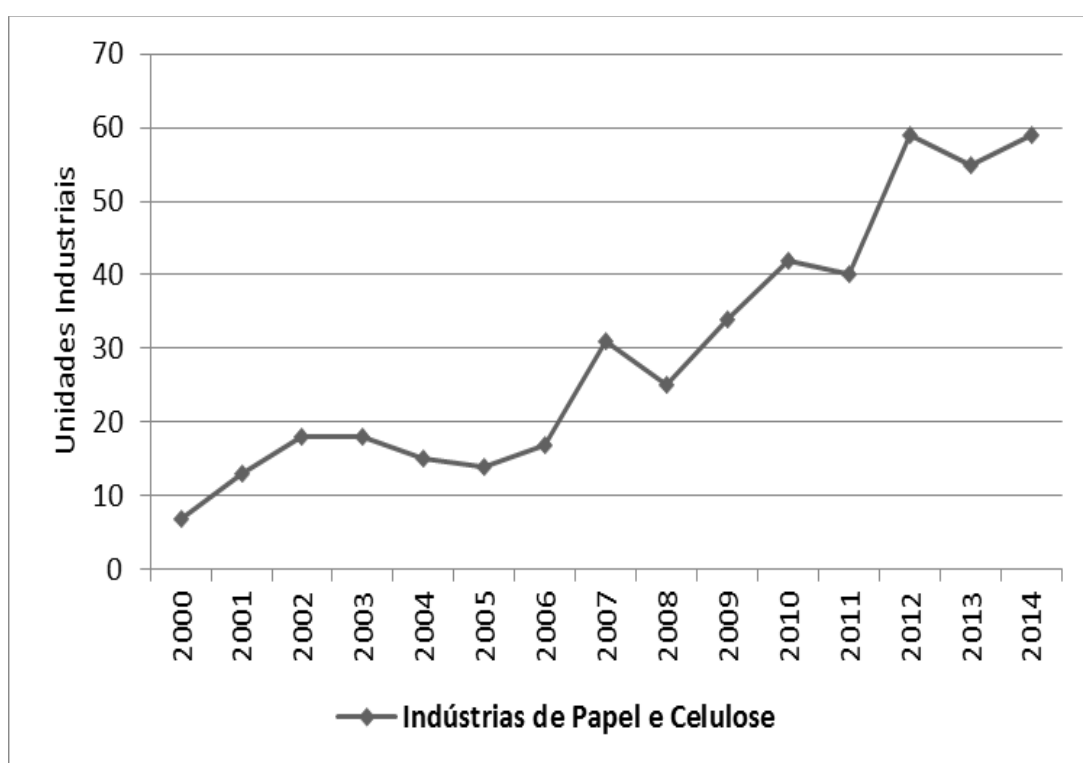


Figura 16 - Evolução do setor de celulose e papel de 2000 a 2014 no Mato Grosso do Sul.
Fonte: SEMADE, 2015.

2.3.10 O setor de borracha e materiais plásticos e o setor de máquinas e equipamentos elétricos

O setor de borracha e materiais plásticos é formado pelos seguintes segmentos: Fabricação de produtos de borracha e Fabricação de produtos de material plástico, que desmembram-se em subclasses, são elas: Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar; Reforma de pneumáticos usados; Fabricação de

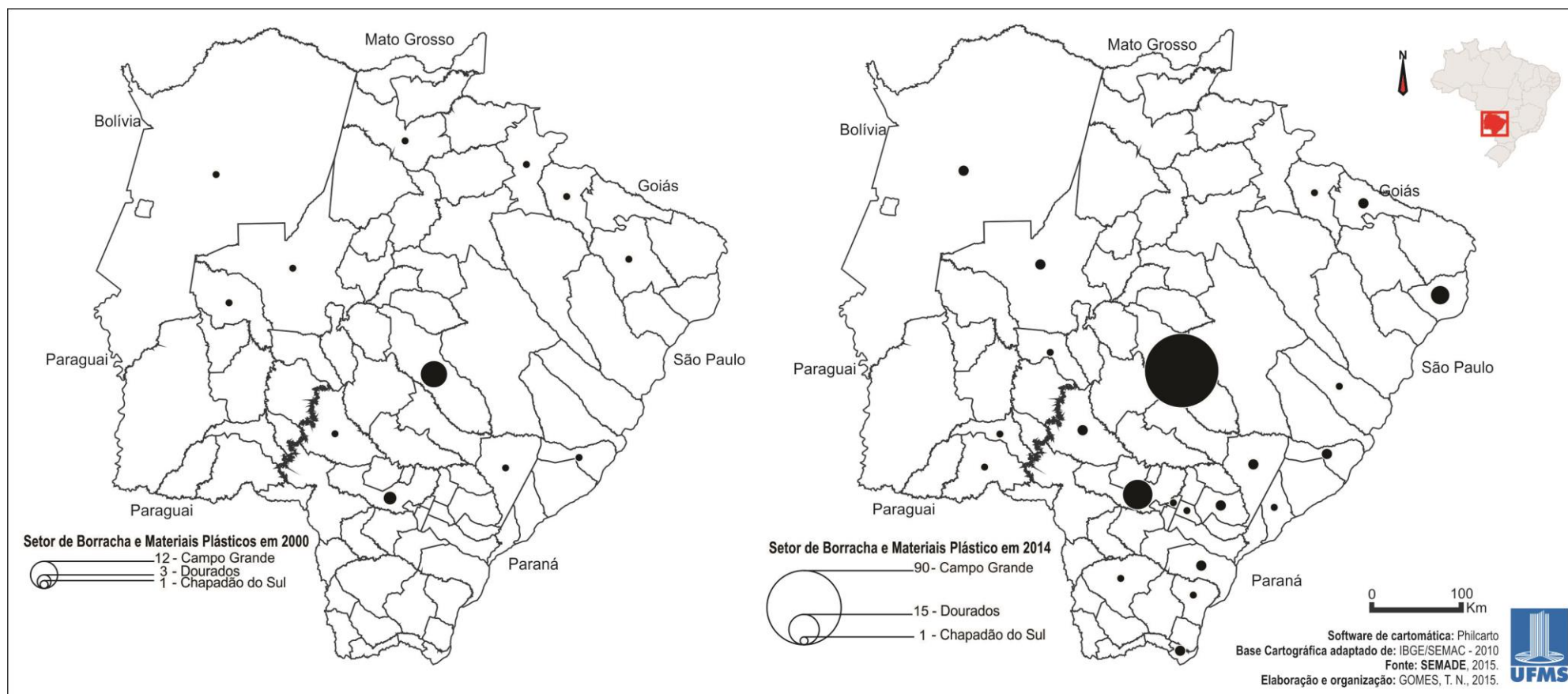
artefatos de borracha não especificados anteriormente; Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico; Fabricação de embalagens de material plástico; Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção; e Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente (CNAE 2.0, 2015).

Esse setor está claramente concentrado na capital do estado, Campo Grande com 90 unidades industriais, seguida de Três Lagoas e Dourados com respectivamente 20 e 15 unidades industriais (Ver Mapa 20).

Podemos observar que é um setor se encontra nas proximidades dos municípios que fazem fronteira com os estado de São Paulo e Paraná, principalmente as empresas localizadas em Três Lagoas. Esse setor encontra-se entre os beneficiados pelos incentivos fiscais, fazendo que com saiam de sua cidade de origem e busquem vantagens competitivas em municípios de Mato Grosso do Sul.

Ademais, a entrada desse setor no estado, se deve aos objetivos governamentais de agregar valor ao produto, apesar do setor de borracha e materiais plásticos não fazer parte das exportações do estado. Entretanto, com a implantação recente do Complexo da Borracha em Cassilândia, esse setor deve apresentar crescimento nos próximos anos.

O setor de borracha e materiais plástico que em 2000 possuía 30 indústrias espacialmente dispersas, em 2014 passou a ter 173 indústrias, concentradas em determinados municípios (Ver Tabela 15 em anexo).



Mapa 20 - Espacialização do setor de borracha e materiais plásticos em 2000 e 2014

Esse setor assemelha-se com o setor de máquinas e materiais elétricos, quanto a sua localização industrial em 2014, vamos a ele.

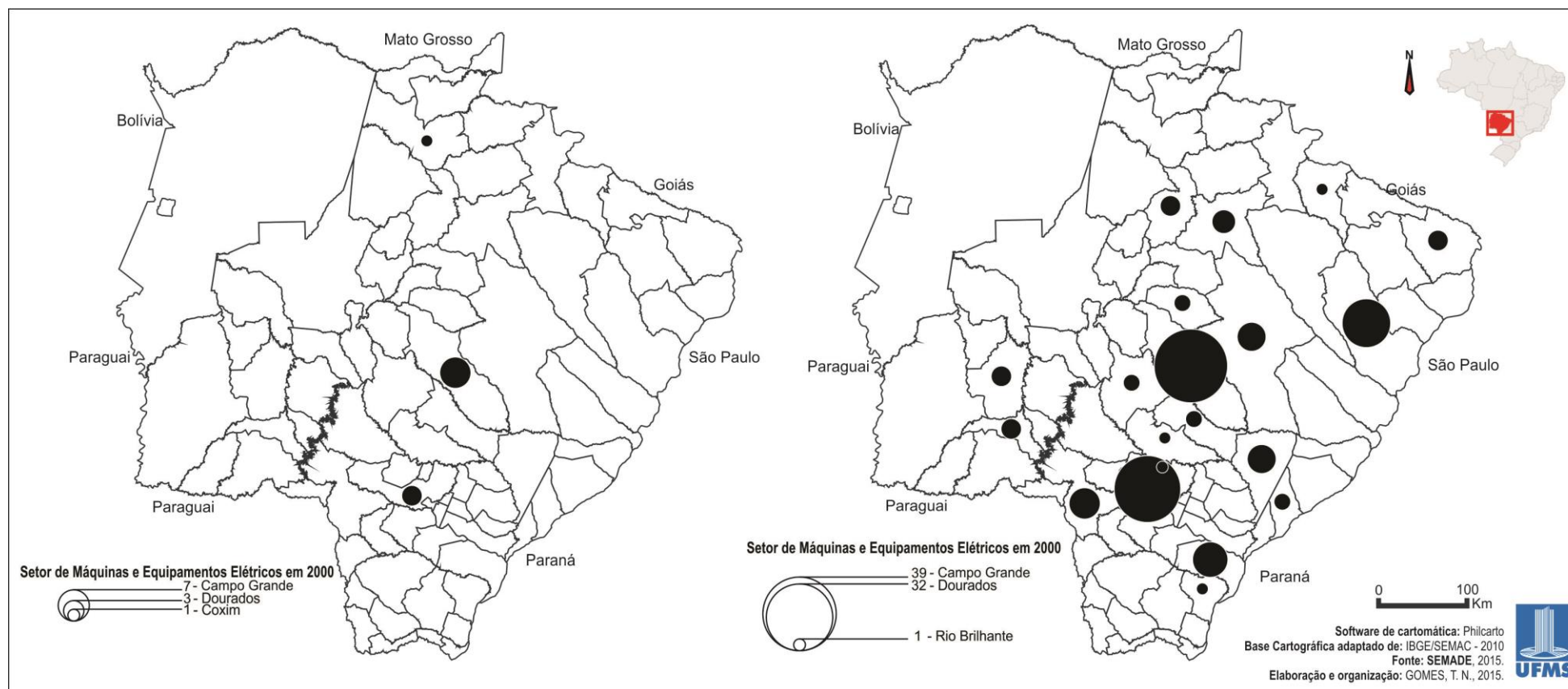
O setor de máquinas e materiais elétricos (Ver Mapa 21) é composto pelos segmentos: Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos; Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos; Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica; Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação; Fabricação de eletrodomésticos; e Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente.

O setor estava presente somente em três municípios no ano de 2000 e em 2014 passou a possuir unidades industriais em 20 municípios de Mato Grosso do Sul.

Esse setor encontra-se principalmente localizado em municípios que possuem mercado consumidor favorável, como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, mas também se localiza em municípios próximos desses polos como Naviraí, Ponta Porã e Ribas do Rio Pardo. Esse setor iniciou os anos 2000 com apenas 11 unidades industriais em Mato Grosso do Sul e fechou 2014 com 139 unidades industriais do setor, apresentando grande crescimento em quatorze anos (Ver Tabela 16 em anexo).

O setor de máquinas e materiais elétricos assim como o setor de borracha e materiais plásticos, recebe incentivos fiscais do governo estadual, além de certamente receber isenção de impostos e doação de terrenos dos governos municipais. Esses setores localizam-se além de próximos ao mercado consumidor, em localidades próximas aos estados de São Paulo e Paraná, e são muitas vezes indústrias que vieram desses estados que acabaram se instalando no Mato Grosso do Sul, atraídas pelos incentivos governamentais, assim como empresas do setor têxtil e calçadista.

Ademais não podemos desconsiderar o alto crescimento que esses setores lograram após a promulgação das leis de incentivos fiscais (Ver Figura 17).



Mapa 21 - Espacialização do setor de máquinas e equipamentos elétricos em 2000 e 2014.

A Figura 17 revela a semelhança na evolução dos dois setores em um mesmo período de tempo, apesar do setor de borracha e materiais plásticos ter se mantido mais constante, enquanto que o setor de máquinas e materiais elétricos apresentou um brusco crescimento no ano de 2007, período em que as políticas de atração a industriais ficaram mais fortes politicamente.

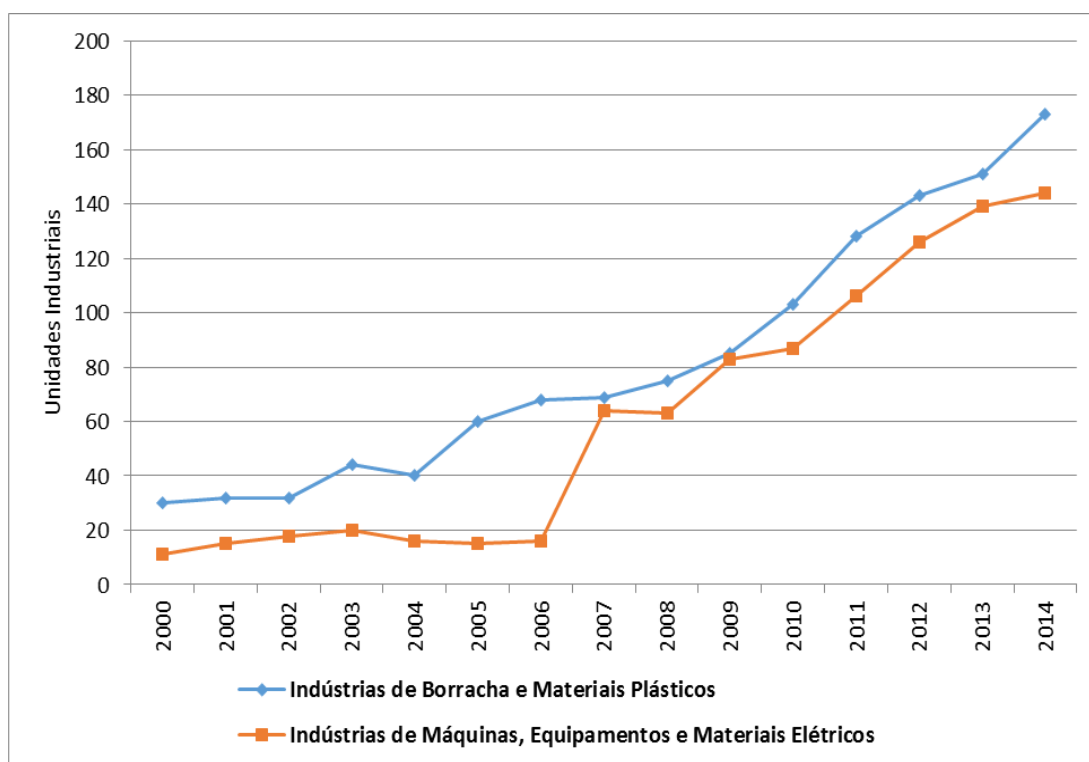


Figura 17 - Evolução dos setores de borracha e materiais plásticos e de máquinas e equipamentos elétricos de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015

Contudo, dos dois setores voltam-se para o abastecimento do mercado nacional, ou seja, não participam expressivamente das exportações do estado, entrando em alguns casos importando componentes para utilizar em seus processos produtivos.

2.3.11 O setor de fármacos e químicos

O setor de fármacos é constituído pelos segmentos: Fabricação de produtos farmoquímicos; e Fabricação de produtos farmacêuticos.

Esse setor se apresenta de forma escassa no estado de Mato Grosso do Sul, sendo encontrado somente em dois municípios em 2014, Campo Grande e Iguatemi, como podemos observar na tabela 3.

Tabela 3 - Municípios que possuíam indústrias do setor de fármacos em 2000 e 2014.

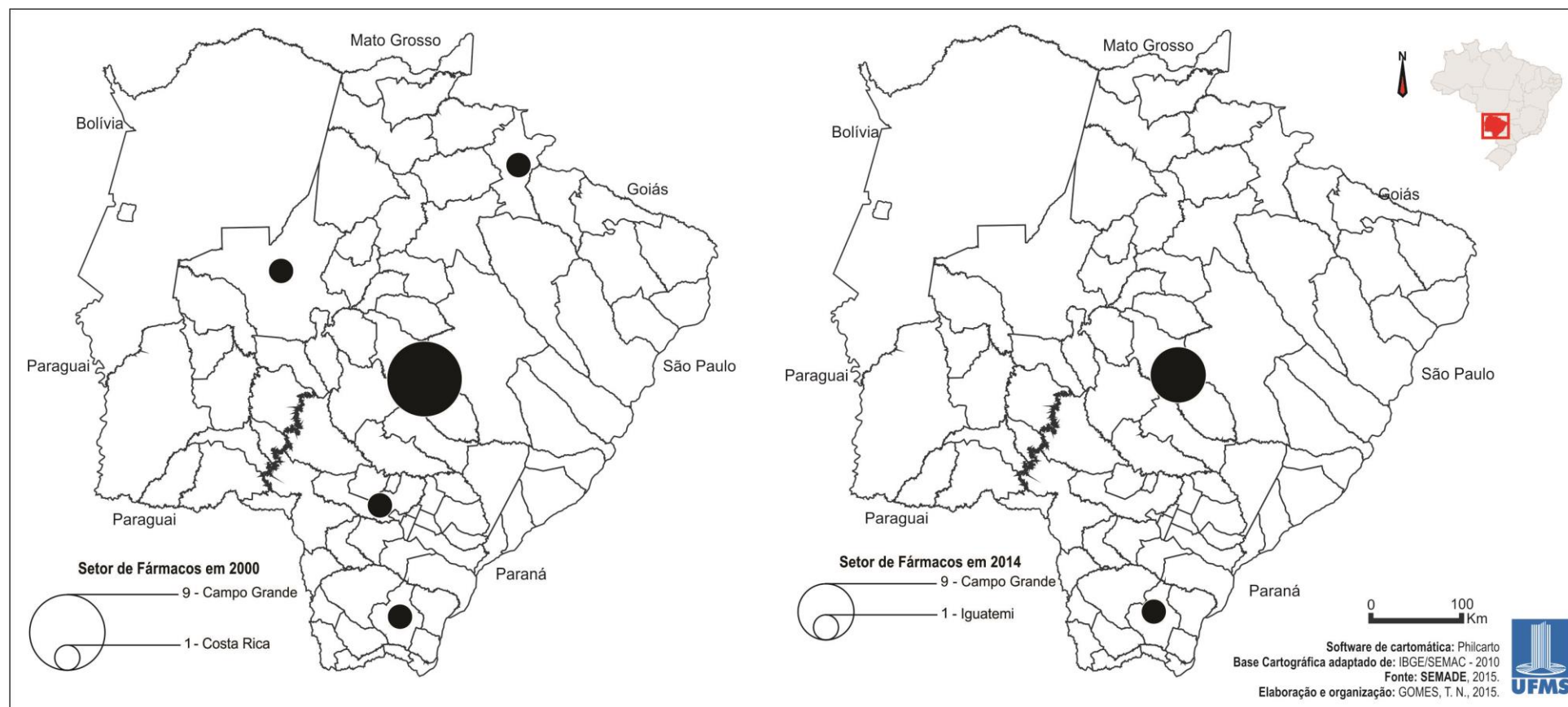
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Costa Rica	1	0
Total (por mesorregião)		1	0
Centro-Norte	Campo Grande	9	5
Total (por mesorregião)		9	5
	Dourados	1	0
Sudoeste	Iguatemi	1	1
Total (por mesorregião)		2	1
Dos Pantanaís	Aquidauana	1	0
Total (por mesorregião)		1	0
TOTAL GERAL (unidades)		13	6

Fonte: IBGE/SEMDE, 2015.

Organizada pela autora.

Em Campo Grande o setor de fármacos (Ver Mapa 22) apresenta-se diversificado entre atividades de preparações farmacêuticas, medicamentos fitoterápicos e alopáticos para uso humano e medicamentos para uso veterinário, atendendo a demanda diversificada da capital do Mato Grosso do Sul. Em Iguatemi a única unidade industrial do setor de fármacos, a empresa Iguaphos Industria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda (FIEMS, 2014) está voltada para a fabricação de medicamentos para uso veterinário, em vias de atender a demanda da pecuária local e regional.

Entretanto esse setor já incipiente no estado vem apresentando queda. Em 2000 o estado contava com 13 unidades industriais do setor abrangendo todas as mesorregiões Sul-mato-grossense, já no ano de 2014 esse número diminuiu para seis unidades indústrias, localizadas apenas em duas mesorregiões do estado, são elas: a mesorregião Centro-Norte e a mesorregião Sudoeste. O município de Campo Grande, que em 2000 possuía nove indústrias do setor de fármacos passou a ter cinco unidades do setor em 2014, mesmo com essa queda, o município continua sendo a referência do setor no estado.



Mapa 22 - Espacialização do setor de fármacos em 2000 e 2014.

Já o setor de químicos, composto pelos segmentos: Fabricação de produtos químicos inorgânicos; Fabricação de produtos químicos orgânicos; Fabricação de resinas e elastômeros; Fabricação de fibras artificiais e sintéticas; Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários; Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins; e fabricação de produtos e preparados químicos diversos, encontra-se mais disperso pelo estado (Ver Mapa 23).

O setor de químicos além de ser mais numeroso do que o setor de fármacos no estado, também está mais disperso além da capital Campo Grande que contém 54 unidades industriais, nas mesorregiões Sudoeste e Leste.

Em Campo Grande o setor de Químicos, assim como o setor de fármacos encontra-se diversificado entre a fabricação de tintas e verniz, produtos de limpeza, cosméticos, adubos e fertilizantes, entre outros, também acompanhando a diversificação do mercado consumidor da capital.

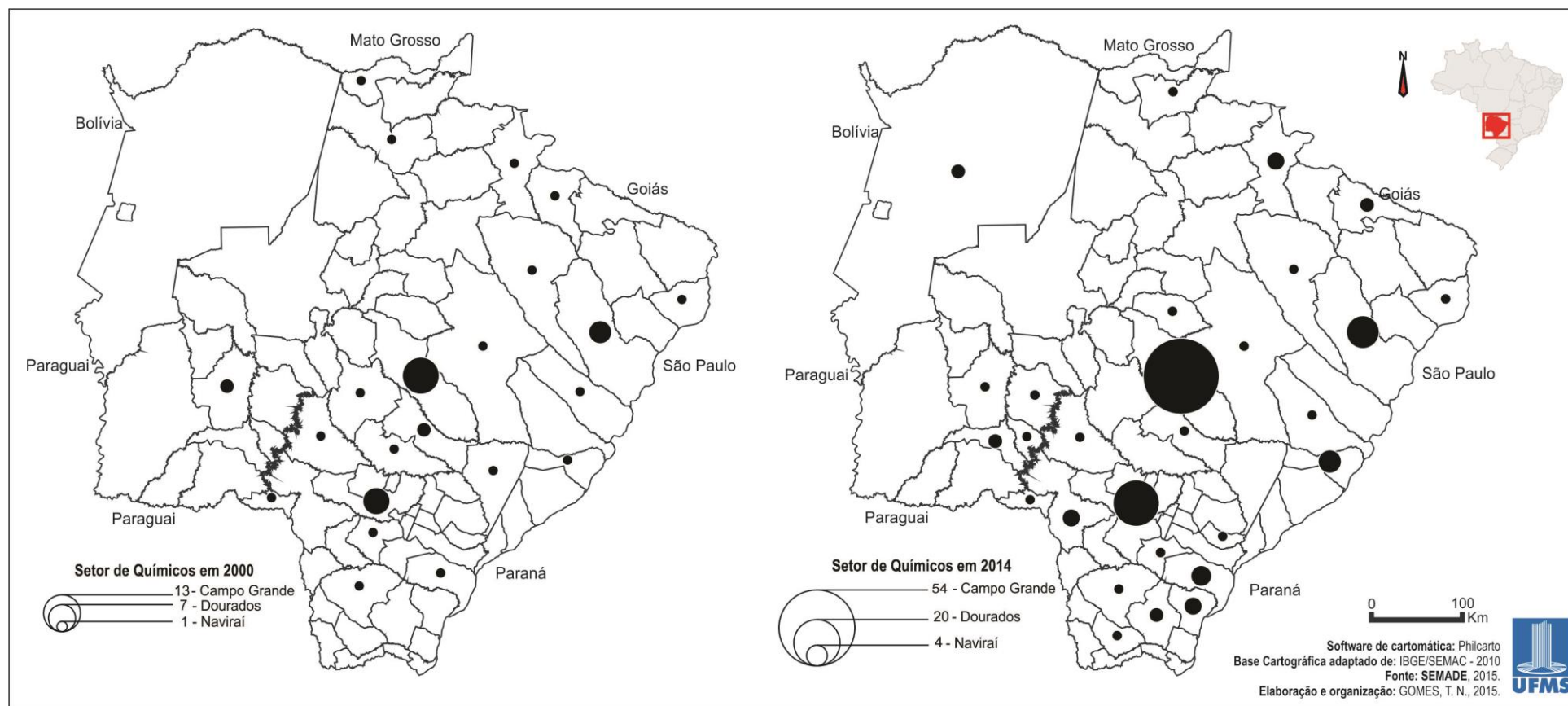
Nas mesorregiões Sudoeste e Leste, o setor em geral se concentra na fabricação de adubos e fertilizantes, sendo os municípios de Dourados e Três Lagoas com 20 e 10 unidades industriais do setor, respectivamente, vejamos na tabela 4.

Em Dourados, o aumento na quantidade de indústrias do setor de químicos, se deve a importância da agricultura intensiva, que demanda a utilização de adubos e fertilizantes. No caso de Três Lagoas, a recente instalação de empresas como a White Martins Gases Industriais S/A e EkaChemicals do Brasil S/A do Grupo AkzoNobel, inseridas no “Projeto Eldorado Brasil”, tem dado destaque ao município nesse setor.

Tabela 4 - Municípios que possuíam indústrias do setor de químicos em Mato Grosso do Sul em 2000 e 2014.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	1	1
	Aparecida do Taboado	1	1
	Bataguassu	1	5
	Brasilândia	1	0
	Cassilândia	0	2
	Chapadão do Sul	1	0
	Costa Rica	1	3
	Nova Andradina	1	0
	Ribas do Rio Pardo	1	1
	Santa Rita do Pardo	0	1
	Três Lagoas	5	10
Total (por mesorregião)		13	24
Centro-Norte	Campo Grande	13	54
	Coxim	1	0
	Jaraguari	0	1
	Pedro Gomes	0	1
	Sidrolândia	1	0
	Sonora	1	0
Total (por mesorregião)		16	56
Sudoeste	Amambai	1	1
	Antônio João	1	1
	Bonito	2	1
	Caarapó	1	0
	Dourados	7	20
	Guia Lopes da Laguna	0	1
	Iguatemi	0	2
	Itaquiraí	0	3
	Jardim	0	2
	Juti	0	1
	Maracaju	1	1
	Naviraí	1	4
	Nioaque	0	1
	Nova Alvorada do Sul	2	1
	Novo Horizonte do Sul	0	1
	Ponta Porã	0	3
	Rio Brilhante	1	0
	Tacuru	0	1
Total (por mesorregião)		17	44
Corumbá		0	2
Total (por mesorregião)		0	2
TOTAL GERAL (unidades)		46	126

Fonte: IBGE/SEMADE, 2015.
Organizada pela autora.



Mapa 23 - Espacialização do setor de Químicos em 2000 e 2014.

Ademais, essas duas empresas estabelecem uma relação de troca com a Eldorado Brasil, o que traz grandes reduções de custo para todas as envolvidas. A construção da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados S/A da Petrobras em Três Lagoas, trouxe grandes expectativas para o setor de químicos do estado, entretanto as obras de construção da empresa estão paralisadas desde 2014.

A indústria química busca se instalar em locais que tenham um parque industrial mais desenvolvido no caso de Três Lagoas e Dourados, mas que também estejam voltados para o agronegócio, ou seja, lugares onde o mercado para sua produção seja favorável (Ver Tabela 4).

Ademais, enquanto o setor de químicos apresentou crescimento de 36,5% em quatorze anos no estado, o setor de fármacos passou por um decréscimo de 46,1% desde os anos 2000 a 2014, como podemos ver na figura 18.

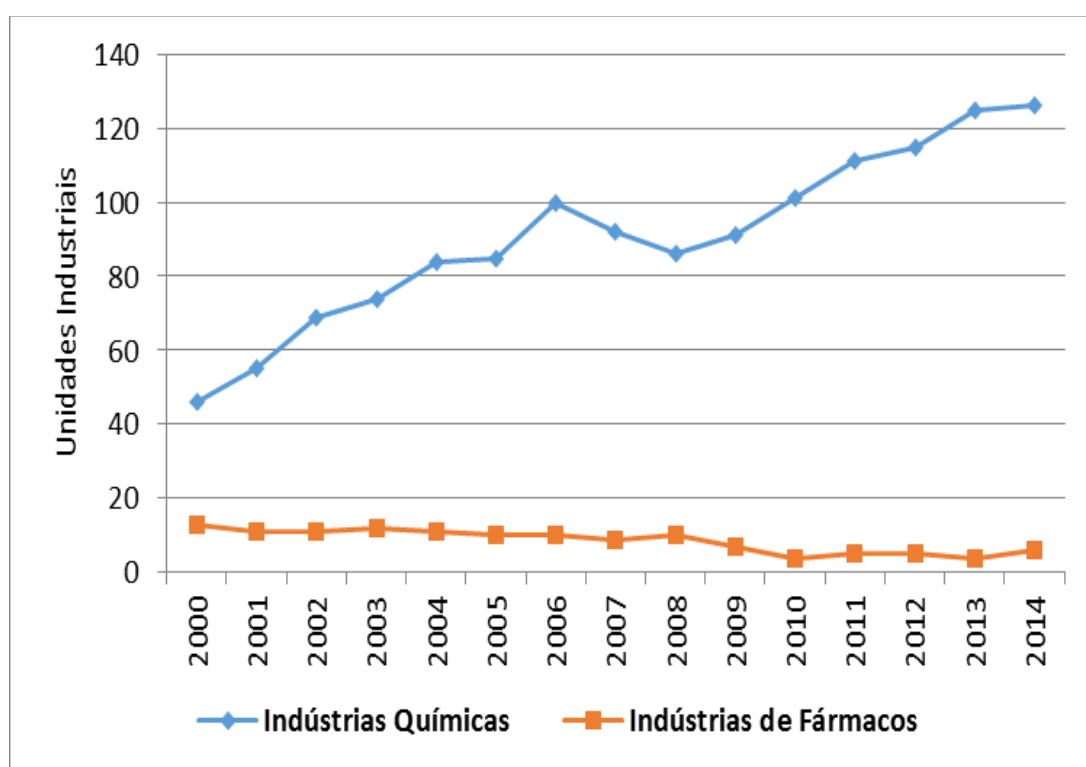


Figura 18 - Evolução do setor de químicos e do setor de fármacos de 2000 a 2014 em Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE, 2015

2.3.12 O setor de veículos e reboques

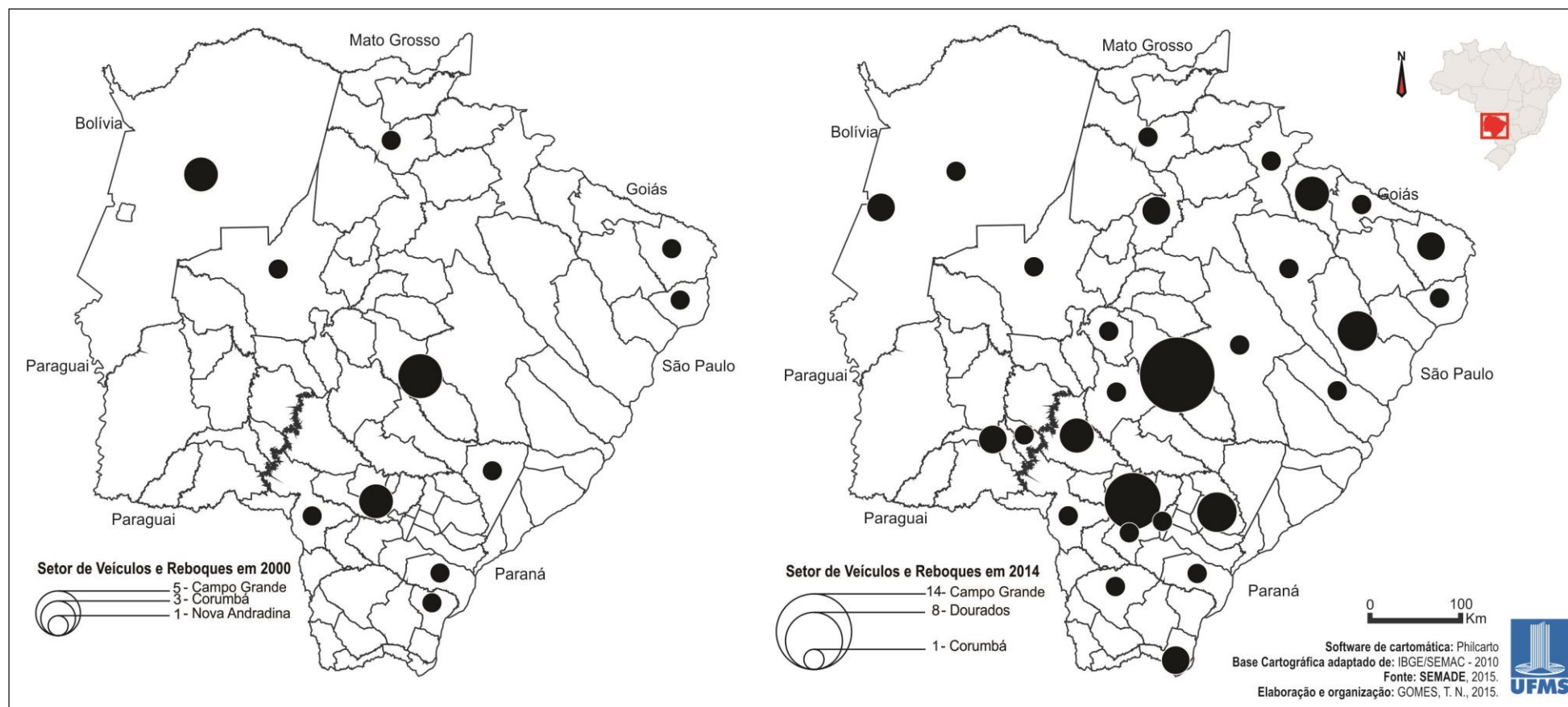
O setor de veículos e reboques é composto por indústrias de: Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; Fabricação de caminhões e ônibus; Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores; e Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores.

O setor de veículos e reboques (Ver Mapa 24) está localizado em 28 municípios de estado, de acordo com dados do ano de 2014, sendo que em 2000 o setor encontrava-se apenas em 11 municípios; estando presente em todas as mesorregiões do estado, e se destacando em Campo Grande e Dourados, com oito e 14 unidades industriais instaladas (SEMADE, 2015).

Esse setor está em crescimento no estado, haja vista, que com a intensificação da industrialização e principalmente das agroindústrias, o transporte de matéria-prima até a planta industrial é realizado por transporte terrestre realizado por caminhões que sempre estão necessitando de reparos ou reposição de peças rapidamente, fazendo que as indústrias do setor de veículos e reboques se especializem próximas aos lugares de mais fluxo de veículos, onde encontram um mercado em ascensão.

Em Campo Grande pudemos observar que o setor volta-se mais para a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e para a fabricação de cabines e carrocerias e reboques para caminhões, em vias de atender a demanda de seu mercado local.

Dourados já participa desse setor por meio das empresas de fabricação de cabines e carrocerias e reboques para caminhões, e recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores, visando atender a grande frota de caminhões que transportam os produtos dessa região (grãos, carnes, etc), melhorando a eficácia do transporte.



Mapa 24- Espacialização do setor de Veículos e reboques em 2000 e 2014.

Em Três Lagoas, também há ênfase no setor de recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores e ainda para o segmento de fabricação de chassis e motores para automóveis e camionetas. Isso se deve a necessidade de realização rápida de consertos, caso haja algum problema com os veículos principalmente que fazem o transporte de matérias-primas como o eucalipto, e em menor proporção para a manutenção do transporte de outros produtos industrializados.

Sendo este setor localizado próximo ao seu mercado consumidor, surgiram indústrias em diversos outros municípios do estado, principalmente acompanhando as atividades agroindustriais, como Chapadão do Sul, Ivinhema, Maracaju e São Gabriel do Oeste (Ver Tabela 17 em anexo). Ademais, a atividade do setor mais escassa no Mato Grosso do Sul é fabricação de automóveis, camionetas e utilitários.

O setor de veículo e reboques logrou crescimento principalmente entre os anos de 2007 e 2014, recuperando-se da queda de 2006 (Ver Figura 19). Ademais sua taxa de crescimento ficou em torno de 30%.

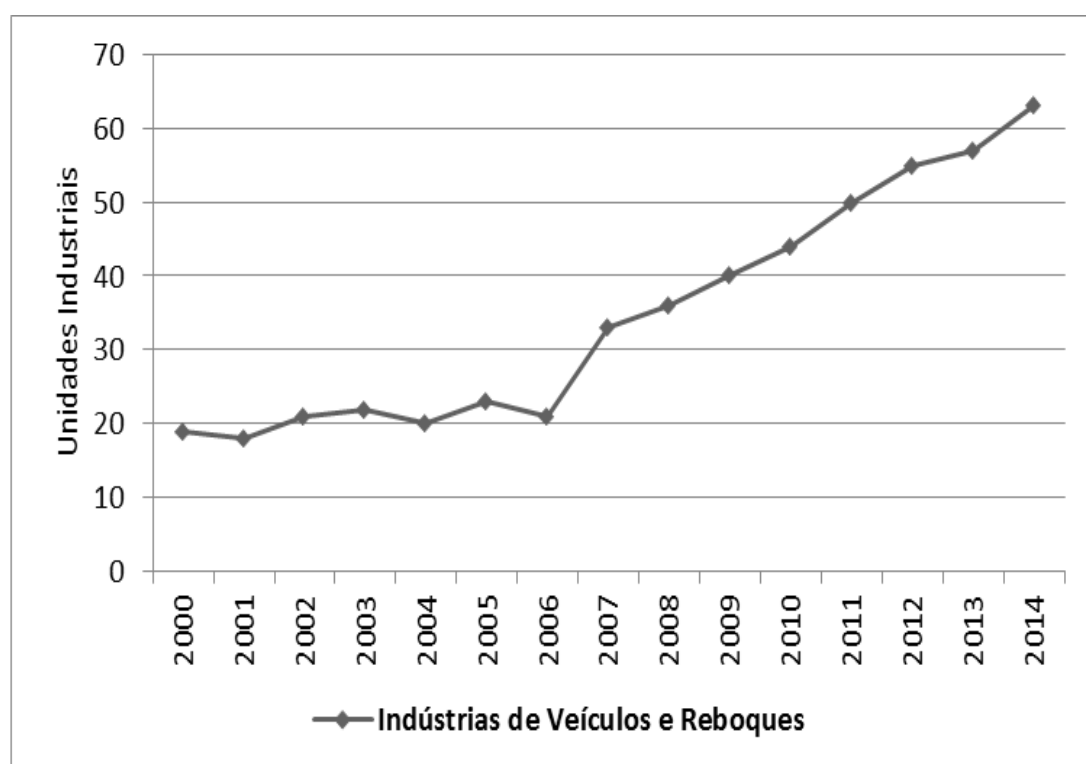


Figura 19 – Evolução do setor de veículos e reboques em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015

2.3.13 O setor de biocombustível

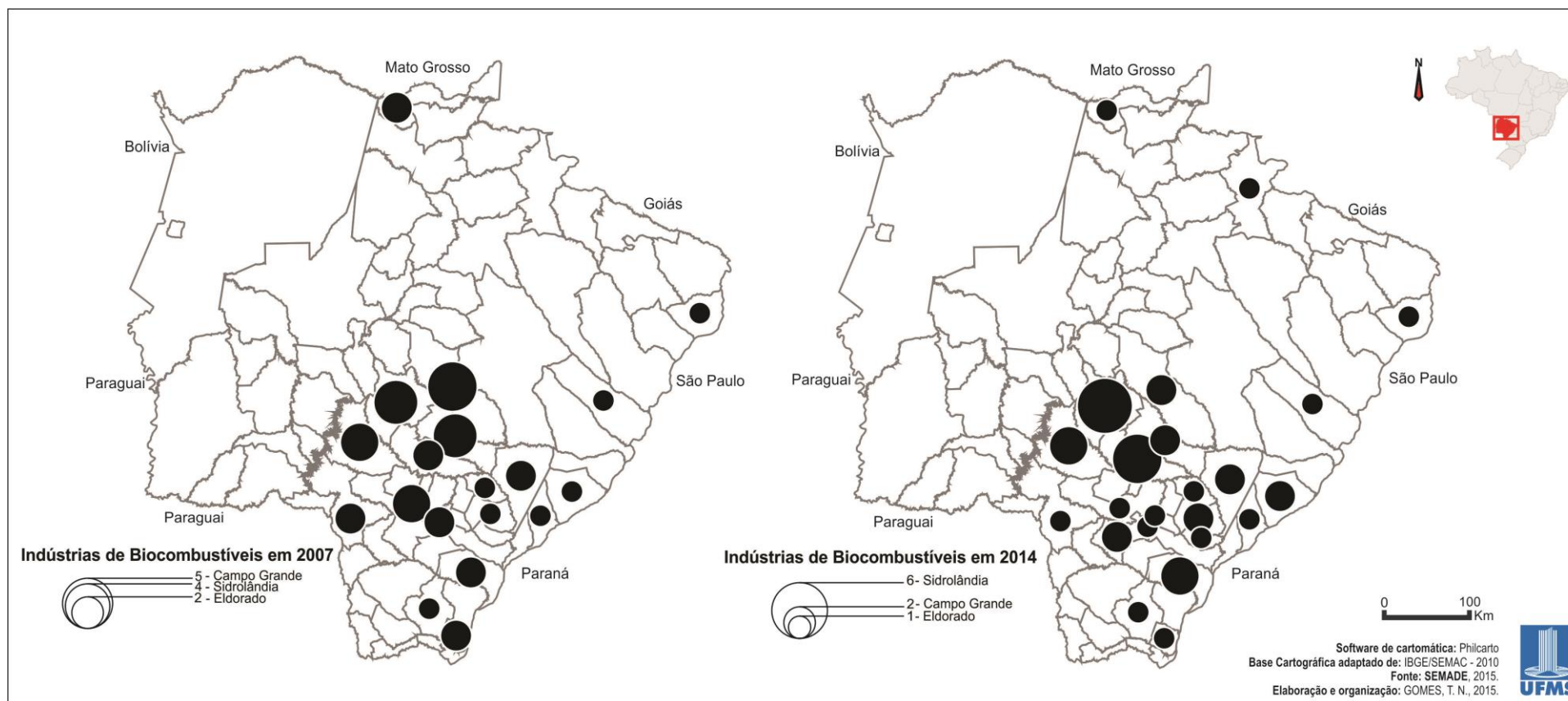
O setor de biocombustível consiste nos segmentos de: Coquerias; Fabricação de produtos derivados do petróleo; e Fabricação de biocombustíveis, sendo o último segmento de mais expressividade no estado.

Esse setor está espacialmente concentrado entre Sidrolândia, Dourados e municípios próximos a Dourados, como: Rio Brilhante, Naviraí e até Nova Andradina, região que o cultivo da cana está em crescente expansão(Ver Mapa 25).

A inserção do cultivo da cana-de-açúcar e a inserção das primeiras indústrias do setor no estado, ocorrida no final da década de 1970 e início dos anos 1980, deriva do projeto Proálcool lançado pelo Governo Federal em meados dos anos 1970, em resposta as duas crises do petróleo (1973 e 1979),incentivando a produção de combustíveis renováveis no país. Como já mencionado, a cana adentrou o estado nas proximidades de Dourados, pelas áreas de cerrado e se espalhou pelos seus arredores (BERTHOLI, 2006), por isso mesmo essa porção do território no estado, concentra a maior parte de indústria desse setor.

Apesar de o setor ter iniciado no final do século XX, é no início dos anos 2000 que irá ocorrer o maior adensamento de unidades industriais de biocombustível, setor muito incentivado pelas leis de incentivos fiscais, especialmente devido a sua importância na geopolítica atual.

Sidrolândia, município próximo à Campo Grande com população estimada em 4.442 mil habitantes em 2014, possui maior quantidade de indústrias do setor, seis unidades industriais. Sendo que a área destinada ao plantio da cana no município em 2013 era de 7.041 hectares, com capacidade de produção de 528.075 toneladas de cana. Entretanto o município de Sidrolândia não está exportando nesse setor. Este município tem a suas exportações baseadas no setor de carnes e soja. Mas porque isso acontece?



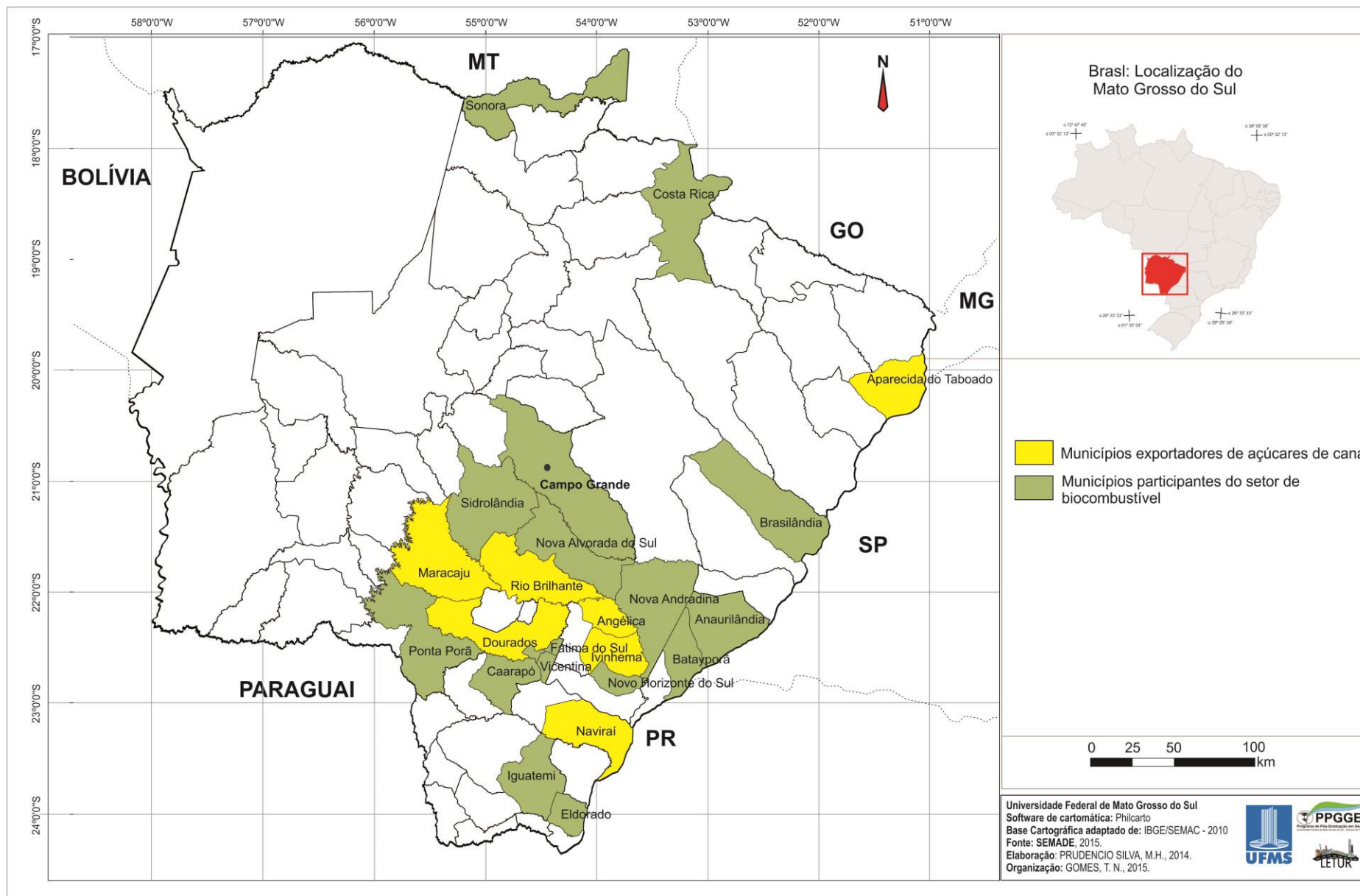
Mapa 25 - Espacialização do setor de Biocombustível em 2007 e 2014.

Quando observamos as exportações dos outros municípios que participam desse setor, somente sete estão exportando açúcares da cana, os outros 23 municípios mantêm suas exportações entre os setores de carnes e soja (Ver Mapa 26).

Observamos que no setor de biocombustível, no que tange a porção centro-norte do estado, os municípios exportadores estão envoltos aos municípios também inseridos no setor, mas que não exportam o produto. Sem a pretensão de esgotar a análise do setor, vemos a sinalização de uma possível relação de complementariedade entre os municípios de produção e os municípios de exportação. Entretanto, não podemos desconsiderar que esse produto esteja sendo processado e comercializado também no mercado interno, o que justificaria a não participação de alguns municípios na pauta de exportação.

Em Sonora e Aparecida do Taboado o setor de biocombustível se ampara no cultivo local da cana-de-açúcar e também da proximidade com os mercados de Mato Grosso e São Paulo.

Ademais a proximidade de indústrias de biocombustível de rios da bacia do Ivinhema, tem gerado grande discussão entre os órgãos responsáveis pela gestão de recursos hídricos e os empresários do setor, inclusive a preocupação com a emissão de poluentes e com as condições ambientais que se encontra o rio Ivinhema.



Mapa 26 - Municípios exportadores de açúcares da cana e municípios participantes do setor de biocombustível em 2014.

No Plano Estadual de Recursos Hídricos de 2010 (SEMA/IMASUL, 2010), em que o estado foi dividido em 15 Unidades de Planejamento e Gerenciamento, as chamadas (UPGs), a UPG do Ivinhema se destaca quanto a sua degradação ambiental. Essa divisão foi realizada visando melhor análise e recuperação das bacias em estado preocupante. As 15 UPGs identificadas, foram agrupadas em 2 regiões mais abrangentes, as pertencentes a Região Hidrográfica do Paraná e as pertencentes a Região Hidrográfica do Paraguai, haja vista, que essas duas bacias apresentam características diferenciadas inclusive de uso e ocupação da terra (Ver Figura 20).

No PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010) a importância da agroindústria para o desenvolvimento do estado já havia sido mencionada, entretanto, a análise do PERH-MS – 2010, tem o intuito de buscar um desenvolvimento amplo para o Mato Grosso do Sul, ou seja, que o desenvolvimento do estado não se restrinja somente a esfera econômica, mas também social e ambiental. Segundo o PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010), a maior parte das áreas ocupadas pela agricultura no estado localizam-se na Região Hidrográfica do Paraná, principalmente nas UPGs Ivinhema, Iguatemi e Amambai. Ademais, a Região Hidrográfica do Paraná, consome 81% de água no estado, sendo que a Região Hidrográfica do Paraguai tem um consumo de somente 19%, devido inclusive a densidade demográfica estadual (SEMA/IMASUL, 2010).

Se compararmos a figura 10 com o Mapa 20, observamos que a UPG Ivinhema localiza-se entre os municípios envolvidos na produção/exportação de biocombustível em Mato Grosso do Sul, além da proximidade com a produção de grãos, atividades que utilizam grande quantidade de defensivos químicos e agrotóxicos para manterem a produtividade elevada.

De acordo com o PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010),

Na Região Hidrográfica do Paraná observa-se que nas UPGs Ivinhema e Pardo ocorre grande concentração de atividades agropecuárias, fornecendo assim um indicativo da potencialidade de poluição por cargas difusas oriundas dos escoamentos superficiais e do uso de fertilizantes e agrotóxicos. (SEMA/IMASUL, 2010).

Essa afirmação pode ser constatada na figura 21, em que a UPG Ivinhema aparece com a maior carga de agrotóxico no estado.

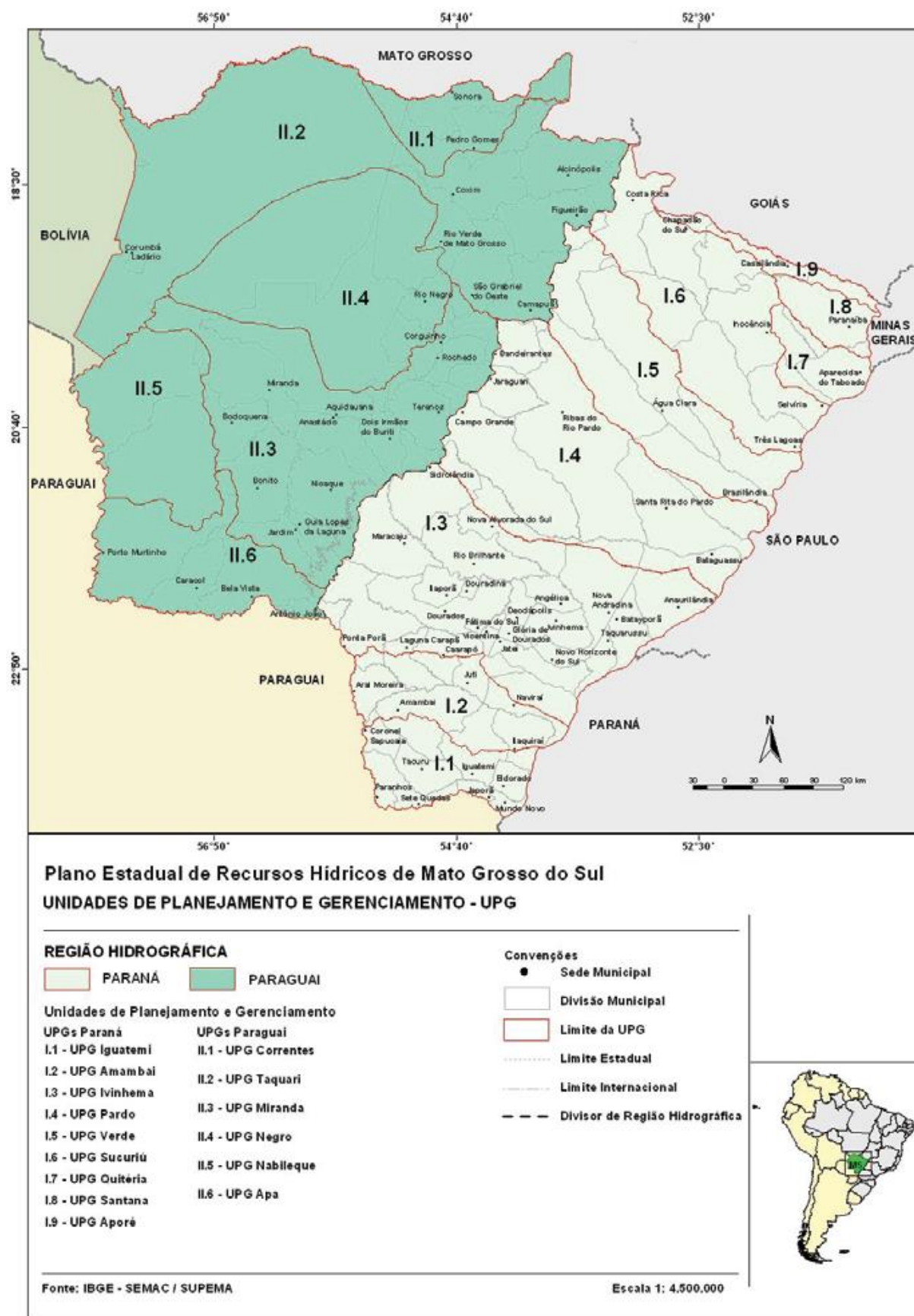


Figura 20 - Unidades de Planejamento e Gerenciamento adotadas no Plano Estadual de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Extraído do PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010).

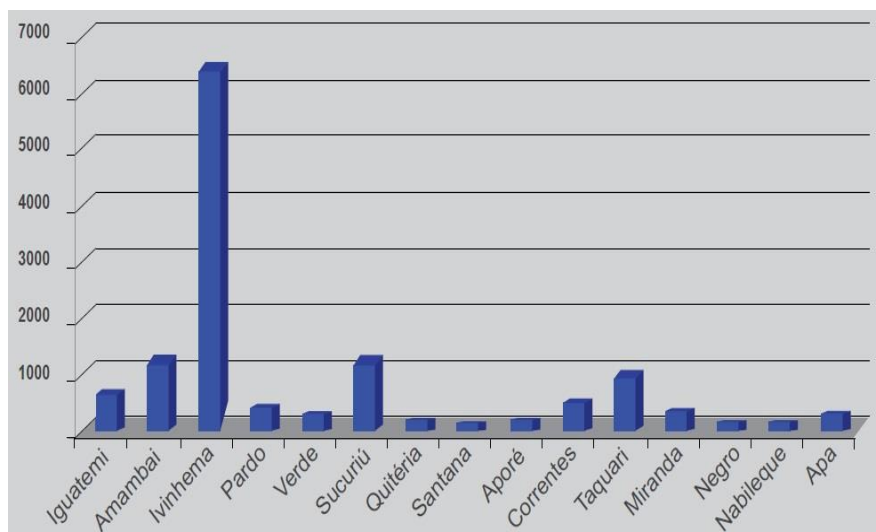


Figura 21 - Cargas de agrotóxicos geradas pelas Unidades de Planejamento e Gerenciamento de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Extraído do PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010).

Ademais, a UPG Ivinhema

“[...] destaca-se como a que detém a maior criticidade, isto é, está em primeiro lugar em sete modalidades de uso (Abastecimento humano; Dessedentação animal; Irrigação; Industrial; Transporte hidroviário; e Aquicultura e pesca) e em segundo lugar para um dos usos (Turismo). (SEMA/IMASUL, 2010).

Essas variáveis apresentadas fomentam a preocupação com as condições ambientais da UPG do Ivinhema.

De toda forma, o PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010) também aborda a necessidade de preservação de outras UPGs, como a do Taquari e a do Miranda, localizadas na Região Hidrográfica do Paraguai, sendo a UPG Taquari que mais sofre impacto do rebanho no estado; e a UPG do Miranda impactada pela atividade mineradora e pelo turismo. No entanto, seus níveis de criticidade são pouco elevados, mas não se deve negligenciar a gestão e planejamento para essas áreas haja vista que se localizam-se no Pantanal Sul-mato-grossense.

Ademais, em todo o estado de Mato Grosso do Sul existe somente um Comitê de Bacias Hidrográficas a do Miranda, devido a preocupação de preservação ambiental do Pantanal. Os Comitês de Bacias Hidrográficas do Ivinhema e do Pardo, se encontram em estudo, mas não foram concretizados até a presente pesquisa.

Mesmo com a realização do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (2010), que desnudou inúmeros problemas ambientais causados

pelas atividades agroindustriais, pouco se tem feito para frear a degradação ambiental no estado, que continua priorizando os imperativos do capital.

Vale ressaltar que esse mesmo plano, realizou projeções de três cenários possíveis para Mato Grosso do Sul em 2025, dependendo do caminho que o estado decidir seguir, são eles: Cenário 1 - Desenvolvimento sustentável, Cenário 2 – Dinamismo desigual e Cenário 3 - Instabilidade e crise. De acordo com o PERH-MS (SEMA/IMASUL, 2010, p. 150), “As diversas organizações e atores integrantes do GT40, que participam da construção do PERH de Mato Grosso do Sul, decidiram pelo Cenário 1 – Desenvolvimento Sustentável, como o futuro desejado em 2025”. Todavia, as estratégias político-econômicas adotadas pelos governo estadual no período em análise, sinalizam para um futuro de instabilidade.

Dito isto, vejamos a evolução do setor de biocombustível no estado.

O setor de biocombustível passou por uma fase de crescimento do iniciou o ano de 2007 até 2009, vindo a decrescer no ano seguinte. Em 2011 o crescimento é retomado, apresentando o pico de 54 unidades industriais, entretanto o setor volta a decrescer de 2012 a 2014 (Ver Figura 22 e Tabela 18).

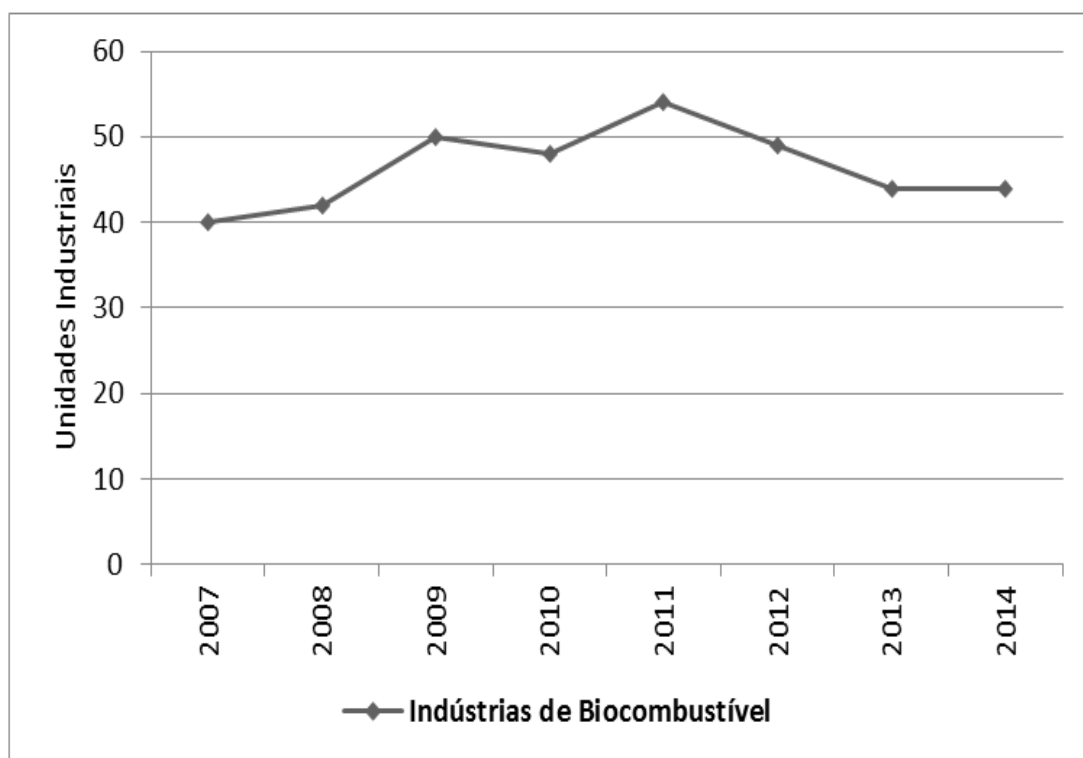


Figura 22 - Evolução do setor de biocombustível em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.
Fonte: SEMADE, 2015

2.4 Síntese dos setores industriais analisados

A reestruturação espacial da indústria em Mato Grosso do Sul, em um período de quatorze anos, se desdobrou em um parque industrial diversificado, mas com pouca inserção no mercado internacional, principalmente no que tange as indústrias oriundas de estados vizinhos, de setores industriais alvo da política de incentivos fiscais. Ademais, os setores industriais que possuem maior participação na pauta de exportação estadual, são aqueles que vieram a se instalar no estado em decorrência de outros fatores atrativos oriundos de sua própria formação sócio-espacial.

Entre os setores que se instalaram no estado em busca do aproveitamento das especificidades do lugar, as chamadas rugosidades, estão o setor alimentício, o setor de couro, o setor de minerais metálicos, o setor de produção florestal, móveis, produtos de madeira, celulose e papel e biocombustível.

No setor de alimentos, a indústria frigorífica e de laticínios, se beneficiam da atividade pecuária já característica da região desde seu povoamento. Nesse caso, a pecuária fornece matéria-prima para a indústria, atraindo-as para os municípios com maior potencial lucrativo, como o caso dos municípios da mesorregião sudoeste e centro-norte, como Dourados e Campo Grande.

Nessas mesorregiões criou-se uma estrutura favorável ao desenvolvimento desses setores industriais, contendo rebanho em grande quantidade, devido à pecuária intensiva e a proximidade com a região do Pantanal no oeste do estado, grande produtora de gado; potencial logístico para escoamento da produção, principalmente com as rodovias; proximidade com a produção de ração animal, devido à produção de soja e milho nas mesorregiões; e mão de obra abundante para a indústria. A aglutinação desses elementos proporcionou a esses setores uma estrutura capaz de reduzir os custos de produção e garantir a reprodução e desenvolvimento dessas atividades industriais.

O setor de couro irá se beneficiar dessa estrutura criada no Centro-sul do estado, especializando-se em municípios que possuem indústrias do setor de carnes e/ou em seu entorno, haja vista, que o couro descartado pela indústria de carne é utilizado como matéria-prima principal da indústria coureira, como já mencionamos, se aproveitando da formação sócio-espacial do estado, no que tange a proximidade

com a matéria-prima (rebanho) e com a indústria frigorífica, e ainda se beneficia da legislação ambiental enfraquecida.

O setor de minerais metálicos se concentra próximo às jazidas de minério de ferro e manganês, localizadas nos municípios de Corumbá e Ladário, o que o torna dependente dessa especificidade local para se reproduzir. Esse setor faz parte das indústrias extrativas e apesar da alta vinculação com as características naturais do espaço, os municípios inseridos nesse processo, acabam incorporando características exógenas impostas pelas empresas de cadeia produtiva verticalizada que concentram a exploração das jazidas. Entretanto, as relações de poder engendradas nessa região, já haviam sido estabelecidas em momentos históricos anteriores, o que desnuda a importância da formação sócio-espacial para o setor.

O setor de produção florestal se iniciou devido às políticas federais na década de 1970, que pretendiam fomentar a ocupação socioeconômica principalmente na mesorregião leste, com a introdução de incentivos a atividade agropecuária, com destaque a produção de florestas, devido a abundância de grandes extensões de terras da região. A implantação do setor veio acompanhada da expropriação do pequeno produtor rural e da conformação de uma estrutura latifundiária, que logo amplamente tomada por hortos florestais de eucalipto e de pinus.

Como já mencionado no item 2.3.8, esse setor entrou em decadência já em meados dos anos 70, com o advento da crise do petróleo, fazendo o governo lançar mão mais uma vez de incentivos fiscais, agora voltados à indústria, para o aproveitamento dessas florestas.

O setor de produção florestal mantém relação intrínseca com os setores de papel e celulose, produtos de madeira e até mesmo com o setor metalúrgico.

Com as políticas federais de 1970 implantou-se também o Programa Nacional de Papel de Celulose, que com a criação do Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul, ascendeu o crescimento da produção de eucalipto no estado, hoje ampliada e utilizada como matéria-prima para a produção de celulose e papel, principalmente no município de Três Lagoas.

Em Água Clara, em vias de aproveitar os hortos florestais existentes, criou-se o Distrito Industrial Madeireiro, visando atrair indústrias e serrarias ao que utilizassem a madeira do *pinus* como matéria-prima. Atualmente o setor de produtos de madeira apesar de abranger grande parte do estado, se destaca principalmente

em Campo Grande, Água Clara e Ribas do Rio Pardo, sendo que esses três municípios concentraram 46% das indústrias do setor em 2014 (SEMADE, 2015).

Já em Ribas do Rio Pardo, além da utilização pelo setor de produtos de madeira, a solução encontrada foi à produção de carvão vegetal como fonte de energia para indústrias, como por exemplo, siderúrgicas que se instalaram no município.

Dessa forma, fatores como políticas federais e estaduais de incentivos fiscais e a própria formação da estrutura fundiária, somadas a anterior exploração do cerrado para implantação da pecuária, foram determinantes para a formação sócio-espacial do estado e também condições *sine qua non* para o desenvolvimentos dos setores industriais de: produção florestal, celulose e papel, produtos de madeira, entre outros.

O setor de biocombustível assim como de celulose e papel, tem raízes na implantação de programas federais como no caso o Próalcool, com o intuito de contornar a crise do petróleo na década de 1970, incentivando a produção de álcool e a diminuição da dependência de combustíveis derivados no petróleo. Esse setor se concentra em municípios como Sidrolândia, Dourados, Naviraí, Rio Brillante, entre outros, localizados em regiões produtoras de cana-de-açúcar e/ou seu entorno e municípios exportadores de açúcares da cana.

Esse setor não logrou grandes alterações locais, nos últimos sete anos, haja vista, a necessidade de se estabelecer próxima à produção de matéria-prima e da estrutura criada para o desenvolvimento dessa agroindústria.

Podemos concluir que as indústrias desses setores que possuem vínculos com a formação sócio-espacial do estado, exerceu pouca mobilidade no período em análise, ademais, na medida em que essas corporações que instalaram no Mato Grosso do Sul tem grande poder de posição de novas lógicas aos lugares, a aplicação de capital intensivo na produção e a criação de uma estrutura potencialmente favorável e lucrativa, reduz a mobilidade dessas empresas pelo território.

Vale ressaltar que existem indústrias do setor alimentício, do setor de celulose e papel, produtos de madeira e do setor de biocombustível, em geral empresas de alcance local e regional, sem competitividade no mercado internacional, que fogem a regra. Essas indústrias utilizam-se também das políticas de incentivos fiscais a fim

de buscar melhores condições produtivas e maior lucratividade, e apresentaram grande mobilidade locacional até 2014.

Entretanto, os setores que obtiveram maiores mudanças locacionais foram aqueles que não possuem relações com as heranças espaciais do lugar, são eles: o setor têxtil, o setor de vestuário, metalúrgico, borracha e materiais plásticos e o setor de máquinas e equipamentos elétricos. Esses setores fazem parte dos setores priorizados na lei de incentivos fiscais do estado de Mato Grosso do Sul, desde 2001, que visa beneficiar a indústria de transformação a fim de agregar valor ao produto do estado.

O setor têxtil apresentou maior mobilidade entre os setores analisados, nos últimos quatorze anos, em 2000 estava presente em oito municípios do estado e possuía 23 unidades industriais, já em 2014 o setor se localizava em 41 municípios com um total de 178 unidades industriais em Mato Grosso do Sul. O setor de vestuário obteve em sete anos 38,8% de crescimento, estando presente em municípios que até 2007 não possuíam indústrias do setor.

Apesar da expansão locacional dos setores por grande parte do estado, os municípios com mercado consumidor abundante, como Campo Grande e Dourados e municípios limítrofes com os estados de São Paulo e Paraná, como Três Lagoas e Mundo Novo obtiveram destaque no setor têxtil e no setor de vestuário.

Os setores metalúrgico, de borracha e materiais plástico, e de máquinas e equipamentos elétricos, também possuem semelhanças. Esses setores devido ao benefício das leis de incentivos fiscais, tem a facilidade de mudança locacional para lugares mais lucrativos e todos se localizam principalmente próximos ao seu mercado consumidor.

O setor metalúrgico, principalmente no que tange as indústrias menores e menos capital intensivas, abrangem grande parte do estado, já as indústrias de cadeia produtiva verticalizada, presentes em Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, por outro lado, buscam no estado outros fatores condicionantes para a implantação do empreendimento, como proximidade com a matéria-prima e mercado consumidor, além da abundante mão de obra.

O setor de borracha e materiais plásticos e o setor de máquinas e equipamentos elétricos possuem quantidades muito parecidas de indústrias no estado, o primeiro com 151 unidades industriais e o segundo com 139 unidades industriais no ano de 2014, e em número de lugares que estão presentes

respectivamente, 27 e 20 municípios (SEMADE, 2015). Esses setores não possuem vínculos com as heranças espaciais, por isso o benefício do incentivo fiscal, torna atrativa a localização dessas indústrias no estado. Contudo, em 2012 foi lançado o Complexo da Borracha Natural em Cassilândia a fim de incentivar o investimento no setor em Mato Grosso do Sul.

De toda forma, os incentivos concedidos pelo estado exercem atração para que indústrias dos estados limítrofes, como São Paulo e Paraná, venham a se instalar no Mato Grosso do Sul, onde encontram condições de diminuição com os custos de produção e possibilidade de produzirem um produto competitivo no mercado.

As indústrias desse setor possuem incipiente participação nas exportações do estado, sendo que no caso do setor de máquinas e equipamentos elétricos, é necessária a importação de componentes a serem utilizados na fabricação dos produtos.

O setor de construção e o setor de minerais não metálicos, também priorizados na lei de incentivos fiscais, atuam em complementariedade, haja vista que o setor de construção se utiliza dos produtos da indústria de minerais não metálicos como matéria-prima, ou seja, esses setores são interdependentes. No Mato Grosso do Sul, abrangem praticamente todos os municípios, somente 13 municípios no setor de construção e nove municípios no setor de minerais não metálicos, não possuem indústrias desses setores. Porém, em geral os municípios que não possuíam em 2014 indústrias desses setores, eram pequenos e próximos de outros municípios que poderiam suprir uma demanda regional.

Esses setores lograram crescimento desde meados dos anos 2000, devido à ampliação da malha urbana, do desenvolvimento industrial e também da implementação de políticas federais de fomento a casa própria popular, como o programa Minha Casa - Minha Vida.

O setor de fármacos, apesar do interesse inclusive federal do desenvolvimento do setor, mostrou-se incipiente no estado, apresentando decréscimo no período em análise. As seis unidades industriais presentes no estado em 2014, atendem as demandas internas dos municípios, em Campo Grande, o setor apresenta-se mais diversificado, devido a própria variedade do mercado consumidor da capital, já em Iguatemi a única unidade industrial presente é voltada

a fabricação de medicamentos veterinários, buscando atender a atividade pecuária local e regional.

O setor de químicos e o setor de veículos e reboques, seguem a tendência de se especializarem em municípios com mercado consumidor específicos, mas ambos apresentaram crescimento acima de 30% em quatorze anos. Ademais, os dois setores atendem de alguma forma as demandas da agroindústria. O setor de químicos está presente na mesorregião Leste e na mesorregião sudoeste, em vias de suprir a demanda por fertilizantes, tanto na produção de eucalipto quanto na produção de grãos e cana-de-açúcar. O setor de veículos e reboques está presente em municípios voltados ao agronegócio, para que caso haja necessidade de consertos e reparos dos veículos que possam vir a estragar no trajeto até a indústria, sejam realizados o mais rapidamente possível, não acarretando prejuízos a produção da empresa, ou seja, esse setor destaca-se na atividade de reboques e manutenção veicular no estado.

O setor de impressão e o setor de bebidas não fazem parte dos setores priorizados pela lei de incentivos fiscais do estado, sendo que somente o setor de bebidas, pode considerar de alguma forma os vínculos com a formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul, mais precisamente suas especificidades naturais como água em abundância.

O setor de impressão está presente em 47 municípios, com destaque aos municípios mais dinâmicos economicamente, como Campo Grande, Dourados e Corumbá, enquanto que o setor de bebidas encontra-se em apenas 11 municípios, com destaque a capital Campo Grande e Três Lagoas, com ênfase a fabricação de água mineral envasada. Esses setores obtiveram praticamente a mesma taxa de crescimento, em torno de 61%, entretanto, seus produtos possuem apenas alcance regional, o que favoreceram as variações em quantidade de plantas industriais durante o período estudado.

A política de atração de novas plantas industriais por meio de incentivos fiscais aos setores mencionados, logrou importante crescimento do parque industrial Sul-mato-grossense, tornando o estado potencialmente lucrativo para indústrias oriundas dos estados vizinhos como São Paulo e Paraná, que analisaremos especificamente no item seguinte. Essas políticas além de enfatizar a importância dos municípios “pólos” do estado, Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Corumbá, possibilitou a mobilidade de muitos setores industriais adentrarem

municípios pouco tradicionais em determinadas atividades industriais como vimos anteriormente, possibilitando novas dinâmicas intraurbanas e novas relações regionais.

Vejamos agora como se estabelece essas relações interestaduais, principalmente no que se refere ao estado de Mato Grosso do Sul com São Paulo e Paraná.

2.5 A atratividade dos incentivos fiscais em Mato Grosso do Sul

A política de incentivos fiscais do governo de Mato Grosso do Sul, fundamentada na Lei “MS Empreendedor”, que fornece um desconto de 67% no ICMS para as indústrias dos setores priorizados, complementada pela “MS-Forte Indústria”, visam atrair indústrias para o território a fim de desenvolver o parque industrial do estado e lograr uma produção diversificada e de alto valor agregado.

O governador anterior, André Puccinelli, em entrevista concedida a Revista Valor Econômico em 2014, quando perguntado se o segredo do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul estava nos incentivos fiscais, respondeu:

[...] Com a Lei Kandir, os estados que exportam produtos primários e semielaborados não podem ter o seu ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços]. Se exportamos toda carne in natura, milho, soja e minério, não temos um tostão de ICMS. Os governos anteriores começaram a diversificar a matriz econômica. Nós precisamos transformar os produtos para agregar valor e ter o tributo de volta. (REVISTA VALOR ECONÔMICO, 2014, p. 21).

Apostando em um elevado crescimento econômico para o estado, o Governo Puccinelli foi a campo buscar novas indústrias para o Mato Grosso do Sul, fazendo uma verdadeira “propaganda” das potencialidades do estado, estratégia que de certa forma surtiu efeito positivo quanto ao crescimento do parque industrial.

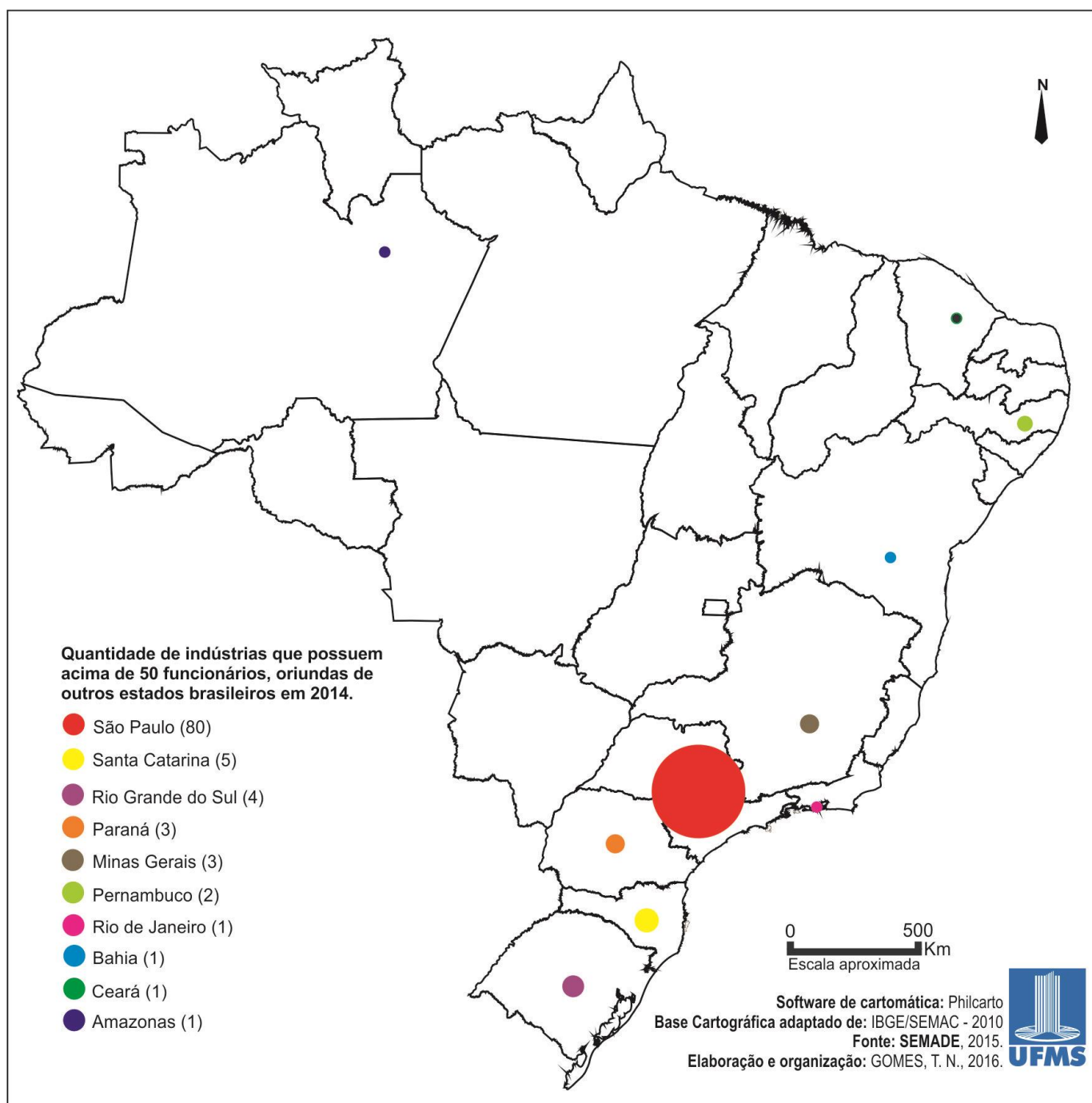
Como pudemos observar nos gráficos apresentados nos itens anteriores, após o ano de 2007 o setor industrial se fortaleceu, sendo que com exceção do setor de fármacos, todos os demais estão apresentando crescimento. Entretanto, os setores priorizados nas leis de incentivos fiscais começam a se destacar, principalmente no que se refere às mesorregiões Leste e Sudoeste de Mato Grosso do Sul, limítrofes com os estados de São Paulo e Paraná.

Em pesquisa realizada com indústrias presentes no estado de Mato Grosso do Sul, que possuem acima de 50 funcionários, entre os anos 2000 e 2014, vemos que entre as 102 empresas que não possuem sede no estado, 80 são oriundas do estado de São Paulo e outras 21 vieram dos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Amazonas (Ver Mapa 27).

As indústrias oriundas do estado de São Paulo voltam suas atividades para os setores citados de forma decrescente em: Alimentos, Vestuário, biocombustível, têxtil, papel e celulose, metalurgia, máquinas e materiais elétricos, construção, minerais não metálicos, bebidas, borracha e materiais plásticos, minerais metálicos, e veículos e reboques. Ademais, há uma diversificação entre indústrias que possuem sede no interior do estado de São Paulo e indústrias com sede na própria metrópole paulista (Ver Tabela 19 em anexo).

As indústrias dos setores de alimentos, vestuário, têxtil, couro e calçados, além de algumas indústrias do setor de papel de celulose, são oriundas de municípios do interior do estado de São Paulo, com ênfase àquelas que se encontram no eixo da SP-300, que faz de Três Lagoas importante município de ligação entre os dois estados. Essas indústrias, que se caracterizam por utilizar grande contingente de mão de obra em seus processos produtivos, encontram em Três Lagoas um ambiente favorável quanto à logística de escoamento da produção, devido à proximidade com São Paulo, mão de obra barata e abundante e ainda incentivos fiscais municipais e do estado, que configuram um território propício para a instalação desses setores industriais.

As indústrias oriundas diretamente da metrópole paulista, em geral são aquelas grandes corporações, que se utilizam de capital intensivo na produção, mas que buscam no Mato Grosso do Sul, se apropriar de um ambiente político e natural favorável à seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito às agroindústrias, geradoras de impactos socioambientais quase que irreversíveis. Nesse caso, destacam-se os setores de biocombustível, minerais metálicos e papel e celulose, setores que ainda necessitam de atividades de outros setores para se efetivar, como a produção florestal.



Mapa 27 - Quantidade de indústrias oriundas de outros estados brasileiros presentes em Mato Grosso do Sul em 2014.

Pelo exposto, retomamos a noção de eixo de desenvolvimento (SPOSITO, 2007) e desconcentração industrial (LENCIONI, 1994, 2011), que nos ajudam a compreender a inserção de Mato Grosso do Sul no processo de industrialização brasileira.

Com a concentração de alguns setores industriais como a indústria calçadista, têxtil e de vestuário, no município de Três Lagoas, que se localiza no eixo da SP-300, vemos o processo de desconcentração industrial ocorrendo de forma linear, das cidades do interior paulista para Mato Grosso do Sul, ou seja, por meio de um eixo de desenvolvimento São Paulo-Mato Grosso do Sul, em que as indústrias paulistas se instalam em território Sul-mato-grossense a fim de baixar o custo produtivo, entretanto, essas indústrias atuam de forma incipiente ou nula nas exportações do estado.

Ademais, os setores industriais receptores de incentivos fiscais tiveram a maior taxa de mobilidade locacional de 2000 a 2014, haja vista, que o benefício dos incentivos fiscais permitiu aos municípios pouco tradicionais, no que tange a indústria de transformação, possibilidade de desenvolver seus parques industriais e dinamizar a econômica local. Contudo, a importância dos quatro municípios principais do estado: Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas, foi reafirmada na medida em que as empresas que buscavam se instalar em locais com mercado consumidor favorável, sejam elas receptoras ou não de incentivos fiscais, adentraram esses municípios.

No caso das empresas transnacionais que se instalaram em municípios do estado e possuem sede na capital paulista, temos um processo de desconcentração industrial, mas que deve ser entendido conforme as novas relações estabelecidas entre os lugares em pleno processo de globalização (LENCIONI, 1994; 2011).

Em geral, essas indústrias são responsáveis pela produção e exportação de *commodities* ou produtos semielaborados, são os chamados grupos que se utilizam de capital intensivo e possuem cadeia produtiva verticalizada. Esses setores se beneficiam no que tange a mão-de-obra e a presença de matéria-prima abundante, além de se utilizarem dos diferentes modais de transporte para o escoamento da produção; para eles os incentivos fiscais não são fatores determinantes para instalação da planta industrial, ademais, se aproveitam das rugosidades do lugar, ou seja, da formação sócio-espacial do estado (SANTOS, 1977; 2012) para o desenvolvimento de seus processos produtivos.

Segundo Lencioni,

[...]a dispersão territorial da indústria, no caso dos oligopólios e grupos econômicos em que o ciclo de valorização do capital é segmentado em várias unidades dispersas territorialmente, exige um centro gestor que possa coordenar a valorização do capital para garantia de sua reprodução. Esse centro gestor tem na cidade de São Paulo um ponto territorial importante. (LENCIONI, 2011, p. 146).

Novamente temos a reafirmação da primazia da cidade de São Paulo com centro de gestão.

De toda forma, concordamos com Lencioni (2011) e Firkowski (2005) que devido as recentes transformações globais ocorridas, há necessidade de analisar esses novos processos sob a ótica de novas formas de análise, novos conceitos.

Segundo Lencioni,

A integração das escalas local, regional, nacional e global se processa, cada vez mais, de forma anastomoseada, ou seja, se dá por meio de complexas e inúmeras ramificações que não estabelecem uma estrutura hierárquica piramidal e arborescente, típica das hierarquias urbanas tradicionais. Não há, nessa forma anastomoseada, a formação de um único nó central como polo de atração e de difusão, como anteriormente podíamos perceber ou induzir ao seu desenvolvimento. (LENCIONI, 2001, p. 147).

Com isso, a dimensão espacial do processo de reestruturação da indústria de Mato Grosso do Sul, passa por relações que não são somente proximais do ponto de vista topológico, mas também por meio de fluxos materiais e imateriais que possibilitam essa interação, ou seja, possibilitada pelo advento da globalização, pela conformação do meio técnico-científico-informacional, que permitiu a separação entre o lugar do mandar e o lugar do fazer (SANTOS, 2012).

As empresas que possuem sede nos outros estados do Brasil voltam-se em geral para o setor de construção, adensado na capital do estado Campo Grande, onde o mercado para essas indústrias é maior.

Ademais, elementos socioculturais e a incipiência de movimentos sociais, próprios da formação sócio-espacial do estado, contribuem com as mudanças das necessidades locais, para a inserção de lógicas que obedecem aos imperativos globais, alterando a configuração territorial, mas garantindo a reprodução ampliada do capital, às corporações aqui instaladas.

Nesse sentido, Santos (2008, p. 143) alude, “a ciência e tecnologia são utilizadas para unir os lugares verticalmente, mas podem também um dia uni-los

horizontalmente (possibilidade), reconstruindo aquela base de vida comum suscetível de criar normas locais, regionais”. Dessa forma, devemos nos atentar para o caminho que estamos traçando e qual nossa perspectiva de futuro enquanto sociedade, haja vista, que os fatos movidos pela mais-valia em nível mundial, se desdobrarão nos próximos capítulos a serem vivenciados pelas mais diversas sociedades (SANTOS, 2008).

Sendo a forma mais antiga de apropriação da mais-valia, a exploração do trabalho, vejamos no próximo capítulo como se comportam os setores industriais de Mato Grosso do Sul no que tange a geração de emprego.

3 O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Por um lado, o capital requer trabalhadores instruídos e flexíveis, mas, por outro, recusa a ideia de os trabalhadores deverem pensar por si mesmos. Embora pareça importante, a educação dos trabalhadores não pode ser de um tipo que permita o pensamento livre. O capital requer certos tipos de aptidões, mas tem horror a toda aptidão monopolizável pelo trabalhador. (HARVEY, 2012, p. 143)

3.1 A geração de emprego nos setores industriais em análise

Este capítulo tem como objetivo discutir um dos fatores comentados no processo de reestruturação industrial quando há referência aos incentivos à implantação das indústrias: a “geração de empregos”, utilizada como justificativa para o apoio do poder público.

Mato Grosso do Sul apresentou crescimento industrial num período de 14 anos, impulsionado tanto pela Lei Complementar nº 93/2001 – MS EMPREENDEDOR, que estabelece os incentivos fiscais praticados no estado, quanto por políticas industriais federais lançadas em meados dos anos 2000. Além disso, os avanços em tecnologia, sobretudo de informação, permitiram separar a gestão e a produção industrial, possibilitando o processo de desconcentração industrial no Brasil, juntamente com o advento da globalização.

Chama a atenção, especialmente nas políticas de incentivos fiscais de Mato Grosso do Sul, a ênfase ao fator “geração de empregos” quando se trata de apresentar à sociedade novos empreendimentos industriais a serem instalados no estado, como vemos, comumente, em mídias eletrônicas, jornais impressos e telejornais.

A geração de empregos é, certamente, um fator benéfico à sociedade local, porque dinamiza a economia dos municípios, garante poder de consumo ao trabalhador e é elemento importante na dimensão espacial do processo de

reestruturação da indústria. A preocupação com a geração de empregos é exposta, inclusive, no conteúdo da Lei nº 93/2001 – como, por exemplo, o inciso V, que obriga a empresa realizar “A ampliação ou, no mínimo, a manutenção dos postos de trabalho”¹⁸.

Contudo, será que o fomento à industrialização no estado gerou, efetivamente, mais postos de trabalho? O crescimento industrial tem refletido na melhoria das condições trabalhistas em Mato Grosso do Sul? Vejamos como se comportam os setores industriais analisados no estado, no que tange às relações de trabalho.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged, 2016) nos mostram um panorama quantitativo das admissões e demissões em cada setor industrial, conforme podemos observar nas tabelas 5 e 6, nos anos de 2007¹⁹ e 2014.

Em 2007, dos 20 setores analisados, apenas o setor de alimentos fechou o ano com saldo negativo, ou seja, tendo mais demissões do que admissões, sendo 2.577 trabalhadores devido a 16.157 admissões e 18.734 demissões no setor.

Entre os setores que se destacam por possuir elevado saldo em 2007, estão: o setor de construção, com um saldo positivo de 2.624 trabalhadores, sendo 16.383 admissões e 13.759 demissões; o setor de biocombustível, que teve um saldo positivo de 1.636 funcionários, devido a 5.580 admissões e 3.944 demissões; o setor de metalurgia com 2.466 trabalhadores admitidos e 1.695 demitidos, que obteve um saldo positivo de 771 trabalhadores; e também o setor de vestuário que apresentou um saldo positivo de 551 funcionários, devido as 2.588 admissões e 2.037 demissões realizadas (Caged, 2016). Os dados estão descritos na Tabela 5.

¹⁸ Para saber mais a respeito do conteúdo da Lei nº 93/2001, ver o link: <http://www.legiscenter.com.br/minha_conta/bj_plus/direito_tributario/atos_legais_estaduais/mato_grosso_do_sul/leis_complementares/2001/lei_complementar_93_de_06-11-01.htm>. Acesso em: 19 fev. 2016.

¹⁹ Optamos por analisar os dados do Caged tomando como primeira referência o ano de 2007 para obtermos uma análise mais concisa, uma vez que, na análise realizada no capítulo anterior, alguns setores não possuíam dados consistentes no período de 2000 a 2006, devido à mudança de metodologia da CNAE 2.0. Somou-se a isso o fato de que o banco de dados do Caged utiliza a metodologia da CNAE na filtragem dos dados de emprego.

Todos os setores que obtiveram destaque em 2007 são priorizados pela lei de incentivos fiscais. De toda forma, entre os demais setores que também apresentaram saldo positivo no estado, porém em menores proporções, estão o setor de bebidas e impressão, que não se utilizam de incentivos fiscais estaduais.

Em 2014, oito setores obtiveram saldo positivo, foram eles: o setor de construção, que apresentou um saldo de 5.826 - 33.699 admissões e 27.873 demissões - o setor de alimentos com 19.403 admissões e 17.876 demissões, ficando com um saldo de 1.527 trabalhadores; o setor de celulose e papel que apresentou 1.305 admissões e 1.078 demissões, terminando com um saldo positivo de 227 trabalhadores; o setor de produção florestal que teve 7.024 admissões e 6.836 funcionários demitidos, fechando o ano com um saldo de 188 trabalhadores; o setor têxtil que obteve um saldo de 88 trabalhadores devido a 2.374 admissões e 2.286 demissões; o setor metalúrgico, com 2.996 funcionários admitidos e 2.924 demitidos, fechando com um saldo de 72 trabalhadores; além dos setores de móveis e químicos, que apresentaram um saldo positivo de 38 trabalhadores, com aproximadamente 400 admissões e demissões (Caged, 2016).

Vale ressaltar que os demais setores analisados: minerais metálicos, minerais não metálicos, bebidas, vestuário, couros, produtos de madeira, impressão, biocombustível, fármacos, borracha e materiais plásticos, máquinas e equipamentos elétricos e veículos e reboques, que apresentaram saldo positivo no ano de 2007, em 2014 tiveram saldo negativo (Caged, 2016).

Entretanto, com exceção do setor de alimentos, que teve um aumento de admissões e um decréscimo de demissões, e o setor de minerais metálicos que apresentou um aumento somente de demissões, todos os demais setores analisados aumentaram quase que o dobro do número de admissões em 2014, sendo que o setor de máquinas e equipamentos elétricos que apresentou 857 admissões obteve um número de 3.063 trabalhadores admitidos em 2014.

Ademais, os setores que apresentaram saldo positivo de trabalhadores em 2014 seguem a tendência das atividades industriais voltadas aos setores vinculados ao agronegócio a exemplo dos setores de produção florestal e de celulose e papel, com maior expressividade – além dos setores de químicos e veículos e reboques, os quais fornecem, materiais como fertilizantes, utilizados na fabricação de matéria-prima, e suporte de consertos em geral, para evitar possíveis entraves no transporte dessa matéria-prima até às fábricas. Vejamos na Tabela 6.

Conclusão

Mesorregião - Mato Grosso do Sul	Municípios	Impressão			Biocombustíveis			Químicos			Fármacos			Borracha e Materiais Plásticos			Metalurgia			Máquinas e Equip. Elétricos			Veículos e Reboques			Móveis			Construção				
		Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total					
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Total	95	-127	-32	2328	-2712	-384	151	-157	-6	11	-8	3	183	-207	-24	484	-564	-80	423	-540	-117	37	-35	2	161	-172	-11	4657	-4343	-314		
	Dourados	53	-80	-27	525	-737	-212	102	-119	-17	0	0	0	162	-182	-20	249	-345	-96	245	-312	-67	23	-15	8	106	-114	-8	2644	2350	294		
	Angelica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	13	-18	-5			
	Itaquiraí	0	0	0	0	0	0	19	-19	0	0	0	0	0	0	0	19	-15	4	6	-5	1	0	0	0	0	0	58	-49	9			
	Ponta Pora	4	-5	-1	219	-257	-38	0	0	0	0	0	0	3	-10	-7	14	-11	3	18	-16	2	4	-5	-1	2	-4	205	192	13			
	Rio Brilhante	1	0	1	168	-456	-288	6	-3	3	0	0	0	0	0	0	65	-64	1	33	-41	-8	0	0	0	25	-12	13	245	-213	32		
	Fátima do Sul	0	0	0	370	-149	221	0	0	0	0	0	0	221	0	0	3	-7	-4	21	-11	10	0	0	0	0	0	34	-54	-20			
	Bonito	13	-5	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	-1	2	0	0	0	0	0	0	0	-2	-2	1	-7	-6		
	Nova Alvorada do Sul	7	-9	-2	893	-886	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	-6	-1	1	-1	0	0	0	0	0	0	82	-87	-5			
	Jardim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	-4	-2	8	-7	1	0	-1	-1	0	-3	23	-24	-1			
	Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	-1	2	0	0	0	0	0	5	-1	4			
	Caarapo	4	-5	-1	0	0	0	2	-2	0	0	0	0	0	0	0	5	-9	-4	0	-25	-25	1	0	1	6	-7	-1	62	-67	-5		
	Coronel Sapucaia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-1	0	0	0	0	0	0	2	-3	-1	5	-6	-1			
	Mundo Novo	0	-1	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	-14	-7	8	-12	-4	2	-6	-4	4	-2	2	59	-6	53		
	Novo Horizonte do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
	Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	2	-1	1	0	0	0	0	-1	-1	42	-9	33		
	Antônio João	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
	Aral Moreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Jatei	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Tacuru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	-2	3	0	3	
	Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	-3	4	0	0	0	0	0	0	-3	-3	0	0	0	0	0	
	Amambai	1	0	1	0	0	0	6	-3	3	0	0	0	8	-9	-1	17	-11	6	3	-3	0	0	0	0	4	-11	-7	96	-121	-25		
	Gloria de Dourados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	-8	4	0	4	
	Laguna Carapa	0	0	0	2328	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	
	Douradina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	-2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
	Vicentina	2	-2	0	63	-68	-5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	6	-11	-5	0	0	
	Paranhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	2	
	Japora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	2	
	Deodopolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	-6	-4	1	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	-9	-9	0	0
	Bodoquena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	-19	2	0	0	0	0	0	77	-69	8	0	0	
	Caracol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Guia Lopes da Laguna	1	-6	-5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	-6	-6	0	0
	Maracaju	8	-7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	-6	-1	29	-27	2	10	-6	4	6	-7	-1	4	-1	3	236	-278	-42	0	0
	Inhema	0	0	0	0	0	0	9	-9	0	0	0	0	0	0	0	6	-2	4	2	-5	-3	0	-1	-1	2	-3	-1	58	-36	22	0	0
	Juti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	171	-286	-115	0	0	
	Nioaque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	
	Navirai	1	-1	0	81	-139	-58	5	-1	4	0	0	0	0	0	0	36	-29	7	38	-71	-33	0	0	0	5	-6	-1	361	-290	71	0	0
	Igatuemi	0	-5	-5	9	-20	-11	2	-1	1	11	-8	3	0	0	0	1	-5	-4	0	-1	-1	0	0	0	0	0	0	36	-42	-6	0	0
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Total	280	-248	32	199																												

Além disso, os setores têxtil, metalúrgico e de móveis, que também tiveram saldo positivo em 2014, são setores que possuem mais mobilidade e também receptores de incentivos fiscais.

Como vimos no capítulo anterior, as indústrias instalam-se em diversos municípios e consideram as potencialidades do lugar para se estabelecer. Dessa forma, nem todos os municípios apresentam indústrias de todos os setores industriais no estado; essa é uma das razões pelas quais alguns municípios aparecem com os números zerados nas tabelas 5 e 6.

Contudo, os dados do Caged (2016) demonstram que, juntamente com o crescimento do parque industrial de Mato Grosso do Sul, aumentou o número de empregos – porém, também subiu, consideravelmente, o número de demissões e de setores industriais fechando o ano de 2014 com saldo negativo de trabalhadores. No mais, a quantidade de empregos gerados acompanhará o crescimento ou a estagnação dos setores expostos no capítulo anterior; um exemplo é o setor de fármacos, que foi o único a decrescer em quantidade de plantas industriais no estado de 2000 a 2014: houve diminuição de seu saldo – de 68 positivos para seis trabalhadores demitidos em 2014 –, mas também houve decréscimo de admissões no mesmo período, de 139 para 32 novos funcionários.

Além disso, chama atenção a alta rotatividade de trabalhadores percebida em, praticamente, todos os setores analisados: o número de admissões pode ter aumentado, mas as demissões no período de um ano apresentam índices iguais ou superiores aos de contratações.

Em busca de compreender como esse processo reflete na vida dos trabalhadores, com o objetivo de identificar a dimensão espacial do processo de reestruturação industrial de Mato Grosso do Sul, elegemos três setores, entre os 20 analisados, para fazer uma análise qualitativa dos desdobramentos do crescimento industrial na vida de quem é parte do processo; foram eleitos os setores de alimentos, da construção e de biocombustíveis²⁰.

²⁰ Os setores de produção florestal e o de papel e celulose também se destacaram no processo de reestruturação industrial em Mato Grosso do Sul. Entretanto, devido às razões expostas no texto, e por já existirem pesquisas realizadas com esses setores a respeito das relações de trabalho (ARANHA-SILVA, 2001; PERPETUA, 2012), optamos por investigar os três setores supracitados.

O setor de alimentos esteve presente em 75 municípios sul-mato-grossenses em 2014 e apresentou crescimento de 53,2% em 14 anos. Além de abranger muitos segmentos, destaca-se no estado com o setor frigorífico, especializado, principalmente, na porção centro-sul, onde se criou uma estrutura contemplando setores auxiliares para a produção e exportação de carne. Em relação ao trabalho, o setor de alimentos apresentou diminuição no número de trabalhadores demitidos, sendo em 2007 o único setor com saldo negativo, passando a apresentar saldo positivo em 2014.

A construção atingiu um crescimento de, aproximadamente, 30% de 2007 a 2014. O setor também é bastante abrangente, presente em 66 municípios de Mato Grosso do Sul. Os números de empregos do setor de construção sinalizam para um aumento da quantidade de admissões e demissões de trabalhadores, mas também aumenta o saldo anual positivo de setor. Sendo que o mesmo é o setor industrial que possui maior saldo positivo do estado.

O setor de biocombustíveis foi escolhido, entre outros fatores, por ser estratégico na geopolítica brasileira e na economia sul-mato-grossense. Concentra-se, sobretudo, na porção Sul do estado, próximo a municípios produtores de cana-de-açúcar. O setor de biocombustível apresentou um decréscimo em número de admissões, e um aumento de demissões em 2014, chegando a um saldo negativo de 819 trabalhadores.

Os escolhidos fazem parte dos beneficiados pela Lei Complementar nº 93/2001, pois são capazes de dinamizar a economia do estado. Ademais, os setores de alimentos e biocombustíveis estão presentes na pauta de exportação de Mato Grosso do Sul.

Esses setores vão se destacar no processo de reestruturação industrial quanto ao crescimento de plantas industriais e à captação de incentivos fiscais, estruturando regiões especializadas em certos tipos de produção, gerando empregos e atraindo grupos de alcance internacional para Mato Grosso do Sul. Traçaremos, portanto, uma análise das relações de trabalho em cada setor.

3.2 O trabalhador do setor alimentício

Em 2007, o setor alimentício contava com 618 unidades industriais no estado; já em 2014, passou a ter 1.295 plantas industriais, alcançando um crescimento de, aproximadamente, 47% em sete anos.

O setor também apresentou elevação na quantidade de admissões e demissões no período em análise. Em 2007, a mesorregião Sudoeste foi a que mais contratou – 7.395 admissões –, mas também foi a que mais demitiu no estado – 10.849 trabalhadores; o saldo negativo foi de 3.454 trabalhadores.

Dourados e Rio Brilhante foram os municípios que mais se destacaram em relação à dinâmica dos postos de trabalho. Dourados admitiu 2.196 novos funcionários em 2007, liderando as contratações; com a demissão de 1.722, houve saldo positivo de 474 trabalhadores. Rio Brilhante, por outro lado, destacou-se pela demissão de 4.130 trabalhadores em 2007; apenas 1.241 foram admitidos – o município terminou o ano com saldo negativo de 2.889 trabalhadores. Rio Brilhante foi o município que mais demitiu em todo o estado, o que se deve, certamente, ao fechamento de indústrias do setor no município.

As mesorregiões Leste e Centro-Norte apresentaram saldo positivo de trabalhadores em 2007; respectivamente, 500 e 316. Na mesorregião Leste, Bataguassu, Três Lagoas e Nova Andradina obtiveram os maiores índices de admissão durante o ano. Na mesorregião Centro-Norte, a capital Campo Grande liderou as contratações e demissões – respectivamente, 1.716 e 1.661, com saldo positivo de 55 postos de trabalho. Sidrolândia também se destacou com saldo positivo de 79 trabalhadores, resultado das 1.128 admissões e 1.049 demissões em 2007.

A mesorregião Dos Pantanaís teve o menor número de admissões e demissões em todo estado – 556 trabalhadores admitidos e 495 demitidos, fechando 2007 com saldo positivo de 61 trabalhadores. Os dois municípios que se destacaram foram Anastácio e Porto Murtinho, com respectivamente 279 e 266 admissões, 296 e 180 demissões, ficando Anastácio com um saldo negativo de 17 trabalhadores e Porto Murtinho com saldo positivo de 86 trabalhadores.

Em 2014, a mesorregião Sudoeste continuou com a maior representatividade em número de admissões e demissões no estado – saldo negativo de 1.516 funcionários, 10.044 admissões e 8.528 demissões. A mesorregião abrange 38 municípios, dos quais se destacaram: Dourados, com 2.773 admissões, 2.686 demissões e saldo positivo de 87 empregados; Angélica que obteve um saldo positivo de 771 trabalhadores, sendo 1.761 admissões e 990 demissões; Rio Brilhante com 1.172 trabalhadores admitidos e 579 demitidos, fechando o ano com um saldo positivo de 593 trabalhadores; e também Itaquiraí cujo saldo positivo foi de 255 trabalhadores, tendo 875 admissões e 620 demissões. Contudo, os municípios de Caarapó e Maracaju, também se destacaram apresentando acima de 740 admissões no ano de 2014.

Logo em seguida, a mesorregião Centro-Norte registrou 5.435 admissões, 5.127 demissões e um saldo positivo de 308 funcionários. Na mesorregião, Campo Grande, novamente, é destaque – porém, tanto para as admissões (2.896) quanto para as demissões (3.009), que resultaram num saldo negativo de 113 trabalhadores. Além disso, os municípios de São Gabriel do Oeste e Sidrolândia registraram, respectivamente, 720 e 900 admissões, 672 e 918 demissões, fechando o ano de 2014 com saldo positivo de 48 funcionários e saldo negativo de 18 trabalhadores.

A mesorregião Leste obteve saldo negativo de 267 trabalhadores em 2014, devido às 3.459 admissões e 3.726 demissões. Houve, também, mudanças nos municípios que se destacaram em geração de postos de trabalho. Aparecida do Taboado foi o município que mais contratou: 756 funcionários admitidos e 684 demitidos, terminando o ano com saldo positivo de 72 trabalhadores. Nova Andradina também foi destaque, com saldo negativo de 79 funcionários, apesar das 573 admissões e 652 demissões em 2014. Além disso, Três Lagoas ficou com um saldo negativo de 102 trabalhadores, devido a 666 admissões e 768 demissões, sendo o município que mais demitiu na mesorregião. Os municípios de Nova Andradina e Três Lagoas permaneceram em evidência desde 2007 na mesorregião, entretanto, Aparecida do Taboado, que não havia se destacado em 2007, emerge com o maior número de admissões e o único com saldo positivo da mesorregião Leste sul-mato-grossense.

Pudemos observar, com exceção da mesorregião Sudoeste, que apresentou crescimento de admissões e decréscimo de demissões, que as demais mesorregiões de Mato Grosso do Sul, inclusive a mesorregião dos Pantanais - com saldo positivo de 16 trabalhadores em 2014 - apresentaram crescimento nos números de admissões e demissões num período de sete anos. Entretanto, houve uma alteração entre os municípios que se destacaram em 2007 e em 2014: novos municípios alavancaram a geração de empregos – Sidrolândia, Angélica, São Gabriel do Oeste, Itaquiraí, Caarapó, Nova Andradina, Três Lagoas e Aparecida do Taboado –, enquanto Dourados e Campo Grande mantiveram-se na liderança em relação às admissões no período.

Além disso, entre os dez municípios citados acima, nove apresentaram crescimento no setor de carnes, que vem ganhando destaque na economia do estado – Dourados, Caarapó, Campo Grande, Sidrolândia, São Gabriel do Oeste, Aparecida do Taboado, Nova Andradina, Itaquiraí e Três Lagoas. Isso confirma que a reestruturação industrial oportunizou a dinamização da economia de novos municípios, inclusive com maior geração de empregos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que percebemos um aumento de admissões, aumentam, igualmente, as demissões em escala municipal, o que sinaliza para a formação de trabalhadores rotativos na indústria sul-mato-grossense²¹. A fim de compreender de que maneira esses números refletem na realidade dos trabalhadores da indústria alimentícia, entrevistamos o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Campo Grande e Região (STIA/CG), Rinaldo de Souza Salomão, em Campo Grande, no ano de 2015²².

Para Salomão, houve um aumento nos postos de trabalho do setor alimentício devido ao aumento de investimentos no setor industrial e à chegada de novas indústrias ao estado. Entretanto, cresceu, também, a exigência por trabalhadores qualificados, aptos a operar máquinas mais sofisticadas. Conforme sua avaliação, atualmente, não falta mão de obra qualificada em

²¹ O movimento de admissões e demissões exemplifica a dinâmica da rotatividade e abre uma pauta de pesquisas que apresentem, como objetivo específico, a questão da rotatividade e o que isso pode representar, ou, ainda, quais fatores impelem esse dinamismo.

²² Entrevista realizada em 19 de novembro de 2015, na sede do STIA/CG.

Mato Grosso do Sul: ocorre que a própria empresa busca qualificar seu funcionário, não aceitando, muitas vezes, trabalhadores qualificados por outros órgãos. Segundo ele, essa prática visa à contratação de trabalhadores com o “perfil” da empresa, ou seja, que possuam os atributos que a empresa necessita.

O presidente do STIA/CG acredita que, no estado não há, propriamente, desemprego, mas, sim, um emprego sazonal – devido, também, ao predomínio de atividades agroindustriais, caracterizando um trabalho rotativo. Em suas palavras,

o desemprego é assim que... nós temo aquela, no estado da gente, na realidade, porque tá, é... tranquilo... sai pessoas que é mandada embora, mas recente são contratos... muitas vezes eles tem, no nosso setor vários nomes que se fala, FACÃO... então, é safra, entressafra, essas coi/fases, intempéries... entendeu? (SALOMÃO, 2015).

Questionado sobre o trabalho rotativo na indústria alimentícia sul-mato-grossense, o líder sindical confirma:

é muito rotativo aqui... não, mais desemprego, falar que tem, não... depende do exemplo/do problema de... de... nós mexe com exportação muito de carne, no setor de frigorífico, um problema de venda, de mercado, mas eles tão abrindo a porteira pra poder vender pra Rússia, pra China, pro Estados Unidos, mais, quer dizer a tendência é melhorar... o estado é produtor de agropecuário né... então, isso tem ocorrido quando eles pegam um contrato com a Rússia ou com os Estados Unidos... e quando/até eles renovar e fazer a assinatura desses novos contratos, isso é demorativo, aí que dá/a gente fica preocupado... que eles pode querer diminuir a mão de obra né? (SALOMÃO, 2015).

Para Salomão, o desemprego não estaria crescendo porque, mesmo que a indústria demita trabalhadores num determinado mês, em curto período de tempo as contratações são reabertas, havendo nova admissão de funcionários. Entretanto, acreditamos que essa prática funciona, sobretudo, para manter os salários baixos, uma vez que, quanto mais aumenta o período de permanência do trabalhador no emprego, mais caro o funcionário torna-se para a empresa – porque durante os anos, acumulam-se os direitos trabalhistas a serem pagos ao trabalhador quando da rescisão contratual, a

exemplo de férias, décimo terceiro, multa rescisória, FGTS, aviso prévio, entre outros.

Outros fatores expostos pelo presidente do sindicato são as fusões, associações e a formação de grupos empresariais, que acabam contribuindo com o desemprego no estado.

[...] muitas vezes a unidade é fechada não é porque ela faliu... porque o interesse é de um grupo que quer ficar fechada aquela unidade... que a gente chama/eles fazem muito... é, como fala... eles unificam as empresas, vira uma única, uma associação. Então, eles aprenderam a trabalhar em associação, como diz, não sei se você sabe... o grupo Independência é uma associação, o grupo Margem é uma associação, o grupo JBS é uma associação, então, eles trabalharam assim e muitas vezes nessa associação eles se unem... uma planta daquela, ela é, é mais viável eles estar fechado ela do que tá aberta, então, essa é a briga do sindicato, tem que denunciar isso aí, a gente faz essas denúncias... porque que aquela empresa tá fechando três, quatro unidade? [...] é uma associação, a maior parte das empresa grande é uma associação. (SALOMÃO, 2015).

Reafirmando as declarações de Salomão, a formação do monopólio no setor alimentício, sobretudo no setor de carnes, tornou-se justificativa frequentemente apontada para o fechamento de unidades frigoríficas no estado, o que afeta, diretamente, o número de demissões, como podemos ler em trechos de notícias publicadas em mídias eletrônicas:

Mais um frigorífico de Mato Grosso do Sul entrou para as estatísticas de fechamento de empresas em 2015. O Minerva Foods, localizado em Batayporã - distante 311 quilômetros da Capital, anunciou, hoje, o encerramento das atividades no município e a demissão de 780 funcionários. Com isso, o número de frigoríficos fechados no Estado sobe para 15 unidades e a quantia de trabalhadores desempregados passa dos 2 mil. A crise que afeta o setor é ocasionada, principalmente, pela falta de animais para abate, aliado a isso, tem o monopólio do grupo JBS não só aqui, como nos estados vizinhos. (Frigorífico encerra atividades, demite 780 e é o 15º a fechar no Estado. Fragmento de notícia. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/economia/frigorifico-encerra-atividades-demite-780-e-e-o-15o-a-fechar-no-estado>>. Acesso em: 31 jan. 2016).

Apesar de a notícia referir-se a fatos do ano de 2015, podemos observar, no texto, que 15 unidades industriais frigoríficas já haviam sido fechadas no estado em anos anteriores; isso demonstra que esse processo já acontece há algum tempo. Ademais, tornou-se pauta de discussão entre órgãos do setor, como podemos observar no fragmento abaixo:

A Assocarnes (Associação de Matadouros, Frigoríficos e Distribuidores de Carne de Mato Grosso do Sul) quer discutir de forma clara, a crise que afeta os frigoríficos do Estado. Mais que isso, quer saber quais as consequências do monopólio do setor, já que atualmente a empresa JBS tem a grande maioria dos abatedouros da região. A falta de bois para abate que já fechou 14 unidades e deixou 1,5 mil desempregados em Mato Grosso do Sul. (Associação de frigoríficos quer debater crise e monopólio do JBS em MS. Fragmento de notícia. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/economia/associacao-de-frigorificos-quer-debater-crise-e-monopolio-do-jbs-em-ms>). Acesso em: 31 jan. 2016).

O fechamento de frigoríficos é prejudicial à economia do estado. No entanto, suas consequências são sentidas mais fortemente em escala municipal, principalmente nos pequenos municípios, uma vez que, neles, a indústria era responsável por boa parte dos empregos gerados.

A própria reestruturação industrial age como causa e efeito no fechamento de indústrias frigoríficas em Mato Grosso do Sul. Salomão cita o exemplo do frigorífico Mataboi, em Três Lagoas, fechado no ano de 2011 – atualmente, a unidade pertence à *holding* JBJ Investimentos (ISTO É DINHEIRO, 2016). Ele comenta que a formação de grupos empresariais, somada ao radicalismo dos sindicatos, pode conduzir ao fechamento de frigoríficos em locais nos quais houve mudanças das atividades econômicas, como ocorreu em Três Lagoas.

[...] o trabalhador é protegido por sindicato sério, sindicato que não estuda muito essa questão aí ele sofre porque fecha unidade, de repente o patrão até que o trabalhador faça uma greve radical... radicaliza porque ele quer fechar aquela unidade, então muitas vezes o trabalhador ele entra numa fria como aconteceu lá em Três Lagoas. Nós fizemos radicalismo lá mais os empresários já tinha interesse de fechar lá, porque lá não é mais terra do boi né, não é mais o perfil do boi, já foi no passado... hoje é perfil de celulose... os cara que vende as fazenda, fica em casa lá, plantando celulose, plantando eucalipto, plantando outras coisa menos boi... não é isso? (SALOMÃO, 2015).

A fala de Salomão demonstra, claramente, as alterações recentes ocorridas em Três Lagoas. As atividades antes voltadas à pecuária, atualmente, estão se especializando no setor de celulose e papel; há uma estrutura criada para o fortalecimento da produção de celulose no município. De toda forma, a entrada de grandes corporações do setor de celulose e papel

inibe a atuação de indústrias de outros segmentos, principalmente as do setor de carnes, na medida em que há um aumento de florestas de eucalipto plantadas em áreas anteriormente destinadas às atividades pecuárias.

Questionado sobre melhorias salariais e de qualidade de vida para o trabalhador sul-mato-grossense no setor de alimentos, Salomão enfatizou o papel do sindicato nas negociações que trouxeram benefícios para a classe. Entretanto, conforme o líder sindical, as melhorias vieram para os sindicatos que lutaram, porque é comum, no estado, haver sindicatos de trabalhadores fracos e despreparados para negociar com as empresas. Segundo Salomão, o sindicato não deve lutar somente por piso e salário: deve ater-se a todos os assuntos, visando beneficiar o trabalhador – como o convênio médico, por exemplo, que é, hoje, um direito do trabalhador, resultado da luta sindical. Em todo caso, ele chama a atenção para a possibilidade de o próprio trabalhador lutar por direitos quando o sindicato não realiza os acordos coletivos, e cita como exemplo de sindicalização jovem e organizada os trabalhadores do setor alimentício de Dourados.

No que tange às exigências ao trabalhador, ressalta-se, no setor alimentício, a higiene, uma vez que as indústrias exportadoras de alimentos, com destaque para o setor de carnes, seguem normas internacionais de saúde as quais devem ser cumpridas para manter a qualidade do produto elevada. De acordo com Salomão, a principal exigência para a empresa do setor de alimentos é um trabalhador que siga as normas de saúde; quanto ao que for necessário para operacionalizar o maquinário, a empresa oferece cursos de qualificação – caso contrário, o trabalhador tem oportunidade de realizar cursos de qualificação profissional oferecidos pelo governo, gratuitamente. Ademais, para o presidente do STIA-CG, atualmente, os trabalhadores são capacitados para exercer mais de uma função dentro da empresa, que busca profissionais multifuncionais, aproveitando ao máximo o trabalhador.

Quanto aos acidentes de trabalho, Salomão ressalta que, ainda hoje, muitas empresas utilizam maquinário antigo em sua produção. As que já se modernizaram e se adequaram estão seguindo as Normas Regulamentadoras (NRs), conforme as leis – o que, em sua visão, também é uma conquista dos sindicatos. Como exemplos, são citadas a NR4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; a NR36 – Segurança e

Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados; e a NR12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

Entretanto, mesmo com todas as NRs em vigência, ainda existem, principalmente no setor de carnes, muitos acidentes de trabalho. Conforme o sindicalista, os engenheiros projetam as máquinas pensando na produtividade, e não na segurança do trabalhador, e ressalta: “[...] por mais que coloca 100% da NR12 vai ter acidente de trabalho... porque depende do ser humano, um erro, dependendo, é máquina... [...]”. Segundo ele, o trabalhador deve sempre estar atento aos sensores das máquinas, a fim de identificar falhas e prevenir acidentes: “[...] a indústria é MÁQUINA, é equipamento... o que que tem que ter é sindicalista preparado, pessoal do ministério de trabalho mais atuante [...]” (SALOMÃO, 2015).

Contudo, o sindicalista relata que a NR36 ainda é falha por não considerar o fator “velocidade” em seu teor. Para ele, o ser humano, muitas vezes, é incapaz de acompanhar a velocidade das máquinas, sobretudo quando a mesma é elevada para aumentar a produtividade da indústria num curto período de tempo. Isso deve ser revisto, para garantir a segurança do trabalhador da indústria frigorífica.

Entre as principais demandas trabalhistas, como é de conhecimento comum, o salário continua sendo a maior reivindicação do trabalhador ao sindicato, de acordo com Salomão. Porém, isso se deve ao descontrole da inflação no país; mesmo que o sindicato consiga um ganho real para o trabalhador, não é possível acompanhar a inflação, e o ganho fica sempre abaixo dela, pois, ao mesmo tempo em que se aumenta o salário, os impostos sobem, o que dificulta a ação do sindicato, assevera Salomão (2015).

A respeito da jornada de trabalho, de 44 horas semanais (oito horas diárias mais duas horas extras permitidas), o sindicalista afirma que há uma briga constante – inclusive com o próprio trabalhador, que se acostumou a fazer hora extra e acredita que isso é um benefício, pois influencia, diretamente, em seu ganho real. Quando o sindicato luta pela implementação de turnos de seis em seis horas na indústria, o que, muitas vezes, impossibilita a jornada com hora extra do trabalhador, surgem discordâncias:

Eles qué trabalha às 10 horas porque embuti produção, que eles ganha gratificação por produção, ó pro cê vê a diferen/é um/é difícil mexer com ser/com eles lá... assim, eles ganha por produção, por abate de boi, uma porcentagem por abate de boi... quanto mais ele abate mais ele ganha, então muitas vezes os acidente acontece por isso, porque o cara qué ganha... se vê um exemplo ali... eles ganha R\$800,00 de produção ali mensal, se tira R\$ 800,00... R\$ 800,00 é um salário mínimo fora as outras produções que eles ganham, então... você pode bater em cima dessa produção, se tem uma briga com associado lá porque eles num qué, entendeu. (SALOMÃO, 2015).

Para ele, a hora extra pode, inclusive, estar relacionada às causas dos acidentes de trabalho porque, além de o trabalhador estar mais cansado nesse período, devido ao ganho por produção, os próprios trabalhadores aumentam a velocidade da máquina para ampliar a produtividade – fato apontado como lacuna da NR36 por Salomão. O sindicalista acredita que se houvesse, na máquina, um aparelho capaz de monitorar e imprimir relatórios com a velocidade de operação, cada vez que a velocidade fosse alterada, a empresa seria multada, o que inibiria essa prática e, conseqüentemente, os acidentes de trabalho.

Quanto à localização do setor de carnes na porção Centro-Sul do estado, o presidente do STIA-CG confirma o que foi discutido no capítulo anterior: criou-se, na região, uma estrutura baseada na proximidade com o gado, no cultivo de grãos para alimentação animal e na facilidade de escoamento da produção por meio das rodovias que ligam Mato Grosso do Sul a seus estados limítrofes.

Dessa forma, chegamos a uma conclusão parcial de que a indústria do setor alimentício no Mato Grosso do Sul é moderna e exportadora, principalmente a frigorífica; porém, é uma indústria caracterizada por um trabalhador multifuncional e rotativo. Essas empresas exercem seu poder de mando nos lugares em que se instalam, como podemos observar nas ações de fechamento de indústrias frigoríficas no estado – o que gerou alto índice de demissões devido ao monopólio que se configurou no setor de carnes. Soma-se a isso uma ação sindical enfraquecida, resultado do momento histórico vivenciado pelo país – mas, conforme Harvey (1996), essa característica é fruto, sobretudo, de um regime de acumulação flexível.

3.3 O trabalhador do setor de construção

O setor de construção registrou crescimento de 29,7% no número de unidades industriais de 2007 a 2014 – saltou de 362 para 1.218 indústrias. Contudo, as admissões e demissões também se elevaram durante o período analisado, comprovando sua rotatividade.

Em 2007, a construção contratou 16.383 novos trabalhadores e demitiu outros 13.759, o que gerou saldo positivo de 2.624 trabalhadores; sete anos depois, o setor admitiu 33.699 funcionários e demitiu 27.873, fechando 2014 com saldo positivo de 5.826 trabalhadores.

O setor, em geral, destacou-se na mesorregião Centro-Norte, com ênfase para Campo Grande, que registrou os índices mais altos de admissões e demissões em Mato Grosso do Sul, nos dois anos analisados. Em 2007, a capital admitiu 10.347 trabalhadores, demitiu 10.852 e fechou o ano com saldo negativo de 69 funcionários, enquanto que, em 2014, apresentou saldo negativo de 2.068 trabalhadores, 20.069 admissões e 22.403 demissões. Isso representa 94,8% dos trabalhadores admitidos e 96,4% dos demitidos em toda a mesorregião Centro-Norte.

Esse panorama reflete a espacialização da indústria da construção no estado: apesar de se localizar em diversos municípios, adensa-se na capital, onde estão 532 instaladas unidades industriais desse setor, com amplo mercado consumidor.

Em segundo lugar, está a mesorregião Leste – que, assim como a mesorregião Centro-norte, apresentou destaque em um único município, Três Lagoas. Em 2007, registrou 3.647 admissões, 777 demissões e saldo positivo de 2.404 trabalhadores. Três Lagoas – 3.068 admitidos, 664 demitidos e saldo positivo de 2.404 trabalhadores – respondeu pelo maior saldo da mesorregião em análise no ano de 2007, representando 84,1% das admissões e 85,4% de suas demissões.

Em 2014, permanece o destaque a Três Lagoas, que seguiu como o município que possui maiores taxas de admissões e demissões: 5.154 e 12.644 funcionários, respectivamente, fechando o ano com um saldo negativo de 7.490. Entretanto, também aparece o município de Aparecida do Taboado

com 535 admissões, 552 trabalhadores demitidos, que fecha com saldo negativo de 18 trabalhadores. Paraíso das Águas emergiu com índices elevados devido à demanda gerada no setor de construção, com a criação do município, este apresentou 314 admissões e 379 demissões, obtendo um saldo negativo de 65 trabalhadores.

Na mesorregião Sudoeste, o município de Dourados lidera os índices de admissões e demissões; porém, é acompanhado por outros municípios, como, Naviraí, Rio Brilhante e Maracaju, que cresceram em menores proporções. Em 2007, Dourados contratou 1.802 e demitiu 709, registrando um saldo positivo de 93 trabalhadores; em 2014, esses índices se elevaram: 2.644 admissões e 2.350 demissões, fechando o ano com saldo positivo de 294 trabalhadores.

Naviraí e Nova Alvorada do Sul também se destacaram em 2007, mas em menores proporções, com 265 e 139 admissões e 175 e 172 demissões, e terminaram o ano com saldos positivo de 90 trabalhadores e negativo de 33 trabalhadores, respectivamente. Em 2014, as admissões e demissões em Naviraí subiram para 361 e 290 trabalhadores; o saldo positivo foi de 71 funcionários. Surgiram outros municípios em evidência, como Rio Brilhante e Maracaju. Rio Brilhante apresentou saldo positivo de 32 trabalhadores, com 245 admissões e 213 demissões; já Maracaju registrou saldo negativo de 42 trabalhadores, devido às 236 admissões e 278 demissões realizadas durante o ano (Caged, 2016).

Dessa forma, a mesorregião Sudoeste elevou as admissões de 1.651 para 4.657; suas demissões passaram de 1.405 para 4.343 em sete anos. Ademais, o saldo, que era positivo em 2007, passou a ser negativo com 314 trabalhadores em 2014 (Caged, 2016).

A mesorregião dos Pantanais também obteve crescimento em torno de 24% de admissões e demissões, e um crescimento de 18,5% no que tange ao saldo positivo da mesorregião, entretanto, é a porção do estado com menores índices de admissões e demissões do setor. O município de Corumbá se destacou em 2007 com 205 admissões e 194 demissões, encerrando com um saldo positivo de 27 trabalhadores.

Em 2014, além de Corumbá – com 237 admissões, 295 demissões e saldo de 58 trabalhadores –, o município de Miranda também se destacou:

admitiu 106 funcionários e demitiu 65, fechando 2014 com saldo positivo de 41 trabalhadores.

O setor de construção é composto por segmentos – construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados em construção –, o que permite analisar o trabalho de forma mais aprofundada.

O segmento de construção de edifícios em 2007 obteve maior destaque na mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul, com 5.455 admissões; porém, ao mesmo tempo, registrou 5.988 demissões – o que deixou um saldo negativo de 579 trabalhadores, com podemos observar na Tabela 7. Nesse segmento, Campo Grande teve maior índice de admissões e demissões, tanto em sua mesorregião quanto em todo o estado.

Na mesorregião Sudoeste, cujo saldo positivo foi de 196 trabalhadores devido às 954 admissões e 758 demissões, destacaram-se os municípios de Dourados e Naviraí, com respectivas 525 e 235 admissões e 441 e 169 demissões, ficando com saldos negativos de 84 e 66 trabalhadores.

Neste segmento, as mesorregiões Leste e dos Pantanaís registraram baixos índices quando comparadas às outras mesorregiões. Os municípios de Três Lagoas e Chapadão do Sul apresentaram admissões acima de 85 funcionários, enquanto que, em relação às demissões, Chapadão do Sul, Costa Rica e Três Lagoas registraram acima de 55 trabalhadores demitidos. No geral, a mesorregião Leste ficou, em 2007, com saldo positivo de 111 trabalhadores, devido às 378 admissões e 267 demissões.

Tabela 7 - Quantidade de admissões e demissões no setor da construção em Mato Grosso do Sul – 2007.

Mesorregião - Mato Grosso do Sul	Municípios	Construção de Edifícios			Obras de Infra-Estrutura			Serviços Especializados			Construção - Total		
		Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Total	5455	-5988	-533	4033	-3701	332	1295	-1163	132	10783	-10852	-69
	Campo Grande	5290	-5869	-579	3772	-3036	736	1285	-1160	125	10347	-10065	282
	Sidrolândia	25	-40	-15	0	0	0	1	0	1	26	-40	-14
	Coxim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Rio Verde de Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Terenos	1	0	1	2	0	2	6	-2	4	9	-2	7
	Corguinho	78	-24	54	0	0	0	0	0	0	78	-24	54
	Rio Negro	45	-16	29	0	0	0	0	0	0	45	-16	29
	Figueirao	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alcinópolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jaraguari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bandeirantes	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Pedro Gomes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Camapuã	2	-2	0	0	0	0	0	0	0	2	-2	0
	Rochedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sonora	0	-29	-29	3	-1	2	0	0	0	3	-30	-27
	Sao Gabriel do Oeste	13	-8	5	256	-664	-408	3	-1	2	272	-673	-401
Leste de Mato Grosso do Sul	Total	378	-267	111	3089	-831	2258	180	-129	51	3647	-777	2870
	Tres Lagoas	134	-86	48	2873	-560	2313	61	-18	43	3068	-664	2404
	Nova Andradina	4	-10	-6	1	-3	-2	6	-1	5	11	-14	-3
	Aparecida do Taboado	32	-19	13	99	-120	-21	0	-2	-2	131	-141	-10
	Chapadão do Sul	88	-64	24	0	0	0	72	-56	16	160	-120	40
	Bataipora	0	0	0	0	0	0	15	-11	4	15	-11	4
	Bataguassu	38	-18	20	48	-67	-19	0	0	0	86	-85	1
	Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Anaurlândia	0	0	0	15	-4	11	0	0	0	15	-4	11
	Taquarussu	0	0	0	3	-4	-1	0	0	0	3	-4	-1
	Ribas do Rio Pardo	0	-1	-1	49	-71	-22	2	0	2	51	-72	-21
	Selvíria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Santa Rita do Pardo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Costa Rica	64	-56	8	0	-1	-1	2	-8	-6	66	-65	1
	Água Clara	0	0	0	0	-1	-1	2	-27	-25	2	-28	-26
	Cassilândia	12	-10	2	0	0	0	0	0	0	12	-10	2
	Paranaíba	6	-3	3	1	0	1	0	-1	-1	7	-4	3
	Brasilândia	0	0	0	0	0	0	20	-5	15	20	-5	15
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Total	954	-758	196	391	-437	-46	306	-210	96	1651	1405	246
	Dourados	525	-441	84	118	-111	7	159	-157	2	802	-709	93
	Naviraí	235	-169	66	2	-3	-1	28	-3	25	265	-175	90
	Nova Alvorada do Sul	11	-1	10	128	-171	-43	0	0	0	139	-172	-33
	Eldorado	3	-1	2	0	0	0	45	-5	40	48	-6	42
	Ponta Pora	11	-14	-3	35	-37	-2	1	0	1	47	-51	-4
	Igatuemi	9	0	9	0	0	0	4	0	4	13	0	13
	Mirinhema	0	0	0	7	-5	2	0	0	0	7	-5	2
	Nioaque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Itaquiraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Amambai	53	-40	13	0	-5	-5	5	-1	4	58	-46	12
	Mundo Novo	10	-1	9	0	0	0	1	0	1	11	-1	10
	Deodápolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bonito	24	-35	-11	0	-1	-1	0	0	0	24	-36	-12
	Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Guia Lopes da Laguna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fátima do Sul	11	-11	0	0	0	0	10	0	10	21	-11	10
	Jateí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Paranhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Itaporã	15	-4	11	8	-9	-1	0	0	0	23	-13	10
	Gloria de Dourados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Antônio João	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	0	0	0
	Aral Moreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Japorã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bodoquena	0	0	0	1	0	1	11	-17	-6	12	-17	-5
	Juti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Novo Horizonte do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tacuru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Caracol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Douradina	8	-8	0	0	0	0	0	0	0	8	-8	0
	Laguna Carapá	3	-2	1	0	0	0	0	0	0	3	-2	1
	Caarapó	9	-12	-3	0	0	0	2	-2	0	11	-14	-3
	Jardim	13	-13	0	0	0	0	26	-19	7	39	-32	7
	Coronel Sapucaia	2	-2	0	0	0	0	0	0	0	2	-2	0
	Vicentina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ângelica	0	0	0	5	-6	-1	0	0	0	5	-6	-1
	Maracaju	8	-4	4	0	0	0	7	-4	3	15	-8	7
	Rio Brilhante	4	0	4	87	-89	-2	7	-1	6	98	-90	8
Pantaneais Sul-mato-grossenses	Total	176	-118	58	42	-60	-18	84	-97	-13	302	-275	27
	Corumbá	91	-56	35	42	-59	-17	72	-79	-7	205	-194	11
	Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aquidauana	2	-6	-4	0	-1	-1	0	0	0	2	-7	-5
	Porto Murtinho	15	-1	14	0	0	0	0	0	0	15	-1	14
	Anastácio	0	0	0	0	0	0	9	-15	-6	9	-15	-6
	Ladário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Miranda	68	-55	13	0	0	0	3	-3	0	71	-71	0
Total	Total	6963	-7131	-168	7555	-5029	2526	1865	-1599	266	16383	-13759	2624

Fonte: Caged, 2016.

A mesorregião dos Pantaneais, que fechou 2007 com saldo positivo de 58 funcionários, teve 176 admissões e 118 trabalhadores demitidos. Corumbá e Miranda destacaram-se entre os demais, com 91 e 68 admissões, 56 e 55 demissões, terminando o ano com saldos positivos de 35 e 13 trabalhadores.

Em 2014, todas as mesorregiões de Mato Grosso do Sul apresentaram crescimento no segmento de construção de edifícios (ver Tabela 8).

Tabela 8 - Quantidade de admissões e demissões no setor da construção em Mato Grosso do Sul – 2014.

Mesorregião - Mato Grosso do Sul	Municípios	Construção de Edifícios			Obras de Infra-Estrutura			Serviços Especializados			Construção		
		Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total	Admitidos	Desligados	Total
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Total	2306	-2160	146	1050	-924	126	1301	-1259	42	4657	-4343	-314
	Dourados	1445	-1340	105	635	-485	150	564	-525	39	2644	-2350	294
	Angelica	12	-16	-4	0	0	0	1	-2	-1	13	-18	-5
	Itaquiraí	54	-44	10	0	0	0	4	-5	-1	58	-49	9
	Ponta Pora	40	-22	18	0	0	0	165	-170	-5	205	192	13
	Rio Brilhante	52	-41	11	134	-101	33	59	-71	-12	245	-213	32
	Fátima do Sul	9	-38	-29	4	-12	-8	21	-4	17	34	-54	-20
	Bonito	0	-1	-1	1	-3	-2	0	-3	-3	1	-7	-6
	Nova Alvorada do Sul	67	-70	-3	0	0	0	15	-17	-2	82	-87	-5
	Jardim	10	-7	3	0	0	0	13	-17	-4	23	-24	-1
	Bela Vista	2	-1	1	3	0	3	0	0	0	5	-1	4
	Caarapo	32	-26	6	0	0	0	30	-41	-11	62	-67	-5
	Coronel Sapucaia	4	-6	-2	0	0	0	1	0	1	5	-6	-1
	Mundo Novo	2	-1	1	57	-5	52	0	0	0	59	-6	53
	Novo Horizonte do Sul	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
	Eldorado	0	0	0	0	0	0	42	-9	33	42	-9	33
	Antonio Joao	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
	Aral Moreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Jatei	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tacuru	4	-1	3	0	0	0	1	-1	0	5	-2	3
	Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Amambai	89	-105	-16	1	0	1	6	-16	-10	96	-121	-25
	Gloria de Dourados	12	-8	4	0	0	0	0	0	0	12	-8	4
	Laguna Carapa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Douradina	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
	Vicentina	0	0	0	0	0	0	6	-11	-5	6	-11	-5
	Paranhos	2	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	2
	Japora	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	0	2
	Deodapolis	0	0	0	0	0	0	0	-9	-9	0	-9	-9
	Bodoquena	1	0	1	0	0	0	76	-69	7	77	-69	8
	Caracol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Guia Lopes da Laguna	0	0	0	0	-6	-6	0	0	0	0	-6	-6
	Maracaju	179	-193	-14	0	0	0	57	-85	-28	236	-278	-42
	Minhema	5	-1	4	13	-13	0	40	-22	18	58	-36	22
	Juti	0	0	0	171	-286	-115	0	0	0	171	-286	-115
	Nioaque	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Navirai	251	-206	45	28	-13	15	82	-71	11	361	-290	71
	Iguatemi	33	-33	0	2	0	2	1	-9	-8	36	-42	-6
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Total	9166	-10406	-1240	7015	-7747	-732	4983	-5079	-96	21164	-23232	-2068
	Campo Grande	8973	-10215	-1242	6243	-7220	-977	4853	-4968	-115	20069	-22403	-2334
	Sao Gabriel do Oeste	14	-17	-3	359	-144	215	31	-28	3	404	-189	215
	Rochedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Coxim	21	-8	13	139	-61	78	3	-5	-2	163	-74	89
	Sonora	77	-72	5	0	0	0	24	-28	-4	101	-100	1
	Pedro Gomes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Rio Verde de Mato Grosso	18	-21	-3	0	0	0	16	-18	-2	34	-39	-5
	Camapua	0	0	0	87	-19	68	2	0	2	89	-19	70
	Bandeirantes	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
	Jaraguari	0	0	0	0	0	0	35	-23	12	35	-23	12
	Figueirao	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Rio Negro	0	0	0	0	0	0	1	-1	0	1	-1	0
	Alcinopolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Corguiño	0	0	0	5	-5	0	0	0	0	5	-5	0
	Sidrolandia	63	-73	-10	36	-50	-14	17	-8	9	116	-131	-15
Pantaneais Sul-mato-grossenses	Total	213	-265	-52	56	-36	20	125	-88	37	394	-389	5
	Miranda	0	0	0	4	-2	2	102	-63	39	106	-65	41
	Anastacio	2	0	2	0	0	0	4	0	4	6	0	6
	Dois Irmaos do Buriti	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	0	-1	-1
	Ladario	5	-6	-1	0	-1	-1	0	-3	-3	5	-9	-4
	Aquidauana	8	-9	-1	0	-1	-1	8	-4	4	16	-14	2
	Porto Murinho	24	-4	20	0	0	0	0	0	0	24	-4	20
	Corumbá	174	-246	-72	52	-32	20	11	-17	-6	237	-295	-58
Leste de Mato Grosso do Sul	Total	1053	-1163	-110	5324	-12739	-7415	1107	-1141	-34	7484	-15043	-7559
	Agua Clara	1	-4	-3	120	-107	13	10	-13	-3	131	-124	7
	Chapadão do Sul	110	-135	-25	269	-272	-3	110	-75	35	489	-482	7
	SeMira	0	0	0	0	0	0	1	-1	0	1	-1	0
	Aparecida do Taboado	328	-304	24	201	-243	-42	6	-6	0	535	-553	-18
	Cassilandia	35	-36	-1	0	0	0	7	-5	2	42	-41	1
	Costa Rica	58	-44	14	6	-4	2	103	-113	-10	167	-161	6
	Santa Rita do Pardo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nova Andradina	22	-27	-5	18	-36	-18	60	-41	19	100	-104	-4
	Bataguassu	29	-22	7	0	-1	-1	2	-2	0	31	-25	6
	Taquarussu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Anaurilandia	9	-1	8	6	-23	-17	1	-1	0	16	-25	-9
	Brasilândia	13	-23	-10	0	0	0	100	-106	-6	113	-129	16
	Inocencia	2	-22	-20	0	0	0	4	-3	1	6	-25	-19
	Paraíso das Águas	0	0	0	307	-375	-68	7	-4	3	314	-379	-65
	Bataipora	0	0	0	0	0	0	19	-14	5	19	-14	5
	Paranaíba	44	-87	-43	108	-88	20	207	-153	54	359	-328	31
	Ribas do Rio Pardo	3	-6	-3	0	0	0	4	-2	2	7	-8	-1
	Tres Lagoas	399	-452	-53	4289	-11590	-7301	466	-602	-136	5154	-12644	-7490
	Total	12738	-13994	-1256	13445	-21446	-8001	7516	-7567	-51	33699	-27873	5826

Fonte: Caged, 2016

O Centro-Norte aparece com os maiores índices de admissões e demissões; Campo Grande responde por 97,8% das admissões e 98,1% das demissões da mesorregião. No Sudoeste do estado, o município de Dourados novamente se destaca, com 2.644 admitidos, 2.350 demitidos e um saldo positivo de 294 trabalhadores, representando cerca de 54% de todos os índices nessa mesorregião.

As mesorregiões Leste e dos Pantanaís continuaram com índices mais baixos em 2014. No Leste, houve saldo negativo de 110 trabalhadores, devido às 1.053 admissões e 1.163 demissões. Nessa mesorregião, destacaram-se os municípios de Aparecida do Taboado e Três Lagoas. Em Aparecida do Taboado, houve 328 admissões, 304 demissões e saldo positivo de 24 trabalhadores. Três Lagoas demitiu 452 trabalhadores; as admissões ficaram em 399 e seu saldo terminou negativo, com 53 trabalhadores.

Na mesorregião dos Pantanaís, Corumbá destacou-se com 174 admissões e 246 demissões, fechando 2014 com saldo negativo de 72 trabalhadores. Em geral, o segmento de construção de edifícios elevou as taxas de admissões e demissões em municípios economicamente importantes para Mato Grosso do Sul – como Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, que possuem maior contingente populacional no estado, um mercado em potencial para o setor de construção. Contudo, este segmento está vinculado à expansão da malha urbana e aos programas governamentais de financiamento de moradias, os quais fomentam o mercado de construção no espaço urbano; isso pode ser observado com o destaque concedido a municípios que, em 2007, não eram enfatizados nos índices de geração de empregos no estado, a exemplo de Aparecida do Taboado.

O segmento de obras de infraestrutura, como o próprio nome sinaliza, refere-se às obras de infraestrutura urbana e industrial realizadas no estado. Na mesorregião Leste, em 2007, Três Lagoas destacava-se com 2.873 admissões, 560 demissões e um saldo positivo de 2.313 trabalhadores. Em 2014, aparecem, além de Três Lagoas – município que mais demitiu funcionários do segmento no período, 11.590, frente a 4.289 admissões, o que resultou num saldo negativo de 7.301 trabalhadores –, Paraíso das Águas, com 307 admissões e 375 demissões, resultando em saldo negativo de 68 trabalhadores. Vemos que, no Leste de Mato Grosso do Sul, o número de demissões se sobressai ao número de admissões, mesmo com o aumento de trabalhadores admitidos em 2014.

No caso de Três Lagoas, esse número de demissões, que por sinal foi o maior do estado, é desdobramento da paralisação das obras da UFN3, que iremos detalhar mais a frente, e também da conclusão de outras obras de infraestrutura municipal.

Em 2007, na mesorregião Centro-Norte, há predomínio dos números de admissões e demissões da capital – cujo saldo positivo é de 736 trabalhadores, resultado das 3.772 admissões e 3.036 demissões, representando mais de 80% de todos os indicativos na mesorregião.

Em 2014, Campo Grande manteve-se em destaque na mesorregião Centro-norte, apresentando um saldo negativo de 977 trabalhadores, devido a 6.243 admissões e 7.220 demissões. Contudo, em menor proporção, São Gabriel do Oeste se destacou, com um saldo positivo de 215 trabalhadores, devido a 359 funcionários admitidos e 144 demitidos. na mesorregião Centro-Norte.

Na mesorregião Sudoeste, dois municípios se destacaram em 2014: Dourados e Rio Brilhante com 635 e 134 admissões, e 484 e 101 demissões de trabalhadores. Contudo, Juti também logrou destaque em admissões sendo de 171 trabalhadores e com um número de demissões de 286 trabalhadores, ou seja, mais elevado que o número de demissões de Rio Brilhante. Essa mesorregião terminou o ano com saldo de 126 trabalhadores, devido às 1.050 admissões e 924 demissões. Os municípios localizam-se numa região voltada aos setores de carne, grãos e biocombustíveis, sendo necessário investir em infraestrutura para facilitar o transporte desses produtos, mesmo que dentro do estado.

A mesorregião Dos Pantaneais não se destaca no segmento de obras de infraestrutura, pois representa, apenas, 0,24% do saldo do estado em 2014.

O segmento de serviços especializados em construção registrou o menor número de admissões e demissões, tanto em 2007 quanto em 2014. Em 2007, houve saldo positivo de 266 funcionários, resultado das 1.865 admissões e 1.599 demissões, enquanto que, em 2014, mesmo com saldo negativo de 51 trabalhadores, elevaram-se as admissões e demissões, 7.516 e 7.567. Os três principais municípios de Mato Grosso do Sul – Campo Grande, Dourados e Três Lagoas – destacaram-se, sendo que a soma de suas admissões e demissões representaram, respectivamente, 79,9% e 80,5% em 2014, contudo, a capital Campo Grande concentra o maior índice de emprego do segmento, haja vista, seu diversificado e abundante mercado consumidor.

Pudemos perceber que o setor de construção atua de forma mais incisiva em admissões e demissões nos municípios com uma economia mais

dinâmica, como os três supracitados, em que acaba se adensando e, conseqüentemente, elevando os índices de emprego. Entretanto, a reestruturação industrial permitiu, no estado, que novos municípios pudessem se destacar nesse setor, como foi o caso de Paraíso das Águas e Naviraí. Ademais, chama a atenção o fato de que as admissões cresceram, praticamente, na mesma proporção que o número de demissões no estado. Isso evidencia que existe uma alta rotatividade do trabalhador no setor de construção – como verificado na indústria de alimentos, sobretudo no segmento de carnes.

Com o intuito de tecer uma análise qualitativa do trabalhador do setor de construção, realizamos uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins de Mato Grosso do Sul (SINTICOP-MS)²³, Walter Vieira dos Santos.

Questionado sobre o aumento dos postos de trabalho em decorrência do fomento à indústria em Mato Grosso do Sul, Santos acredita que esse aumento fora sentido até o ano de 2014, devido à execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I, II e III) – ao passo que, em 2015, a paralisação inclusive do PAC IV gerou uma diminuição dos postos de trabalho, desde o primeiro semestre do ano. O presidente do sindicato esclarece que o setor de construção é segmentado: o setor de construção pesada, por exemplo, compõe o segmento de obras de infraestrutura, em que os investimentos são, geralmente, governamentais. Para o líder sindical, as obras concluídas no estado e a paralisação da construção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) da Petrobrás em dezembro de 2014 – cuja responsável era do Consórcio UFN3²⁴ – gerou uma queda brusca de empregos, principalmente em Três Lagoas, um polo industrial em Mato Grosso do Sul.

Quanto às melhorias salariais e de condições de trabalho, o sindicalista afirma:

²³ Entrevista realizada em 18 de novembro de 2015, na sede do SINTICOP-MS, em Campo Grande.

²⁴ O consórcio UFN3 era formado pelas empresas Sinopec Petroleum e Galvão Engenharia, responsável pela obra da construção da estatal FAFEN, com término previsto para setembro de 2014. Devido ao não cumprimento do contrato por parte do Consórcio, a Petrobrás o rescindiu em dezembro de 2014. Além disso, o Consórcio UFN3 apresentou endividamento com fornecedores e trabalhadores.

olha, nós temo/aqui no estado, isso ai é até importante você... você observar isso ai... todo o estado tem uma particularidade... na região do Bolsão houve uma melhora grande do salário em razão de num mesmo município agregar muitas obras ao mesmo tempo, diferentemente de/dos demais municípios aqui do estado, entendeu? Então, houve uma melhora de salário porque é, é... tá próximo a região de São Paulo, e muita empresa de fora a partir das maiores né?! Então na região de Três Lagoas houve melhora de salário e melhora de benefício como VA entendeu?... é... plano de saúde... é... até o famoso PLR que era uma coisa tipicamente, que, na nossa cultura não existia, que é a participação no lucro real né?! Foi uma conquista muito interessante pro estado, em razão do/desse aquecimento né... (SANTOS, 2015)

Além disso, assevera que a principal reivindicação trabalhista continua sendo o salário; em menores proporções, “[...] ele quer ter um ambiente de trabalho é, bom, com excelente alojamento, uma boa refeição, um... um meio de transporte que facilita o deslocamento né?! Ele quer ter aquelas visitas periódicas de familiares [...]” (SANTOS, 2015), entre outros benefícios.

Sobre o aumento das exigências de qualificação profissional, o sindicalista, novamente, cita Três Lagoas como exemplo, uma vez que a vinda de indústrias oriundas de outras regiões para o município acarretou um aumento das exigências de qualificação ao trabalhador e o cumprimento das normas do Ministério do Trabalho. No entanto, ele acredita que, no setor da construção pesada, ainda há falta de mão de obra qualificada devido à grande demanda em Mato Grosso do Sul. Essa falta de qualificação do trabalhador local causa uma situação de competição, inclusive, com o trabalhador nordestino, que migra para o estado em busca de emprego. Nessa perspectiva, a sugestão do presidente do SINTICOP-MS seria, justamente, a qualificação profissional do trabalhador sul-mato-grossense, visando ao aproveitamento da mão de obra local.

Para incentivar a qualificação profissional, o trabalhador do setor de construção recebe gratificação por se qualificar; o próprio sindicato oferece cursos profissionalizantes a custos acessíveis. Contudo, o governo federal também mantém o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), mais uma oportunidade de aperfeiçoamento para o trabalhador.

Em relação aos acidentes de trabalho, Santos acredita que o aperfeiçoamento das tecnologias em maquinário tem contribuído para

diminuição dos acidentes; entretanto, mais eficazes, nesse sentido, são as ações de fiscalização do sindicato e do Ministério do Trabalho. Em suas palavras,

[...] tem diminuído através do progresso das máquinas e também das ações que o próprio Ministério do Trabalho cobra da parte de legislação trabalhista e da parte da segurança do trabalho. Hoje... o ministério do trabalho está mais exigente e, cobra dos sindicatos isso e... de estar nas obras verificando o uso adequado de EPI, o uso adequado de máquinas, exige relatórios periódicos de CIPAs... essas ações tem diminuído os acidentes. O sindicato ele tem um setor de fiscalização onde ele tem um trabalho periódico de visitas às obras, essas visitas às obras é justamente para verificar alguns pontos que... não tá ajustado conforme a legislação trabalhista (SANTOS, 2015).

Ou seja, mesmo com leis e regulamentos, além do progresso técnico, ainda hoje, se não houver fiscalização *in loco*, os acidentes de trabalho não vão diminuir.

No setor de construção, devido à necessidade de grande quantidade de mão de obra, muitas vezes as empresas buscam noutras regiões do país trabalhadores migrantes para suprir a demanda local; neste caso, a empresa cobre os custos com o processo. Em outros casos, os trabalhadores são recrutados pelos chamados “gatos”; quando chegam aos municípios, lá permanecem por conta própria, arcando com todos os custos desse processo. Segundo o sindicalista, no Mato Grosso do Sul existem os dois casos; no segundo caso, o trabalhador migrante corre o risco de enfrentar dificuldades na etapa de contratação – devido à preferência de algumas empresas por contratar trabalhadores locais, que custam mais barato pois não há gastos, sobretudo com moradias. Em suas palavras,

Há duas situações, tem o chamado “gatos”... que que é os “gatos”? aqueles... aqueles intermediários que vai na região Nordeste faz o recrutamento liga pra empresa aqui e traz os trabalhadores aqui por conta própria, eles... há casos... há casos que eles chegam numa cidade eles... ele vê dificuldade de entrar na empresa, eles... eles alugam um imóvel pega o comprovante de residência daquele imóvel e apresenta pra eles como se fosse do município que é mais fácil a mão de obra, tem empresa que... ah, eu vou contratar só do município... eles acabam fazendo esse tipo de situação mas... há casos também que empresa vai na região Nordeste... ele procura... um... a gente chama um “gato” que é o pessoal que já faz o recrutamento lá né? Manda ônibus e faz o recrutamento da mão de obra local prá cá. (SANTOS, 2015)

A jornada de trabalho, assim como no setor alimentício, é uma luta constante entre trabalhador e sindicato. No entanto, na indústria da construção há características diferenciadas que dificultam a ação do sindicato no sentido de controlar a realização de hora extra. Para Santos,

A jornada de trabalho... é uma briga constante, principalmente no setor da construção pesada... a construção pesada quando ele tá num/a maioria das obras de infraestrutura... não é dentro do perímetro urbano, geralmente é na zona rural, perto das BR's tem obras grandes... então, a... eles ficam alojados... e se eles ficam alojados nessa condição eles querem trabalhar... é diferentemente do pessoal que trabalha no comércio dentro da cidade, dá o horário certinho ele quer ir embora... ele quer ir embora tomar um banho, que ir praticar um esporte, que ir pra faculdade, quer ir numa igreja etc, diferentemente o, a... os trabalhadores da construção pesada, eles ficam no alojamento... perto dos postos de trabalho então, quanto mais eles trabalham melhor, só que... é... nós fazemos um trabalho de orientação que é... duas horas permitidas diárias né, que é da legislação trabalhista e... dentro dessas oito horas diárias é... nós temos um combate muito grande, uma luta... se deixa eles trabalha a mais das duas horas extras e os dias/vira sábado e domingo direto, o trabalhador ele quer receber hora extra [...] (SANTOS, 2015).

Conforme o presidente do SINTICOP-MS, a fiscalização do sindicato é necessária porque o trabalhador, como todo ser humano, precisa descansar – e não apenas pensar em fazer hora extra. Ademais, a fiscalização do sindicato também está relacionada às condições de alojamentos e moradias, os quais devem, minimamente, oferecer condições de saúde e conforto para garantir a qualidade de vida do trabalhador. Contudo, sempre haverá moradias em condições precárias; cabe ao sindicato fiscalizá-las e denunciá-las ao Ministério do Trabalho. O sindicalista finaliza: em uma análise geral, acredita que o setor de construção obteve melhorias no período pesquisado.

[...] pelo menos nas convenções coletivas desses ganhos reais, provou que tem algum... algumas melhorias.... logicamente não houve aquela expectativa que a gente achava que ia ter né... de, é... as negociações são duras, mas se você comparar dez anos atrás a situação era outra... o poder de ganho, pro cê te uma ideia... só pro cê fazer um resumo geral, se passava numa obra aqui em Campo Grande, se via... 100 bicicleta, hoje você passa tem moto... antigamente o trabalhador ele... ele não tinha acesso o... a... a viajar, a passeios, o seu social era deixado de lado... hoje o trabalhador você... percebo as vezes no final do ano, na rodoviária, nos aeroporto... o trabalhador viajando pra praia... então você percebe que houve um ganho real... vai ele todo sorrindo... é, logicamente... é... dentro do salário dele, houve alguns incentivo federal em termos de minha casa - minha gente pra ter casa... é... financiamento... mais

você percebe que de dez ano pra cá houve uma melhora (SANTOS, 2015).

Contudo, apesar do SINTICOP-MS responder pelo setor de construção pesada em todos os municípios de Mato Grosso do Sul, a região do Bolsão²⁵ conta com seu próprio sindicato, dadas as suas particularidades regionais – o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil Pesada do Bolsão Sul-mato-grossense (SINTIESPAV-MS). Em Três Lagoas, sua sede, entrevistamos o diretor-presidente do SINTIESPAV-MS, Nivaldo da Silva Moreira²⁶.

Segundo o sindicalista, a proximidade com estados vizinhos, como São Paulo, fez o Bolsão estabelecer relações econômicas mais contundentes com a região Sudeste do que com o próprio estado; surgiu, assim, a necessidade de se criar um sindicato regional. Nesta conversa, Moreira atribuiu tanto a melhoria salarial e de condições trabalhistas quanto o aumento de exigências por qualificação profissional à vinda de indústrias de estados próximos para a região do Bolsão. Segundo ele, as indústrias exportadoras que se instalaram na região possuem normas e exigências as quais devem ser mantidas para atender aos imperativos do mercado; dessa forma, necessitam de profissionais qualificados, capazes de se adequar ao funcionamento da empresa.

O sindicalista também ressaltou a importância da ação sindical no que se refere à oferta de cursos profissionalizantes, ao treinamento do funcionário e à fiscalização quanto ao uso de equipamentos de proteção individuais (EPI), a fim de mitigar acidentes de trabalho. Para Moreira, na região do Bolsão não há falta de trabalhador qualificado, atualmente; isso aconteceu em meados dos anos 2000, quando as primeiras grandes indústrias foram construídas na região; contudo, hoje, a afirmação não procede.

Além disso, o sindicato realiza um trabalho de fiscalização periódica em alojamentos e moradias de trabalhadores, para inibir práticas que possam lesar os direitos trabalhistas. Vale lembrar que, em 2006 e 2007, Três Lagoas atraiu milhares de trabalhadores migrantes para a construção fabril da empresa

²⁵ Alcínópolis, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Paraíso das Águas, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas compõem a chamada região do Bolsão Sul-mato-grossense.

²⁶ Visita realizada em 26 de janeiro de 2016.

International Paper com o “Projeto Horizonte”, atualmente Fibria S/A. Esses trabalhadores ficaram, a princípio, em casas alugadas e pousadas, utilizadas como alojamento – em alguns casos, eram ambientes insalubres e precários que resultaram em denúncias de más condições de moradia. Contudo, depois de algum tempo, as empresas construíram seus próprios alojamentos, para abrigar os trabalhadores migrantes.

O sindicalista afirma que quando a empresa busca trabalhadores de outras regiões, custeia essa operação e fornece assistência ao trabalhador, e corrobora que cabe ao sindicato fiscalizar os alojamentos, com frequência, para mitigar possíveis práticas abusivas.

A respeito das demissões dos trabalhadores da UFN3, devido à paralisação das obras da FAFEN, o sindicalista afirma que, dos 3.500 trabalhadores demitidos em 2014, apenas 130 ainda possuem pendências com a empresa, que já estão sendo resolvidas na justiça. Esses casos envolvem gestantes, trabalhadores que estavam afastados por motivo de doença, do setor de manutenção e zeladores (que foram os últimos a deixar a obra) e os que estavam em período de aposentadoria. Contudo, no período de ocorrência das demissões, os trabalhadores fizeram manifestações em diversos pontos do município, reivindicando o pagamento de seus direitos trabalhistas; chegaram, inclusive, a bloquear rodovias – impedindo o trânsito na BR 262, acesso ao estado de São Paulo, gerando congestionamentos.

Esses fatos geraram grande repercussão local, como podemos observar em fragmentos de notícias da época.

Os acessos de Três Lagoas a São Paulo e Brasilândia estão bloqueados desde a manhã desta sexta-feira (05), por conta de manifestação pacífica de trabalhadores do Consórcio UFN3, que constrói a Fábrica de Fertilizantes (Fafen) da Petrobrás, em reivindicação de seus pagamentos referentes às rescisões contratuais que estão vencidas há pelo menos um mês. (Sem receber rescisões trabalhadores fecham duas importantes rodovias de Três Lagoas. Fragmento de notícia. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/noticias/bolsao/sem-receber-rescisoes-trabalhadores-fecham-duas-importantes-rodovias-de-tres-lagoas>>. Acesso em: 02 fev. 2016)

Funcionários e ex-funcionários do Consórcio UFN 3 que ainda não receberam seus direitos trabalhistas fazem uma manifestação desde o começo do dia de hoje (05), os manifestantes interditaram a BR 262 nos dois sentidos. No momento quem chega do Estado de São Paulo não consegue entrar no Estado de Mato Grosso do Sul o mesmo

acontece no sentido contrário. (Rodovia interditada por “manifestantes” da UFN3 tem 3 km de congestionamento. Fragmento de notícia. Disponível em: <<http://www.radiocacula.com.br/noticias/cidades/rodovia-interditada-por-manifestantes-da-ufn3-tem-3-km-de-congestionamento>>. Acesso em: 02 fev. 2016).

Estivemos presentes no ponto de bloqueio da BR 262, na altura da UFMS – *Campus II*, antes da ponte da Usina Engenheiro Souza Dias e registramos os fatos (Ver figuras 23 e 24).



Figura 23 - Bloqueio dos dois sentidos da BR 262.
Fonte: Gomes, T. N. 2014.



Figura 24 - Congestionamento causado pelo bloqueio da BR 262.
Fonte: Gomes, T. N. 2014.

Entretanto, conforme informações do presidente do SINTIESPAV-MS, a única manifestação legítima foi realizada em frente à FAFEN, na BR-158, saída

para Brasilândia. Segundo ele, as demais manifestações foram realizadas por oportunistas, não sendo reconhecidas pelo sindicato.

Além disso, com o anúncio da ampliação das duas fábricas de celulose – Fibria S/A e Eldorado Brasil –, estima-se que haja uma absorção de grande parte da mão de obra local do setor de construção. Segundo Nivaldo, o “banco de trabalhadores” que aguardam uma oportunidade de trabalho está próximo dos 7.000 integrantes.

A indústria da construção, como já mencionado, contrata trabalhadores por tempo determinado, ou seja, até o término da obra, o que contribui com a rotatividade da mão de obra no setor. Entretanto, mesmo com melhorias salariais e de condições de trabalho apontadas na pesquisa, podemos observar que elas se aplicam de formas diferentes entre os municípios de Mato Grosso do Sul, devido ao maior ou menor grau de industrialização: a realidade de Três Lagoas não se aplica ao restante do estado.

A construção registrou aumento das admissões em municípios que começaram a desenvolver seu parque industrial, ampliando a demanda por infraestrutura, sendo o setor que mais admitiu e demitiu em Mato Grosso do Sul em janeiro e dezembro de 2014. Contudo, compreendemos que o emprego no setor é muito suscetível às variações do mercado consumidor e à atuação do sindicato, para que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores, principalmente no que tange às condições de moradia adequadas e prevenção de acidentes de trabalho.

3. 4 O trabalhador do setor de biocombustíveis

O setor de biocombustíveis não apresentou crescimento expressivo em unidades industriais de 2007 a 2014 – passou de 40 para 44 indústrias no estado. Porém, quando se trata de exportação, o setor, que participou em 2007 com 3,23%, passou a representar 6,68% das exportações de Mato Grosso do Sul em 2014.

Este setor está espacialmente adensado na mesorregião Sudoeste; contudo, também está presente nas mesorregiões Centro-Norte e Leste, sendo

que identificamos a formação de uma estrutura de complementariedade entre municípios exportadores e produtores de cana-de-açúcar. O setor de biocombustíveis adentrou o estado por meio das iniciativas do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), na década de 1970, com o objetivo de fortalecer a produção de energia renovável no país num período de crises do petróleo.

Além disso, os representantes do estado acreditam que Mato Grosso do Sul pode se tornar um exportador de energia no país, potencializando investimentos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e em energia de biomassa da cana (REVISTA VALOR ECONÔMICO, 2014). Vejamos como esses investimentos refletem na questão do trabalho do setor de biocombustíveis.

Em 2007, o setor apresentava um saldo positivo de 1.636 trabalhadores, resultado das 5.580 admissões frente às 3.944 demissões. Entretanto, sete anos depois, o setor apresentou saldo negativo de 819 trabalhadores, devido às 5.635 contratações e, principalmente, às 6.454 demissões – aumento de 61% no índice de demissões de trabalhadores no setor de biocombustíveis em Mato Grosso do Sul (Caged, 2016).

A mesorregião Sudoeste, com saldo positivo de 832 trabalhadores, 3.093 admissões e 2.261 demissões, foi a que apresentou os maiores índices em 2007 – destaque para os municípios de Nova Alvorada do Sul, Dourados, Naviraí e Rio Brilhante. Nova Alvorada do Sul obteve os melhores resultados, com seu saldo positivo de 654, 2.121 admissões (o maior número em escala municipal de todo o estado) e 1.467 demissões.

A mesorregião Centro-Norte obteve o segundo maior saldo positivo: 652 trabalhadores, 1.263 admissões e 611 demissões. Campo Grande destacou-se, com 945 admissões e 344 demissões, resultando em saldo positivo de 652 trabalhadores. Sidrolândia, que também produz cana-de-açúcar, fechou 2007 com saldo positivo de 14 trabalhadores, devido às 100 contratações e 86 demissões realizadas.

Aparecida do Taboado representou 84% das admissões, 86,6% das demissões e 65,7% do saldo de trabalhadores de toda mesorregião Leste. Em números absolutos, realizou 1.029 admissões e 929 demissões, encerrando 2007 com saldo positivo de 100 trabalhadores.

Em 2014, a mesorregião Leste destacou-se entre as demais devido aos índices de trabalho, com saldo negativo de 434 trabalhadores – o maior apresentado em todo o estado, resultado das 3.108 admissões e 3.542 demissões. Nova Andradina apresentou os maiores resultados da mesorregião, com saldo negativo de 171 trabalhadores, 1.766 funcionários contratados e 1.937 demitidos.

A mesorregião Sudoeste, maior produtora de biocombustível de Mato Grosso do Sul, apresentou saldo negativo de 384 trabalhadores, devido às 2.328 admissões e 2.712 demissões em 2014. Vários municípios se destacaram, como Fátima do Sul, Ponta Porã e Rio Brilhante, além de Nova Alvorada do Sul – que registrou saldo de sete trabalhadores, 893 admissões e 886 demissões – e Dourados – com saldo negativo de 212 funcionários, em decorrência das 525 admissões e 737 demissões.

O Centro-Norte apresentou saldo positivo de apenas um trabalhador, e a mesorregião dos Pantanaís não participa do setor de biocombustíveis no estado.

Pudemos perceber que, em sete anos, os municípios da mesorregião Leste passaram a destacar-se em relação ao emprego do setor de biocombustíveis, principalmente Aparecida do Taboado: embora distante da estrutura do sul do estado, o município faz limite com Minas Gerais e São Paulo, o que pode estar fortalecendo o setor nessa região. Contudo, a mesorregião Sudoeste continua realizando grande parte das admissões e demissões de Mato Grosso do Sul, uma vez que abrange grande parte dos municípios produtores e exportadores de biocombustíveis. Devido à estruturação no sul do estado, que atrai mais investimentos para o setor, a mesorregião Centro-Norte apresentou queda de admissões e demissões, em decorrência do fechamento de três indústrias de biocombustíveis em sete anos.

Buscamos informações qualitativas junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fabricação de Açúcar e Alcool de Dourados (que também atua em Ponta Porã), pois o município é um importante produtor e exportador de biocombustíveis em Mato Grosso do Sul. O setor não possui uma representação sindical com abrangência estadual; a cada dois ou três municípios, organiza-se um sindicato.

Em entrevista com o presidente do sindicato de Dourados, Donizete Aparecido Martins²⁷ relata que a chegada de usinas ao estado também trouxe um aumento de postos de trabalho, principalmente em Dourados. Ele afirma que, no setor de biocombustíveis, as contratações e demissões dependem do período de safra e entressafra, sendo “empresas sazonais”. Para Martins, as demissões ocorridas no setor sucroalcooleiro estão mais relacionadas à crise econômica que o país vivencia desde 2008, 2009, do que, propriamente, à sazonalidade das usinas.

Questionado se o trabalho no setor de biocombustíveis é rotativo, o sindicalista afirma:

Veja bem, quando se fala no setor/ele é rotativo quando se fala do preparo, que no plantio da cana, no corte da cana... mais quando ele entra no processo de industrialização, ele num é tão rotativo assim né... ele já tem/hoje as usinas elas faz questão de manter seu quadro, pra que não exista essa rotatividade, ou se existe ela seja a menor possível (MARTINS, 2015).

Na fala do sindicalista, percebemos uma diferenciação entre os trabalhadores da indústria e os da lavoura da cana-de-açúcar; apesar de a indústria depender, sempre, da matéria-prima para funcionar, não paralisa as atividades de produção em período de entressafra.

Ele enfatiza o salário como uma das melhorias conquistadas para a classe: “tem empresa que tá com uma faixa de salário de... de um estado pro outro, em torno de 8, 10 até de 12% e às vezes chega até mais de um estado pro outro... então há uma melhoria de salário também de qualidade de vida [...]” (MARTINS, 2015). Além disso, segundo ele, houve outras conquistas firmadas em acordos coletivos que estão fora da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Para o presidente do sindicato, é fundamental que o trabalhador procure se qualificar para atender à demanda da empresa, uma vez que os processos produtivos atuais estão quase totalmente mecanizados. Segundo ele, atualmente, 80% do corte da cana é feito por máquinas; o restante, de 15 a 20%, ainda é manual devido, entre outros fatores, à falta de qualificação profissional dos trabalhadores para operar os equipamentos. Para Martins,

²⁷ Entrevista realizada em Dourados no dia 09 de dezembro de 2015.

ainda existe falta de mão de obra local qualificada; porém, também há a prática de as empresas trazerem trabalhadores de outras regiões, não aproveitando, de maneira devida, a mão de obra disponível no estado.

Sobre os acidentes de trabalho, o sindicalista cita as ações dos sindicatos e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que atuam para diminuir e prevenir acidentes de trabalho dentro da empresa. Para o sindicalista, porém,

[...] é difícil quando você fala de acidente de trabalho porque... eu não concordo muito com a ideia de que acidentes não acontecem são provocados... porque acidentes de trabalho existem em duas formas: ou vc/ou o trabalhador tá numa condição de trabalho que não favoreça ele, ou seja, uma condição insegura, que a empresa que teria que tomar as providências pra que se torne esse trabalho mais seguro, ou infelizmente ainda, a gente se depare com algum grupo dos trabalhadores, isso também não podemos é... tapar o olho, que existe o ato inseguro... então, mesmo o trabalhador com todas as informações que tem, com todas as exigências que a lei é... faça com que eles use os EPI's às vezes a gente sabe que muitos... então, ainda tem ainda acidentes de trabalho provocado por ato inseguro (MARTINS, 2015).

Assim como os sindicalistas dos setores alimentício e de construção, Martins afirma que a principal reivindicação trabalhista no setor de biocombustíveis ainda é o salário. No entanto, o trabalhador também busca melhorar sua qualidade de vida e as perspectivas de uma aposentadoria futura; busca um plano de saúde e melhorar sua condição social para dar conforto à família – sinalizando uma conscientização do trabalhador no estado.

Contudo, o sindicalista acredita que o trabalhador do setor seja diferenciado, especializado em exercer determinadas funções e, por isso, acaba acompanhando a migração das plantas industriais pelo país:

[...] nessas empresa do segmento do setor biocombustível é, açúcar e álcool enfim, como essas empresas são sazonais é... a gente tá vivendo um problema sério, fecha uma empresa em um região, então, esse povo vai se migrando porque, às vezes o trabalhador ele é de usina... é um trabalhador é um mecânico de manutenção, é um operador de caldeira [...] então esse pessoal tem que buscar emprego em outras regiões, outras cidades, então ele vai migrando, isso é normal, tanto pessoas de fora, de outros estado migram para o Mato Grosso do Sul, como o Mato Grosso do Sul também migra pra outros estados, pra outras empresas vizinhas, né... então isso é inevitável, isso aí a gente vai ter sempre [...].(MARTINS, 2015).

O presidente considera a jornada de trabalho uma luta importante do sindicato – que, atualmente, busca reduzi-la de 44 para 40 horas semanais; porém, acredita que essa alteração ainda será difícil de acontecer. Diferentemente do setor alimentício, no setor sucroalcooleiro a prorrogação de duas horas extras diárias não pode ser considerada fator determinante para a ocorrência de acidentes de trabalho, muito embora eles ocorram, esporadicamente. Contudo, não podemos esquecer que os setores possuem processos produtivos diferentes, ainda que se trate de agroindústria nos dois casos.

Seguindo essa perspectiva de que cada setor e região possuem suas particularidades, Mato Grosso do Sul apresenta dilemas específicos, inclusive vinculados à sua formação sócio-espacial. Como sabemos, existem no estado muitas comunidades indígenas vivendo em conflito com o agronegócio, como podemos observar nesse fragmento de notícia:

Índios da tribo Guarani, da cidade de Caarapó, a 273 km de Campo Grande (MS), exigem a retirada de uma usina de produção de etanol administrada pela companhia Raízen, uma *joint venture* entre a companhia brasileira Cosan e a multinacional britânica Shell, e a redução das áreas de plantio de cana-de-açúcar. (Índios Guarani lançam manifesto pedindo retirada de usina no MS. Fragmento. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/09/indios-guarani-lancam-manifesto-pedindo-retirada-de-usina-no-ms.html>. Acesso em: 03 fev. 2016).

Contudo, existem indígenas explorados pelas usinas de biocombustível no estado trabalhando em condições precárias e insalubres, como aconteceu em Brasilândia.

Pelo exposto, concluímos que os investimentos no setor de biocombustíveis, ao mesmo tempo em que elevou a contratação de trabalhadores, também aumentou o número de demissões – passando de um saldo positivo, em 2007, para um saldo negativo de 819 trabalhadores em 2014. Ademais, os trabalhadores desse segmento enfrentam precárias condições de trabalho, conforme observamos no fragmento de notícia acima.

Com os dados da entrevista, concluímos que o trabalhador do setor, principalmente nas fases de plantio e corte, fica suscetível aos períodos de safra e entressafra, o que caracteriza a rotatividade de emprego – sendo o trabalhador da indústria menos rotativo que o da lavoura. Contudo,

permanecemos em dúvida sobre o quanto a fragmentação sindical regional ou por municípios é benéfica aos trabalhadores, porque intensifica a fragmentação da própria classe.

Façamos, agora, um esforço de compreensão dos processos que envolvem as relações de trabalho estabelecidas em Mato Grosso do Sul.

3.5 A dimensão espacial da reestruturação industrial no estado

Mato Grosso do Sul experimentou o crescimento industrial num período de 14 anos, o que, conseqüentemente, desdobrou-se no aumento dos postos de trabalho – mas, também, das demissões.

As indústrias que passaram a se instalar no estado, sobretudo as oriundas de São Paulo e Paraná, são, em geral, indústrias e agroindústrias de capital intensivo, ou seja, indústrias com um alto grau de tecnologia no processo produtivo, diferentes das indústrias que estavam presentes em Mato Grosso do Sul no início dos anos 2000.

Entretanto, ao mesmo tempo em que há inserção de tecnologia nas indústrias, há, também, admissões e, principalmente, demissões. Isto pode ser comprovado quando notamos que, entre os 20 setores industriais analisados, 12 obtiveram saldo negativo de trabalhadores em 2014: minerais metálicos, minerais não metálicos, bebidas, vestuário, couros, produtos de madeira, impressão biocombustível, borracha e materiais plásticos, fármacos, máquinas e equipamentos elétricos e veículos e reboques. Em 2007, apenas o setor alimentício havia apresentado saldo negativo.

No centro desse processo, temos a “lei da queda tendencial da taxa de lucro”, proposta por Marx (1982) no século XIX e que, ainda hoje, nos ajuda a compreender a realidade.

Segundo Marx (1982), a introdução de máquinas no processo produtivo tem a função de economizar mão de obra (trabalho vivo) e aumentar a produtividade da empresa. Entretanto, se uma máquina consegue transformar uma maior quantidade de matéria-prima (máquinas, equipamentos e matéria-prima equivalem ao capital constante) em menor período de tempo, há um

aumento de custos com capital constante e uma redução de trabalho vivo empregado. Sabendo que a taxa de lucro do capitalista vem da expropriação da mais-valia – do trabalho não pago ao trabalhador –, ou seja, sendo a mais-valia equivalente ao salário, chamado aqui de capital variável, o aumento da produtividade causado pela inserção de máquinas na produção reduz o trabalho vivo utilizado e eleva os custos (capital total) da produção a serem pagos pelo capitalista, diminuindo, assim, sua taxa de lucro, uma vez que empregará um número menor de trabalhadores e, conseqüentemente, extrairá menos mais-valia. Nem mesmo quando o capitalista terminar de pagar os custos com os equipamentos (capital constante) conseguirá recuperar e frear a queda da taxa de lucro, na medida em que foram suprimidos aqueles antigos postos de trabalho, gerando um desemprego estrutural.

Ainda de acordo com Marx (1982, p. 133, grifo do autor), “é sempre uma mesma *quantidade* de mais-valia, que a cada aumento do capital total dá uma *taxa* de lucro sempre menor”. E reitera: “a tendência progressiva à baixa da taxa geral do lucro não é mais do que uma expressão particular do modo capitalista de produção”.

Se, cada vez mais, houver diminuição do trabalho vivo empregado e aumento dos meios de produção postos em movimento, a taxa de mais-valia também tende a diminuir. Um produto com menor emprego de trabalho vivo tende a custar mais barato, individualmente, sendo necessária uma maior produtividade para auferir lucros maiores (MARX, 1982).

Para Marx (1982, p. 135, grifo do autor), “naturalmente os capitalistas tentam um contrapeso para a queda da taxa de lucro, empreendendo *uma exploração mais intensa da força de trabalho*”. Esta é uma realidade que pode ser identificada no estudo de caso dos setores industriais de alimentos, construção e biocombustíveis em Mato Grosso do Sul.

No setor de alimentos, o sindicalista afirmou que existe dificuldade de manter o ganho real do trabalhador acima da inflação, sinalizando uma faixa salarial baixa no estado – muito embora tenha atribuído o fato à crise econômica vivenciada pelo país, desde meados dos anos 2000. Entretanto, a prática de “*diminuir o salário abaixo do valor da força de trabalho*, [...] é de fato um dos meios mais importantes de fazer frente à tendência da queda da taxa

de lucro” (MARX, 1982, p. 135, grifo do autor), e isso independe dos períodos de crise, embora possa ser acentuado durante eles.

Além disso, o autor aponta, ainda, o prolongamento da jornada de trabalho como mais um modo de diminuir essa queda de lucro – outra prática comumente encontrada em Mato Grosso do Sul e apontada pelos sindicalistas como motivo de conflitos entre sindicatos e trabalhadores, já que o trabalhador considera a hora extra benéfica ao seu ganho real, sem entender a exploração do trabalho escamoteada nesse processo.

Contudo, para compreender a realidade da reestruturação industrial em Mato Grosso do Sul, é necessário entender que esse processo está inserido em processos globais, como a mudança do modelo fordista de acumulação para o regime de acumulação flexível, mesmo que o primeiro não tenha desaparecido completamente (HARVEY, 1996).

A acumulação flexível, como o próprio nome indica, é marcada pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1996, p. 140), possibilitada pelas alterações políticas e socioeconômicas pós década de 1970.

Uma dessas alterações é o desenvolvimento das tecnologias de informação, que permitiram a difusão instantânea dos fatos e decisões, sendo, inclusive, fator determinante para o que Harvey chama de “compressão espaço-tempo”. Segundo ele, “esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida [...]” (HARVEY, 1996, p. 140-1).

As empresas oriundas de outros estados que se instalaram em Mato Grosso do Sul, principalmente as agroindústrias exportadoras, possuem normas e regulamentos os quais o trabalhador deve cumprir para manter a qualidade do produto e sua aceitação no mercado (além, é claro, de seu emprego) que, somados à introdução de maquinário mais sofisticado, causaram o aumento das exigências de qualificação profissional no estado. Entretanto, as ações das empresas no território sul-mato-grossense vão além da exigência de qualificação profissional.

O aumento das fusões e aquisições oriundas do período de globalização estimulou a formação de monopólios, como podemos observar no setor de

alimentos de Mato Grosso do Sul: um único grupo é proprietário de várias indústrias do segmento de carnes, couros e setores complementares. Essa prática contribui para o aumento do desemprego porque o grupo, proprietário de muitas unidades produtivas, pode optar pelo fechamento de unidades fabris em determinados locais sem perder lucratividade, na medida em que, geralmente, possui investimentos diversificados abrangendo setores variados. Nesse caso, o ônus fica para os municípios e o estado, que veem crescer o desemprego; quem sentirá as consequências desse processo é o trabalhador, evidenciando a dimensão espacial do processo de reestruturação da indústria em Mato Grosso do Sul.

Outra face da exploração do trabalho pode ser identificada no trabalho rotativo, ou emprego sazonal, citado por todos os sindicalistas entrevistados no estado. A rotatividade, segundo Harvey (1996), está relacionada à baixa especialização do trabalhador e à facilidade de encontrar mão de obra abundante. Eis outra característica do regime de acumulação flexível: o trabalho rotativo, “[...] empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1996, p. 144). Apesar de todos os setores analisados apresentarem taxa de rotatividade do trabalho, a construção civil se destaca no estado, pois apresentou os maiores índices de admissões e demissões em sete anos.

De forma geral, os sindicalistas entrevistados mostraram-se pouco incisivos quanto à luta por melhorias das condições de trabalho em Mato Grosso do Sul, restringindo-se às negociações de acordos coletivos e ações de fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas, o que sinaliza mudanças no comportamento sindical.

Devido à atual conjuntura político-econômica do país, às mudanças globais e ao poder de mando das corporações no território (SANTOS, 2012), o sindicato, atualmente, foge de enfrentamentos mais radicais entre empregadores e empregados e visa manter o mínimo de benefícios já conquistados, evitando possíveis perdas e, principalmente, demissões – o que nos fez questionar o grau de proteção sindical que o trabalhador da indústria possui no estado. Nesse sentido, Harvey assevera:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há), de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 1996, p. 141).

O enfraquecimento sindical pode ser constatado de forma implícita nas entrevistas, apresentadas nos itens anteriores; ademais, a fragmentação sindical que ocorre no setor de biocombustíveis no estado é um exemplo desse processo, fragmentando, inclusive, a própria classe trabalhadora.

Além disso, o processo de reestruturação industrial de Mato Grosso do Sul apresentou crescimento de agroindústrias exportadoras – como, por exemplo, os setores de carnes, celulose e papel e biocombustíveis, entre outros –, visando aumentar os ganhos dos empresários industriais e, também, do estado.

O comércio exterior, enquanto baixa o valor dos elementos do capital constante ou dos meios de subsistência, faz subir a taxa de lucro. (Porque a taxa de lucro é a taxa de mais-valia em relação ao capital total; logo ele aumenta tanto pela baixa no valor do capital quanto pelo aumento da mais-valia.) O comércio exterior funciona essencialmente desse modo, permitindo o aumento da produção. Por isso, ele acelera por um lado a acumulação; mas, por outro lado, a diminuição do capital variável em relação ao capital constante consequentemente diminui a taxa de lucro. (MARX, 1982, p. 136).

Eis a razão dos investimentos em exportação no Mato Grosso do Sul: aumentar a taxa de lucro. Entretanto, esse aumento escamoteia os baixos salários dos trabalhadores da indústria e a alta taxa de desemprego encontrada no estado.

A precarização do trabalho, os baixos salários e a exploração do trabalhador são contradições inerentes ao próprio sistema capitalista que, segundo Harvey,

está se tornando cada vez mais organizado, *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional. (HARVEY, 1996, p. 150-1, grifo do autor).

Pelo exposto, compreendemos que a reestruturação industrial no Mato Grosso do Sul é um desdobramento de processos globais, impondo lógicas exógenas ao local que, em sua dimensão espacial, reflete, diretamente, nas

relações de trabalho estabelecidas. Contudo, mesmo cientes de que as contradições que emergem em escala local são inerentes ao próprio sistema capitalista, acreditamos que é necessário continuar lutando por condições de trabalho mais justas e que atendam, de fato, também aos interesses dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A industrialização brasileira, iniciada em 1930 com a implementação do processo de substituição de importações, desenvolveu-se mais intensamente nos estados litorâneos – com destaque para a região Sudeste, onde a atividade cafeeira já havia lançado bases para o desenvolvimento industrial no país. Dessa forma, Mato Grosso do Sul não desenvolveu seu parque industrial da mesma maneira que os estados vizinhos, principalmente São Paulo. Entretanto, isso não significa que Mato Grosso do Sul esteve alheio aos imperativos da industrialização.

Como vimos, o estado, que historicamente fora terra da pecuária extensiva, já no período pós-Segunda Guerra configurou-se como extensão da economia do Sudeste, com áreas proximais e limítrofes na função de fronteira agrícola, fornecendo matéria-prima e alguns produtos semielaborados à região industrial.

Esse cenário sofreu modificações na década de 1970, devido às políticas públicas federais de desenvolvimento regional, elegendo, no estado, quatro municípios como “pólos de desenvolvimento” – Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá –, a fim de dinamizar e diminuir as desigualdades regionais no país. Dessa forma, esses municípios tornaram-se importantes para a economia estadual, por aglutinarem maior quantidade de unidades fabris, comércio e serviços mais desenvolvidos e possuírem elevado contingente populacional, se comparados a outros municípios do estado. No entanto, os avanços das técnicas e tecnologias de informação, o advento da globalização e, sobretudo, a conformação do meio técnico-científico informacional não foram absorvidos igualmente em todas as regiões do Brasil; pelo contrário, intensificaram as desigualdades regionais.

Contudo, na década de 1970, inicia-se o processo de desconcentração industrial, que veio a ser um grande indutor da industrialização e da reestruturação da indústria em Mato Grosso do Sul no início dos anos 2000.

A decadência do modelo neoliberal e a retomada das políticas industriais em meados dos anos 2000, com a ascensão de governos de “esquerda” – que se apresentaram como contraponto a algumas políticas neoliberais – foram

decisivos para a intensificação da industrialização no estado, sendo que Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 38,8% no número de indústrias entre 2000 e 2014.

O processo de reestruturação industrial de Mato Grosso do Sul deu-se com as mudanças das características das indústrias que vieram a se instalar no estado. Em 2000, a indústria sul-mato-grossense era marcada pelo emprego de baixa tecnologia na produção e mão de obra abundante, sendo empresas de alcance local e regional. Com a implantação da Lei nº 93/2001 de incentivos fiscais, o Estado exerceu poder de atração industrial, principalmente, sobre indústrias do interior dos estados de São Paulo e Paraná, limítrofes com Mato Grosso do Sul, ou sobre aquelas que se localizavam nos eixos de desenvolvimento e viram a possibilidade de diminuir custos produtivos, tornando seus produtos mais competitivos no mercado.

Desse modo, em 2014, podemos identificar dois tipos de indústrias inseridas no processo de reestruturação industrial no estado. Em primeiro lugar, há aquelas oriundas do Sudeste e de estados vizinhos, as quais se instalaram em Mato Grosso do Sul devido à política estadual de incentivos fiscais, visando diminuir custos com a produção. Essa indústria obteve maior mobilidade espacial no período em análise, uma vez que as especificidades do lugar e sua formação sócio-espacial não influenciam em sua localização, o que permite sua migração para lugares economicamente mais atrativos. As indústrias desses setores foram responsáveis por dinamizar municípios com pouca tradição industrial e fora do eixo dos quatro municípios escolhidos como “pólos de desenvolvimento”, conferindo importância econômica e regional a esses “novos” municípios do estado.

Nesse grupo, podemos destacar as indústrias calçadistas que se instalaram no município de Três Lagoas, limítrofe com o estado de São Paulo, as quais saíram do interior do estado buscando vantagens comparativas e competitivas em Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva, podemos identificar, também, a instalação de indústrias do setor de vestuário em Mundo Novo e Eldorado, localizados no extremo sul do estado, oriundas do Paraná.

Por outro lado, houve um aumento de agroindústrias exportadoras no estado, de capital intensivo e oriundas, sobretudo, da metrópole paulista. Essas indústrias se beneficiam das particularidades da formação sócio-espacial

regional no desenvolvimento de seus processos produtivos, ou seja, aproveitam-se das rugosidades do lugar para fortalecer o empreendimento – como observamos no setor de carnes, em que se criou uma estrutura na porção Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, concentrando proximidade com a matéria-prima (pecuária), o cultivo de grãos (soja e milho) usados na alimentação animal, a logística para transporte e escoamento da produção, principalmente as rodovias que cortam todo o estado e facilitam a relação com o mercado consumidor, além do cenário político favorável e da mão de obra em abundância existente. Ademais, na medida em que o estado de São Paulo vai sendo ocupado com a cana-de-açúcar a pecuária perde espaço e juntamente com a atividade frigorífica busca em outros estados, como o Mato Grosso do Sul, lugares em potencial.

O mesmo pode ser constatado no setor de celulose e papel, na medida em que apenas duas grandes corporações são responsáveis por toda a exportação de pasta química da madeira do estado. Essas agroindústrias de capital intensivo aproveitaram-se da produção florestal já existente desde as décadas de 1970 e 1980 para implementar um complexo de celulose e papel na mesorregião Leste, ampliando a plantação de eucalipto e, inclusive, substituindo terras anteriormente dominadas pela pecuária extensiva.

Ademais, vemos que o poder das grandes corporações no território age, até mesmo, como forma de especialização regional, criando estruturas produtivas – por exemplo, da carne, da celulose, do biocombustível, entre outras – que se fortalecem regionalmente e inibem a instalação de indústrias de setores diferentes no lugar já dominado por determinada atividade. As grandes corporações agroindustriais adensaram-se, principalmente, em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, uma vez que esses municípios já possuíam uma dinâmica interna favorável, fortalecendo, assim, sua importância para a economia do estado.

Essas tipologias de indústrias identificadas em Mato Grosso do Sul são desdobramentos tanto do processo de desconcentração industrial quanto das novas lógicas globais de acumulação, possibilitadas por meio do avanço e da disseminação das tecnologias – sobretudo de informação – pelo mundo, o que Milton Santos (2012) denominou de meio técnico-científico-informacional.

As mesmas transformações que possibilitaram uma reestruturação industrial em Mato Grosso do Sul, fomentando o crescimento econômico e industrial, atuam como intensificadoras da exploração perversa do trabalhador, nos moldes do regime de acumulação flexível. Isso pode ser identificado após a análise dos dados de emprego e das entrevistas realizadas com representantes dos sindicatos dos trabalhadores dos setores de alimentos, construção e biocombustível: prolongamento do trabalho, por meio das horas extras, manutenção de baixos salários e precariedade das moradias e alojamentos – eis a dimensão espacial do processo de reestruturação industrial no Mato Grosso do Sul.

Entretanto, percebemos certa “naturalização” das condições de exploração do trabalhador da indústria sul-mato-grossense, devido ao posicionamento pouco contundente dos sindicalistas frente à defesa de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de qualidade de vida para os trabalhadores – condição que entendemos como parte do atual jogo de forças entre patrões e empregados, dado pela lógica da acumulação.

Destacamos que a pesquisa despertou novos questionamentos, deixados como agenda para futuros trabalhos – como compreender os fatores determinantes desse processo e, também, identificar de que forma atuam as instituições no processo de reestruturação industrial em Mato Grosso do Sul.

Contudo, acreditamos que o enfraquecimento sindical e sua fragmentação em setores industriais – ou, até mesmo, dentro de um mesmo setor – fortalecem não a luta pelos direitos trabalhistas, mas, sim, a fragmentação da classe trabalhadora, que não se identifica como igual. Essa fragmentação, essencial ao desenvolvimento capitalista, elemento da alienação do capital e do trabalho, é fundamental para a manutenção da acumulação de capital, que é imbuída de contradições. Além disso, o papel das pesquisas – e acreditamos ter contribuído com o desvelamento do real – é pensar sobre as estratégias de luta pela redução das desigualdades atuais e condizentes com as lógicas de acumulação que vão se construindo nos diferentes espaços geográficos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ARANHA-SILVA, E. **O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo de caso do Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2002.

_____. et. al. industrialização, dinâmica territorial e implicações socioambientais em Mato Grosso do Sul/BR. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, Costa Rica, II sem. de 2011.

AZZONI, C. R. **Indústria e Reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

BAER, W. Esforços de industrialização anteriores à II Guerra Mundial. In: _____. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988, p. 9-28.

BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma potência regional na economia-mundo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BERTHOLI, A. **O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul-matogrossense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W, B... et. al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. Economia do desenvolvimento – do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (org.) **Desenvolvimento econômico e crise**. São Paulo: Contraponto, 2012. P. 27-66.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

_____. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, 2012, p. 831 – 851.

CATTANIO, M. B. **A dinâmica urbana e a estruturação espacial de Três Lagoas**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Bauru: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Sagrado Coração de Jesus, 1976.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set., 1993.

FIEMS. **Cadastro Industrial**: banco de dados. CD-ROM, Campo Grande, 2014.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n.2, 2005, p.67-80.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GOLDSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão regional do trabalho e nova regionalização. In: Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. **Fundamentos para o ensino de geografia** – seleção de textos. São Paulo, CENP, 1989.

GUARDADO, F.; BOLLE, M. B. Estabilizadores automáticos e política industrial. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LAMOSO, L. P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia).

_____. “Neodesenvolvimentismo” brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24, n. 3, set./dez., 2012, p. 391 - 404.

_____. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 3, 2013.

LEAL, G. Q. **Moradia na cidade**: a produção capitalista do espaço urbano de Três Lagoas/MS. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaços & Debates**, São Paulo, 1994, nº 38.

_____. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan./jun., 2011.

MARTINS, D. A. **As relações de trabalho no setor de biocombustível**. Dourados, 09 dez. 2015. Fundamentação para pesquisa de mestrado. Entrevista concedida a Thayná Nogueira Gomes.

MARX, K. Queda da taxa de lucro. In: _____. **O capital**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 7 ed., v. I, 1982.

MILANI, P. H. **Dinâmica territorial da rede urbana na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS.

PAULANI, L. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira – sua dinâmica e seus impasses. In: _____. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 106-139.

PERPETUA, G. M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

RANGEL, I. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 1983, p. 31-42.

_____. Dualidade e ciclo longo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 1, jan./mar., 1984.

_____. Recursos ociosos e ciclo econômico (alternativas para a crise brasileira). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./mar., 1989.

_____. Dualidade básica da economia brasileira. In: BENJAMIN, C. (Org). **Obras reunidas/Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012, 2v.

REOLON, C. A. **Os espaços de comando do capital e de produção industrial no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Presidente Prudente: [s.n], 2012.

REVISTA VALOR ECONÔMICO, 2014. Mato Grosso do Sul: Parque industrial cresce com agronegócio forte. São Paulo. Abr. 2014.

RIBEIRO-SILVA, C. H. **A lógica da territorialização da indústria: o parque industrial em Três Lagoas – MS de 1990-2010**. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

SADER, E. Brasil, de Getúlio a Lula. In: _____; GARCIA, M. A. (Orgs.) **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo & Perseu Abramo, 2010.

SALOMÃO, R. S. **As relações de trabalho no setor de alimentos**. Campo Grande, 19 nov. 2015. Fundamentação para pesquisa de mestrado. Entrevista concedida a Thayná Nogueira Gomes.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de geografia**, São Paulo, nº 54, 1977.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Livro vira-vira 1. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 7 reimp. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, W. V. **As relações de trabalho no setor de construção**. Campo Grande, 18 nov. 2015. Fundamentação para pesquisa de mestrado. Entrevista concedida a Thayná Nogueira Gomes.

SEMA/IMASUL. **Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: UEMS, 2010. 194 p.

SEMAC/IBGE. **Produto Interno Bruto Municipal: 2005 - 2012**. Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2014. PDF.

SOUZA, A. O. **A polarização como estratégia de desenvolvimento regional: o caso de Mato Grosso do Sul**. Home page do Centro de Estudos Humboldt, Buenos Aires, v. 1, p. 1-20, 2005.

SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245 (69), 2007.

_____; SANTOS, L. B. O capitalismo industrial brasileiro: origens, subordinação e internacionalização. In: _____. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez., 1988.

SITES CONSULTADOS

ARCA (2015). Disponível em:
<http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=3553>. Acesso em: 12 de ago. de 2015.

BRASIL MAIOR – MDIC (2015). Disponível em:
<<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>. Acesso em 03 de Ago. de 2015.

CAGED, 2016. *Banco de dados da Web*. Disponível em:
<<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 20 jan. 2016.

CNAE 2.0 (2015). Disponível em:
<https://cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_202@CNAE%202.2%20-%20Subclasses@0@cnaefiscal@0>. Acesso em 20 Ago. de 2015.

DEAEX/MDIC (2015). Balança comercial brasileira: dados consolidados - 2014 (jan-dez). Disponível em:
<http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf>. Acesso em: 03 de Ago. de 2015.

ELDORADO BRASIL, 2015. Modelo de Governança. Disponível em:
<<http://www.eldoradobrasil.com.br/Investidores/Modelo-de-Governanca/Estrutura%20Societaria>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IBGE, 2015. Censo agropecuário de 1996. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/50/d50_t05.shtm>. Acesso em 12 de ago. 2015.

IBGE, 2015. Censo agropecuário de 2006. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ms&tema=censoagro>>. Acesso em 12 de ago. 2015.

IBGE, 2015. Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados|infograficos:-historico>>. Acesso em 12 de ago. 2015.

ISTO É DINHEIRO, 2016. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150119/retorno-vaqueiro/224724.shtml>>. Acesso em: 31 de jan. de 2016.

PREFEITURA DE DOURADOS (Síntese Histórica), 2015. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/sintese-historica/>>. Acesso em 16 de Ago. 2015.

SEMADE, 2015. *Banco do dados da Web*: BDWEB. Disponível em: <<http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em 26 ago. 2015.

SENAR/MS. Complexo da Borracha será instalado em Cassilândia e vai gerar mais de 5 mil empregos. Disponível em: <<http://senarms.org.br/complexo-da-borracha-sera-instalado-em-cassilandia-e-vai-gerar-mais-de-5-mil-empregos/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ANEXOS

Tabela 1 – Total de Indústrias em Mato Grosso do Sul: 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

		Continua	
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	48	103
	Anaurilândia	6	22
	Aparecida do Taboado	47	86
	Bataguassu	35	84
	Batayporã	13	47
	Brasilândia	33	64
	Cassilândia	36	104
	Chapadão do Sul	27	97
	Costa Rica	28	68
	Inocência	10	38
	Nova Andradina	50	171
	Paraíso das Águas	0	7
	Paranaíba	90	140
	Ribas do Rio Pardo	24	98
	Santa Rita do Pardo	4	13
	Selvíria	10	30
	Taquarussu	4	8
	Três Lagoas	158	469
Total (por mesorregião)		623	1649
Centro-Norte	Alcinópolis	2	10
	Bandeirantes	7	15
	Camapuã	24	31
	Campo Grande	923	2461
	Corguinho	2	13
	Coxim	52	115
	Figueirão	0	6
	Jaraguari	6	15
	Pedro Gomes	6	18
	Rio Negro	6	10
	Rio Verde de Mato Grosso	31	75
	Rochedo	8	9
	São Gabriel do Oeste	28	77
	Sidrolândia	33	124
	Sonora	12	39
	Terenos	22	64
Total (por mesorregião)		1162	3082

		Conclusão	
Mesorregião	Município	2000	2014
Sudoeste	Amambai	33	85
	Angélica	13	18
	Antônio João	6	15
	Aral Moreira	3	14
	Bela Vista	16	29
	Bodoquena	11	18
	Bonito	28	71
	Caarapó	34	68
	Caracol	2	10
	Coronel Sapucaia	17	44
	Deodápolis	16	29
	Douradina	6	14
	Dourados	271	658
	Eldorado	11	59
	Fátima do Sul	23	42
	Glória de Dourados	18	27
	Guia Lopes da Laguna	15	31
	Iguatemi	15	37
	Itaporã	17	41
	Itaquiraí	21	44
	Ivinhema	53	99
	Japorã	1	10
	Jardim	25	64
	Jateí	1	7
	Juti	2	8
	Laguna Carapã	1	14
	Maracaju	36	103
	Mundo Novo	42	111
	Naviraí	63	172
	Nioaque	5	21
	Nova Alvorada do Sul	13	51
	Novo Horizonte do Sul	7	16
	Paranhos	3	16
	Ponta Porã	48	153
	Rio Brilhante	22	84
	Sete Quedas	16	25
	Tacuru	8	14
	Vicentina	5	17
Total (por mesorregião)		927	2339
Dos Pantaneais	Anastácio	23	54
	Aquidauana	56	76
	Corumbá	50	134
	Dois Irmãos do Buriti	3	15
	Ladário	6	17
	Miranda	28	40
	Porto Murtinho	4	13
Total (por mesorregião)		170	349
TOTAL GERAL (unidades)		2882	7419

Tabela 2 - Quantidade de indústrias do Setor Alimentício em Mato Grosso do Sul: 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Continua			
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	3	4
	Anaurilândia	0	10
	Aparecida do Taboado	15	16
	Bataguassu	10	18
	Batayporã	7	14
	Brasilândia	4	4
	Cassilândia	14	28
	Chapadão do Sul	7	4
	Costa Rica	12	11
	Inocência	3	9
	Nova Andradina	16	37
	Paraíso das Águas	0	0
	Paranaíba	33	29
	Ribas do Rio Pardo	3	5
	Santa Rita do Pardo	2	5
	Selvíria	5	9
	Taquarussu	3	0
	Três Lagoas	23	54
Total (por mesorregião)		160	257
Centro-Norte	Alcinópolis	1	0
	Bandeirantes	4	7
	Camapuã	13	8
	Campo Grande	105	379
	Corguinho	0	2
	Coxim	13	24
	Figueirão	0	1
	Jaraguari	2	3
	Pedro Gomes	1	8
	Rio Negro	3	5
	Rio Verde de Mato Grosso	7	13
	Rochedo	3	1
	São Gabriel do Oeste	10	22
	Sidrolândia	9	30
	Sonora	3	13
	Terenos	9	12
Total (por mesorregião)		183	528

			Conclusão
Mesorregião	Município	2000	2014
Sudoeste	Amambai	10	10
	Angélica	2	1
	Antônio João	2	1
	Aral Moreira	2	5
	Bela Vista	4	4
	Bodoquena	3	1
	Bonito	7	10
	Caarapó	9	11
	Caracol	0	1
	Coronel Sapucaia	3	4
	Deodápolis	11	13
	Douradina	3	1
	Dourados	64	88
	Eldorado	5	6
	Fátima do Sul	9	9
	Glória de Dourados	7	7
	Guia Lopes da Laguna	7	15
	Iguatemi	6	5
	Itaporã	8	12
	Itaquiraí	10	14
	Ivinhema	25	30
	Japorã	1	3
	Jardim	10	14
	Jateí	0	0
	Juti	1	1
	Laguna Carapã	1	4
	Maracaju	17	16
	Mundo Novo	7	20
	Naviraí	18	26
	Nioaque	1	2
	Nova Alvorada do Sul	6	8
	Novo Horizonte do Sul	6	4
	Paranhos	2	7
	Ponta Porã	12	24
	Rio Brilhante	12	27
	Sete Quedas	7	14
	Tacuru	6	6
	Vicentina	3	4
Total (por mesorregião)		307	428
Dos Pantaneais	Anastácio	10	17
	Aquidauana	15	21
	Corumbá	9	32
	Dois Irmãos do Buriti	0	4
	Ladário	1	1
	Miranda	4	6
	Porto Murtinho	0	1
Total (por mesorregião)		39	82
TOTAL GERAL (unidades)		689	1295

Tabela 3 – Municípios que possuem indústrias do setor têxtil em 2000, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Continua					
Mesorregião	Município	2000	2007	2010	2014
Leste	Aparecida do Taboado	0	4	4	2
	Bataguassu	0	0	1	1
	Batayporã	0	1	1	1
	Cassilândia	0	0	0	3
	Chapadão do Sul	3	3	2	2
	Costa Rica	0	0	0	1
	Nova Andradina	0	0	1	4
	Paranaíba	0	1	1	1
	Três Lagoas	9	10	9	20
	Total (por mesorregião)	12	19	19	35
Centro-Norte	Camapuã	0	0	0	1
	Campo Grande	3	7	16	59
	Coxim	2	1	1	5
	Jaraguari	0	0	0	1
	Pedro Gomes	0	0	0	1
	Rio Verde de Mato Grosso	0	1	2	1
	São Gabriel do Oeste	0	1	8	6
	Sidrolândia	0	0	1	0
	Sonora	0	0	0	1
	Terenos	0	0	0	1
	Total (por mesorregião)	5	10	28	76
Sudoeste	Amambai	0	0	1	3
	Angélica	0	0	0	3
	Antônio João	0	0	2	2
	Bela Vista	0	0	4	1
	Bodoquena	0	0	0	1
	Bonito	0	0	1	2
	Caarapó	0	0	1	1
	Deodápolis	0	0	0	1
	Dourados	0	0	0	11
	Eldorado	0	0	0	2
	Fátima do Sul	1	1	1	2
	Glória de Dourados	0	0	1	1
	Guia Lopes da Laguna	0	1	1	0
	Iguatemi	0	0	0	6
	Itaporã	0	0	0	2
	Itaquiraí	0	1	2	2
	Ivinhema	0	1	2	2
	Jardim	0	0	1	2
	Laguna Carapã	0	0	0	1
	Maracaju	1	2	3	4
	Mundo Novo	0	1	1	6
	Naviraí	3	3	3	3
	Ponta Porã	1	0	0	3
	Sete Quedas	0	1	0	2

		Conclusão			
Mesorregião	Município	2000	2007	2010	2014
Sudoeste	Vicentina	0	0	0	1
Total (por mesorregião)		6	11	24	64
Dos Pantaneais	Anastácio	0	0	1	2
	Corumbá	0	0	0	1
Total (por mesorregião)		0	0	1	3
TOTAL GERAL (unidades)		23	40	74	178

Tabela 4 – Municípios de Mato Grosso do Sul que possuíam indústrias de vestuário em 2007 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

		Continua	
Mesorregião	Município	2007	2014
Leste	Água Clara	0	1
	Anaurilândia	2	0
	Aparecida do Taboado	4	7
	Bataguassu	3	6
	Batayporã	5	8
	Brasilândia	0	1
	Cassilândia	5	9
	Chapadão do Sul	3	13
	Inocência	0	3
	Nova Andradina	15	23
	Paranaíba	6	11
	Ribas do Rio Pardo	0	7
	Santa Rita do Pardo	0	1
	Selvíria	3	8
	Taquarussu	1	4
	Três Lagoas	17	37
Total (por mesorregião)		64	139
Centro-Norte	Campo Grande	86	317
	Coxim	4	14
	Figueirão	0	1
	Pedro Gomes	0	2
	Rio Verde de Mato Grosso	3	6
	Rochedo	0	3
	São Gabriel do Oeste	4	4
	Sidrolândia	8	14
	Sonora	5	4
	Terenos	0	6
Total		110	371
	Amambai	8	19
	Angélica	1	0
	Aral Moreira	0	2
	Bela Vista	0	3
	Bodoquena	0	2
	Bonito	2	13

		Conclusão	
Mesorregião	Município	2007	2014
Sudoeste	Caarapó	9	10
	Coronel Sapucaia	2	6
	Deodápolis	0	1
	Douradina	0	3
	Dourados	27	74
	Eldorado	6	23
	Fátima do Sul	3	4
	Glória de Dourados	5	5
	Guia Lopes da Laguna	1	2
	Iguatemi	6	9
	Itaporã	0	1
	Itaquiraí	1	5
	Ivinhema	7	13
	Japorã	0	1
	Jardim	1	5
	Jateí	4	4
	Juti	1	3
	Laguna Carapã	0	2
	Maracaju	1	3
	Mundo Novo	20	36
	Naviraí	15	17
	Nioaque	2	5
	Nova Alvorada do Sul	0	4
	Novo Horizonte do Sul	4	7
	Ponta Porã	4	18
	Rio Brilhante	2	5
	Sete Quedas	2	1
	Tacuru	1	2
	Vicentina	0	1
	Total	135	309
Dos Pantanais	Anastácio	0	2
	Aquidauana	4	6
	Corumbá	0	8
	Dois Irmãos do Buriti	0	4
	Ladário	0	5
	Miranda	0	6
	Porto Murtinho	0	3
	Total	4	34
TOTAL GERAL (unidades)		313	853

Tabela 5 – Municípios que possuíam indústrias do setor de couros em 2007 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2007	2014
	Água Clara	1	0
	Aparecida do Taboado	3	1
	Bataguassu	0	2
	Batayporã	0	2
	Cassilândia	2	3
	Inocência	0	2
	Nova Andradina	1	3
	Paranaíba	7	12
	Ribas do Rio Pardo	0	1
	Três Lagoas	5	7
	Total (por mesorregião)	19	33
Centro-Norte	Bandeirantes	1	0
	Camapuã	0	2
	Campo Grande	14	45
	Coxim	1	0
	Figueirão	0	1
	Rio Verde de Mato Grosso	0	5
	Total (por mesorregião)	16	53
Sudoeste	Amambai	2	2
	Antônio João	0	5
	Bonito	2	3
	Coronel Sapucaia	0	1
	Dourados	2	5
	Glória de Dourados	0	1
	Guia Lopes da Laguna	1	0
	Iguatemi	0	2
	Itaquiraí	2	0
	Ivinhema	0	2
	Jardim	0	2
	Naviraí	0	2
	Nova Alvorada do Sul	0	1
	Rio Brilhante	2	1
	Total (por mesorregião)	11	27
Dos Pantanais	Anastácio	0	2
	Corumbá	0	3
	Total (por mesorregião)	0	5
TOTAL GERAL (unidades)		52	118

Tabela 6 – Municípios que possuíam indústrias do setor metalúrgico em 2000 e 2014 no Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

		Continua	
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	0	6
	Aparecida do Taboado	6	15
	Bataguassu	3	12
	Batayporã	0	3
	Brasilândia	2	9
	Cassilândia	14	28
	Chapadão do Sul	3	11
	Costa Rica	0	3
	Inocência	2	4
	Nova Andradina	2	23
	Paranaíba	10	22
	Ribas do Rio Pardo	3	4
	Selvíria	0	3
	Taquarussu	0	2
	Três Lagoas	10	42
Total (por mesorregião)		55	187
Centro-Norte	Campo Grande	56	127
	Coxim	6	13
	Figueirão	0	2
	Jaraguari	0	1
	Pedro Gomes	2	2
	Rio Verde de Mato Grosso	2	7
	São Gabriel do Oeste	5	7
	Sidrolândia	2	12
	Sonora	1	0
	Terenos	0	3
Total (por mesorregião)		74	174
	Amambai	2	4
	Angélica	0	5
	Antônio João	1	3
	Bela Vista	1	1
	Bodoquena	3	1
	Bonito	2	6

Mesorregião	Município	Conclusão	
		2000	2014
Sudoeste	Caarapó	0	8
	Caracol	0	1
	Coronel Sapucaia	0	8
	Deodápolis	0	1
	Douradina	1	1
	Dourados	20	43
	Eldorado	1	5
	Fátima do Sul	3	4
	Guia Lopes da Laguna	0	2
	Iguatemi	2	3
	Itaporã	1	4
	Itaquiraí	2	6
	Ivinhema	2	4
	Japorã	0	1
	Jardim	0	4
	Maracaju	2	18
	Mundo Novo	2	6
	Naviraí	5	13
	Nioaque	0	6
	Nova Alvorada do Sul	2	5
	Novo Horizonte do Sul	2	5
	Ponta Porã	3	7
	Rio Brilhante	0	8
	Sete Quedas	3	4
	Vicentina	0	4
	Total (por mesorregião)	60	191
	Anastácio	1	3
	Aquidauana	2	3
	Corumbá	6	16
	Miranda	2	6
	Porto Murtinho	0	5
	Total (por mesorregião)	11	33
TOTAL GERAL (unidades)		182	566

Tabela 7 – Municípios que possuíam indústrias do setor de minerais não-metálicos em 2000 e 2014 no Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Continua			
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	0	6
	Anaurilândia	0	1
	Aparecida do Taboado	2	6
	Bataguassu	7	11
	Batayporã	4	10
	Brasilândia	20	37
	Cassilândia	4	11
	Chapadão do Sul	2	13
	Costa Rica	3	7
	Inocência	1	5
	Nova Andradina	8	17
	Paraíso das Águas	0	1
	Paranaíba	6	9
	Ribas do Rio Pardo	1	9
	Selvícia	1	2
	Três Lagoas	23	45
	Total (por mesorregião)	82	190
Centro-Norte	Alcinópolis	1	9
	Bandeirantes	0	2
	Campo Grande	50	122
	Corguinho	1	4
	Coxim	5	16
	Jaraguari	3	2
	Pedro Gomes	1	2
	Rio Negro	1	2
	Rio Verde de Mato Grosso	10	25
	Rochedo	4	2
	São Gabriel do Oeste	1	6
	Sidrolândia	6	11
	Sonora	1	4
	Terenos	4	15
	Total (por mesorregião)	88	222
	Amambai	4	10
	Angélica	7	4
	Aral Moreira	1	4
	Bela Vista	3	5
	Bodoquena	4	2
	Bonito	9	13

			Conclusão
Mesorregião	Município	2000	2014
Sudoeste	Caarapó	1	6
	Caracol	1	1
	Deodápolis	2	2
	Douradina	0	1
	Dourados	20	60
	Eldorado	2	8
	Fátima do Sul	4	7
	Glória de Dourados	0	2
	Guia Lopes da Laguna	1	3
	Iguatemi	1	1
	Itaporã	1	8
	Itaquiraí	3	6
	Ivinhema	1	8
	Japorã	0	1
	Jardim	6	9
	Jateí	1	3
	Maracaju	6	11
	Mundo Novo	7	9
	Naviraí	10	19
	Nioaque	1	2
	Nova Alvorada do Sul	1	8
	Novo Horizonte do Sul	0	1
	Ponta Porã	5	15
	Rio Brilhante	1	7
	Sete Quedas	1	2
	Tacuru	0	2
	Vicentina	0	1
Total (por mesorregião)		104	241
Dos Pantanaís	Anastácio	3	6
	Aquidauana	2	7
	Corumbá	9	17
	Dois Irmãos do Buriti	0	1
	Ladário	2	3
	Miranda	10	7
	Porto Murtinho	1	1
Total (por mesorregião)		27	42
TOTAL GERAL (unidades)		300	695

Tabela 8 – Municípios que possuíam indústria do setor de construção em 2007 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Continua			
Mesorregião	Município	2007	2014
Leste	Água Clara	3	11
	Anaurilândia	1	7
	Aparecida do Taboado	1	7
	Bataguassu	2	10
	Batayporã	0	2
	Brasilândia	0	5
	Cassilândia	1	11
	Chapadão do Sul	9	18
	Costa Rica	3	9
	Inocência	0	6
	Nova Andradina	4	17
	Paraíso das Águas	0	3
	Paranaíba	2	13
	Ribas do Rio Pardo	2	2
	Santa Rita do Pardo	0	1
	Taquarussu	1	0
	Três Lagoas	21	85
Total (por mesorregião)		50	207
Centro-Norte	Alcinópolis	1	1
	Bandeirantes	1	2
	Camapuã	0	10
	Campo Grande	192	532
	Corguinho	0	1
	Coxim	5	18
	Figueirão	0	1
	Jaraguari	0	1
	Rio Negro	0	1
	Rio Verde de Mato Grosso	1	8
	São Gabriel do Oeste	4	10
	Sidrolândia	6	21
	Sonora	1	6
	Terenos	3	12
Total (por mesorregião)		214	624
Sudoeste	Amambai	6	13
	Angélica	2	3
	Antônio João	2	2
	Aral Moreira	0	1
	Bela Vista	0	5
	Bodoquena	1	4
	Bonito	0	7

			Conclusão
Mesorregião	Município	2007	2014
Sudoeste	Caarapó	2	11
	Coronel Sapucaia	3	7
	Dourados	32	151
	Eldorado	1	5
	Fátima do Sul	3	7
	Glória de Dourados	0	4
	Guia Lopes da Laguna	0	2
	Iguatemi	1	2
	Itaporã	4	5
	Itaquiraí	2	2
	Ivinhema	1	5
	Jardim	0	7
	Juti	1	3
	Maracaju	1	17
	Mundo Novo	0	5
	Naviraí	9	29
	Nioaque	0	1
	Nova Alvorada do Sul	1	11
	Novo Horizonte do Sul	1	0
	Paranhos	1	4
	Ponta Porã	6	22
	Rio Brilhante	2	11
	Tacuru	1	3
Total (por mesorregião)		83	349
Dos Pantanaís	Anastácio	1	7
	Aquidauana	1	11
	Corumbá	8	11
	Dois Irmãos do Buriti	0	1
	Ladário	0	3
	Miranda	5	3
	Porto Murtinho	0	2
Total (por mesorregião)		15	38
TOTAL GERAL (unidades)		362	1218

Tabela 9 – Municípios que possuíam indústrias de impressão em 2000 e 2014.
 Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Continua			
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	1	3
	Aparecida do Taboado	3	4
	Bataguassu	1	4
	Brasilândia	2	0
	Cassilândia	3	4
	Chapadão do Sul	4	5
	Costa Rica	2	4
	Inocência	1	1
	Nova Andradina	4	7
	Paranaíba	3	9
	Ribas do Rio Pardo	1	2
	Três Lagoas	16	23
Total (por mesorregião)		41	66
Centro-Norte	Bandeirantes	1	0
	Camapuã	1	0
	Campo Grande	144	159
	Coxim	2	6
	Rio Negro	1	1
	Rio Verde de Mato Grosso	3	2
	São Gabriel do Oeste	1	2
	Sidrolândia	2	7
	Sonora	3	2
Total (por mesorregião)		158	179
Sudoeste	Amambai	5	3
	Angélica	1	0
	Bela Vista	2	0
	Bonito	1	5
	Caarapó	1	2
	Coronel Sapucaia	1	4
	Deodópolis	1	1
	Dourados	29	44
	Eldorado	2	0
	Fátima do Sul	1	1
	Glória de Dourados	1	2
	Guia Lopes da Laguna	1	2
	Iguatemi	1	3
	Itaporã	1	2

			Conclusão
Mesorregião	Município	2000	2014
Sudoeste	Itaquiraí	1	1
	Ivinhema	5	5
	Jardim	5	4
	Laguna Carapã	0	1
	Maracaju	2	5
	Mundo Novo	3	4
	Naviraí	3	10
	Nioaque	1	1
	Nova Alvorada do Sul	0	3
	Ponta Porã	7	11
	Rio Brilhante	1	3
	Sete Quedas	1	1
	Vicentina	1	1
	Total (por mesorregião)	78	119
Dos Pantaneais	Anastácio	1	3
	Aquidauana	5	8
	Corumbá	6	12
	Ladário	0	2
	Miranda	2	2
Total (por mesorregião)		14	27
TOTAL GERAL (unidades)		291	393

Tabela 10 – Municípios que possuíam indústrias do setor de bebidas em 2000 e 2014 em Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Aparecida do Taboado	1	0
	Brasilândia	1	2
	Cassilândia	0	1
	Chapadão do Sul	0	1
	Costa Rica	1	0
	Paranaíba	1	0
	Três Lagoas	2	4
Total (por mesorregião)		6	8
Centro-Norte	Campo Grande	8	17
	Corguinho	0	1
	Coxim	2	2
	Rio Verde de Mato Grosso	1	0
	Terenos	0	2
Total (por mesorregião)		11	22
Sudoeste	Bonito	1	1
	Caarapó	1	0
	Dourados	4	3
	Itaporã	1	2
	Jardim	0	1
	Laguna Carapã	0	1
	Maracaju	1	0
	Naviraí	1	1
	Ponta Porã	0	1
Total (por mesorregião)		9	10
Dos Pantanais	Corumbá	1	1
	Porto Murtinho	0	1
Total (por mesorregião)		1	2
TOTAL GERAL (unidades)		26	42

Tabela 11 - Municípios que possuíam indústrias do setor de móveis em 2000 e 2014 em Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Continua			
Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	1	3
	Anaurilândia	1	1
	Aparecida do Taboado	0	4
	Bataguassu	0	4
	Batayporã	0	2
	Brasilândia	0	2
	Cassilândia	4	5
	Chapadão do Sul	0	3
	Costa Rica	0	8
	Inocência	0	1
	Nova Andradina	2	8
	Paranaíba	7	9
	Ribas do Rio Pardo	0	2
	Taquarussu	0	1
	Três Lagoas	9	17
Total (por mesorregião)		24	70
Centro-Norte	Bandeirantes	0	2
	Camapuã	1	2
	Campo Grande	32	158
	Corguinho	0	2
	Coxim	2	6
	Rio Negro	1	1
	Rio Verde de Mato Grosso	2	3
	São Gabriel do Oeste	3	3
	Sidrolândia	1	6
	Sonora	3	2
	Terenos	0	4
Total (por mesorregião)		45	189
Sudoeste	Amambai	3	4
	Antônio João	0	1
	Bela Vista	0	3
	Bonito	0	3
	Caarapó	5	4

		Conclusão	
Mesorregião	Município	2000	2014
Sudoeste	Coronel Sapucaia	2	7
	Deodápolis	0	2
	Douradina	1	3
	Dourados	19	43
	Eldorado	1	2
	Fátima do Sul	1	0
	Glória de Dourados	3	2
	Guia Lopes da Laguna	2	2
	Iguatemi	2	1
	Itaporã	0	3
	Itaquiraí	0	1
	Ivinhema	6	5
	Jardim	0	2
	Laguna Carapã	0	1
	Maracaju	1	4
	Mundo Novo	5	8
	Naviraí	2	7
	Paranhos	0	5
	Ponta Porã	2	11
	Rio Brilhante	2	6
	Sete Quedas	1	3
	Tacuru	1	0
Total (por mesorregião)		59	133
Dos Pantanaís	Anastácio	2	1
	Aquidauana	2	2
	Corumbá	2	5
	Dois Irmãos do Buriti	1	3
	Miranda	0	1
	Porto Murtinho	1	0
Total (por mesorregião)		8	12
TOTAL GERAL (unidades)		136	403

Tabela 12 - Municípios que possuíam indústrias do setor de produtos de madeira em 2000 e 2014 em Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	Continua
			2014
Leste	Água Clara	39	56
	Anaurilândia	3	1
	Aparecida do Taboado	1	8
	Bataguassu	4	5
	Batayporã	1	0
	Brasilândia	2	1
	Cassilândia	1	3
	Chapadão do Sul	0	3
	Costa Rica	1	3
	Inocência	2	4
	Nova Andradina	4	8
	Paranaíba	5	6
	Ribas do Rio Pardo	15	45
	Santa Rita do Pardo	2	0
	Selvíria	1	0
	Taquarussu	1	0
	Três Lagoas	7	17
Total (por mesorregião)		89	160
Centro-Norte	Alcinópolis	1	0
	Bandeirantes	1	1
	Camapuã	2	2
	Campo Grande	37	78
	Corguinho	1	2
	Coxim	6	6
	Pedro Gomes	2	1
	Rio Verde de Mato Grosso	2	3
	Rochedo	1	1
	São Gabriel do Oeste	0	3
	Sidrolândia	3	3
	Sonora	0	1
	Terenos	2	5
Total (por mesorregião)		58	106
Sudoeste	Amambai	4	6
	Angélica	1	1
	Antônio João	2	0
	Aral Moreira	0	1
	Bela Vista	2	4
	Bodoquena	3	4
	Bonito	7	4

		Conclusão	
Mesorregião	Município	2000	2014
Sudoeste	Caarapó	6	6
	Caracol	1	3
	Coronel Sapucaia	6	5
	Deodápolis	2	1
	Douradina	1	4
	Dourados	12	15
	Fátima do Sul	2	4
	Glória de Dourados	2	1
	Guia Lopes da Laguna	2	0
	Iguatemi	1	0
	Itaporã	3	2
	Itaquiraí	4	1
	Ivinhema	8	3
	Japorã	0	2
	Jardim	3	3
	Maracaju	1	2
	Mundo Novo	10	4
	Naviraí	5	4
	Nioaque	2	0
	Nova Alvorada do Sul	0	1
	Paranhos	1	0
	Ponta Porã	5	5
	Rio Brilhante	2	3
	Sete Quedas	3	3
	Tacuru	1	0
Total (por mesorregião)		102	92
Dos Pantanaís	Anastácio	4	6
	Aquidauana	15	10
	Corumbá	6	6
	Dois Irmãos do Buriti	1	1
	Miranda	7	7
	Porto Murtinho	2	0
Total (por mesorregião)		35	30
TOTAL GERAL (unidades)		283	338

Tabela 13 – Municípios que possuíam indústria do setor de produção florestal em 2007 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

		Continua	
Mesorregião	Município	2007	2014
Leste	Água Clara	3	5
	Bataguassu	9	2
	Cassilândia	0	1
	Costa Rica	0	1
	Inocência	0	1
	Nova Andradina	0	1
	Ribas do Rio Pardo	4	11
	Santa Rita do Pardo	0	1
	Selvíria	0	1
	Três Lagoas	0	6
Total (por mesorregião)		16	30
Centro-Norte	Camapuã	1	0
	Campo Grande	1	4
	Corguinho	2	1
	Coxim	2	0
	Jaraguari	1	1
	Pedro Gomes	1	1
	Rio Verde de Mato Grosso	0	1
	Rochedo	0	1
Total(por mesorregião)		8	9
Sudoeste	Bela Vista	1	1
	Bodoquena	1	0
	Bonito	1	0
	Caracol	1	4
	Coronel Sapucaia	1	1
	Japorã	0	2
	Naviraí	1	1
	Nioaque	0	3
	Nova Alvorada do Sul	0	2
Total		6	14

		Conclusão	
Mesorregião	Município	2007	2014
Dos Pantanais	Anastácio	3	2
	Aquidauana	3	3
	Corumbá	5	2
	Dois Irmãos do Buriti	2	0
	Miranda	0	1
Total (por mesorregião)		13	8
TOTAL GERAL (unidades)		35	61

Tabela 14 – Municípios que possuíam indústria do setor de celulose e papel em 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	0	3
	Aparecida do Taboado	0	2
	Bataguassu	0	2
	Brasilândia	4	4
	Inocência	0	1
	Paraíso das Águas	0	1
	Paranaíba	1	1
	Santa Rita do Pardo	0	1
	Três Lagoas	1	13
Total (por mesorregião)		6	28
Centro-Norte	Camapuã	0	2
	Campo Grande	105	379
	São Gabriel do Oeste	1	0
	Sidrolândia	0	1
	Terenos	1	1
Total (por mesorregião)		107	383
Sudoeste	Caarapó	0	4
	Deodápolis	0	1
	Dourados	1	0
	Fátima do Sul	0	1
	Ivinhema	0	1
	Naviraí	0	7
	Nova Alvorada do Sul	0	1
	Novo Horizonte do Sul	0	1
	Ponta Porã	0	1
	Sete Quedas	0	1
Total (por mesorregião)		1	18
Dos Pantaneais	Anastácio	0	1
	Dois Irmãos do Buriti	0	1
Total (por mesorregião)		0	2
TOTAL GERAL (unidades)		689	1295

Tabela 15 – Municípios que possuíam indústria do setor de borracha e materiais plásticos em 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Aparecida do Taboado	0	6
	Bataguassu	1	2
	Batayporã	0	1
	Brasilândia	0	1
	Cassilândia	0	2
	Chapadão do Sul	1	1
	Costa Rica	1	0
	Inocência	1	0
	Nova Andradina	1	2
	Paranaíba	2	5
	Três Lagoas	2	20
Total (por mesorregião)		9	40
Centro-Norte	Campo Grande	12	90
	Coxim	1	0
	São Gabriel do Oeste	1	1
Total (por mesorregiões)		14	91
Sudoeste	Amambai	0	11
	Bela Vista	0	1
	Dourados	3	15
	Fátima do Sul	0	1
	Glória de Dourados	0	1
	Itaquiraí	0	1
	Ivinhema	0	2
	Jardim	0	1
	Maracaju	1	2
	Mundo Novo	1	2
	Naviraí	1	2
	Sete Quedas	0	1
Total (por mesorregiões)		6	40
Dos Pantaneais	Anastácio	0	1
	Aquidauana	1	2
	Corumbá	1	2
	Miranda	1	0
Total (por mesorregiões)		3	5
TOTAL GERAL (unidades)		30	173

Tabela 16 – Municípios que possuíam indústria do setor de máquinas e equipamentos elétricos em 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Batayporã	0	2
	Chapadão do Sul	0	1
	Nova Andradina	1	6
	Paranaíba	0	3
	Ribas do Rio Pardo	0	6
	Três Lagoas	0	17
Total (por mesorregião)		1	35
Centro-Norte	Camapuã	0	4
	Campo Grande	7	39
	Coxim	1	0
	Jaraguari	0	2
	São Gabriel do Oeste	0	3
	Sidrolândia	0	2
Total (por mesorregião)		8	50
Sudoeste	Bonito	0	3
	Douradina	0	1
	Dourados	3	32
	Itaquiraí	0	1
	Jardim	1	3
	Naviraí	0	9
	Nova Alvorada do Sul	0	2
	Ponta Porã	0	7
	Rio Brilhante	0	1
Total (por mesorregião)		4	59
TOTAL GERAL (unidades)		11	144

Tabela 17– Municípios que possuíam indústria do setor de veículos e reboques em 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Água Clara	0	1
	Aparecida do Taboado	1	1
	Brasilândia	0	1
	Cassilândia	0	1
	Chapadão do Sul	0	3
	Costa Rica	0	1
	Nova Andradina	1	0
	Paranaíba	1	2
	Ribas do Rio Pardo	0	1
	Três Lagoas	0	4
Total (por mesorregião)		3	15
Centro-Norte	Campo Grande	5	14
	Coxim	1	1
	São Gabriel do Oeste	0	2
	Sidrolândia	0	1
	Terenos	0	1
Total (por mesorregião)		6	19
Sudoeste	Amambai	0	1
	Caarapó	0	1
	Dourados	3	8
	Guia Lopes da Laguna	0	1
	Itaquiraí	1	0
	Ivinhema	0	4
	Jardim	0	2
	Maracaju	0	3
	Mundo Novo	0	2
	Naviraí	1	1
	Ponta Porã	1	1
	Vicentina	0	1
Total (por mesorregião)		6	25
Dos Pantanais	Aquidauana	1	1
	Corumbá	3	1
	Ladário	0	2
Total (por mesorregião)		4	4
TOTAL GERAL (unidades)		19	63

Tabela 18– Municípios que possuíam indústria do setor de biocombustível em 2000 e 2014.

Fonte: SEMADE/IBGE, 2015.

Mesorregião	Município	2000	2014
Leste	Anaurilândia	1	2
	Aparecida do Taboado	1	1
	Batayporã	1	1
	Brasilândia	1	1
	Costa Rica	0	1
	Nova Andradina	2	2
	Paraíso das Águas	0	0
	Paranaíba	0	2
	Total (por mesorregião)	6	10
Centro-Norte	Campo Grande	5	2
	Sidrolândia	4	6
	Sonora	2	1
	Total (por mesorregião)	11	9
Sudoeste	Angélica	1	1
	Caarapó	0	2
	Dourados	3	1
	Eldorado	2	1
	Fátima do Sul	0	1
	Iguatemi	1	1
	Ivinhema	1	2
	Maracaju	3	3
	Naviraí	2	3
	Nova Alvorada do Sul	4	2
	Novo Horizonte do Sul	0	1
	Ponta Porã	2	1
	Rio Brilhante	2	5
	Vicentina	2	1
	Total (por mesorregião)	23	25
TOTAL GERAL (unidades)		40	44

Tabela 19 – Local de origem das indústrias acima de 50 funcionários em Mato Grosso do Sul.
Organizada pela autora.

Continua 1

Setor	Nome da Empresa	Município	Local de Origem
Bebidas	Indústria e Comércio de Bebidas Funada Ltda.	Campo Grande	Presidente Prudente - SP
	Venturini – Florêncio Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	Cassilândia	Jales-SP
Alimentos	JBS S/A	Sidrolândia	São Paulo-SP
	JBS S/A	Dourados	São Paulo-SP
	JBS S/A	Campo Grande	São Paulo-SP
	JBS S/A	Naviraí	São Paulo-SP
	Cooperativa Central Aurora Alimentos	São Gabriel do Oeste	Chapecó-SC
	JBS S/A	Campo Grande	São Paulo-SP
	CIPA Ind. de Produtos Alimentares Ltda.	Três Lagoas	São Paulo-SP
	Minerva S.A.	Batayporã	Barretos-SP
	Cargill Agrícola S/A	Maracaju	São Paulo-SP
	Frigosul Frigorífico Sul Ltda	Aparecida do Taboado	Marau-RS
	ADM do Brasil Ltda	Campo Grande	São Paulo-SP
	Correcta Indústria e Comércio Ltda	Ponta Porã	São Paulo-SP
	Bunge Alimentos S/A	Dourados	São Paulo-SP
	Correcta Indústria e Comercio Ltda	Dourados	São Paulo-SP
	Cosan Caarapo S/A Açúcar e Alcool	Caarapó	São Paulo-SP
	Br Foods	Dourados	São Paulo-SP
	Minerva S/A	Batayporã	Barretos- SP
	Correcta Indústria e Comércio Ltda	Ponta Porã	São Paulo- SP

Continua 2

Setor	Nome da Empresa	Município	Local de Origem
Alimentos	Navi-Carnes Indústria e Comércio Ltda	Rochedo	Pirapozinho- SP
	Cooperativa Central Aurora Alimentos	São Gabriel do Oeste	Chapecó – SC
	Cargil Agrícola S/A	Três Lagoas	São Paulo- SP
Têxtil	Adar Indústria Com. Importação e Exportação Ltda	Três Lagoas	São Paulo- SP
	Fatex Indústria, Comércio, Imp. e Exp. Ltda	Três Lagoas	Americana- SP
	Cortex Indústria Têxtil Ltda	Três Lagoas	Americana- SP
	Avanti Indústria e Com. Importação e Exportação Ltda	Três Lagoas	Americana- SP
	Sultan Ind. Com. Artefatos Têxteis Ltda	Três Lagoas	Itaquaquecetuba – SP
	Guerreiro Indústria Comércio Importação e Exportação	Três Lagoas	Nova Odessa- SP
Couro e Calçados	Calcados Kollis Ind. Com. Ltda (Pampili)	Paranaíba	Birigui- SP
	Klin Produtos Infantis Ltda	Três Lagoas	Birigui- SP
	Kidy Birigui Calçados Indústria e Com. Ltda	Três Lagoas	Birigui- SP
	Tiptoe Indústria Comercio Calçados Ltda	Aparecida do Taboado	Birigui- SP
Vestuário	Universo Intimo Ind. Com. Vestuário Ltda	Campo Grande	São Paulo- SP
	Tdb Têxtil S/A	Sidrolândia	São Paulo- SP
	Comask Indústria e Comercio Ltda	Três Lagoas	Sorocaba- SP
	Nilcatex Têxtil Ltda	Campo Grande	Blumenau-SC
	Confecções V2 Indústria e Comercio Ltda	Aparecida do Taboado	Fernandópolis – SP
	Kabriolli Indústria e Comercio De Roupas Ltda	Campo Grande	São Paulo- SP
	Gep Ind. e Comercio Ltda (Luigi Bertoli)	Três Lagoas	São Paulo- SP
	Fibrasil Ind. e Com. Ltda	Três Lagoas	Guarulhos- SP
	Tex Barreds Moda Ltda	Campo Grande	São Paulo SP

Continua 3

Setor	Nome da Empresa	Município	Local de Origem
Vestuário	BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual Ltda	Eldorado	Lins- SP
	Via Blumenau Indústria e Comércio Ltda	Sidrolândia	Blumenau-SC
Celulose e Papel	Fibria-Ms Celulose Sul Mato-Grossense Ltda	Três Lagoas	São Paulo- SP
	International Paper Celulose Ltda	Três Lagoas	Mogi Guaçu- SP
	International Paper do Brasil Ltda.	Três Lagoas	Mogi Guaçu- SP
	Cartonagem São Jose Ltda	Campo Grande	São Paulo- SP
	Regina Indústria e Comercio S/A	Bataguassu	Presidente Prudente- SP
	Citroplast Indústria e Comércio De Papéis e Plásticos Ltda	Três Lagoas	Andradina-SP
	Biosev S/A	Rio Brilhante	São Paulo- SP
Biocombustível	Usina Eldorado S/A	Rio Brilhante	São Paulo-SP
	Biosev S/A	Maracaju	São Paulo-SP
	Dourados S/A Álcool e Açúcar	Dourados	São Paulo- SP
	Usina Naviraí S/A - Açúcar e Álcool	Naviraí	São Paulo- SP
	Alcoolvale S/A - Álcool e Açúcar	Aparecida do Taboado	São Paulo-SP
	Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (Cbaa Sidrolândia)	Sidrolândia	São José Do Rio Preto- SP
	Debrasa/CBAA	Brasilândia	São José Do Rio Preto- SP
	Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda	Caarapó	São Paulo- SP
	Tonon Bioenergia S.A	Maracaju	Bocaina- SP
	MK Química do Brasil Ltda	Três Lagoas	Portão-RS
Borracha e materiais plásticos	Emplal C. O. Embalagens Plásticas Ltda	Três Lagoas	Barueri- SP
Minerais não-metálicos	Camargo Correa Cimentos S/A	Bodoquena	São Paulo- SP
	Votorantim Cimentos S/A	Corumbá	São Paulo- SP
	Intercement Brasil S.A	Bodoquena	São Paulo-SP

Continua 4

Setor	Nome da Empresa	Município	Local de Origem
Metalúrgico	MMX Metálicos Corumbá Ltda	Anastácio	São Paulo-SP
	Vetorial Siderurgia Ltda	Corumbá	São Paulo-SP
	Bahia Serviços e Montagens Industriais Ltda	Três Lagoas	Mucuri-BA
	Cia Paulista Ferro-Ligas	Corumbá	São Paulo-SP
	Soprano Eletrometalúrgica e Hidráulica Ltda	Campo Grande	Farropilha-RS
	Jm Indústria e Comércio de Artefatos Metais Ltda	Paranaíba	Itaquaquecetuba-SP
	Siderúrgica Três Lagoas Ltda - Sitrel	Três Lagoas	São Paulo-SP
	Kleper Weber Industrial S/A	Campo Grande	São Paulo-SP
	Metalúrgica Ramassol Imperial Ltda	Paranaíba	Mirassol-Sp
	Metalfrio Solution Sa	Três Lagoas	São Paulo- SP
Máquinas e equipamentos elétricos	Brascopper Cbc Brasileira De Condutores Ltda	Três Lagoas	Ribeirão Preto- SP
	Filizola S.A Pesagem e Automação	Campo Grande	São Paulo- SP
	Filizola Balanças Industriais S/A	Campo Grande	São Paulo- SP
	Rcg Tecnologia Eletrônica Ltda	Três Lagoas	Garça-SP
	Ifc Indústria e Comércio de Condutores Elétricos	Três Lagoas	Itu-SP
Veículos e Reboques	Facchini S/A	Aparecida Do Taboado	Votuporanga-SP
Móveis	Somopar Indústria E Comércio De Móveis Ltda-Estofados	Três Lagoas	Rolandia –PR
Construção	Telemont Engenharia De Telecomunicações S/A	Campo Grande	Belo Horizonte-MG
	Reframax Engenharia Ltda	Três Lagoas	Belo Horizonte/MG
	Construcap CCPS Engenharia E Comercio - S/A	Três Lagoas	São Paulo/SP
	C G R Engenharia Ltda	Campo Grande	São Paulo – SP

Conclusão			
Setor	Nome da Empresa	Município	Local de Origem
Construção	Tv Técnica Viária Construções Ltda	Nova Alvorada Do Sul	Curitiba/PR
	Construtora Oas Ltda	Campo Grande	São Paulo-SP
	Plaenge Empreendimentos Ltda	Campo Grande	Londrina-PR
	Engesul Engenharia de Mato Grosso do Sul Ltda	Campo Grande	São José-SC
	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda	Campo Grande	Vinhedo-SP
	Fidens Engenharia S/A	Inocência	Belo Horizonte-MG
	Tecol Tec Engenharia e Construção Ltda	Campo Grande	Araçatuba-SP
	3 RD - Engenharia Ltda	Campo Grande	Manaus-AM
	Opus Engenharia Ltda	Campo Grande	Fortaleza-CE
	Gt Engenharia Ltda	Campo Grande	Recife-PE
	G. V. Construtora Ltda	Dourados	Recife-PE
	JCB Construtora Ltda Epp	Três Lagoas	Guaíba-RS
	Dânica Termoinustrial Brasil Ltda	Apada	São Paulo-SP
Minerais metálicos	Mineração Corumbaense Reunida Vale S/A	Corumbá	Rio de Janeiro-RJ
	Vetorial Mineração S/A	Corumbá	São Paulo-SP